

CULTU
RAL
PATRIMÓNIO E
PAISA
GÍSTICO

POLÍTICAS, INTERVENÇÕES
E REPRESENTAÇÕES

PAULO CARVALHO
JOÃO LUÍS J. FERNANDES

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

(Página deixada propositadamente em branco)



E N S I N O

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensauc@ci.uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Vendas online: <http://www.livrariadaimprensa.com>

CONCEÇÃO GRÁFICA

António Barros

INFOGRAFIA DA CAPA

Carlos Costa

INFOGRAFIA

Xavier Gonçalves

EXECUÇÃO GRÁFICA

Sersilito

ISBN

978-989-26-0285-1

ISBN Digital

978-989-26-0585-2

DOI

<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0585-2>

DEPÓSITO LEGAL

350609/12

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE:

CEGOT
Universidades de Coimbra,
Porto e Minho

CULTU
RAL
PATRIMÓNIO E
PAISA
GÍSTICO

PAULO CARVALHO
JOÃO LUÍS J. FERNANDES

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

(Página deixada propositadamente em branco)

SUMÁRIO

Prefácio.....	7
Património Cultural, Ordenamento e Desenvolvimento: uma Nova Visão e Valorização do Território.....	13
<i>Paulo Carvalho</i>	
Património Cultural e Estratégias de Desenvolvimento em Portugal: Balanço e Novas Perspetivas.....	39
<i>Paulo Carvalho</i>	
Património(s), Políticas Públicas e Promoção do Desenvolvimento Local em Portugal: da Requalificação Urbana aos Novos Territórios e Produtos Turísticos	59
<i>Paulo Carvalho</i>	
Património e Território: dos Lugares às Redes	83
<i>Paulo Carvalho</i>	
Residência Secundária, Patrimonialização e Construção de Novas Ruralidades	97
<i>Paulo Carvalho</i>	
Território, Cultura e Diversidade da Oferta Turística na Europa	123
<i>João Luís Jesus Fernandes</i>	
<i>Cityscapes</i> – Símbolos, Dinâmicas e Apropriações da Paisagem Cultural Urbana	145
<i>João Luís Jesus Fernandes</i>	

As Paisagens Urbanas enquanto Territórios Turísticos e Ideológicos – o caso particular do Szoborpark, em Budapeste	163
<i>João Luís Jesus Fernandes</i>	
Territórios Turísticos, Paisagens e Memórias do Holocausto – caso particular do <i>Campo Prisional e do Gueto de Theresienstadt</i> , na atual República Checa	175
<i>João Luís Jesus Fernandes</i>	
Indústrias Culturais, Representações de Lugares e Marketing Territorial – O caso particular do Continente Africano em <i>O Fiel Jardineiro</i> , de Fernando Meirelles (2005).....	195
<i>João Luís Jesus Fernandes</i>	
Artes Visuais, Representações e Marketing Territorial	213
<i>João Luís Jesus Fernandes</i>	

PREFÁCIO

O património, conceito marcado por um certo nomadismo científico e por uma acentuada plasticidade temporal e espacial (em que os seus elementos configuram escalas, tipologias e contextos diversos), emerge como temática de grande visibilidade e relevância estratégica no âmbito do desenvolvimento dos territórios e das populações, em contextos geográficos de geometria variável, sob diferentes pretextos: requalificação e revitalização dos lugares, melhoria das condições e da qualidade de vida das populações, reconstrução de memórias e identidades, processos de mediação educativa (educação patrimonial) e integração dos lugares na esfera dos lazeres turísticos, entre os mais significativos.

Na perspetiva dos principais documentos orientadores e normativos internacionais, entre convenções, recomendações, resoluções e restantes atos, as tendências evolutivas do património cultural permitem sublinhar o crescimento e alargamento do campo patrimonial, a maior relevância das dimensões imateriais e dos ambientes rurais e vernaculares, a valorização do contexto paisagístico, a aproximação em relação aos cidadãos, a responsabilidade crescente do poder local, o incremento das estratégias de cooperação e a construção de redes, bem como o reconhecimento da educação patrimonial.

A atual visão do património, integrada, territorial e dinâmica, e a sua inclusão nas políticas e instrumentos de gestão, significam novas oportunidades económicas no contexto da globalização e também novas oportunidades de participação social na salvaguarda, valorização e fruição dos bens patrimoniais. Contudo, importa evitar a instrumentalização privada dos patrimónios públicos, em particular no âmbito de práticas urbanísticas que refletem o urbanismo ao

serviço dos promotores em detrimento do urbanismo ao serviço das pessoas (e em respeito com a sustentabilidade de cada lugar).

As preocupações em relação à qualidade paisagística de cada lugar no sentido de manter os valores que o fazem singular, aparecem reforçadas com a Convenção Europeia da Paisagem (Florença, 2000). Esta, ao reclamar uma tripla atitude (proteger, gerir e ordenar), contribuiu de forma decisiva para que a paisagem comece a ser considerada por diferentes políticas e instrumentos de planeamento e gestão, como matriz de qualidade de cada lugar, e através da sua qualidade seja considerada o espelho dos valores que o fazem singular.

A integração do património cultural e paisagístico nos processos de desenvolvimento económico, social e cultural dos territórios e das populações, revela uma tipologia ampla e complexa de estratégias/intervenções, que inclui os lazeres turísticos designadamente o turismo cultural e ecológico (lugares, redes e itinerários), os museus e os parques temáticos, os eventos culturais, os estatutos de proteção e a classificação de lugares, as operações de requalificação urbanística e ambiental, entre as mais relevantes.

O papel do património no desenvolvimento das populações e dos territórios é também intermediado pela perceção e pela imagem que os diferentes atores têm de um lugar. Esta está também condicionada pelas representações, isto é, pela forma como os espaços geográficos são filmados, fotografados ou incluídos em narrativas literárias que, de modo formal ou informal, não deixam de constituir instrumentos de marketing territorial. Com efeito, se é no território que algumas indústrias culturais procuram conteúdos, é também no espaço geográfico que se territorializam muitas expressões criativas. Assim se constroem novos patrimónios, como os territórios do cinema ou da literatura, em lugares que ganham centralidade pelo que agora são mas também pelos acontecimentos que sugerem ou evocam, sejam estes uma obra de ficção seja um acontecimento histórico marcante, quantas vezes de modo negativo ou mesmo – como nas *traumascapes*, dramático. Por isso as paisagens da pós-modernidade, associadas ao simbolismo mas também ao consumo, à encenação e à volatilidade de novos patrimónios, condicionam comportamentos como o do turista, do estudante, do empresário e do potencial novo residente, agentes com decisões geográficas que marcam o destino dos lugares. É nesse sentido que se imiscuem questões como as representações, as perceções, a imagem, o

marketing e o posicionamento estratégico dos lugares e das populações que os vivem.

O ensino e a investigação em Portugal têm estado muito atentos a esta realidade, como revela a génese e a consolidação de novos cursos (ao nível da licenciatura, do mestrado e do doutoramento) no sentido de responder ao crescente interesse (académico, profissional e social) da procura nestas áreas formativas.

A Universidade de Coimbra, designadamente a Faculdade Letras, acompanhou esta tendência e assumiu como desígnio estratégico a diversificação sustentada da sua oferta formativa com a abertura de novos cursos que refletem a importância do património como domínio científico da maior relevância e eixo estratégico do mercado de trabalho neste início de milénio.

É a pensar em especial no universo dos estudantes que frequentam o Ensino Superior português, com o objetivo de disponibilizar uma ferramenta pedagógica capaz de apoiar os seus estudos, mas também com o propósito em disponibilizar informação sólida e atualizada para um público mais alargado (e cada vez mais interessado e exigente), que na qualidade de docentes e investigadores (em unidades curriculares/áreas de investigação como o ordenamento do território, o turismo e o desenvolvimento, o património cultural, entre outras) com trabalho reconhecido neste domínio, planeámos e desenvolvemos esta obra de matriz essencialmente pedagógica.

A organização da nossa proposta de trabalho, partindo de um conjunto de reflexões que desenvolvemos nos últimos anos (relacionadas com os referidos interesses de ensino/investigação, a participação em eventos científicos nacionais e internacionais, e a publicação dos respetivos textos em suportes nem sempre acessíveis), respeita um conjunto de preocupações que apontam no sentido de oferecer as bases para o entendimento e o aprofundamento das temáticas tratadas.

Assim, no decurso da presente publicação, começamos com a apresentação e discussão dos conceitos estruturantes e suas tendências evolutivas, através de uma articulação de escalas geográficas, abrindo caminho para a análise das políticas e instrumentos que no âmbito de plataformas temáticas multidimensionais (onde se inclui o ordenamento, o planeamento, o desenvolvimento, o turismo e a residência secundária) estão na génese de intervenções patrimoniais em

contextos geográficos diversos (ambientes de montanha, espaços rurais e contextos urbanos). No segundo grupo de textos discutem-se os novos patrimónios das paisagens da pós-modernidade, os territórios turísticos em espaços geográficos marcados pela estética visual mas também pelos acontecimentos, pela memória quase sempre politicamente contestada, pelas topobiografias e pelas dimensões que se apreendem numa relação muntissensorial com as paisagens, que são também sonoras, olfativas ou gustativas. Neste conjunto de textos problematiza-se o papel das representações e da construção da imagem dos lugares. Por isso se faz uma trajetória por temáticas como o marketing territorial e o planeamento pstratégico. O primeiro está incluído no segundo e nenhum pode contornar os velhos mas também os novos patrimónios da pós-modernidade.

Assim se irão rever textos que, neste ou noutro formato, foram antes editados ou objeto de apresentações públicas, mas que agora se revêm e se associam num alinhamento que permitirá uma viagem por conceitos, lugares e problemáticas essenciais para entender a complexa relação da sociedade humana com o tempo e o espaço neste século XXI: “Património cultural, ordenamento e desenvolvimento – uma nova visão e valorização do território” (*Cadernos de Geografia*, 2008); “Património cultural e estratégias de desenvolvimento em Portugal: balanço e novas perspetivas” (*Atas do X Colóquio Internacional de Geocrítica*, 2009); “Património(s), políticas públicas e promoção do desenvolvimento local em Portugal: da requalificação urbana aos novos territórios e produtos turísticos” (*Atas do XII Encontro Nacional da APDR*, 2008); “Património e território: dos lugares às redes” (*Território e Trajetórias de Desenvolvimento*, 2005); “Residência secundária, patrimonialização e construção de novas ruralidades” (*Atas do VI Colóquio Ibérico de Estudos Rurais*, 2006); “Território, Cultura e Diversidade da Oferta Turística na Europa” (*Cadernos de Geografia*, 2010); “As paisagens urbanas enquanto territórios turísticos e ideológicos – o caso particular do Szoborpark, em Budapeste” (*VII Congresso da Geografia Portuguesa*, 2009); “Cityscapes – símbolos, dinâmicas e apropriações da paisagem cultural urbana” (*Máthesis*, 2009); “Territórios Turísticos, Paisagens e Memórias do Holocausto – caso particular do Campo Prisional e do Gueto de Theresienstadt, na atual República Checa” (*V Congreso Turismo y Desarrollo*, 2011); Indústrias culturais, representações de lugares e marketing territorial – O caso particular do continente africano

em O Fiel Jardineiro, de Fernando Meirelles” (2005) (*Congresso SOPCOM/Ibérico*, 2009); “Artes visuais, Representações e Marketing Territorial” (*Biblos*, 2008).

11

Coimbra, 20 de outubro de 2011

Paulo Carvalho

João Luís Jesus Fernandes

(Página deixada propositadamente em branco)

PATRIMÓNIO CULTURAL, ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO: UMA NOVA VISÃO E VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO¹

“Planear é prever, mais que um espaço-palco que não é puramente passivo, do que o próprio dever interativo de um quadro geo-humano, um espaço para os homens viverem, (...) um espaço-herança cultural que se deixará em herança acrescentada também”.

J. M. Pereira de Oliveira, 2000:52.

1. Emergência e evolução do património cultural

O presente texto reflete a estrutura da comunicação apresentada no V Colóquio de Geografia de Coimbra (21 e 22 de abril de 2005) e, ao mesmo tempo, retoma e aprofunda alguns eixos temáticos da nossa investigação recente. O fio condutor da análise é orientado segundo três preocupações principais: o conceito de património cultural e a sua evolução; as preocupações de salvaguarda e valorização do património cultural; e a integração do património cultural nos processos de desenvolvimento territorial.

O património entrou de forma definitiva, nos últimos anos, na agenda das preocupações políticas, científicas e sociais do nosso planeta. A diversidade cultural e a conseqüente pluralidade de valores associados ao património, com os

¹ Revisto e atualizado a partir do texto com o mesmo título publicado em *Cadernos de Geografia* (Faculdade de Letras, Coimbra, 2008, nº 24/25, pp. 209-226).

seus diferentes significados e conflitos de interesses que daí resultam, refletem-se na atual amplitude conceptual da temática patrimonial.

Cada comunidade, apoiando-se na sua memória coletiva e na consciência do seu passado, é igualmente responsável pela identificação e gestão do seu património (Carta de Cracóvia, 2000). O pluralismo na sociedade engloba uma grande diversidade nas conceções coletivas e individuais de património. Os bens são portadores de valores que podem mudar com o tempo. Esta variabilidade de valores identificáveis nos diferentes tipos de bens cria a especificidade do património no decurso da História. Por intermédio deste processo de mudança (permanente), cada comunidade desenvolve uma tomada de consciência da necessidade de velar por cada bem cultural existente, como portadora dos seus próprios valores patrimoniais comuns (Carta de Cracóvia, 2000).

Choay (1992), citada por Carvalho (2005), a respeito das qualidades que transformam os bens em património, identifica três grupos de valores que caracterizam uma determinada estrutura edificada e lhes conferem o estatuto de património: o valor económico, o valor artístico ou estético e o valor cognitivo ou de memória.

O valor económico é o que há mais tempo se encontra associado ao conceito de património. “Consiste na mensuração financeira, ainda que tal consideração seja essencialmente subjetiva, atendendo à “carga afetiva” a que o património está sujeito” (Flores, 1998: 11). A consideração económica torna-se pertinente, sobretudo na arquitetura, envolvendo interesses dos proprietários de imóveis que ficam sujeitos a condicionalismos por via da patrimonialização e interesses dos agentes de produção do espaço urbano que normalmente são pouco sensíveis aos valores imateriais dos bens. “A indústria do turismo cultural, em franco crescimento, adicionou uma nova perspetiva ao valor económico, extrínseca ao património mas gerada por ele. É deste modo que os habitantes dos nossos “centros históricos” e núcleos rurais podem retirar ganhos e inverter situações de desfavorecimento em que amiúde se encontram” (Flores, *op. cit.*, 12), embora os perigos da desvirtuação e artificialização de ambientes, assim como da degradação física que a massificação turística pode provocar, têm necessariamente de ser acautelados.

O valor artístico ou estético é uma característica intrínseca do bem arquitetónico ou arqueológico, que acompanhou as atitudes de apreciação ao longo dos séculos: da aplicação quase exclusiva ao legado da antiguidade clássica, ao interesse pelas

estruturas arqueológicas e por todos os vestígios do passado, e ao alargamento a outras dimensões da arquitetura (como, por exemplo, industrial e vernacular).

O valor cognitivo ou de memória sugere que o património tem a qualidade de configurar a memória ou imaginário coletivo, e portanto, pode atuar como elemento gerador da imagem e da identidade territorial. Este valor memorial tem hoje um grande peso na definição de património, tornando-o tão alargado, genérico e democrático que comporta em si quer a obra erudita, quer a obra vernacular, não perdendo nem uma nem outra, nenhuma das características específicas.

Deste modo, o património emerge na encruzilhada da (re)construção de memórias e identidades, como configura um recurso estratégico dos processos de requalificação, refuncionalização e renovação da imagem dos territórios, um suporte de iniciativas (formais e informais) de educação patrimonial, e uma oportunidade de envolver a sociedade na compreensão da linguagem de estruturação dos seus territórios e nas relações dinâmicas com os outros.

Esta vertente de utilidade social do património não pode ser dissociada da evolução conceptual e operativa do próprio conceito que é marcado por um certo nomadismo científico (Bachoud *et al.* 2002).

O campo semântico permite identificar diversas dimensões que configuram o conceito de património: transmissão, herança, posse, caráter material, imaterial e espiritual, entre as mais significativas. A emergência do conceito de património está associada aos valores dos bens e sua transmissão. A propriedade e transmissão, elementos fundadores da noção tradicional de património, permanecem na atualidade, mesmo admitindo que a noção moral de património está cada vez mais ligada a uma tomada de consciência (da comunidade local, regional, nacional, e mesmo mundial). Contudo, a propriedade adquire uma nova dimensão e uma nova escala de projeção, ultrapassando a esfera individual, como acontece no âmbito da aplicação de medidas, nacionais ou mesmo internacionais, de salvaguarda do património, que ampliam também a ideia de património.

Além da multiplicidade associada ao conceito em questão, importa considerar a diversidade terminológica que resulta da combinação com outros adjetivos que frequentemente aparecem associados ao património (Fontal Merillas, 2003), isto é, diferentes denominações utilizadas para dar significado ao substantivo património e que configuram uma mesma realidade: manifestações e testemunhos culturais significativos.

A dimensão cultural, pela enorme amplitude temporal e espacial da noção de cultura, conheceu, nos últimos anos, uma grande difusão e popularidade, tendência alinhada com o aprofundamento do território como experiência cultural (em certo sentido, é também uma resposta local ao processo de globalização), de tal maneira que recolhe a aceitação de grande número de investigadores e estudiosos, e por isso surge cada vez mais associada ao vocábulo património.

2. Preocupações de salvaguarda e valorização do património cultural

Ao longo do tempo, em especial desde meados do século XX, manifestaram-se preocupações no âmbito da salvaguarda e valorização do património. Importantes organizações internacionais (de diferente matriz estrutural e funcional) como, por exemplo, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – com origem em 1945), o Conselho da Europa (organização intergovernamental de âmbito europeu, fundada em 1949) e o ICOMOS (sigla da organização não-governamental, criada em 1965, para designar o Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios), através de documentos orientadores e quadros de expressão normativa, influenciaram profundamente a nossa forma de entender o património e contribuíram de modo decisivo para uma certa convergência ao nível dos critérios reguladores e, conseqüentemente, da terminologia hoje utilizada.

A normativa internacional sobre o património cultural pode ser balizada em quatro grandes domínios (Carvalho, 2006): as convenções (aprovadas pelos Estados signatários, que se obrigam a aplicar no seu território os princípios neles expressos); as recomendações (princípios destinados a orientar as políticas de cada Estado, mas sem carácter vinculativo); as resoluções do Conselho da Europa (não têm carácter vinculativo, mas podem servir de modelo para a adoção de recomendações e de convenções); e os restantes atos como cartas, orientações, princípios, conclusões de eventos e declarações que, por sua vez, definem os princípios e os conceitos sobre determinada matéria, de modo a orientar a ação dos agentes, embora sem carácter vinculativo (Correia, 2006).

Os temas e os conceitos abordados pelas normas internacionais, em mais de uma centena de documentos publicados desde meados do século XX, refletem o

alargamento da noção de património e a sua vinculação crescente ao território e aos cidadãos. As diversas orientações e princípios de atuação revelam o crescimento e a plasticidade do universo de bens suscetíveis de patrimonialização, destacando-se nos últimos anos as dimensões imateriais e os ambientes rurais e vernaculares; mostram uma maior ambição no que concerne à escala de intervenção, enfatizando o contexto territorial e dialético dos bens a proteger e a valorizar, isto é, o quadro natural e construído que influi na perceção estática ou dinâmica desses elementos ou conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, económicos ou culturais (UNESCO, 2006); sublinham a necessidade de democratizar a fruição dos bens culturais e patrimoniais; destacam a necessidade de devolver o património aos cidadãos e de estabelecer com eles uma nova relação, também por via da sua participação (espontânea ou organizada) nas diversas tarefas relacionadas com a salvaguarda e valorização do património, e enfatizam o carácter utilitário do património (Carvalho, 2005; 2006).

No caso de Portugal, a preocupação com o património transparece no texto da Constituição, nomeadamente no seu artigo 9.º (“Tarefas fundamentais do Estado”) que assinala, entre outras, a função de “Proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correto ordenamento do território”. A Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 11/87, de 7 de abril), no artigo 17.º, identifica a paisagem e o património natural e construído como componentes que “definem, no seu conjunto, o quadro específico de vida, onde se insere e de que depende a atividade do homem”, e no artigo 20.º, estabelece que o “património natural e construído do País, bem como o histórico e cultural, serão objeto de medidas especiais de defesa, salvaguarda e valorização, através, entre outros, de uma adequada gestão de recursos existentes e planificação das ações a empreender numa perspetiva de animação e utilização criativa”. No âmbito dos objetivos e medidas o diploma consagra, entre outros, o reforço das ações e medidas de defesa e recuperação do património cultural, quer natural, quer construído, assim como preconiza a proteção e valorização da paisagem como unidade estética e visual. É ainda o mesmo diploma que determina a implementação e regulamentação de uma rede nacional de áreas protegidas (RNAP), o que na realidade aconteceu no início de 1993 com a “Lei-Quadro das Áreas Protegidas” (Lei n.º 19/93, de 23 de janeiro).

Contudo, a referência jurídica fundamental neste domínio decorre da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, ao estabelecer as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural português. Este texto normativo sucede ao quadro jurídico da Lei n.º 13/85, de 6 de julho, também designada de “Lei do Património Cultural Português”, marcada pelo incumprimento ao nível da publicação de legislação de desenvolvimento (regulamentação) indispensável ao diploma (Carvalho, 2005).

Para melhor compreender o atual enquadramento de salvaguarda e valorização dos bens culturais em Portugal é fundamental conhecer as linhas gerais da evolução do conceito de património e das situações jurídicas que se lhe adequaram no decurso do tempo.

A ideia de preservar, e até estudar, alguns testemunhos do passado, sobretudo clássicos, então designados por “antiquilhas”, tem origem no período Renascentista. “Os estudiosos citam, com frequência, as obras de André de Resende e Francisco D’Holanda, que viveram no século XVI, para demonstrar a preocupação, já então existente, da valorização do património monumental, enquanto documento, nomeadamente o da Antiguidade Clássica” (IPPAR, 1994: 6).

No século XVIII surgem as primeiras ações de enquadramento legal para a conservação do património monumental. Pelo Alvará de 20 de agosto de 1721, o monarca D. João V atribui à Real Academia de História Portuguesa a inventariação e conservação dos “monumentos antigos que havia e se podiam descobrir no Reino, dos tempos em que nele dominaram os Fenícios, Gregos, Persas, Romanos, Godos e Arábios” e ordena que daí em diante “nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade e condição que seja, desfaça ou destrua em todo, nem em parte, qualquer edifício que mostre ser daqueles tempos ainda que em parte esteja arruinado e da mesma sorte as estátuas, mármores e cipós”². De igual modo, incumbe as Câmaras das cidades e vilas do Reino o especial cuidado de conservar e guardar todas as referidas antiguidades, assim como dar conhecimento à Academia de qualquer nova descoberta (monumental) no seu termo.

Trata-se, pois, do primeiro instrumento legal com alcance no domínio do património, articulado com a ação da Real Academia de História, instituição fun-

² Transcrição a partir do documento original publicado pelo IPPAR (*op. cit.*).

dada em 1720 com o objetivo de retratar a história eclesiástica e secular – e neste particular de providenciar sobre a conservação dos monumentos. “Assim nasce o sistema português de proteção do Património, que se tivesse sido implementado teria poupado muitos elos da nossa identidade nacional os quais seriam hoje testemunhos vivos do passado do povo português” (IPPAR, 2002).

Ainda no século XVIII, podemos destacar outras ações de identificação do património, nomeadamente no âmbito dos inquéritos remetidos do Ministério do Reino ou sob instância da Real Academia de História, ou ainda por iniciativa do padre oratoniano Luís Cardoso, e por norma preenchidos pelos sacerdotes. Embora servindo planos e objetivos distintos, notamos em alguns deles a preocupação de conhecer as “antiguidades, ou outras coisas dignas de memória” (conforme o quesito 22.º, relativo à “terra”, do *Inquérito de 1758*) das terras de Portugal (Carvalho, *op. cit.*).

Mas é na centúria de Oitocentos³ que assistimos a uma maior consciencialização da importância do património cultural, nomeadamente a necessidade de salvaguarda dos bens imóveis. Alexandre Herculano (1810-1874) teve um papel pioneiro e destacado nesse movimento de identificação e salvaguarda do património arquitetónico e artístico⁴, “e a ele se devem importantes textos que, em revistas como “O Panorama”, tiveram o mérito de generalizar as preocupações com o património” (IPPAR, 1994: 7), quer em relação aos espólios artísticos e literários, mas também com a degradação do património construído, nomeadamente eclesiástico. O período do Liberalismo foi um dos ciclos mais influentes na alteração (destruição ou ablação)

³ As primeiras preocupações patrimoniais com o mundo rural português são praticamente contemporâneas da implantação do Liberalismo, e aparecem associadas a iniciativas e textos da intelectualidade desde o primeiro terço de Oitocentos. O olhar nostálgico lançado sobre algumas dimensões associáveis ao mundo rural está presente nas *Viagens na Minha Terra* (1846), de Almeida Garrett, em *As Pupilas do Senhor Reitor* (1867), de Júlio Dinis, e em muitas outras obras.

“Na verdade, as expressões literárias da idealização romântica do mundo rural são quase contemporâneas das primeiras recolhas etnográficas da cultura popular. Também às grandes ruturas políticas e institucionais oitocentistas se sucede rapidamente a preocupação com a identificação de um legado cultural associado a regiões e a localismos então já reputados em vias de desaparecimento” (Monteiro, 2003: 219). Ainda segundo Monteiro (*op. cit.*), estas iniciativas combinam-se “no objetivo declarado de descobrir no legado da história portuguesa e da cultura popular as raízes de uma identidade da nação, fundamento da ordem política que se buscava consolidar”.

⁴ O contributo do historiador revela-se ainda através da viagem que realizou pelo país, “em 1853 e 1854, para consultar os arquivos existentes nas várias terras”. Desse périplo “Deixou um diário de viagem, repleto de curtas anotações de grande interesse, que foi publicado em 1934 por Vitorino Nemésio” (Daveau, 1988: 105).

do património e da paisagem portuguesa. “A extinção das ordens religiosas em Portugal em 1834 e a venda em hasta pública dos seus bens levando a uma dramática dispersão de propriedade (e de bens!) transformou uma grande parte dessas casas de tesouro em desertos ou ruínas” (Calado *et al.*, 2002: 15). Outros autores, como por exemplo Alarcão (1987), associam também a esse período (contemporâneo da extinção dos vínculos) as consequências mais graves para a gestão contemporânea do património histórico, muito por causa da utilização dos edifícios – frequentemente albergando serviços da administração pública – para fins diferentes daqueles que presidiram à sua fundação ou utilização regular até essa época.

Nos finais do século XIX afirma-se o conceito de monumento histórico, refletindo as posições da burguesia cultural e ideologicamente afirmativa nos seus valores e princípios. Revelador do novo conceito e também das novas preocupações de salvaguarda do património monumental, é um projeto de Decreto (1876) que apontava para a necessidade de habilitar técnicos para intervir nos monumentos, definindo o papel que competiria ao Estado no inventário, conservação e reparação dos monumentos históricos (IPPAR, *op. cit.*, 8).

Em 1880, a pedido do Ministro das Obras Públicas, a Real Associação de Arquitetos e Arqueólogos Portugueses apresentava a primeira relação de monumentos a classificar, agrupados em seis classes, abrangendo as obras-primas da arquitetura e da arte portuguesas; os edifícios com significado para o estudo da história das artes; os monumentos militares; a estatuária; os padrões e arcos comemorativos; os monumentos pré-históricos.

Contudo, as classificações nascem e sucedem-se no alvor do século XX. Em 1901 foi instituído o Conselho dos Monumentos e definidas em decreto as bases para a classificação de imóveis que devem ser considerados monumentos nacionais. Cinco anos depois era publicado o Decreto que formalizava a primeira classificação de imóveis em Portugal. Em 1907, iniciada que estava a fase de classificação, foram classificados os monumentos considerados mais emblemáticos, como os mosteiros da Batalha, Jerónimos, Alcobaça, o Convento de Cristo (Tomar), as Sés da Guarda, Lisboa, Évora e Coimbra e a Torre de Belém. Em 1910 publica-se um extenso decreto de classificação ordenado de forma sistemática segundo tipologias: monumentos pré-históricos, monumentos militares, monumentos civis, templos, inscrições, túmulos e sepulturas, marcos miliários, pontes, arcos, aquedutos, chafarizes, padrões comemorativos, pelourinhos, estátuas, entre outros (IPPAR, *op. cit.*, 9).

O eixo arqueológico assume primazia no quadro de alargamento do conceito de monumento, numa época em que, por toda a Europa, imperavam os nacionalismos e se procurava encontrar as raízes mais ancestrais e a persistência e permanência dos povos num território, assim como justificações históricas para determinadas ações ou reivindicações políticas.

Na década de trinta, a legislação introduziu a figura de “Imóvel de Interesse Público”⁵, concretamente em 1932 (Decreto n.º 20 985, de 7 de março), e no final dos anos 40 (Lei n.º 2 032, de 11 de junho de 1949) foi reconhecida a possibilidade dos municípios classificarem património através da criação da figura denominada de “Valor Concelhio” (que teria valor legal após a ratificação pelo governo), categoria que todavia não teve expressão até ao final do Estado Novo. Estes graus representam uma estratificação e uma diferenciação do mérito artístico, histórico e social dos imóveis classificados, marcando novas etapas de alargamento da noção de património cultural. Porém, nada impede que os municípios “(...) definam sem intervenção daquele instituto, conjuntos aos quais decidam aplicar regulamentos especiais de gestão urbana, tendo em vista a sua salvaguarda” (Alarcão, *op. cit.*, 64).

Em 1985, com a publicação da “Lei do Património Cultural Português” (Lei n.º 13/85, de 6 de julho), foram estatuídas as categorias de “Monumento”, “Conjunto” e “Sítio” (segundo as convenções internacionais), graduadas ainda através de importâncias relativas: “Valor Local”, “Valor Regional”, “Valor Nacional” ou “Valor Internacional”. A classificação de um bem imóvel visa distingui-lo pelo seu valor histórico, cultural ou estético, e garantir a sua conservação e fruição pela comunidade, conferindo-lhe uma proteção legal e um estatuto privilegiado. As decisões de classificação dos bens imóveis são fundamentadas segundo critérios de autenticidade, qualidade e originalidade, ou também pela possibilidade desses bens constituírem testemunhos documentais de natureza histórica, arquitetónica, arqueológica, artística, científica, técnica ou social.

Todavia, será necessário esperar mais de uma década e meia, marcada por indefinições e ações contraditórias, para ver finalmente aprovado o novo regime de proteção e valorização do património cultural português (Carvalho, 2005).

⁵ Segundo o artigo 30.º do Decreto n.º 20 985 (1932), a categoria de “Imóvel de Interesse Público”, seria atribuída aos imóveis “(...) que, sem merecerem a classificação de monumento nacional, ofereçam todavia considerável interesse público, sob o ponto de vista artístico, histórico ou turístico”.

Nos termos do novo quadro jurídico⁶, o património cultural é “constituído por todos os bens (materiais e imateriais) que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização, mas, também, quando for caso disso, os respetivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa”. “O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico dos bens que integram o património cultural refletirá valores de memória, antiguidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade” (Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro).

Ainda segundo este diploma, são definidas categorias de proteção dos bens imóveis e móveis: os primeiros podem pertencer às categorias de *monumento*, *conjunto* ou *sítio*⁷, e os segundos, entre outras, às seguintes categorias: património arqueológico, arquivístico, audio-visual, bibliográfico, fonográfico e fotográfico. De igual modo são considerados os bens imateriais, “realidades que, tendo ou não suporte em coisas móveis ou imóveis, representem testemunhos etnográficos ou antropológicos com valor de civilização ou de cultura com significado para a identidade e memória coletivas, tais como as expressões orais de transmissão cultural e os modos tradicionais de fazer, nomeadamente

⁶ As finalidades da proteção e valorização do património cultural, enquanto tarefa fundamental do Estado e dever dos cidadãos, são: “incentivar e assegurar o acesso de todos à fruição cultural; vivificar a identidade cultural comum de Portugal e das comunidades regionais e locais a ela pertencentes e fortalecer a consciência da participação histórica do povo português em realidades culturais de âmbito transnacional; promover o aumento do bem-estar social e económico e o desenvolvimento regional e local; defender a qualidade ambiental e paisagística” (Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro).

Este diploma revela a concretização de uma conceção personalista de direito cultural, ao colocar no centro do sistema de valores a dignidade do ser humano e a sua plena realização (Alexandrino, 2000).

⁷ Importa explicar, segundo a Lei n.º 13/85, o significado dos referidos conceitos. Assim, os *monumentos* são “obras de arquitetura, composições importantes ou criações mais modestas, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, técnico ou social, incluindo as instalações ou elementos decorativos que fazem parte integrante dessas obras, bem como as obras de escultura ou de pintura monumental”. Os *conjuntos* dizem respeito a “agrupamentos arquitetónicos urbanos ou rurais de suficiente coesão, de modo a poderem ser delimitados geograficamente, e notáveis, simultaneamente, pela sua unidade ou integração na paisagem e pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico ou social”. Os *sítios* correspondem às “obras do homem ou obras conjuntas do homem e da natureza, espaços suficientemente característicos e homogêneos, de maneira a poderem ser delimitados geograficamente, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico ou social”.

Esta terminologia decorre sobretudo da Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico Europeu (Convenção de Granada, 1985).

as técnicas tradicionais de construção e de fabrico e os modos de preparar alimentos” (Lei nº 107/2001).

As formas de proteção dos bens culturais assentam na classificação e na inventariação, a primeira entendida como o ato final do procedimento administrativo mediante o qual se determina que determinado bem possui um inestimável valor cultural. Com a nova Lei foram finalmente assumidas as categorias e os níveis de proteção antevistos em meados dos anos 80. Segundo este instrumento jurídico, o interesse nacional de um bem (móvel ou imóvel) é considerado “(...) quando a respetiva proteção e valorização, no todo ou em parte, represente um valor cultural de significado para a Nação”; “consideram-se de interesse público quando a respetiva proteção e valorização represente ainda um valor cultural de importância nacional, mas para qual o regime de proteção inerente à classificação como de interesse nacional se mostre desproporcionado”; “consideram-se de interesse municipal os bens cuja proteção e valorização, no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante para um determinado município” (Lei nº 107/2001).

É oportuno questionar sobre a eficácia das categorias e níveis de proteção no âmbito do ordenamento do território e das políticas e ações de desenvolvimento. E em que medida eles representam um estímulo para a abordagem integrada do território, ou para a articulação das diversas políticas sectoriais, ou ainda para o processo de participação e envolvimento da sociedade na defesa e valorização do património? (Carvalho, 2005).

A nova lei do património cultural português alicerça-se num conceito alargado, abrangente e multidimensional que envolve diferentes manifestações de património cultural, e reflete as principais tendências internacionais e os compromissos assumidos pelo Estado neste domínio (Carvalho, 2003).

O quadro jurídico determina (na sequência da legislação anterior) que os bens imóveis classificados ou em vias de classificação como tal beneficiarão automaticamente de uma “zona de proteção” de 50 metros, contados a partir dos seus limites externos, e devem dispor ainda de uma “zona especial de proteção”, que podem incluir “zonas *non aedificandi*”. Trata-se, portanto, de servidões administrativas, nas quais não podem ser concedidas pela autoridade municipal licenças para obras de construção e para quaisquer trabalhos que alterem a topografia, os alinhamentos, as cérceas e a distribuição de volumes e coberturas

ou o revestimento exterior dos edifícios, sem o prévio parecer favorável da administração do património cultural competente. No caso concreto, o IPPAR (atual IGESPAR) é chamado a emitir pareceres sobre um vasto universo (potencial) de mais de quinze mil imóveis (Calado *et al.*, 2001) relacionados com os cerca de três mil e quinhentos imóveis classificados e cerca de outros quinhentos em vias de classificação, segundo dados de 2001. A abertura do procedimento de classificação de bens imóveis determina a suspensão dos procedimentos de concessão de licença ou autorização de operações de loteamento, obras de urbanização, edificação, demolição e movimentos de terras, bem como a suspensão dos efeitos de licenças ou autorizações já concedidas, pelo prazo mínimo de 120 dias (Carvalho, 2005).

Ao mesmo tempo a Lei reconhece o valor extraordinário do enquadramento paisagístico dos novos bens a proteger e atribui ao município, em parceria com outros serviços centrais ou regionais responsáveis pelo património cultural, a tarefa de elaborar planos de pormenor de salvaguarda (que definem orientações estratégicas de intervenção e regras de uso e ocupação do solo) para as áreas de proteção dos imóveis classificados, cujo conteúdo será definido em legislação de desenvolvimento⁸. Apela-se à ação de levantamento da realidade envolvente, valoriza-se o estudo científico e reforça-se o conhecimento do património.

É neste particular que o planeamento e o recurso a figuras de gestão territorial adequadas (centradas em preocupações culturais) devem passar a intervir. A recente proposta de criação da Carta Municipal do Património, no âmbito dos Planos Diretores Municipais de Segunda Geração, é um exemplo muito significativo do interesse e do valor da integração das questões do património no planeamento municipal. A Carta Municipal do Património, caso disponha de consagração jurídica, será um “documento-processo” que visa objetivos estratégicos para a proteção e valorização do património, isto é, configura um “instrumento sectorial indispensável ao planeamento integrado, à programação, ao controle e gestão de ações nos domínios do património e do território cultural, às escalas do ordenamento, do urbanismo e da arquitetura” (Afonso, 2006). Portanto, será um contributo, integrante, interativo e cooperante entre todas as entidades e serviços que interferem neste

⁸ É o caso do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, que contribuiu também para definir o procedimento de classificação de bens culturais imóveis e o regime das zonas de proteção.

domínio, para que a temática do património não continue a ser tratada de forma estática e restritiva (resumindo-se quase a uma listagem de bens, por vezes desatualizada e incompleta, e a uma representação espacial à escala 1:25.000). A nova visão do Plano Diretor Municipal como um instrumento processual, estratégico, flexível e dinâmico, não pode deixar de refletir a articulação e a forte relação de dependência de diferentes categorias de Cartas Municipais. Assim, a Carta Municipal do Património deverá contemplar não apenas regras de controlo administrativo e policial, como essencialmente questões de estratégia para o desenvolvimento sustentável e definição de componentes específicas da política do património cultural.

Com adequada regulamentação, o novo quadro jurídico do património será um contributo positivo para ultrapassar a fase secular do policiamento e da interdição – e nem a eventual aplicação de coimas pecuniárias tem efeito dissuasor sobre os que não respeitam a lei. Com efeito, grande parte do significado e do valor cultural de alguns importantes imóveis resulta da relação harmónica que estabelecem com a sua envolvente urbana ou natural. O diálogo que se estabelece entre um castelo, uma igreja ou uma mata com o quadro urbano ou rural onde se inserem, é imprescindível para a compreensão da sua história e do seu valor estético e cultural. Mas para que estes instrumentos sejam uma realidade “é fundamental uma vontade política (no sentido mais abrangente da palavra) e um comprometimento franco e aberto de todos os cidadãos. (...) A salvaguarda do património não deve ser um caso de polícia (ou de policiamento), mas antes um caso de esclarecimento, de regulação e – nos casos mais arriscados – de prevenção. Para evitar desastres” (Calado *et al.*, *op. cit.*, 105).

A defesa da qualidade ambiental e paisagística é consagrada mediante a definição de outras formas para assegurar que o património cultural se torne um elemento potencializador – e também da coerência das categorias que o integram. Neste particular, a legislação obriga os diversos níveis de organização (pública) do país a promover a adoção de providências tendo em vista a recuperação de centros históricos e outros conjuntos urbanos, aldeias históricas, paisagens, parques, jardins e outros elementos naturais, arquitetónicos ou industriais integrados na paisagem. Abre-se ainda uma “porta”, embora em sede de quadro legislativo complementar, para estabelecer os critérios exigidos para o reconhecimento legal dos conjuntos e sítios e os benefícios e incentivos daí decorrentes, assim como os sistemas de incentivo e apoio à gestão integrada e descentralizada.

Isto parece significar também o reconhecimento da necessidade de aperfeiçoamento das instâncias da gestão territorial no sentido de configurar políticas e instrumentos de ordenamento e valorização das paisagens (rurais e urbanas) ancoradas a preocupações culturais (Carvalho, *op. cit.*).

A legislação reconhece também a importância da participação dos cidadãos interessados na gestão efetiva do património cultural pela administração pública, e sugere que esta poderá ser assegurada por estruturas associativas de defesa do património (isto é, associações sem fins lucrativos, em cujos estatutos conste como objetivo a defesa e valorização do património cultural ou deste e do património natural e promoção da qualidade de vida), e também o papel destas no domínio da formação e informação aos cidadãos ao admitir formas de apoio do Estado a iniciativas levadas a cabo por estas últimas. O objetivo principal é incentivar a colaboração em planos e ações no âmbito da proteção e valorização do património cultural. Assim saibam as entidades públicas estimular a participação dos cidadãos (e estes se mobilizem em torno das causas patrimoniais).

Noutro sentido, as novas tipologias – como a arquitetura do espetáculo, o património industrial, as cercas monásticas, os jardins, o património vernacular, entre outras – que são cada vez mais importantes, representam um dos grandes desafios no âmbito da salvaguarda e proteção do património cultural.

Por outro lado, merece ainda reflexão a evolução e a repartição espacial do universo dos bens patrimoniais sujeitos a regimes de proteção. Em Portugal, a classificação é o mais importante instrumento usado pelos poderes públicos na proteção do património. Contudo, importa explicar que o universo dos bens patrimoniais sujeitos a regimes especiais de proteção não se esgota na classificação (política nacional de património), pois decorre também de instrumentos específicos que as autarquias podem fazer aprovar (como é o caso dos Planos de Urbanização, Planos de Pormenor, ou mesmo em sede de Plano Diretor Municipal no sentido de salvaguardar valores patrimoniais de relevante interesse público, situação que tem levado alguns autores (como, por exemplo, Alexandrino, *op. cit.*) a admitir que os instrumentos e entidades que asseguram essa proteção operam predominantemente no quadro jurídico mais amplo do Direito do Urbanismo, e até do Direito Administrativo, e não no quadro específico do Direito do Património.

A partir do trabalho de E. Henriques (2003), que por sua vez se baseou no sistema nacional de proteção do património, reportado a 2000, podemos concluir que quase metade dos cerca de 3000 bens classificados no Continente recebeu essa distinção após o 25 de Abril de 1974, período que corresponde ao crescimento mais acelerado do número de imóveis classificados. Ao aumento do número de bens classificados associou-se a diversificação do tipo de imóveis contemplados pelo regime de proteção nacional. “Os dois factos estão correlacionados: dilata-se a lista do património oficial porque, pelo menos em parte, se alargam ou flexibilizam também os critérios que balizam o que deve e não deve (ou o que pode e não pode, de acordo com os estereótipos dominantes em cada momento) ser considerado património” (Henriques, *op. cit.*, 300-301). Este processo de “distensão tipológica do património classificado”, em boa parte relacionado com a valorização dos patrimónios locais, que aparece em estreita ligação com o processo de descentralização e o reforço do poder municipal após 1974, significa que a “prioridade da patrimonialização desloca-se da sacralização dos *espaços de origem* e dos monumentos de relevância nacional para a preservação da memória e do carácter dos lugares, e o ato político de classificar perde com isso significado ideológico para se tornar essencialmente num fator de valorização dos territórios” (Henriques, *op. cit.*, 319).

3. Património cultural como recurso para o desenvolvimento territorial

Na ótica do quadro renovado das teorias do desenvolvimento territorial, uma das vias para a afirmação de um território ou lugar é aquela da construção e divulgação de uma imagem de distinção e de qualidade em muito centrada nas suas identidades e recursos simbólicos, não sendo aqui relevante a questão da escala geográfica (Carvalho, 2005). O património emerge de forma destacada neste contexto de afirmação das diferenças, marcado também pela forte concorrência entre os territórios num quadro espacial cada vez mais aberto, competitivo e exigente.

Importa, então, contextualizar os cenários espaciais dos processos de patrimonialização, isto é, o processo de apropriação de um determinado bem para o campo patrimonial, ou “a forma como se constrói socialmente o património, dos mecanismos e dos jogos de poder envolvidos na seleção dos objetos que

se decidem “sacralizar”, instituindo-os de um valor simbólico superior ao da sua utilidade” (Henriques, *op. cit.*, 60).

Durante muito tempo o património (porque ancorado à dimensão monumental e edificada) foi conotado e interpretado em estreita ligação com as cidades. Geógrafos, urbanistas, sociólogos e arquitetos reconhecem o seu papel como elemento fixador da imagem, identidade e expressão urbanística da cidade (Carvalho, 2005).

Choay (1992), citada por Aguiar (2000: 43), define de forma muito clara o conceito de património urbano e o seu enquadramento: “Para ser apreendida em toda a riqueza semântica, a noção de património urbano exige ser colocada em perspetiva, ou melhor ainda em corte, através dos estratos da sua história na tradição europeia”. Com origem mais recente (início do século XIX), em relação ao conceito de monumento histórico, o seu conteúdo é igualmente diferente pois não se trata de salvaguardar elementos singulares, mas de cidades, de bairros ou mais frequentemente de antigos tecidos urbanos, apreendidos como unidades autónomas, objetos específicos não redutíveis à soma dos seus componentes, mas caracterizados pelo modo de articulação e de diferenciação dos seus componentes (segundo a ideia de Choay, *op. cit.*).

Nos nossos dias é a arquitetura monumental (igrejas, conventos, mosteiros, palácios e palacetes, e algumas construções relacionadas com infraestruturas e obras públicas) a que mais perdura no tecido urbano em razão da sua maior qualidade construtiva e por ser tradicionalmente a mais valorizada e conservada (Fernandes e Carvalho, 2003). Essas paisagens históricas revestem-se de poderosos significados simbólicos (Vincent, 1997; Marques e Martins, 1998), exercendo um papel vital na construção e manutenção das culturas e na coesão das identidades ou de grupos sociais específicos (Lynch e Le Goff, citados por Sillos, 2003).

As políticas culturais urbanas têm incorporado a preservação do património edificado, sobretudo nas áreas antigas nas mais diversas cidades do mundo, onde se encontra a maior parte dos edifícios e monumentos com carácter simbólico (Troitiño Vinuesa, 1998), como estratégia de valorização e projeção da sua imagem e estratégia de desenvolvimento (Santana, 1995; Laborie, 1998; Ferreira, 1998), no plano nacional e internacional (Romancini, 2003; Silveira, 2003).

O turismo emerge de forma recorrente como fator de articulação económica e territorial e de valorização patrimonial, e por isso assume um papel destacado nas estratégias de requalificação e revitalização dos tecidos urbanos, nomeadamente em estreita ligação a novas formas de turismo (compatíveis com os recursos e que permitem aos residentes e visitantes ou turistas interagir de modo positivo e partilhar experiências) e a novos segmentos da procura turística. Estes são cada vez mais exigentes (qualidade dos serviços), realizam uma avaliação rigorosa dos produtos turísticos previamente, valorizam as experiências autênticas, estão motivados para a aprendizagem e autorrealização, e pretendem contribuir para efeitos positivos no destino (Borges e Lima, 2006).

Apesar de as relações entre território e cultura terem uma maior expressividade no espaço urbano (C. Henriques, 2003), assistimos nos últimos anos a um aumento do interesse pelo património dos territórios rurais. Esta nova atitude reflete as tendências internacionais de salvaguarda e valorização firmadas no seio de organizações como a UNESCO e o Conselho da Europa, e corresponde também ao objetivo de perpetuar e transmitir às gerações do presente e do futuro um acervo de bens (tangíveis e intangíveis) que fazem parte da memória coletiva e da identidade do mundo rural. Em geral, simbolizam meios e espaços de produção, objetos do quotidiano e espaços de construção e vida social que perderam função e sentido utilitário. O desafio é resgatar esses elementos e encontrar estratégias para a sua valorização, utilizando novas funcionalidades como alavancas do processo de ativação patrimonial.

Pereiro Pérez (2003) investigou a patrimonialização e a transformação das identidades culturais, com base em micro-intervenções patrimoniais centradas em quatro casos de estudo do noroeste ibérico. Segundo o investigador, as ações de reconhecimento, conservação, valorização e consumo turístico do património cultural, em quadros rurais de baixa densidade, reduzida pressão na paisagem rural e menor conflitualidade entre os atores, conduziram a que os diferentes elementos patrimoniais, antes símbolo do atraso, representassem na atualidade o progresso e o futuro, graças a uma mudança de função, significado e valor social desses bens patrimoniais (Carvalho, 2005).

Por sua vez, Godinho (2004), utilizando o exemplo da recriação das rotas do contrabando (Nordeste Transmontano e Galiza), mostra o papel de um conjunto de agentes que tentam “transformar o que foram banalidades quotidianas do

passado em poderosos elementos que servem de suporte à memória recriada da ruralidade”, sendo certo que esta “passou a constituir sobretudo um património de projeção para fora” (Godinho, *op. cit.*, 9). A partir de referências como Chevalier (2000), Bensa (2001) e Rautenberg (2000), a autora conclui que “à sombra da história, o património, com um marketing próprio, torna-se um destino dos tempos de lazer citadinos (...), na busca de um tempo sem ruturas, numa ruralidade delineada pelo urbano” (Godinho, *op. cit.*, 9-10).

Assim, a patrimonialização é um instrumento para enquadrar a dimensão local num todo que o transcende. A promoção do local e a sua patrimonialização estão muito marcadas pelo esbater das distâncias simbólicas que separavam o rural do urbano.

A ruralidade emerge também como construção simbólica. “A nova ruralidade distingue-se não pelo modo como espaço e produção são socialmente geridos ou territorializados, mas pelo revalorizar das componentes ecológicas e culturais dos espaços rurais e pela afirmação externamente qualificada das culturas, tradições e autonomias locais” (Nave, 2003: 142-143).

Do ponto de vista simbólico-ideológico, a revalorização social da dimensão não agrícola do mundo rural tem como mecanismo operatório a patrimonialização do espaço rural, quer na sua vertente ambiental, quer cultural. “Por um lado, o debate sobre o desenvolvimento sustentável sugere a valorização das dinâmicas de transformação e mudanças centradas em estratégias de re-naturalização ou de conservação da natureza. Por outro lado e em paralelo, a revalorização da conservação e recuperação dos patrimónios históricos e culturais da memória local (...) dá satisfação à manifestação e exposição da diferença do local” (*idem, ibidem*). Mas, como alerta o citado autor, a reconstrução do rural como projeto cultural, assente nesta conceção patrimonialista e naturalista de ruralidades simbólicas tornadas reais, e portanto na “diversidade natural, na ecologia da paisagem e na reinvenção patrimonial das identidades do lugar esbarra, contudo, com um obstáculo enorme: ela tem vindo a ter como pressuposto o esvaziamento económico e social da ruralidade existente”. Por isso é importante reintroduzir uma componente económica de carácter produtivo e incentivar a fixação da população que são elementos relevantes para a consolidação dos projetos de vivificação da ruralidade assentes na visão patrimonialista do mundo rural.



Figura 1 – Fragmento urbano de Monsanto (2006)

Foto: Paulo Carvalho

Deste modo, o património destaca-se, nos últimos anos, como um importante recurso na génese de diversas iniciativas de promoção do desenvolvimento, cruzando cenários urbanos e rurais de geometria variável e comprometendo diversos atores territoriais (Carvalho, *op. cit.*). De forma paralela, importa referir que as orientações mais recentes em matéria de políticas de desenvolvimento e instrumentos relativos à intervenção espacial refletem a centralidade do território.

Portanto, a convergência destas duas tendências favoreceu a construção de políticas e instrumentos que conduziram a importantes intervenções com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das populações e, ao mesmo tempo, induzir dinâmicas positivas de revitalização das estruturas económicas, demográficas e sociais.

Os exemplos mais relevantes no plano nacional desde meados dos anos 90 (século XX) como, por exemplo, as Aldeias Históricas de Portugal (figura 1), as Aldeias do Xisto, as Aldeias Vinhateiras do Douro e as Aldeias de Água (Alqueva), refletem a valorização do território e da dimensão local (como já se referiu), a utilização de estruturas de apoio técnico e científico de escala regional (comissões de coordenação e desenvolvimento regional; unidades de ensino e investigação) e local (gabinetes de apoio técnico e gabinetes técnicos locais), a construção de redes e o apoio financeiro do poder público (nacional e comunitário).

4. Notas finais

32

A presente reflexão centrada no património cultural, pretendeu mostrar a abrangência atual deste conceito, as preocupações relativas à sua salvaguarda e valorização bem como a participação dos territórios e das populações em iniciativas de desenvolvimento relacionadas com este recurso.

A visibilidade da temática patrimonial, o interesse da sociedade e a orientação da ação política dos Estados reflete o papel decisivo de importantes organizações internacionais, nomeadamente a UNESCO, o ICOMOS e o Conselho da Europa.

A expressão “do monumento ao território”, traduzindo o alargamento crescente e a enorme diversidade do universo patrimonial, ilustra muito bem o sentido da evolução do conceito de património cultural. Depois da perspetiva tradicional (reduzida), centrada nos monumentos herdados do passado, como as obras de arte escultórica e pictórica ou as grandes obras arquitetónicas, ganham expressão crescente as manifestações culturais intangíveis, como a música, as festividades, as tradições orais e os saberes-fazer. Ao mesmo tempo, emergem preocupações recentes que configuram novos desafios: conjuntos arquitetónicos rurais e urbanos; arquiteturas de veraneio; termas; infraestruturas de transporte; faróis; aspetos geológicos e naturais; cercas; muros, entre os mais relevantes. Portanto, alarga-se o campo patrimonial e reforça-se a vinculação ao território (e sociedade).

Portugal, no alinhamento das tendências internacionais e dos compromissos assumidos no quadro das instituições de referência neste domínio, adotou uma interpretação abrangente e dinâmica do conceito de património cultural, que envolve diferentes manifestações culturais e valoriza o quadro de relação territorial (não esqueçamos que o enquadramento paisagístico exerce influência, estática ou dinâmica, sobre o modo como o património é percebido). Além destas, são relevantes: a definição de áreas de proteção, e eventualmente áreas especiais, portanto servidões administrativas; a elaboração de um plano de pormenor e de salvaguarda que acompanhará a classificação de bens imóveis; a utilização do património como referencial da qualidade estética e paisagística dos lugares; a participação pública dos cidadãos e a atribuição de responsabilidade crescente às autarquias, que podem (e devem) desempenhar um papel crucial neste domínio, nomeadamente por via de instrumentos de gestão territorial de natureza regulamentar e estratégica (Carvalho, 2005).

Ao mesmo tempo, o património emerge como recurso estratégico para sustentabilidade e o desenvolvimento dos territórios e das populações, como se traduz em diversas políticas e iniciativas que procuram, de forma recorrente, (re) construir memórias, aprofundar identidades e fortalecer os territórios na ótica da sua inserção na nova ordem global. A ativação do património cultural (em contextos rurais e urbanos, e neste último essencialmente macro-intervenções no âmbito do património construído) aparece cada vez mais ligada ao turismo alternativo (cultural e ambiental).

Quase a concluir, citamos uma ideia extraída de um texto recente do IPPAR, que sintetiza de forma muito clara a emergência do território no universo conceptual e operativo do património cultural e da sua relação com o ordenamento e o desenvolvimento territorial: a abordagem do património “tende para uma visão integrada, territorial e profundamente dinâmica, colocando os seus elementos, de tipologias, contextos e escalas muito díspares, cada vez mais em relações sistemáticas entre si e com o seu suporte físico, ambiental, social e económico” (IPPAR, 2004: 221).

O derradeiro eixo desta reflexão pretende mostrar a importância da educação patrimonial, como processo de mediação entre o património e a sociedade, que visa o desenvolvimento duradouro de conhecimentos, vínculos e valores que promovam a estima, a salvaguarda e a valorização do património. Esta temática emergente, marcada por diferentes conceções e modelos, na perspetiva dos contextos de atuação sugere uma dupla aceção:

- A via formal, envolvendo atividades educativas intencionais, estruturadas e sistemáticas, é um campo em aberto que está longe de responder aos princípios e recomendações dos principais organismos internacionais.
- A via informal, traduz a participação de instituições e contextos extraescolares, como acontece, por exemplo, com os centros de interpretação da paisagem e as iniciativas museológicas e neo-museológicas.

O modelo mais completo para ensinar e aprender o património pode ser expresso através do seguinte esquema/sequência conceptual (Fontal Merillas, *op. cit.*):

- Objetivos (porquê ensinar-aprender?).

- Conteúdos (o que ensinar/aprender?).
- Metodologia (como ensinar/aprender?).
- Sujeitos/públicos (a quem ensinar?).
- Contextos de atuação (onde ensinar/aprender?).
- Educador (quem ensina/aprende?).

Por sua vez, o desenvolvimento de ações educativas obedece a uma sequência de procedimentos: conhecer, compreender, respeitar, valorizar, cuidar, desfrutar, transmitir.

As recentes “Jornadas Europeias do Património” (22 a 24 de setembro de 2006), uma iniciativa anual do Conselho da Europa e da União Europeia, sob o título “Património [...] Somos Nós”, são um exemplo muito interessante da importância atual do património e do esforço do poder público no sentido de promover o envolvimento dos cidadãos com o património e a participação destes na descoberta do legado histórico e cultural nacional e europeu (Carvalho, 2006). A iniciativa em Portugal, sob coordenação do Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR), envolveu cerca de 110 municípios, 400 locais, 200 instituições públicas e privadas, e um programa variado (de mais de cinco centenas de acontecimentos) com um leque diversificado de atividades (visitas guiadas a museus, a monumentos classificados e a núcleos antigos; conferências e palestras; exposições temáticas; recitais de música; peças de teatro; reconstituição de acontecimentos históricos; ateliers lúdicos e pedagógicos; edição de publicações, entre outros), organizadas em parceria com um significativo número de entidades. Em síntese, este evento ofereceu uma nova forma de olhar o património cultural – “uma realidade viva que só adquire significado na sua relação com as pessoas e as comunidades” (IPPAR, 2006), segundo uma proposta que enfatizou a família no processo de transmissão da herança cultural e no reforço dos laços temporais e afetivos entre pessoas e lugares (Carvalho, *op. cit.*).

Bibliografia

- Aguiar, J. 2000, "A conservação do património urbano e o lugar das novas arquiteturas", *Atas do 1º Fórum Internacional de Urbanismo. Estratégias de Reabilitação de Centros Históricos*, Vila Real, pp. 27-46.
- Afonso, J. 2006, *A Carta Municipal do Património e os Planos Diretores Municipais de 2.ª Geração*. Documento do "Seminário Cartas e Recomendações Internacionais do Património", Fundação, 5 pp. (fotocopiado).
- Alarcão, J. 1987, "Introdução ao estudo da história e do património locais", *Cadernos de Arqueologia e Arte*, 2, Coimbra, Faculdade de Letras, pp. 61-66.
- Alexandrino, J. 2000, "Uma nova Lei de Bases para o Património", *Atas do 1º Fórum Internacional de Urbanismo. Estratégias de Reabilitação de Centros Históricos*, Vila Real, pp. 15-26.
- Alvergne, C. et Taulelle, F. 2002, *Du Local à l'Europe. Les Nouvelles Politiques d'aménagement du Territoire*, PUF, Paris.
- Ashworth, G. J. & Larkham, P. J. (eds.) 1994, *Building a New Heritage. Tourism, Culture and Identity in the New Europe*, Routledge, London.
- Bachoud, L. ; Jacob, Ph. et Toulhier, B. 2002, *Patrimoine cultural bâti et paysager. Classement, conservation, valorisation*, Éditions Dalloz, Paris.
- Ballart Hernández, J. 2001, *Gestión del patrimonio cultural*, Ariel, Barcelona.
- Borges, M. R. e Lima, S. 2006, "O Turismo de Montanha: abordagem conceptual e enquadramento do produto", *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 6, Aveiro, pp. 157-165.
- Calado, L. F., Pereira, P. e Leite, J. P. 2001, "Falando com franqueza: a salvaguarda do Património e os seus (enormes) problemas", *Estudos/Património*, 1, Lisboa, pp. 103-107.
- Calado, L. F., Pereira, P. e Leite, J. P. 2002, "O regresso dos monges. Intervenções do IPPAR em conjuntos monásticos", *Estudos/Património*, 2, Lisboa, pp. 5-22.
- Carvalho, A. 2006, "Programa das Aldeias do Xisto: caminhos para o Turismo de Natureza", *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 6, Aveiro, pp. 27-30.
- Carvalho, P. 2003, "Património Cultural e Iniciativas de Desenvolvimento no Espaço Rural", in *Território, do Global ao Local e Trajetórias de Desenvolvimento*, coord. L. Caetano, Centro de Estudos Geográficos, Coimbra, pp. 199-227.
- Carvalho, P. 2005, *Património cultural e trajetórias de desenvolvimento em áreas de montanha. O exemplo da Serra da Lousã*. Dissertação de doutoramento em Geografia apresentada à FLUC, Coimbra.
- Carvalho, P. 2006, "Turismo cultural, património e políticas públicas em contextos rurais de baixa densidade", in *Atas do Congresso de Turismo Cultural, Território e Identidades*, eds. M. G. Santos, R. Vieira e M. Mendes, Instituto Politécnico de Leiria, Leiria, 21 pp.
- Carvalho, P. & Fernandes, J. L. 2006, "Military Heritage Identity and the Development: a Case Study of Elvas, Portugal", in *Heritage, Memory and the Politics of Identity. New Perspectives on the Cultural Landscape*, eds. N. Moore & I. Whelan, Ashgate, Aldershot, pp. 121-132.
- CCRC 2001, *Programa Operacional da Região Centro: 2000-2006*, Comissão de Coordenação da Região Centro, Coimbra.
- CCRC 2002, *Aldeias Históricas de Portugal. Um Património com Futuro*, Comissão de Coordenação da Região Centro, Coimbra.
- CCDR 2003/2004, *Aldeias do Xisto*. Revista de acompanhamento do Programa das Aldeias do Xisto do Pinhal Interior do PORC (2000-2006), 1 a 5, Coimbra.

- Choay, F. 1992, *L'Allégorie du patrimoine*, Editions du Seuil, Paris.
- Correia, M. B. 2006, *Uma abordagem Histórica às Normas Internacionais*. Texto da comunicação apresentada no âmbito do “Seminário Cartas e Recomendações Internacionais do Património”, Fundação, 6 pp. (fotocopiado).
- Daveau, S. 1988, “Contribuição para uma coletânea de antigas descrições geográficas da Lousã”, *Livro das Jornadas de Cultura e Turismo* (Comemoração do 150º aniversário da 1ª Viagem Turística e Cultural à Serra da Lousã), Lousã, pp. 89-111.
- Fernandes, J. L. & Carvalho, P. 2003, “Património, memória e identidade: repensar o desenvolvimento”, in *Território, Ambiente e Trajetórias de Desenvolvimento*, coord. L. Caetano, Centro de Estudos Geográficos, Coimbra, pp. 193-217.
- Ferreira, V. M 1998, “Património urbano: a memória da cidade”, *Urbanidade e Património*, IGAPHE, Lisboa, pp. 53-61.
- Flores, J. M. 1998, “Património. Do Monumento ao Território”, *Urbanidade e Património*, IGAPHE, Lisboa, pp. 11-18.
- Fontal Merillas, O. 2003, *La educación patrimonial. Teoría y práctica en el aula, el museo e internet*, Ediciones Trea, Gijón.
- Henriques, C. 2003, *Turismo, Cidade e Cultura. Planeamento e Gestão Sustentável*, Edições Sílabo, Lisboa.
- Godinho, P. 2004, “Do Estado cego à fronteira invisível: na senda de um problema”, *Atas do V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais*, Bragança, 20 pp. (edição em cd-rom).
- Henriques, E. B. 2003, *Cultura e território, das políticas às intervenções. Estudo geográfico do património histórico-arquitetónico e da sua salvaguarda*, Dissertação de doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 596 pp.
- Hall, D.; Roberts, L. & Mitchell, M. 2003, *New Directions in Rural Tourism*, Ashgate, Aldershot
- Howard, P. 2003, *Heritage: management, interpretation, identity*, Continuum, London.
- IPPAR 1994, *Património Arquitetónico e Arqueológico. Informar para Proteger*, Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico, Lisboa.
- IPPAR 1996, *Cartas e Convenções Internacionais (Património Arquitetónico e Arqueológico)*, Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico, Lisboa.
- IPPAR 2004, *Revista Estudos/Património*, Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico, 7 (Outros Patrimónios), Lisboa.
- IPPAR 2006, *Património [...] Somos Nós. Jornadas Europeias do Património*, Instituto Português do Património Arquitetónico, Lisboa.
- Laborde, P. 1998, “L'identité: valeur du futur de la ville”, *Cadernos de Geografia*, 17, Coimbra, pp. 191-193.
- Marques, H. & Martins, L. 1998, “Memória, herança, património e paisagem”, *Cadernos de Geografia*, 17, Coimbra, pp. 123-128.
- Monteiro, N. 2003, “A patrimonialização do espaço rural e o património edificado. Algumas notas”, in *Portugal Chão*, org. J. Portela & J. C. Caldas, Celta Editora, Lisboa, pp. 217-230.
- Nave, J. G. 2003, “O rural e os seus duplos”, in *Portugal Chão*, org. J. Portela & J. C. Caldas, Celta Editora, Lisboa, pp. 129-148.
- Oliveira, J. M. P. 2000, “Ideias e Cultura do Plano: o ordenamento do território na perspetiva dos espaços urbanos”, in *Pensar o Ordenamento do Território: ideias, planos, estratégias*, coord. M. J. Ferreira, Universidade Nova, Lisboa, pp. 50-53.

- Pereiro Pérez, X. 2003, "Patrimonialização e transformação das identidades culturais", in *Portugal Chão*, org. J. Portela & J. C. Caldas, Celta Editora, Lisboa, pp. 231-247.
- PINUS VERDE 2005/2006, *Aldeias do Xisto* (A descoberta Começa Aqui), PINUS VERDE, Fundão, série II, 1, 2 e 3, Fundão.
- PINUS VERDE 2006, "Aldeias do Xisto: um novo destino no centro de Portugal", *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 6, Aveiro, pp. 95-100.
- Romancini, S. 2003, "Cuibá: seus espaços e memória", in *Historical dimensions of the relationship between space and culture* (Rio Conference 2003), ed. M. Abreu, Commission on the Cultural Approach in Geography/International Geographical Union e Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (edição em cd-rom).
- Santana, A. P. 1995, "Interpretação da imagem e qualidade ambiental de Barcelos", *Cadernos de Geografia*, 14, Coimbra, pp. 17-36.
- Sillos, J. 2003, "Valores e significados da paisagem através da análise morfológica do espaço urbano", in *Historical dimensions of the relationship between space and culture* (Rio Conference 2003), ed. M. Abreu, Commission on the Cultural Approach in Geography/International Geographical Union e Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (edição em cd-rom).
- Silveira, C. B. 2003, "Centralidades no tecido urbano: a construção de identidades e os espaços de memória", in *Historical dimensions of the relationship between space and culture* (Rio Conference 2003), ed. M. Abreu, Commission on the Cultural Approach in Geography/International Geographical Union e Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (edição em cd-rom).
- Troitiño Vinuesa, M. 1998, "Turismo y desarrollo sostenible en ciudades históricas", *Eria* (Revista Cuatrimestral de Geografía), 47, Oviedo, pp. 211-227.

Legislação

- Lei nº 13/85, de 6 de julho, *Diário da República*, I Série, 153, 1865-1874 (Património Cultural Português).
- Decreto-Lei nº 19/93, de 23 de janeiro, *Diário da República*, I Série-A, 19, pp. 271-277 (Rede Nacional de Áreas Protegidas).
- Lei nº 48/98, de 11 de agosto, *Diário da República*, I Série-A, 184, pp. 3869-3875 (Estabelece as Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo).
- Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de setembro, *Diário da República*, I Série-A, 222, pp. 6590-6622 (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 310/2003, de 10 de dezembro.
- Lei nº 107/2001, de 8 de setembro, *Diário da República*, I Série-A, 209, pp. 5808-5929 (Estabelece as Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural Português).

Recursos eletrónicos

www.unesco.org (consulta em 28/09/2006).

www.coe.int (consulta em 29/09/2006).

www.international.icomos.org (consulta em 28/09/2006).

(Página deixada propositadamente em branco)

PATRIMÓNIO CULTURAL E ESTRATÉGIAS
DE DESENVOLVIMENTO EM PORTUGAL:
BALANÇO E NOVAS PERSPETIVAS⁹

1. Património cultural: preocupações, orientações e tendências evolutivas

As investigações e as publicações científicas de cariz geográfico sobre o património cultural refletem duas tendências evolutivas principais e configuram duas perspetivas de análise complementares: por um lado, a integração do património no contexto da regulação do uso do solo, ou seja, o património como condicionante dos instrumentos de planeamento territorial; por outro lado, a utilização do património cultural como recurso para o desenvolvimento territorial, em áreas de intervenção muito diversas mas em geral vinculadas a processos de requalificação, revitalização e dinamização.

Pretende-se, com a presente reflexão, constituir uma ponte entre estes dois domínios de análise e enfatizar, de forma mais aprofundada, a inclusão do património cultural nas estratégias de desenvolvimento territorial.

Em matéria de salvaguarda e valorização do património cultural as últimas décadas do século XX foram marcadas por um conjunto relevante de preocupações patrimoniais vertidas em documentos orientadores e quadros de expressão normativa que cruzam as escalas internacional e nacional.

⁹ Revisto e atualizado a partir do texto com o mesmo título publicado nas *Atas do X Coloquio Internacional de Geocrítica* (org. Mercedes Arroyo *et al.*, Universidad de Barcelona, 2008, 14 pp.).

1.1 Contexto internacional

A normativa internacional sobre património cultural, vertida em largas dezenas de documentos (convenções, resoluções, recomendações e outros atos), onde se destaca o papel de instituições como, por exemplo, a UNESCO, o Conselho da Europa e o ICOMOS), permite fixar as principais tendências evolutivas neste domínio, a saber: crescimento e alargamento do campo patrimonial; importância crescente das dimensões imateriais e dos ambientes rurais e vernaculares; valorização do contexto paisagístico; vinculação ao território e aos cidadãos; atribuição de maior responsabilidade ao poder local; reconhecimento do valor inestimável da educação patrimonial.

Aos Estados nacionais, por via da sua participação nas decisões das principais organizações internacionais, compete transpor para a legislação interna e integrar nas políticas sectoriais as orientações e tendências evolutivas que marcam esta matéria.

1.2 Escala nacional: o exemplo de Portugal

No caso de Portugal, o reconhecimento da salvaguarda e valorização do património cultural como atribuição do Estado teve como referência normativa mais relevante, até ao final do século XX, a Lei do Património Cultural Português (Lei nº 13/85, de 6 de julho). A base conceptual deste diploma reflete a importância da classificação dos bens imóveis no sentido de distingui-lo pelo seu valor histórico, cultural ou estético, e garantir a sua conservação e fruição pela comunidade, conferindo-lhe uma proteção legal e um estatuto privilegiado.

Dois anos depois, a Lei de Bases do Ambiente (Lei nº 11/87, de 7 de abril), no artigo 17.º, identifica a paisagem e o património natural e construído como componentes que “definem, no seu conjunto, o quadro específico de vida, onde se insere e de que depende a atividade do homem”, e no artigo 20.º, estabelece que o “património natural e construído do País, bem como o histórico e cultural, serão objeto de medidas especiais de defesa, salvaguarda e valorização, através, entre outros, de uma adequada gestão de recursos existentes e planificação das ações a empreender numa perspetiva de animação e utilização criativa”. No âmbito dos objetivos e medidas o diploma consagra, entre outros, o reforço das ações e medidas de defesa e recuperação do património cultural, quer natural,

quer construído, assim como preconiza a proteção e valorização da paisagem como unidade estética e visual (Carvalho, 2005).

Apesar destes contributos, persistiram indefinições políticas (como a falta de regulamentação da Lei nº 13/85) e ações contraditórias e penalizantes para o património (e a qualidade de vida dos cidadãos) nomeadamente decisões relacionadas com processos de urbanização.

A transição do milénio é contemporânea de um novo regime de proteção e valorização do património cultural português. As suas finalidades, enquanto tarefa fundamental do Estado e dever dos cidadãos, são: “incentivar e assegurar o acesso de todos à fruição cultural; vivificar a identidade cultural comum de Portugal e das comunidades regionais e locais a ela pertencentes e fortalecer a consciência da participação histórica do povo português em realidades culturais de âmbito transnacional; promover o aumento do bem-estar social e económico e o desenvolvimento regional e local; defender a qualidade ambiental e paisagística” (Lei nº 107/2001, de 8 de setembro).

Nos termos do novo quadro jurídico, o património cultural é constituído por todos os bens (materiais e imateriais) que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização, mas, também, quando for caso disso, os respetivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa”. “O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico dos bens que integram o património cultural reflectirá valores de memória, antiguidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade” (Lei nº 107/2001, de 8 de setembro).

Ainda segundo este diploma, são definidas categorias de proteção dos bens imóveis e móveis: os primeiros podem pertencer às categorias de *monumento*, *conjunto* ou *sítio* e os segundos, entre outras, às seguintes categorias: património arqueológico, arquivístico, áudio-visual, bibliográfico, fonográfico e fotográfico. De igual modo são considerados os bens imateriais tais como as “expressões orais de transmissão cultural e os modos tradicionais de fazer, nomeadamente as técnicas tradicionais de construção e de fabrico e os modos de preparar alimentos” (Lei nº 107/2001). O nível de proteção é definido em função do interesse nacional, público ou municipal dos bens a classificar.

A nova lei do património cultural português alicerça-se num conceito alargado, abrangente e multidimensional que envolve diferentes manifestações de património cultural, e reflete as principais tendências internacionais e os compromissos assumidos pelo Estado neste domínio. A defesa da qualidade ambiental e paisagística é consagrada mediante a definição de outras formas para assegurar que o património cultural se torne um elemento potencializador – e também da coerência das categorias que o integram. Neste particular, a legislação obriga os diversos níveis de organização (pública) do país a promover a adoção de providências tendo em vista a recuperação de centros históricos e outros conjuntos urbanos, aldeias históricas, paisagens, parques, jardins e outros elementos naturais, arquitetónicos ou industriais integrados na paisagem. De igual modo relevante é a participação dos cidadãos interessados na gestão efetiva do património cultural, assim como o reconhecimento da importância das novas tipologias como a arquitetura do espetáculo, o património industrial, as cercas monásticas, os jardins, o património vernacular, entre outras, como grandes desafios no âmbito da salvaguarda e proteção do património cultural (Carvalho, 2007).

Por outro lado, como já se referiu, o património cultural aparece de forma recorrente no centro de políticas públicas e instrumentos de promoção do desenvolvimento. A diversidade de exemplos, na perspetiva dos contextos e das escalas de intervenção, revela, ao mesmo tempo, a crescente centralidade dos recursos diferenciadores dos lugares e o seu potencial estratégico no âmbito de um quadro geográfico cada vez mais aberto, competitivo e seletivo. A partir do exemplo de Portugal, pretendemos refletir sobre o modo como o Estado tem integrado o património cultural nas políticas públicas de promoção do desenvolvimento.

2. Património cultural e promoção do desenvolvimento em Portugal: avaliação e novas tendências das políticas públicas

2.1 Dinamismo do setor cultural

Como reconhece um relatório recente (maio de 2004) de avaliação do Programa Operacional da Cultura (2000-2006), o desenvolvimento económico e social de Portugal, verificado nos últimos anos, tem sido acompanhado por uma

crescente consciencialização das entidades públicas e privadas e da população em geral, da importância de valorizar a cultura e de criar condições para que a mesma possa usufruir de um conjunto de bens e serviços culturais, cada vez mais vasto e diversificado.

No alinhamento desta situação nota-se que o financiamento nacional dos investimentos no setor da cultura tem registado um crescimento muito acentuado em igual período. “Assim, o Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central – PIDDAC – do Ministério da Cultura tem crescido desde 1995 a uma taxa anual média de 12% (passando de 2.32% para 2.75% do total daquele Plano para toda a Administração Pública)” (MC, 2004: 8).

Os resultados de um estudo realizado pela Comissão de Coordenação da Região Norte, entre 1994 e 1997, com base em inquéritos por questionário e entrevistas aos responsáveis pelo pelouro da cultura de 75 Câmaras Municipais da Região Norte, apontam como principal conclusão a progressiva afirmação da cultura, como recurso e como tarefa. A quantidade e a qualidade das realizações dependem, mais do que de divisórias geográficas e do quantitativo financeiro afetado, sobretudo do investimento feito nos meios humanos e nos adequados conceitos e critérios da sua escolha e creditação (Ferreira, 1998).

Os meios financeiros disponibilizados pelos fundos Comunitários, a par dos recursos do Estado e das Autarquias Locais (que ganharam atribuições específicas em matéria cultural desde 1984, com a publicação da lei orgânica das autarquias, designadamente a instituição da cultura como atividade e pelouro no âmbito da atividade municipal e da sua estrutura de governo) têm contribuído para melhorar a situação cultural do País, sendo particularmente interessante a evolução verificada no que respeita à criação de bibliotecas públicas e à recuperação de uma parte importante dos monumentos nacionais mais emblemáticos (MC, 2004).

As últimas informações estatísticas disponíveis sobre os domínios abrangidos pelas intervenções públicas na cultura confirmam o dinamismo recente do setor cultural. De acordo com os indicadores de cultura por município, em 2005, a despesa das câmaras municipais em atividades culturais representava 12.5% no total de despesas, com variações importantes por município. A partir do exemplo da Região Centro, é possível identificar situações muito diferentes na amplitude definida pelo intervalo de variação de 4 a 39% (em Sátão e Aguiar da Beira, respetivamente, municípios da sub-região do Dão-Lafões).

No que diz respeito às despesas das câmaras municipais em cultura, por domínio, em 2006, segundo a publicação Indicadores Sociais, do Instituto Nacional de Estatística (2007 a), constatamos uma evolução positiva desde 2000, em que o investimento passou de 560 para 803 milhões de euros (o equivalente a mais 43.4%). Uma análise mais pormenorizada permite evidenciar que ao longo deste período as despesas mais relevantes aconteceram no domínio dos Jogos e Desportos (cerca de 40% do valor gasto em 2006). Completam a hierarquia dos cinco maiores domínios das despesas das câmaras municipais em cultura, em 2006, os Recintos Culturais (106.7 milhões de euros), o Património Cultural (85.3 milhões de euros), as Publicações e Literatura (77.2 milhões) e as Atividades Sócio-culturais (69.2 milhões).

Em relação aos museus, segundo as Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, do Instituto Nacional de Estatística, publicadas no âmbito dos Indicadores Sociais (2007), em 2006, foram considerados para fins estatísticos 291 museus em Portugal (de acordo com um conjunto de cinco critérios definidos pelo INE aplicados a um universo de mais de 600 museus), mais 6 do que em 2005, os quais receberam um total de 10.3 milhões de visitantes. Este valor evoluiu de forma positiva desde 2003, quando se registaram 8.9 milhões de visitantes, e de modo mais consistente desde 2005. Em 2006, os museus mais visitados foram os Monumentos Musealizados (quase 3 milhões de visitantes) e os Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários (cerca de 2.6 milhões de visitantes) com mais de 53% do total de visitantes, seguidos dos Museus de Arte, com 16% – estes dois tipos de museus representavam cada um apenas 5% do total de museus em Portugal. Dos 263 museus contabilizados no Continente, verifica-se uma distribuição tendencialmente uniforme nas regiões Norte, Centro e Lisboa (no intervalo de variação de 69 a 75 entidades museológicas por região) e uma representação menos significativa do Alentejo (36 museus) e do Algarve (onde foram considerados apenas 8 museus). A mesma situação de assimetria acontece com as galerias de arte e espaços de exposições temporárias (811 em Portugal, dos quais 773 no Continente), que receberam em 2006 cerca de 5.5 milhões de visitantes (INE, 2007). É importante referir que a maioria dos museus portugueses são pertença de entidades públicas (cerca de 85%) – e os restantes 15% correspondem a museus privados. De entre os museus de propriedade pública, as quatro dezenas de Museus Nacionais (sob tutela da Administração Central,

através do Instituto Português de Museus) constituem apenas 15% do número total, sendo os restantes museus de responsabilidade de Câmaras Municipais e outras entidades públicas. Os referidos Museus Nacionais são aqueles que atraem o maior número de visitantes nacionais e estrangeiros – cerca de metade do total de visitantes – o que permite aferir da sua qualidade, dimensão e capacidade de atração do público (MC, 2004).

No que concerne ao património, segundo as Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, em 2006, estavam inventariados pela Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, 4272 imóveis protegidos, dos quais 58% eram imóveis de interesse público. Os monumentos nacionais e os valores concelhios representavam 20 e 23%, respetivamente, no total de imóveis protegidos. Sobre a distribuição de imóveis por categoria arquitetónica, a partir de um universo constituído por mais de 10 mil imóveis inventariados, destacavam-se as arquiteturas civil e religiosa, cada uma com 43%. Os sítios (5.2%), a arquitetura militar (4.1%), os conjuntos (1.8%) e a paisagem (1.8%) completavam a listagem (INE, 2007 b). Com base no referido universo, sabemos também que a distribuição de imóveis, por entidade proprietária, revela a preponderância das entidades privadas (54.5%) em relação às entidades públicas (34.3%).

Apesar de se reconhecer o papel relevante e crescente do setor privado na dinamização e produção de bens e serviços culturais, continua a ser o Estado a desempenhar a tarefa de maior investidor e dinamizador (situação que decorre das competências e responsabilidades diretas que lhe estão reservadas em matéria cultural). Neste quadro, é relevante identificar e analisar os recursos financeiros disponibilizados para o setor da cultura e o seu contributo para o desenvolvimento do País.

2.2 Programa Operacional da Cultura (2000-2006):

eixos prioritários e resultados

A importância da cultura como eixo fundamental para a estratégia de desenvolvimento do País está bem patente na criação de um Programa Operacional para a Cultura (POC) no Quadro Comunitário de Apoio III (2000-2006) para Portugal. O POC está integrado no Eixo 1 do Plano de Desenvolvimento Regional

(PDR), que por sua vez pretende elevar o nível de qualificação dos portugueses, bem como promover o emprego e a coesão social. Os restantes eixos do PDR repartem-se pelos objetivos de alterar o perfil produtivo em direção às atividades do futuro; afirmar a valia do território e da posição geoeconómica do país, e promover o desenvolvimento sustentável das regiões e da coesão nacional.

Como refere o Ministério da Cultura, esta medida foi inovadora no quadro comunitário, dado que se tratou do primeiro Programa Operacional da Cultura, na União Europeia. Enquanto no QCA II (1994-1999) o setor da cultura detinha apenas duas medidas do Subprograma Turismo e Património Cultural (Programa Operacional da Modernização do Tecido Económico) no QCA III passou a constituir um Programa Operacional Autónomo. O objetivo de valorização cultural passou a valer por si mesmo e pelas potencialidades intrínsecas do setor cultural na dinamização das atividades económicas, designadamente pela crescente importância das indústrias de conteúdos, na valorização dos recursos humanos e na criação de emprego qualificado. Em paralelo, facilitar e generalizar o acesso à cultura e fomentar a criação artística e literária são fatores basilares de qualidade de vida, de valorização pessoal e social, de prevenção e redução de fenómenos de exclusão (MC, 2004).

O POC (2000-2006), com os objetivos de reforçar a cultura como fator de desenvolvimento e de emprego e promover um maior equilíbrio espacial no acesso à cultura, foi estruturado em dois eixos prioritários e quatro medidas, duas em cada eixo. O eixo 1, com o propósito de valorizar o património histórico e cultural, aparece desdobrado em duas medidas: uma vocacionada para os sítios patrimonialmente relevantes, e outra direcionada para as entidades museológicas. Por um lado, perspetiva-se o apoio a projetos de recuperação e animação dos sítios históricos e culturais (incluindo ações como obras de recuperação e de valorização de monumentos, sítios históricos e arqueológicos; edição de publicações e outros suportes documentais e digitais com conteúdos relativos ao património; acontecimentos culturais ligados à valorização e animação do património bem como formação e captação de públicos através de planos de dinamização integrada, e grandes eventos culturais). Por outro lado, prevê-se apoiar a modernização e dinamização dos museus nacionais (obras de construção, recuperação ou valorização dos museus; oficinas de conservação e restauro dos museus; serviços dos museus: bibliotecas, mediatecas, arquivos fotográficos,

extensões educativas; exposições permanentes; instrumentos de divulgação pública dos museus e/ou suas coleções; estudos e outros instrumentos de reflexão/divulgação sobre museologia e museografia).

O eixo 2, com o intuito de favorecer o acesso a bens culturais, integra dois subconjuntos de medidas, a pensar sobretudo na importância dos recintos culturais (criação de uma rede fundamental de recintos culturais; construção, recuperação ou valorização de recintos culturais; eventos de animação cultural, na fase de arranque dos mesmos recintos; descentralização das artes e programação em rede; promoção da cultura popular), mas também na perspectiva da utilização das novas tecnologias de informação para acesso à cultura (como a instalação de rede informática em museus, palácios e monumentos para apoio aos utentes) e ao serviço da cultura (a título de exemplo, podemos referir as tarefas de inventário e digitalização do património imóvel e móvel e sua divulgação; e o tratamento e digitalização de arquivos, fundos bibliográficos e do património musical português cuja edição seja de manifesto interesse cultural).

Em sentido geral os beneficiários do POC são os organismos do Ministério da Cultura; outras entidades públicas ou equiparadas, nomeadamente empresas públicas, municipais ou sociedades detidas maioritariamente pelo Estado ou pelas Autarquias, que tenham como objeto principal o desenvolvimento de atividades culturais; autarquias locais; fundações que prossigam fins culturais; entidades privadas sem fins lucrativos que prossigam fins culturais.

A programação financeira do POC, com alterações de pormenor no decurso da sua execução, apontava para um investimento previsto de 350 milhões de euros, em que quase 260 milhões (74% do total) estavam destinados às ações de valorização do património histórico e cultural (eixo 1), e pouco mais de 90 milhões de euros estavam reservados para apoiar iniciativas no âmbito do eixo 2 (favorecer o acesso a bens culturais).

A partir do último Relatório Semestral de Execução (1º semestre de 2007) disponível, podemos referir que em 30 de junho de 2007 a execução financeira (entendida como o valor FEDER da despesa validada pela Gestão e certificada à Comissão Europeia) ascendia a 181.2 milhões de euros, dos quais 122.4 milhões dizem respeito a projetos do eixo 1 (valorizar o património histórico e cultural), ou seja, 67.5% do montante em causa, e 58.8 milhões de euros no eixo 2 (32.5% do total). A repartição da execução por medida revela equilíbrio nas medidas do

eixo 1 e assimetrias no eixo 2 (47.3 milhões de euros para a criação de uma rede fundamental de recintos culturais; 7.4 milhões de euros para a utilização das NTI para acesso à cultura; e 3.9 milhões de euros para assistência técnica). Contudo importa explicar que o investimento elegível homologado ascendia a quase 429 milhões de euros.

Em relação à tipologia de promotores beneficiários do POC, segundo a mesma fonte, dos 421 projetos homologados, constata-se que os Organismos do Ministério da Cultura representam cerca de 41% do total de projetos aprovados, enquanto que as Autarquias Locais/Associações de Municípios correspondem a 35%, as Entidades Privadas a 19%, as Outras Entidades a 4% e as Parcerias entre diversas entidades (públicas e privadas) representam 1% do total de projetos homologados. Portanto, verifica-se que são os dois primeiros tipos de promotores que absorvem a maior parte do apoio financeiro do POC. De entre os primeiros, destaca-se o Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (entidade que resultou da fusão dos antigos Instituto Português do Património Arquitetónico e Instituto Português de Arqueologia), com 69 projetos homologados, que absorvem um FEDER comprometido de quase 57 milhões de euros e o Instituto dos Museus e da Conservação (antigo Instituto Português de Museus) com 50 projetos homologados e um compromisso FEDER de 31.6 milhões de euros (MC, 2007).

Importa salientar que face a igual período em 2006, os projetos homologados das Autarquias Locais/Associações de Municípios tiveram um acréscimo muito significativo, tendo passado de 62 projetos homologados em 30.06.06 para 146 projetos em 30.06.07, o que revela um peso muito significativo dos investimentos realizados por estes executores, nomeadamente ao nível da recuperação do património, construção/requalificação de museus, e ainda construção/recuperação de recintos culturais (MC, 2007).

A implementação regional do POC, tendo presente a comparação financeira do POC com o nível de compromissos, revela que região Norte é a que concentra a maior percentagem do FEDER homologado. Seguem-se a região Centro, com 26%, e a região de Lisboa e Vale do Tejo, com 17%.

Em relação ao período de programação anterior, podemos referir que o apoio mobilizado para o setor da cultura no período do Quadro Comunitário de Apoio II (1994-1999), com a comparticipação dos fundos estruturais, foi assegurado essencialmente pelo FEDER no âmbito da Componente Cultura da

Intervenção Operacional Turismo e Património Cultural. No âmbito desta componente a despesa programada ascendeu a mais de 110 milhões de euros, dos quais a esmagadora maioria foi utilizada em projetos de natureza infraestrutural, designadamente a construção e revalorização de Monumentos e Museus. Com efeito, apenas cerca de 8% do investimento foi afeto a ações de âmbito imaterial, abrangendo Festivais Culturais e Inventariação do Património (MC, 2004: 14). Apesar do valor modesto do investimento, se comparado com o QCA III, os efeitos positivos na coesão económica e social motivaram o interesse em reforçar o investimento na área cultural, nomeadamente nas infraestruturas e serviços – no alinhamento da análise acima realizada.

Para além da Intervenção Operacional Turismo e Património Cultural, foram apoiados projetos e ações culturais por via dos Programas Operacionais Regionais, do Programa Operacional de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional/componente Aldeias Históricas (com 10 aldeias do Centro de Portugal e um investimento, no período de 1995 a 1999, de quase 26.5 milhões de euros, em ações de requalificação urbanística, valorização patrimonial, renovação e ampliação da rede de infraestruturas básicas, promoção e animação turística, e revitalização da economia local) e dos Programas de Iniciativa Comunitária para a Cooperação Transfronteiriça (INTERREG II) e o Desenvolvimento Rural (LEADER II), entre os mais significativos.

Segundo o Relatório de Avaliação do POC, de 2004, o investimento total para a área da cultura apoiado nos diversos programas operacionais do QCA II, foi de 243 milhões de euros (dos quais 176 milhões de euros apoiados pelo FEDER), destacando-se os Museus (25.1% do total), os Teatros (13.5%), as Bibliotecas (12.9%) e as ações em Palácios e Palacetes (10.3%), e em Mosteiros e Conventos (7.8%). A distribuição geográfica do investimento apoiado denota uma predominância de atuações na região Norte (quase 46% do total), “que é em grande parte consequência das opções das autarquias locais, ao decidirem orientar para a área da Cultura uma fatia significativa dos recursos do Programa Operacional Regional do Norte” (MC, 2004: 16).

Em síntese, as ações materiais (em infraestruturas e equipamentos culturais, e em proteção e valorização do património construído) dominam o investimento, tal como aconteceu no âmbito da Componente Cultura da Intervenção Operacional Turismo e Património Cultural.

2.3 Apoios financeiros e investimentos paralelos

50

O investimento público e privado na área da cultura não se esgota no POC nem o apoio do Estado a este setor se reduz ao POC. Apesar de o POC constituir o único instrumento sectorial neste domínio, é necessário referir que existem, de forma paralela e até complementar, programas de âmbito mais geral que podem apoiar ações da área cultural. Ainda no âmbito dos Programas Operacionais, destacam-se como plataformas financeiras de apoio ao setor da cultura: os Programas Operacionais Regionais, com ligação às iniciativas de valorização do património móvel e imóvel e criação de equipamentos culturais (nomeadamente museus); o Programa Operacional da Economia, mediante apoio a entidades privadas com fins lucrativos que realizem a sua atividade no setor da cultura; o “Programa Operacional do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, através de programas de requalificação de recursos humanos, abrangendo todas as áreas culturais; o Programa Operacional da Ciência e da Tecnologia e da Sociedade de Informação, através de projetos conjuntos que envolvam a componente cultural e o recurso a conhecimentos científicos e tecnológicos e que permitam contribuir para um melhor acesso do público à cultura, bem como para a conservação e restauro de bens culturais” (POC, 2004: 7) e o PROAGRO (Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural) por via do apoio à conservação e valorização de estruturas edificadas com valor patrimonial. De igual modo, o Programa de Iniciativa Comunitária LEADER (Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural), desde o início dos anos 90, tem apoiado diversos projetos relacionados com a cultura, designadamente ações de salvaguarda e valorização do património edificado, construção e requalificação de equipamentos culturais, eventos de animação e promoção cultural.

Em síntese, os projetos culturais, na amplitude que o termo sugere, podem ser apoiados por diversas entidades públicas, segundo um mosaico de instrumentos dispersos a que correspondem entidades difusas, desligadas, descoordenadas e algumas vezes pouco operantes. Concentrar tematicamente e financeiramente é uma solução que não devemos descurar. A referida dispersão de meios financeiros e intervenções dificulta muito a investigação para não dizer que impossibilita a realização de uma leitura ampla e integrada do setor cultural nos programas de desenvolvimento do País.

2.4 Perspetivas para 2007-2013

O novo período de programação das políticas públicas, consubstanciado no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), é acompanhado de alterações significativas relativamente aos períodos anteriores, designadamente ao nível das opções estratégicas de desenvolvimento do País para os próximos anos. As prioridades estratégicas para 2007-2013 são as seguintes:

- a) “Promover a qualificação dos portugueses, desenvolvendo e estimulando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação como principal garantia do desenvolvimento do País e do aumento da sua competitividade;
- b) Promover o crescimento sustentado através, especialmente, dos objetivos do aumento da competitividade dos territórios e das empresas, da redução dos custos públicos de contexto, incluindo os da administração da justiça, da qualificação do emprego e da melhoria da produtividade e da atração e estímulo ao investimento empresarial qualificante;
- c) Garantir a coesão social atuando, em particular, nos objetivos do aumento do emprego e do reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, da melhoria da qualificação escolar e profissional e assegurando a inclusão social, nomeadamente desenvolvendo o carácter inclusivo do mercado de trabalho, promovendo a igualdade de oportunidades para todos e a igualdade de género, bem como a reabilitação e reinserção social, a conciliação entre a vida social e profissional, e a valorização da saúde como fator de produtividade e medida de inclusão social;
- d) Assegurar a qualificação do território e das cidades traduzida, em especial, nos objetivos de assegurar ganhos ambientais, promover um melhor ordenamento do território, prevenir riscos e, ainda, melhorar a conectividade do território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a vontade de reduzir assimetrias regionais de desenvolvimento;
- e) Aumentar a eficiência da governação privilegiando, através de intervenções transversais nos diversos Programas Operacionais relevantes, os objetivos de modernizar as instituições públicas, melhorar a eficiência e qualidade

dos grandes sistemas sociais e coletivos, com reforço da sociedade civil e melhoria da regulação” (MAOTDR, 2008).

52

A organização dos Programas Operacionais para 2007-2013 reflete as significativas modificações introduzidas nos novos regulamentos comunitários dos fundos estruturais e de coesão face ao anterior período de programação, evidenciadas pela introdução de regras de programação mono-fundo e mono-objetivo e pela convergência entre os fundos estruturais e de coesão em matéria de programação plurianual. A regra de programação mono-fundo determina que cada programa operacional é apenas objeto de apoio financeiro por um fundo estrutural (FEDER ou FSE), com exceção do Fundo de Coesão e sem prejuízo da adoção do mecanismo de flexibilidade correspondente à possibilidade de cada um dos fundos estruturais poder cofinanciar investimentos e ações de desenvolvimento enquadrados nas tipologias de intervenção do outro fundo estrutural, no limite de 10% das dotações financeiras atribuídas por eixo. A regra de programação mono-objetivo determina que cada programa operacional é apenas integrado num objetivo da política de coesão comunitária para 2007-2013 (salvo decisão em contrário acordada entre a Comissão e o Estado-Membro), sendo pela primeira vez impostas em Portugal diferenças muito significativas entre as regiões (NUTS II).

A convergência entre os fundos estruturais e o fundo de coesão em matéria de programação plurianual traduz-se na obrigatoriedade de programação conjunta do FEDER e do Fundo de Coesão em programas operacionais de abrangência territorial nacional (sendo que cada eixo prioritário é financiado apenas por um fundo).

Em termos de elegibilidade das regiões portuguesas NUTS II, temos que:

- As regiões do Norte, Centro, Alentejo e a Região Autónoma dos Açores, são integradas no Objetivo “Convergência”;
- A região do Algarve é enquadrada no regime transitório do Objetivo “Convergência”, designado *phasing-out* estatístico;
- A região de Lisboa integra o Objetivo “Competitividade Regional e Emprego”;

– A Região Autónoma da Madeira é integrada no regime transitório do Objetivo “Competitividade Regional e Emprego”, designado *phasing-in* (MAOTDR, 2008).

A estruturação operacional do QREN é sistematizada através da criação de Programas Operacionais Temáticos (Nacionais) e de Programas Operacionais Regionais para as Regiões do Continente (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve) e para as duas Regiões Autónomas (Madeira e Açores).

Os Programas Operacionais Temáticos, como o Programa Operacional Temático Fatores de Competitividade (FEDER), o Programa Operacional Temático Potencial Humano (FSE) e o Programa Operacional Temático Valorização do Território (FEDER e Fundo de Coesão), configuram ferramentas estruturantes das linhas de orientação do investimento público e traduzem eixos de ação considerados prioritários para Portugal.

Em relação ao Programa Operacional Temático Potencial Humano, podemos dizer que a qualificação inicial, a adaptabilidade e aprendizagem ao longo da vida, a gestão e aperfeiçoamento profissional, a formação avançada, o apoio ao empreendedorismo e à transição para a vida ativa, a cidadania, inclusão e desenvolvimento social, a igualdade de género, e intervenções específicas no Algarve e em Lisboa, constituem os eixos prioritários de intervenção.

No que concerne aos Fatores de Competitividade, os eixos vertebradores são o conhecimento e desenvolvimento tecnológico, a inovação e renovação do modelo empresarial e do padrão de especialização, o financiamento e partilha de risco de inovação, uma administração pública eficiente e de qualidade, e as redes e ações coletivas de desenvolvimento empresarial.

No âmbito do Programa Temático Valorização do Território os eixos prioritários incluem as redes e equipamentos estruturantes nacionais de transportes; a rede estruturante de abastecimento de água e saneamento; a prevenção, gestão e monitorização de riscos naturais; as redes e equipamentos estruturantes nas regiões autónomas dos Açores e Madeira; os investimentos estruturantes do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva; as infraestruturas para a conectividade territorial; as infraestruturas nacionais para a valorização de resíduos sólidos urbanos, e o desenvolvimento do sistema urbano nacional.

A partir deste elenco de eixos privilegiados para efeitos de intervenção operacional em 2007-2013, em que se destaca o potencial humano, os fatores de

competitividade da economia e a valorização do território, constatamos que o setor da cultura, na perspectiva de comparação com o espectro temático do QCA III (2000-2006), sofre uma mudança significativa, de tal maneira que não aparece de forma autónoma e explícita nos Programas Operacionais Temáticos. Esta situação prefigura a necessidade de analisar outros instrumentos, como os Programas Operacionais Regionais do Continente (estruturados territorialmente de acordo com as NUTS II e cofinanciados pelo FEDER) no sentido de encontrar pistas para intervenções na área da cultura. Utilizamos como exemplo a Região Centro de Portugal (que representa 31.3% de Portugal Continental e 23.7% da sua população). O Programa Operacional Regional do Centro 2007-2013 (FEDER), segundo proposta de setembro de 2007, revela as orientações estratégicas da União Europeia para a política de coesão e as orientações políticas adotadas pelo Governo nacional para o QREN. O PO Centro apresenta como prioridades estratégicas a formação de recursos humanos, o reforço da inovação e da competitividade, a valorização do território e a cooperação territorial, através das quais se estruturaram cinco eixos prioritários: eixo 1. competitividade, inovação e conhecimento; eixo 2. desenvolvimento das cidades e dos sistemas urbanos; eixo 3. consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais; eixo 4. proteção e valorização ambiental; eixo 5. governação e capacitação institucional.

Uma leitura mais aprofundada dos domínios prioritários do PO Centro revela algumas intenções programáticas de intervenção na área da cultura, designadamente relacionadas com os eixos 2 e 3. No eixo 2, destacamos o apoio à realização de parcerias para a regeneração urbana, privilegiando-se “operações integradas de requalificação e reinserção urbanas, em detrimento de projetos dispersos” (MAOTDR, 2007: 87), com particular incidência em áreas urbanas de excelência (centros históricos e espaços relevantes no plano ambiental, patrimonial ou paisagístico, como as frentes ribeirinhas) e em áreas críticas (periferias ou áreas degradadas ou desordenadas social ou fisicamente). No âmbito do eixo 3, prefiguram-se investimentos em redes de infraestruturas, equipamentos e serviços coletivos, como a cultura, “através da salvaguarda, valorização e animação do património cultural nacional” (MAOTDR, 2007: 93), bem como o apoio a intervenções alicerçadas na valorização dos recursos específicos (endógenos), como o património cultural e natural, em particular em áreas de baixa densidade, no sentido de valorizar os recursos “que sejam suporte de redes temáticas de

promoção do desenvolvimento, ou ainda os que incentivem a emergência de atividades que superem as dependências tradicionais das economias locais, designadamente as de natureza rural” (MAOTDR, 2007: 94). A ideia é desenvolver lógicas de articulação de recursos e de objetivos, como por exemplo “combinando as intervenções no património ou na paisagem com a existência de fatores de atratividade ligados à economia do turismo ou à geração de novas procuras residências em meios de baixa densidade”, com o intuito de revitalizar social e economicamente esses meios, e assim melhorar o seu perfil de competitividade territorial.

3. Notas conclusivas

Apesar das dificuldades em conhecer com exatidão o contributo da cultura para a economia nacional e o investimento público na área cultural, decorrentes do sistema estatístico nacional e do modo como são avaliados e divulgados os resultados das intervenções, o dinamismo do setor cultural é uma realidade evidente em Portugal, como demonstram diversos indicadores estatísticos (como, por exemplo, as despesas das câmaras municipais em atividades culturais, os museus e os seus visitantes, o património arquitetónico classificado, as galerias de arte e outros espaços de exposição). Simultaneamente, as atividades culturais apresentam boas perspetivas de crescimento, de criação de riqueza e de emprego qualificado que importa apoiar.

O crescimento significativo do investimento na área da cultura contou com o apoio do Estado e da União Europeia, mobilizado através de programas específicos para a área da cultura (como o POC), que envolveram meios financeiros mais avultados, e de programas de âmbito mais geral que permitem canalizar para a cultura mais algumas verbas.

Com efeito, o POC tem sido complementado por ações inseridas em Intervenções Operacionais da Economia, do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, da Ciência e Tecnologia), assim como por atuações previstas nas Intervenções Operacionais Regionais (MC, 2004). Aliás, a prossecução dos objetivos do POC induz o estabelecimento complementaridades com os restantes programas operacionais.

Os investimentos na recuperação de património construído, na criação de infraestruturas e na dinamização de novas atividades culturais contribuem para o aumento direto e indireto do emprego, bem como para a sua qualificação (nomeadamente os postos de trabalho associados ao funcionamento e dinamização das estruturas criadas, pois são, em geral, empregos em áreas inovadoras, em atividades de trabalho intensivo e de grande qualificação técnica e artística). De igual modo merece destaque o seu contributo para o desenvolvimento do perfil produtivo do País, na medida em que potencia o aparecimento de novas atividades ligadas às “indústrias culturais”. Nesta perspetiva, o POC contribuiu para a criação de novas atividades de valor acrescentado, em particular, as relacionadas à divulgação e animação de espaços museológicos e de sítios históricos e culturais, ao tratamento e difusão de informação associada ao património cultural, ao turismo cultural e à dinamização de atividades associadas à fruição do património e de bens culturais (MC, 2004: 5).

Ao mesmo tempo, as intervenções no património, e em concreto a valorização do património cultural, disperso por todo o País, configuram um importante fator para a criação de condições de crescimento local, de fixação das populações e de incremento das atividades económicas.

A partir da análise dos resultados do POC, verifica-se um aumento significativo do investimento em ações de natureza imaterial (que atingiu cerca de 25%), relativamente ao QCA II (onde não ultrapassou os 8%). Entre estas, destaca-se a disponibilização ao público, através dos novos meios de comunicação, de um importante acervo documental de carácter histórico e cultural depositado em bibliotecas e arquivos.

Contudo permaneceu a necessidade de afetar uma parte significativa do financiamento do POC a intervenções materiais, nomeadamente a recuperação de imóveis e locais de grande relevância cultural (incluindo equipamentos complementares de apoio, infraestruturas envolventes e arranjos exteriores), tendo em vista a sua colocação à fruição pública, em particular aqueles mais suscetíveis de incrementar fluxos turísticos significativos, e aumentar a rede de recintos culturais.

Neste contexto, merece reflexão a necessidade de melhorar as condições de acolhimento dos visitantes (designadamente os museus), os suportes de divulgação e informação aos utilizadores e visitantes (em particular o património

construído), carecendo de investimentos importantes, de modo a promover um acréscimo de visitantes, e a necessidade de convergência e concentração de meios e objetivos estratégicos através de políticas e instrumentos de caráter territorial, evitando a dispersão de entidades, fundos e intervenções frequentemente sem articulação e integração.

As prioridades de intervenção para o setor da cultura face ao novo quadro de programação das políticas públicas (2007-2013), não podem deixar de considerar as novas perspetivas sobre a relação da cultura com a economia e sobre o papel que as atividades culturais assumem na competitividade das economias, na valorização dos territórios e na qualificação das pessoas (Babo, 2006) – sendo estas últimas as prioridades do QREN. Embora reconhecendo que as políticas públicas para este setor, na sua ligação ao QREN, devem ter como referência estas prioridades, e que é necessário assegurar uma melhor articulação com outras políticas, não vislumbramos ainda, através de programas concretos, o modo como a cultura vai refletir estes objetivos.

Bibliografia

- Ashworth, G. & Graham, B. 2005, *Senses of Place: Senses of Time*, Ashgate, Aldershot.
- Alvergne, C. & Taulelle, F. 2002, *Du local à l'Europe. Les nouvelles politiques d'aménagement du territoire*, Presses Universitaires de France, Paris.
- Babo, E. 2006, "A intervenção para o setor da cultura face ao novo quadro de Programação dos fundos estruturais", *Criar Cultura*, 9, s/p. (www.poc.min-cultura.pt/nex. Data de consulta: 14 de março de 2008).
- Ballart Hernández, J. e Tresserras, J. J. 2001, *Gestión del patrimonio cultural*, Ariel, Barcelona.
- Bachoud, L., Jacob, Ph. et Toulhier, B. 2002, *Patrimoine culturel bâti et paysager. Classement, conservation, valorisation*, Éditions Dalloz, Paris.
- Carvalho, P. 2003, "Património Cultural e Iniciativas de Desenvolvimento no Espaço Rural", in *Território, do Global ao Local e Trajetórias de Desenvolvimento*, coord. L. Caetano, Centro de Estudos Geográficos, Coimbra, pp. 199-227.
- Carvalho, P. 2005, *Património cultural e trajetórias de desenvolvimento em áreas de montanha. O exemplo da Serra da Lousã*. Dissertação de Doutoramento em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Carvalho, P. 2007, "Património cultural, ordenamento e desenvolvimento: uma nova visão e valorização do território", *Cadernos de Geografia*, 22 e 23, Coimbra, pp. 121-137.
- Claval, P. 2007, "Changing conceptions of heritage and landscape", in *Heritage, memory and the politics of Identity*, ed. N. Moore & Y. Whelan, Ashgate, Aldershot, pp. 85-93.

- Ferreira, J. C. 1998, *O pelouro da cultura nas Câmaras da Região do Norte*, Instituto Nacional de Estatística, Porto, pp. 7-15. (www.ine/estatisticaseestudosregionais. Data de consulta: 16 de março de 2008).
- Gaspar, J., Simões, J. M. e Marin, A. 2006, "As redes de equipamentos coletivos", in *Geografia de Portugal. Planeamento e Ordenamento do Território*, 4, coord. C. A. Medeiros, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 107-165.
- Henriques, E. B. 2002, "Novos desafios e orientações das políticas culturais: tendências nas democracias desenvolvidas e das especificidades do caso português", *Finisterra*, XXXVII (73), Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, pp. 61-80.
- Henriques, E. B. 2003, *Cultura e território, das políticas às intervenções*. Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- INE (Instituto Nacional de Estatística) 2007, *Indicadores Sociais 2006*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE (Instituto Nacional de Estatística) 2007, *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio em 2006*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- MAOTDR (Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional) 2007, *Proposta de Programa Operacional Regional do Centro (2007-2013)*, MAOTDR, Lisboa (www.qca.pt/porc. Data de consulta: 14 de março de 2008).
- MAOTDR (Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional) 2008, *Quadro de Referência Estratégico Nacional (2007-2013)*. MAOTDR, Lisboa (www.qren.pt. Data de consulta: 14 de março de 2008).
- MC (Ministério da Cultura) 2004, *Programa Operacional da Cultura. Quadro Comunitário de Apoio III (2000-2006)*, Ministério da Cultura, Lisboa (www.qca.pt/pos/cultura. Data de consulta: 15 de março de 2008).
- MC (Ministério da Cultura) 2007, *Programa Operacional da Cultura. Relatório Semestral de Execução*, Ministério da Cultura, Lisboa (www.poc.min-cultura.pt/relatorios. Data de consulta: 12 de março de 2008).
- Silva, A. S. 1997, "Cultura: das obrigações do Estado à participação da sociedade civil", *Sociologia. Problemas e Práticas*, 23, pp. 37-48.

PATRIMÓNIO(S), POLÍTICAS PÚBLICAS E PROMOÇÃO
DO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM PORTUGAL:
DA REQUALIFICAÇÃO URBANA AOS NOVOS
TERRITÓRIOS E PRODUTOS TURÍSTICOS¹⁰

1. Políticas e instrumentos de desenvolvimento territorial:
tendências e perspectivas

A reconstrução da Europa, após a Segunda Guerra Mundial, é um marco referencial da importância crescente do ordenamento do território na esfera das (novas) preocupações do Estado. A necessidade de planear uma nova ocupação e organização espacial foi sentida, com grande intensidade, sobretudo pelos países mais afetados por esse trágico conflito armado. O apoio norte-americano, formalizado através do Plano Marshall, configurou também um contributo significativo uma vez que envolveu, nas fases de estruturação e operacionalização, princípios nucleares de intervenção social e territorial planeada.

A promoção do desenvolvimento, a partir de políticas e instrumentos que visam atenuar as assimetrias espaciais e as desigualdades de acesso aos equipamentos, infraestruturas e serviços públicos, assim com a regulação do uso do solo, duas aceções estruturantes do ordenamento territorial, foram definitivamente assumidas como função nuclear do Estado. No primeiro caso, os modelos adotados, em geral apoiados em pressupostos urbano-industriais,

¹⁰ Revisto e atualizado a partir do texto com o mesmo título publicado nas *Atas do 13º Congresso da APDR/1º Congresso de Conservação e Gestão da Natureza/1º Congresso Lusófono de Ciência Regional* (Universidade dos Açores e Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, 2008, 27 pp.).

centralizados, uniformizadores e tendo como escala de intervenção privilegiada as regiões, conduziram a resultados positivos na perspectiva do crescimento económico e da melhoria do nível de vida dos cidadãos. O epíteto “Trinta Gloriosos” é elucidativo da trajetória de crescimento de alguns países europeus no período que medeia o final da Segunda Grande Guerra e o início dos anos 70.

A dependência da Europa Ocidental de recursos e fontes energéticas exteriores (agudizada com as crises do petróleo da década de 70), a crescente concorrência internacional em diversos setores produtivos, o incremento do movimento interno de contestação social, entre outros acontecimentos, ajudaram a questionar os efeitos dos modelos difusionistas e conduziram ao desenho e aplicação de novas políticas de desenvolvimento. Estas, alicerçadas em orientações territorialistas, começam a valorizar a especificidade dos territórios e das populações, a participação efetiva dos cidadãos nas diversas fases do processo de planeamento, a cooperação, as parcerias e a organização em rede.

No início dos anos 80 as preocupações em matéria de ordenamento do território começam a ganhar nova visibilidade e dimensão internacional. O primeiro sinal decorre da aprovação da “Carta Europeia do Ordenamento do Território” (1983), no âmbito do Conselho da Europa. Este importante documento orientador reconheceu as características fundamentais do ordenamento territorial, a saber: o caráter democrático (de forma a assegurar a participação das populações interessadas e dos seus representantes políticos), integrado (deve assegurar a coordenação das diferentes políticas setoriais e a sua integração numa abordagem global), funcional (deve ter em conta a existência de especificidades regionais, assim como a organização administrativa dos diferentes países) e prospetivo (deve analisar e considerar as tendências de desenvolvimento a longo prazo dos fenómenos e intervenções económicas, ecológicas, sociais, culturais e ambientais).

Nesta perspetiva, o ordenamento do território visa, simultaneamente, o desenvolvimento sócio-económico equilibrado das regiões, a melhoria da qualidade de vida, a gestão responsável dos recursos naturais, a proteção do ambiente e a utilização racional do território. A prossecução destas finalidades é essencialmente uma questão política, que deve passar pela integração e coordenação entre as autoridades públicas envolvidas, e ainda com os numerosos organismos privados que contribuem, pelas suas ações, para (re)desenhar a organização do espaço.

Pouco tempo depois, o “Relatório Brundtland” (1987) retoma algumas das principais orientações do referido documento e introduz novas preocupações em matéria de desenvolvimento, designadamente, a solidariedade intergeracional. Em alinhamento realizaram-se as Cimeiras do Rio de Janeiro (1992) e Joanesburgo (2002) que estão ligadas a importantes compromissos globais.

Nos anos 90, a temática do desenvolvimento territorial equilibrado e sustentável do espaço europeu preocupou a União Europeia e esteve na origem da adoção da Estratégia Territorial Europeia (1999). O território aparece como centro de um projeto ou modelo de orientação estratégica do desenvolvimento territorial europeu para os próximos anos, segundo uma perspetiva de ordenamento e um esquema de desenvolvimento, embora sem carácter vinculativo. Esta nova orientação territorial da política da União Europeia, relacionada com o objetivo da coordenação intersectorial dos efeitos territoriais das políticas setoriais e a vinculação da política regional com o ordenamento e o desenvolvimento, será influenciada pelo avanço da integração económica e o correspondente aumento da cooperação entre os Estados-membros, pelo papel cada vez relevante das autoridades regionais e locais, e pelo alargamento da União Europeia e a evolução das relações com as novas fronteiras que se desenharam (Faludi, 2005). Os pilares deste projeto e esquema de desenvolvimento territorial europeu, que correspondem também a objetivos fundamentais da política comunitária, são a coesão económica e social, a competitividade mais equilibrada do território europeu e a salvaguarda dos recursos naturais e do património cultural. O desenvolvimento de um sistema urbano policêntrico e mais equilibrado, e o reforço da relação/colaboração entre os territórios rurais e urbanos; o incremento de estratégias integradas de transporte e comunicação; a gestão e o desenvolvimento sustentável do património natural e cultural representam os três eixos estruturantes (grandes diretrizes orientadoras) da ETE.

Assim, na União Europeia, os últimos anos são marcados por novos contextos e prioridades das políticas de desenvolvimento. O território destaca-se como agente ativo e dinâmico dos processos de desenvolvimento e como conceito vertebrador das políticas de desenvolvimento, da coesão dos territórios e dos processos de construção social, económica e política (Plaza Gutiérrez, 2003; Carvalho, 2005).

2. O lugar do património nas estratégias de desenvolvimento local: leitura geográfica de um espectro de intervenção de banda larga

62

No atual contexto de (re)descoberta dos territórios, o património, nas suas diferentes aceções, constituindo o fulcro de preocupações estéticas e vivenciais das populações da pós-modernidade, destaca-se como recurso de elevado significado, capaz de configurar vias complementares ou alternativas de desenvolvimento.

A nível nacional e internacional, diversos documentos orientadores e normativos demonstram a importância do património como recurso para o desenvolvimento dos territórios e das populações, designadamente, como motor de reconstrução de memórias e identidades, como âncora de requalificação e de renovação da imagem dos territórios, como suporte de iniciativas (formais e informais) de educação patrimonial e como agente mobilizador da participação da sociedade civil em numerosos projetos e realizações (Carvalho, 2007).

Esta vertente de utilidade social do património não pode ser dissociada da evolução conceptual e operativa deste conceito (marcado por um certo nomadismo científico), de tal maneira que as últimas três décadas definem três grandes tendências neste domínio: o crescimento e a diversidade do universo dos bens suscetíveis de patrimonializar, destacando-se as dimensões imateriais e os ambientes rurais e vernaculares; a maior ambição no que concerne à escala de intervenção, valorizando-se o contexto relacional e dialético dos bens a proteger e a valorizar; a preocupação de aproximar o património aos cidadãos e envolvê-los nas tarefas de salvaguarda, valorização e fruição dos bens coletivos (Carvalho, 2005).

A literatura especializada tem sublinhado a crescente ligação do património aos novos usos do território, e relacionado a redescoberta dos territórios (e a recentralização da importância dos lugares) com a valorização social do património. Este recurso, emergindo também no contexto das preocupações estéticas e vivenciais das populações da pós-modernidade, prefigura novos caminhos de desenvolvimento e a construção de novas territorialidades.

A diversidade de situações e intervenções descritas na bibliografia nacional e internacional permite identificar tendências de investigação contemporânea nesta matéria, designadamente: a requalificação urbana e ambiental; o turismo cultural e ecológico (os lugares, as redes e os itinerários; os (velhos e novos) museus e os parques temáticos; os eventos culturais e o geomarketing dos ter-

ritórios; os estatutos de proteção e a classificação dos lugares. Neste espectro de temáticas patrimoniais relevantes, propomos analisar uma trilogia de casos de estudo que percorre a amplitude definida no subtítulo da nossa comunicação: da requalificação urbana aos novos territórios e produtos turísticos.

2.1 Requalificação urbana e frentes ribeirinhas:

o Programa Polis na cidade de Coimbra e o Parque Verde do Mondego

Em Portugal tem sido implementado, nos últimos anos, um conjunto de políticas, apoiadas pela União Europeia, que visa requalificar as margens das linhas de água, em contexto urbano e rural, e aproximar a população, por via da utilização lúdica, destes elementos vertebradores da paisagem.

Os resultados animadores de intervenções pioneiras de requalificação urbana e ambiental em diversas cidades europeias (como, por exemplo, Londres, Amesterdão e Barcelona) e a necessidade de responder os desafios da União Europeia lançados no âmbito da publicação do “Livro Verde sobre o Ambiente Urbano” (Comissão Europeia, 1990) e do “Relatório Cidades Europeias Sustentáveis” (Comissão Europeia, 1998), a par da importância crescente do planeamento estratégico, contribuíram, de forma decisiva, para estruturar e lançar em Portugal um programa de requalificação urbana e valorização ambiental das cidades (Programa Polis).

O Programa Polis apresenta também antecedentes a nível nacional. Com efeito, foi no contexto do Plano de Desenvolvimento Regional de 1994-1999, que Portugal assumiu o objetivo de requalificar áreas urbanas degradadas e promover uma melhoria das condições ambientais dos aglomerados urbanos, no alinhamento da iniciativa URBAN, lançada pela União Europeia (em 1994). Por outro lado, importa recordar que o Estado Português, em 1994, lançou o PROSIURB (Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos PDM), com o intuito de valorizar os centros urbanos da rede complementar e as cidades médias.

Como já se referiu, a preocupação em melhorar as condições de vida e fruição da paisagem urbana, no contexto de uma evolução recente de ocupação do território, marcada na maioria dos casos por processos de crescimento urbano desordenado e insustentáveis (que se refletiram em fenómenos de urbanização

vertical e desqualificada, sobretudo nos subúrbios das grandes cidades), a par do abandono e da desqualificação das áreas históricas e dos elementos naturais inseridos nos tecidos urbanos, entre outros, demonstra a importância crescente da gestão sustentável das cidades.

O Programa Polis, com o suporte financeiro do Quadro Comunitário de Apoio III (2000-2006) e com base em parcerias, especialmente entre as Câmaras Municipais e o Governo (Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente), visa a prossecução dos seguintes objetivos específicos:

- Desenvolver grandes operações integradas de requalificação urbana com uma forte componente de valorização ambiental;
- Desenvolver ações que contribuam para a requalificação e revitalização das cidades e que promovam a sua multifuncionalidade;
- Apoiar outras ações de requalificação que permitam melhorar a qualidade do ambiente urbano e valorizar a presença de elementos ambientais estruturantes tais como frentes de rio ou de costa;
- Apoiar iniciativas que visem aumentar as áreas verdes, promover áreas pedonais e condicionar o trânsito automóvel nas cidades.

A estrutura nacional do Polis foi arquitetada em função de componentes e linhas de intervenção. A componente 1 consiste em operações integradas de requalificação urbana e valorização ambiental. Esta componente, estruturada em duas linhas de intervenção, apoiou diversas iniciativas a desenvolver em mais de duas dezenas e meia de cidades portuguesas. A componente 2 visa realizar intervenções em cidades com áreas classificadas como património mundial. A componente 3 pretende a valorização urbanística e ambiental em áreas de realojamento. A componente 4 caracteriza-se pela aplicação de medidas complementares para melhorar as condições urbanísticas e ambientais das cidades, por sua vez organizadas em cinco linhas de intervenção (a título de exemplo, podemos referir o apoio a ações de educação ambiental no espaço urbano). Os níveis de participação revelam um maior apoio dos fundos comunitários às componentes 1, 2 e 3 (de 50 a 75%) e o maior impulso das autarquias e do governo (de 25 a 50, e de 0 a 50%, respetivamente) na componente 4.

O financiamento global do Polis, segundo estimativas de 2000, é de 800 milhões de euros, sendo a principal fonte os fundos comunitários (cerca de 58%). Outras fontes proveem das autarquias (16%), da administração central (16%) e de empresas públicas e privadas (10%).

No caso da cidade de Coimbra (Centro de Portugal), o Programa Polis – Viver Coimbra visa melhorar a qualidade de vida na cidade através de intervenções nas vertentes urbanística e ambiental e, deste modo, pretende aumentar a atratividade e a competitividade da cidade, reforçando o seu papel no sistema urbano regional e nacional. A execução do Programa decorre sob coordenação de uma sociedade denominada CoimbraPolis, S.A., constituída para este efeito, com a participação do Município e do Estado.

A revitalização do centro urbano, centrando a cidade no rio, a promoção da aproximação das duas margens, a par do aproveitamento das condições naturais e paisagísticas oferecidas pelo Mondego, configuram, no essencial, as grandes metas do Programa Polis em Coimbra. A prossecução destes objetivos pretende refletir-se “num modelo de parque verde urbano multifuncional, vocacionado para a animação, recreio e desporto com um enquadramento paisagístico de excecional qualidade”. Paralelamente pretende-se “a melhoria das acessibilidades ao centro, o reforço da ligação pedonal do património edificado, valorizando-o num conceito de modernidade e que garanta a sua atratividade” (CoimbraPolis, 2007).



Figura 1 – Parque Verde do Mondego (Coimbra, 2011)

Foto: Paulo Carvalho

A intervenção do Programa Polis na cidade de Coimbra abrange uma área de aproximadamente 80 hectares, compreendendo as margens do Mondego entre a Ponte de Santa Clara e a Ponte Rainha Santa. Dois Planos de Pormenor, um relativo ao eixo Portagem/Avenida João das Regras (Convento de São Francisco) e outro relativo ao Parque Verde do Mondego, definem a conceção da forma de ocupação da área de intervenção. O primeiro, mais ambicioso, apresenta soluções para a (difícil) relação peão/automóvel, através do desnivelamento da Avenida Inês de Castro e a construção de uma variante à Avenida João das Regras, visando o prolongamento do eixo que se estende da Praça 8 de maio até à Igreja de São Francisco, assim como pretende requalificar algumas artérias (nomeadamente dotando-as de passeios, travessias pedonais e arborização, entre outras características urbanas). O segundo, com um parque urbano, visa privilegiar as vertentes de animação e vivência, propondo equipamentos ligados às atividades ao livre, de lazer e desportivas (figura 1), de restauração, cafetaria e animação noturna. De igual modo, prevê a criação de condições de acessibilidade ao referido parque e espaços de estacionamento.

Segundo uma perspetiva geográfica é possível identificar grandes linhas (ou eixos) da intervenção do Programa Polis em Coimbra, designadamente:

- A valorização do património histórico e arquitetónico, com a adaptação do edifício do Convento de São Francisco para Centro de Congressos e a intervenção no Mosteiro de Santa-Clara-a-Velha (a cargo do IPPAR). Este monumento religioso fundado no início do século XIV por Isabel de Aragão (rainha Santa Isabel, padroeira de Coimbra), foi abandonado definitivamente em 1677, quando ficou parcialmente imerso pelas águas do Mondego. As inundações, em consequência do assoreamento do Mondego, são uma constante desde o fim da sua construção e conduziram ao soterramento do interior do Mosteiro. Em 1995 o IPPAR iniciou uma campanha arqueológica, que tem permitido obter importantes informações sobre as características arquitetónicas do edifício, as práticas e as vivências da comunidade religiosa que aí residiu. A remoção das diferentes camadas de areias e lodos no interior da igreja, e a manutenção a seco da área envolvente do Mosteiro através de uma solução definitiva constituída por uma cortina periférica de impermeabilização e contenção hidráulica, permitiu

ainda a elaboração de um projeto de valorização, que inclui a construção de uma unidade museológica e a implementação de um circuito de visita ao sítio arqueológico. A devolução deste sítio arqueológico à cidade de Coimbra, dotando-o de condições de acesso ao público, é aprofundada ou complementada através de uma intervenção de valorização da sua envolvente. Por outro lado, a proximidade do Mosteiro de Santa Clara-a-Nova, o Portugal dos Pequenitos (o primeiro parque temático criado em Portugal) e a Quinta das Lágrimas são outros elementos patrimoniais valiosos a considerar.

- A requalificação urbana e ambiental das margens do Mondego. Esta linha de ação é acompanhada de medidas de incentivo ao atravessamento pedonal, nomeadamente a construção de uma ponte pedonal (e ciclável) sensivelmente a meia distância entre as referidas pontes rodoviárias¹¹. Pretende-se, deste modo, criar uma nova centralidade e integrar o rio na cidade, assim como aproximar as duas margens.
- A construção do Parque Verde do Mondego. Esta estrutura verde multifuncional nas margens do Mondego, com cerca de 40 Ha, decorre de uma intervenção faseada. As duas primeiras fases incidiram na margem esquerda do Mondego e conduziram às intervenções na Praça da Canção e área adjacente onde foram instalados equipamentos e infraestruturas de lazer. A terceira fase, incidiu na margem direita do Mondego, concretamente na Quinta do Junqueiro e Ínsua dos Bentos. A intervenção permitiu a criação de uma área de 5.3 Ha de espaços verdes (incluindo a plantação de quase cinco centenas de árvores), 2.500 metros de percursos pedonais, assim como 1.500 metros de ciclovia (CoimbraPolis, 2007). A ocupação da nova frente ribeirinha por equipamentos de restauração e bares, a construção de dois parques de estacionamento, a criação de uma fonte de pedra e a escadaria que faz a ligação ao Parque Dr. Manuel Braga são outras facetas marcantes desta intervenção. Assim nasceu a “área das docas”, substituindo um antigo parque de estacionamento e um espaço verde desordenado e degradado. Outra componente já visível deste novo Parque

¹¹ Na Ponte Rainha Santa acabou por não ser criada uma faixa de utilização pedonal/ciclável.

é a instalação do Pavilhão Centro de Portugal (antigo pavilhão de Portugal na Expo 2000, em Hannover, projetado pelos arquitetos Souto Moura e Siza Vieira). A quarta fase, na margem esquerda, centra-se nas Quintas da Várzea e das Lajes, entre a área a afetar a um Parque Temático (de Ciência, Cultura e Lazer), o Mondego e a Ponte Rainha Santa. Neste contexto importa referir a construção das piscinas municipais descobertas e equipamentos de apoio. A quinta fase, também na margem esquerda, tem como preocupação central a área entre a Quinta do Junqueiro e a Ponte Rainha Santa, onde se prevê a instalação de edifícios para equipamentos de animação do parque e estacionamento, junto à Avenida Cónego Urbano Duarte (CoimbraPolis, 2007).

- A intervenção no Jardim da Cidade (Parque Dr. Manuel Braga), espaço contíguo ao Parque Verde do Mondego, é outra linha de intervenção, amplamente justificada. No âmbito do projeto de requalificação deste espaço verde de Coimbra, destacamos a transição para a “área das docas”, a recuperação da Antiga Estação Elevatória de Água e a utilização desta estrutura para a instalação de um museu dedicado à água e de um centro de interpretação ambiental.
- A melhoria das acessibilidades na área central com a construção (prevista mas ainda não concretizada) de um sistema de elevação mecânica entre a Alta e a Baixa da cidade (concretamente entre a Rua da Alegria e a Paceta Luís de Camões), ao contrário do que já acontece com o Elevador do Mercado, pretende ajudar a vencer as dificuldades altimétricas entre estas duas áreas históricas da cidade.
- O incentivo ao lazer e ao turismo, decorrente das intervenções assinaladas. De igual modo, está prevista a criação de um circuito turístico de ligação entre as margens através da utilização de antigos elétricos, e a possibilidade do seu alargamento ao Pólo II da Universidade que constituirá também um caminho alternativo na ligação das duas margens.

Com o intuito de conhecer o perfil dos utilizadores da área de intervenção do Polis em Coimbra, nomeadamente a “área das docas” (do Parque Verde do Mondego), e de saber a sua relação com os equipamentos/infraestruturas deste

espaço verde, lançámos um inquérito por questionário, na Baixa de Coimbra, no final de 2006, que envolveu uma amostra de quatro dezenas de indivíduos maiores de 18 anos (selecionados de forma aleatória).

Quanto aos resultados, podemos afirmar que 80% dos inquiridos têm menos de 40 anos, destacando-se o grupo etário até aos 25 anos (quase metade da amostra).

As características sócio-profissionais são uma das dimensões que revela maior heterogeneidade da parte dos inquiridos. Com efeito, 48% da população que respondeu ao inquérito exerce uma atividade remunerada, repartida em diversas áreas: comércio; serviços de apoio às atividades económicas; serviços de natureza social; indústria; construção civil; transportes e comunicações. Os estudantes (maioritariamente do ensino superior) representam 40% da amostra. Reformados, desempregados e uma doméstica, perfazendo 12%, completam o leque das respostas dos inquiridos.

Por outro lado, as respostas permitem afirmar que 73% dos inquiridos residem no município de Coimbra, em especial nas freguesias de Santo António dos Olivais (28%) e São Martinho do Bispo (21%). Os restantes inquiridos domiciliados em Coimbra repartem-se pelas freguesias de Taveiro, Ribeira de Frades, Almedina, Sé Nova, São Bartolomeu e Santa Clara. Braga, Ourém, Figueira da Foz, Leiria, Porto de Mós, Abrantes e Castelo Branco são outros municípios assinalados como área de residência dos inquiridos.

Relativamente ao segundo grupo de questões, mais de 90% dos inquiridos, exatamente 92.5%, afirmam conhecer e frequentar o Parque Verde do Mondego. Estes consideram positiva a localização e os acessos, enquanto que, de modo negativo, assinalam alguns problemas de segurança e os serviços prestados pelos estabelecimentos (restauração). Importa explicar que o sentimento de insegurança transmitido pelos inquiridos está relacionando com a falta de proteção do Parque no contacto com o rio e o risco de queda para as águas do Mondego, sobretudo para as crianças. As respostas permitiram evidenciar, ainda, outras lacunas, designadamente: falta de animação/dinamização; inexistência de parques infantis (apesar da existência de espaços relvados e ciclovias); falta de policiamento (em particular no período noturno) e iluminação insuficiente; serviços de restauração e comércio muito caros; risco de inundação, uma vez que o Parque está situado no leito de cheia do Mondego (tendo, já, galgado as margens e provocado a destruição de algumas estruturas próximas); diversas estruturas pouco funcionais;

vandalismo. Alguns inquiridos manifestaram também sinais de discordância face a certas opções arquitetónicas e de construção (Pinheiro e Santos, 2006).

Em síntese, as opiniões críticas dos inquiridos configuram sugestões relevantes para a melhoria das condições de utilização e fruição do Parque Verde do Mondego.

2.2 Água, inovação e lazer:

a Praia Fluvial das Rocas (Castanheira de Pera)

Neste contexto de utilização das linhas de água como suporte de atividades de lazer/turísticas, assiste-se a uma procura cada vez maior de áreas rurais e de planos de água de qualidade superior. As praias fluviais, por sua vez, emergem como áreas privilegiadas de intervenção pública de um amplo espectro de instrumentos de promoção do desenvolvimento regional e local, como o programa de iniciativa comunitária LEADER (direcionado para o desenvolvimento rural) e os programas operacionais regionais, entre outros. No mesmo sentido, o Instituto da Água lançou um Programa Nacional de Valorização de Praias Fluviais, com o objetivo de dotar áreas do interior do país (como Ponte da Barca, Cabeceiras de Basto, Vila Nova de Cerveira, Boticas, Monção, Ponte de Lima, Góis, Águeda, Sertã, Abrantes e Mértola) de novos espaços associados a atividades recreativas e lúdicas, de proporcionar às populações locais seguros para banhos e valorizar, ao mesmo tempo, as águas ribeirinhas em termos ambientais e paisagísticos.

Apesar de todos os cuidados e informação existente sobre as regras de segurança nas praias fluviais, foi revelado, em julho de 2006, pelo Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, que o número de praias consideradas seguras consta de apenas 21 aprovações (Cruz, 2006), ou seja, menos de um quarto das áreas balneares existentes em todo o país é que reunia todas as condições de segurança, vigilância e qualidade de água, conforme o estipulado na legislação sobre esta matéria.

Castanheira de Pera, município serrano do distrito de Leiria (localizado no coração da Serra da Lousã) foi, até aos anos 70, um dos mais importantes centros nacionais de produção da indústria têxtil de lanifícios. O declínio industrial, em resultado dos baixos níveis de produtividade e da falta de investimento em inovação e tecnologia, agrava-se a partir da segunda metade dos anos 80, com a entrada de

Portugal na Comunidade Económica Europeia e, nos anos seguintes, com a abertura crescente dos mercados e a concorrência de países (nomeadamente asiáticos) com custos de produção mais reduzidos. Apesar das tentativas de diversificação da atividade económica local e de atração de novos investimentos, esta situação refletiu-se de forma drástica no aumento do desemprego, no decréscimo significativo da população residente no município (Carvalho, 2005) e conduziu a uma situação de crise estrutural profunda (Pires, 1985; Syrett, 1995) que, ainda hoje, é evidente.

No âmbito da descentralização e territorialização das políticas públicas de promoção do desenvolvimento para 2000-2006, surgiu a Ação Integrada de Base Territorial (AIBT) do Pinhal Interior (eixo II do Programa Operacional da Região Centro). A AIBT do Pinhal Interior (medida II.6, apoiada pelo FEDER) enquadra diversas linhas de ação, como o reforço e requalificação da capacidade de alojamento turístico; o apoio à animação turística; a promoção turística do território; as acessibilidades locais e transversais; as infraestruturas e os equipamentos de promoção das potencialidades. É esta última linha que suporta o projeto de “requalificação de um conjunto de aldeias serranas que sustente uma rede de sítios de interesse turístico” (CCRC, 2001: 38), e outros projetos, de modo a constituir uma “rede de percursos ativos (pedestres, BTT, TT, rodoviários) e culturais (arquitetura tradicional, arqueologia), numa perspetiva integrada que promova a globalidade da região, a requalificação ou o estabelecimento de novas praias fluviais, e o estabelecimento de uma iniciativa museológica constituída por iniciativas temáticas ou desenvolvidas em conjuntos ou em elementos isolados, dispersos pelo território e preservados *in situ*” (CCRC, *op. cit.*).

A atmosfera de novas políticas e instrumentos de promoção do desenvolvimento configurou uma oportunidade estratégica para a criação, em Castanheira de Pera, de um complexo de lazer/turístico centrado na utilização da ribeira de Pera, linha de água (proveniente do Planalto da Neve) que atravessa a bordadura oriental da vila. O represamento da ribeira de Pera permitiria a criação de um lençol permanente de água com a possibilidade de estruturar vários espaços lúdicos no interior da albufeira, nomeadamente a instalação de um piscina de ondas. Criar uma praia fluvial com ondas a cerca de 80 km do litoral, numa área de montanha, era algo único no país.

Contudo, a transição da ideia para a concretização do projeto, associado ao turismo como criador de novas oportunidades a nível económico e social, exigiu

soluções adequadas nomeadamente ao nível da gestão do empreendimento. A ausência de investidores particulares, que o espectro de crise e declínio do município pode explicar, levou a Autarquia a assumir a responsabilidade do empreendimento. Assim surgiu a Prazilândia (Turismo e Ambiente, E.M.) como entidade gestora da Praia das Rocas. Esta empresa municipal, com início de atividade a 17 de junho de 2003, tem como objetivo principal a promoção turística do concelho de Castanheira de Pera, a realização de um plano de animação a definir pela Câmara, o desenvolvimento de todas as ações conducentes à valorização do seu património histórico e natural, bem como ações de educação ambiental, gestão e exploração de espaços, equipamentos e património imobiliário de domínio público ou privado da autarquia, destinado a fins educativos, culturais, turísticos e de lazer (Cruz, *op. cit.*).

O empreendimento turístico da Praia das Rocas ocupa uma área de aproximadamente 10 Ha e engloba diversas valências, como uma marina (onde estão atracados alguns barcos para alojamento), uma piscina circular (figura 2), um setor de bungalows, serviços de restauração/cafetaria, uma albufeira a montante das piscinas e, a maior atração, uma piscina de ondas (artificiais). Os utilizadores são avisados (por meio de um sinal sonoro) do início do processo de formação das ondas, acionado de forma controlada durante todo o dia (de maneira a que cada sessão de ondas tenha cerca de 10 minutos).



Figura 2 – Praia das Rocas (Castanheira de Pera, 2007)

Foto: Paulo Carvalho

Os dois primeiros anos de funcionamento deste parque permitem afirmar que a Praia das Rocas configura um caso de sucesso, com grande potencial de atração turística. Em 2005 (ano de inauguração) atingiu um total de 108.000 visitantes e, apesar de ter visto este número reduzido, em 2006 recebeu cerca de 90.000 utilizadores. Este quantitativo denota, contudo, possibilidade de expansão relacionada com a crescente preocupação em criar infraestruturas de alojamento que mantenham os visitantes por mais que 24 horas (tornando-se assim turistas, de acordo com a definição da Organização Mundial do Turismo), assim como é reconhecido que o incremento do número de visitantes e turistas tem impulsionado a criação de novas estruturas de animação diurna e nocturna com a finalidade de satisfazer as exigências dos visitantes, que se deslocam a Castanheira de Pera essencialmente pela existência da Praia das Rocas.

Como refere Cruz (*op. cit.*), em apenas três anos a capacidade de alojamento de Castanheira de Pera cresceu de forma muito significativa. Antes da abertura da Praia das Rocas (em junho de 2005), existia apenas uma residencial com onze quartos. O próprio empreendimento criou condições de alojamento, instalando seis bungalows, quatro veleiros e uma lancha onde é possível pernoitar. Atualmente está em construção uma residencial com catorze quartos e aguarda aprovação um projeto para a instalação de um hotel com quinze quartos, no interior da vila.

Contudo, tal como acontece em todos os locais com praia em Portugal e que não oferecem outro tipo de atração turística (cultural, por exemplo) relevante, Castanheira de Pera é muito marcada pela sazonalidade. Para atenuar este problema, com externalidades negativas e comprometedor da capacidade de carga da paisagem, a entidade gestora da Praia das Rocas está preocupada com este problema e pretende aumentar e diversificar a oferta. Neste sentido, há contactos com escolas de surf para que se treinem ali durante o inverno, pois as ondas podem ser utilizadas para esse fim. Por outro lado, registam-se algumas atividades, como é o caso do “Primeiro Download” que teve lugar nos dias 23 e 24 de setembro de 2006. Está também idealizado um parque aquático, com o nome Prazilândia, na encosta da margem direita da ribeira de Pera, em frente à Praia das Rocas, que por sua vez fará ligação com o jardim botânico que pertenceu à casa do médico Bissaya Barreto (natural de Castanheira de Pera). Ainda com o intuito de atrair mais visitantes e turistas a Castanheira de Pera, e em consequência, saber da existência da Praia das Rocas e utilizar o seu restaurante e bar, está em

plano a criação de um auditório para realização de conferências em várias áreas de investigação ou outro tipo de eventos relacionados. Este fator contribuirá para dinamizar esta área e diversificar a sua utilização ao longo do ano.

A intervenção na Praia das Rocas faz parte de uma estratégia mais vasta idealizada para melhorar a qualidade de vida da população e dos visitantes. No capítulo do planeamento urbano, a autarquia investiu bastante na aquisição de terrenos, de modo a decidir as principais orientações do crescimento urbano, evitando especulações a nível urbanístico e influências (em geral) desajustadas por imposição da iniciativa privada (Cruz, *op. cit.*). Do mesmo modo, se espera que a área envolvente da Praia das Rocas não seja desqualificada por via de ocupação e utilização desajustada do solo. O “Fórum Ativo”, uma realidade desde agosto de 2004, com um parque infantil, um palco para espetáculos e um bar/restaurante, para além da grande atração, a Raposa Musgueira (designação não oficial adotada pela população local), é outro exemplo de espaço de lazer atrativo.

Por último, importa analisar alguns elementos estatísticos relativos aos visitantes da Praia das Rocas, recolhidos pela Prazilândia, em 2006.

A população que procura mais a Praia das Rocas são os adultos (68%), aos fins-de-semana, feriados e durante a semana, assim como as crianças (29%). Este fator explica-se facilmente, já que os pais normalmente levam os filhos nos seus tempos livres para usufruir da praia, aproveitando também a companhia e diversão. Os seniores são um grupo reduzido nestas estatísticas (apenas 3%). O mês de agosto corresponde ao período anual de maior procura.

Outra das variáveis analisadas pela empresa que gere a Praia das Rocas é a proveniência dos visitantes. Lisboa (22%) e Coimbra (21%) destacam-se como os principais lugares de origem dos utilizadores. Em plano intermédio encontra-se o Porto (14%), Leiria (11%), Pombal (11%) e Marinha Grande (9%). Deste modo, é o distrito de Leiria que aparece mais representado no universo de utilizadores da Praia das Rocas. Com bastante menos expressão, encontra-se Ansião (2%), Castanheira de Pera (2%) e Figueira da Foz (2%). A posição de Castanheira de Pera no mapa viário do país, não sendo muito favorável, também não é comprometedora sobretudo para quem utiliza a A1 e o IC8, ou o IC1 e o IC3, que corresponderão aos eixos preferenciais de articulação da Praia das Rocas com o país, respetivamente. De igual modo, é relevante assinalar a criação de acessos diretos à Praia e as boas informações/indicações sobre a sua localização.

Por outro lado, os inquéritos entregues aos utilizadores permitiram registar as impressões acerca da Praia das Rocas, nomeadamente a qualidade dos serviços prestados (atendimento/receção, limpeza, segurança e vigilância), da água e das atividades oferecidas. Os resultados do inquérito revelam que os parâmetros avaliados são classificados como “bons” (e “muito bons”), correspondendo às expectativas da esmagadora maioria dos inquiridos.

2.3 Património construído e novos territórios/produtos do lazer turístico alternativo: as Aldeias do Xisto

A convergência das grandes orientações internacionais em matéria de valorização do património construído e sua utilização para a promoção do desenvolvimento local em meio rural, a par da influência das principais tendências do turismo nacional e internacional, estiveram presentes na estruturação e aplicação de diversos programas de patrimonialização em Portugal.

A desvitalização económica, social e demográfica que afeta uma parte importante do mundo rural português, embora com diferente intensidade, justifica a intervenção do Estado no sentido de atenuar os efeitos desses processos longos e induzir ou estimular novas dinâmicas de desenvolvimento, como acontece em especial desde meados dos anos 90, em articulação direta com a política regional europeia. Medidas de diferenciação positiva, gestão descentralizada, valorização de escalas supramunicipais, construção de redes e estratégias de cooperação, configuram importantes sinais de mudança e características inovadoras dos novos instrumentos de gestão territorial. As ações integradas de base territorial, do QCA III, exemplificam esta visão estratégica e global de um determinado território.

O Programa das Aldeias do Xisto (PAX), no âmbito da AIBT do Pinhal Interior (2000-2006), é um exemplo muito interessante desta nova forma de estruturar e implementar a ação pública (políticas e instrumentos) em matéria de desenvolvimento territorial. Não sendo uma iniciativa pioneira, uma vez que existem programas precedentes (como é o caso do Programa das Aldeias Históricas de Portugal, com mais de 40 milhões de euros de investimento, desde 1995, repartido por doze lugares), apresenta, contudo, uma metodologia de trabalho

inovadora, ao nível da seleção dos lugares, assente em fases de candidatura, receção e avaliação de documentos de trabalho (Planos de Aldeia) que funcionaram como alicerce basilar do Programa. A aplicação destes princípios orientadores resultou na seleção de 24 lugares, distribuídos por catorze concelhos de quatro sub-regiões (Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Beira Interior Sul e Cova da Beira) do Centro de Portugal.

Os micro-territórios selecionados, localizados maioritariamente na Serra da Lousã e no Médio Zêzere, têm em comum problemas de despovoamento, marginalização e abandono, apesar de as trajetórias recentes mostrarem dinâmicas locais diferenciadas. A maioria destes lugares partilha uma história secular alicerçada na agro-silvo-pastorícia, e uma herança de paisagem cultural reveladora de relações harmoniosas entre o homem e o suporte físico. Contudo, subsistem diferenças importantes: população residente, níveis de rendimento, equipamentos e infraestruturas, atividades económicas instaladas, estruturas edificadas (número de imóveis, estado de conservação, características arquitetónicas e tipologia de ocupação), entre outras.

Trata-se de um projeto de desenvolvimento, associado ao turismo cultural e de natureza, que pretende criar e afirmar um produto turístico e uma marca de qualidade, destinada ao segmento de mercado dos “novos turistas”, através da construção de uma rede integrada de sítios (requalificados e dotados de novas ou renovadas funcionalidades) e de parcerias ativas envolvendo entidades públicas e privadas (Carvalho, 2007).

Uma vez que a avaliação das políticas e instrumentos de desenvolvimento é uma fase decisiva do processo de planeamento, entendemos pertinente auscultar a opinião da população no sentido de analisar os efeitos do PAX, principalmente os que decorrem da instalação/melhoria das infraestruturas básicas e da requalificação urbana. A base metodológica desta tarefa assenta na realização de inquéritos por questionário aos proprietários de alojamentos em diversos lugares do PAX. Neste momento é possível avançar os resultados preliminares da aplicação dos inquéritos em duas áreas-amostra: Gondramaz (Miranda do Corvo) e Fajão (Pampilhosa da Serra).

As intervenções realizadas em Gondramaz dotaram este lugar serrano de uma nova rede de esgotos, água e luz, um parque de estacionamento, assim como permitiram a requalificação de espaços públicos, imóveis públicos (dois)

e imóveis particulares (dezassete). O montante global de investimento aprovado (em 01/2006) aproximava-se de 500 mil euros.

O número de inquéritos realizados, perfazendo uma dezena e meia (quatro envolvendo a população residente e onze preenchidos pela população que tem na aldeia uma residência secundária), corresponde a cerca de 45% dos proprietários de imóveis para habitação (alojamentos familiares).

No que concerne à área de residência dos inquiridos, destaca-se o município de Miranda do Corvo (53,3%). Os concelhos de Coimbra, Porto de Mós, Amadora, Matosinhos e Póvoa de Varzim completam o quadro das respostas. Através do inquérito foi possível apurar que a aquisição de casas na aldeia, para residência secundária, assume significado desde os anos 90 (70% das aquisições ocorreram na última década do século XX). No quadro geográfico da Serra da Lousã, este fenómeno é mais antigo e significativo nas aldeias serranas do município da Lousã, nomeadamente Casal Novo e Talasnal, onde o processo de aquisição e recuperação dos imóveis começou na segunda metade dos anos 70 (Cravidão, 1989; Carvalho, 2005).

A nossa amostra representa uma população envelhecida (53,3% tem idade igual ou superior a 60 anos e apenas um proprietário apresenta menos de 40 anos), com uma composição sócio-profissional bastante heterogénea (empresários, profissões liberais, reformados, empregados por conta de outrem), embora as diferenças internas de cada um dos agrupamentos de proprietários (população residente e população sazonal) sejam menos evidentes.

A grande maioria dos inquiridos menciona que teve conhecimento e participou na elaboração do Plano de Aldeia (instrumento preparatório e orientador da ação do PAX). De igual modo, reconhece o acompanhamento técnico das intervenções, manifesta a intenção de passar mais tempo na aldeia e declara que apresentou projetos ao PAX no âmbito da intervenção em imóveis particulares. Contudo não vai realizar obras no interior dos imóveis, onde são reconhecidas e sentidas as maiores carências.

Com base nos inquéritos sabemos que os aspetos mais positivos da intervenção são a uniformização das fachadas dos imóveis (que inclui a remoção ou substituição de elementos dissonantes e a valorização da pedra e da madeira como materiais de referência da morfo-tipologia arquitetónica tradicional), a renovação e a ampliação das redes de infraestruturas básicas, a maior capacidade de atração e divulgação do Gondramaz e a melhoria geral das condições de

vida na aldeia. Por outro lado, foram identificados os aspetos mais negativos relacionados com a intervenção no âmbito do PAX, que são: o lavadouro (devido às suas reduzidas dimensões); o aumento do número de visitantes e turistas, e a falta de zeladores na aldeia (na perspectiva de alguns proprietários de residência secundária); o atraso na conclusão das intervenções (que causa incómodos, sobretudo aos residentes na aldeia); o custo financeiro das obras e a respetiva burocracia (processo de licenciamento).

Quanto a sugestões para novas ações, os inquiridos assinalam a retirada dos suportes e elementos aéreos da energia elétrica, iluminação pública e receção do sinal televisivo (que deveriam estar de forma subterrânea), o reforço do abastecimento de água no verão, o corte da vegetação exótica no contacto e proximidade da aldeia, o melhor escoamento das águas pluviais, a recuperação e a limpeza de antigos caminhos de articulação com a montanha e a bacia de Miranda do Corvo-Lousã, e a criação de serviços de cafetaria/restauração na aldeia (que, em breve, será uma realidade com o apoio do Sistema de Incentivos às Atividades Económicas do Pinhal Interior).

Por sua vez, Fajão, antigo município situado na Serra do Açor, apresentava em 2001, 82 habitantes. Destes, cerca de meia centena residiam na área de intervenção do PAX (que abrange o núcleo mais antigo de Fajão). Trata-se de uma população bastante envelhecida (quase metade tem mais de 70 anos), constituída maioritariamente por famílias nucleares sem filhos, com baixos níveis de escolaridade (71% são analfabetos ou frequentaram apenas o 1º ciclo do ensino básico) e elevada percentagem de reformados e desempregados (47 e 31%, respetivamente).

De acordo com o Plano de Aldeia (2002) elaborado pelo Gabinete Técnico Local de Fajão, 75% dos edifícios destinam-se a habitação, 35% dos edifícios encontram-se em estado de degradação ou em ruína e apenas 34% estão ocupados de forma permanente (os restantes estão ocupados de forma temporária e desocupados, perfazendo 39 e 27% do total, respetivamente).

O montante de investimento aprovado no âmbito do PAX, em janeiro de 2006, ultrapassava 900 mil euros, repartidos por 24 imóveis particulares, 2 imóveis públicos, espaços públicos e redes de infraestruturas básicas.

Os inquéritos realizados (uma dezena), representando 20% da população residente na área de intervenção do PAX, mostram que a maioria dos inquiridos teve conhecimento e participou (através de sugestões) na elaboração do Plano

de Aldeia de Fajão, assim como reconhece o acompanhamento técnico das intervenções, a qualidade do Plano de Aldeia e os resultados das intervenções (considerados de bom nível).

De igual modo, o inquérito foi um instrumento fundamental para saber a opinião da população sobre os aspetos mais positivos e negativos das intervenções apoiadas pelo PAX. No primeiro caso, os inquiridos enfatizam a conservação e a valorização do património construído (figura 3), o reforço da imagem arquitetónica, a melhoria substancial das infraestruturas básicas, a requalificação de espaços públicos, os novos equipamentos culturais (como o edifício Fajão Cultura) e de lazer (a piscina e o espaço verde envolvente) bem como a atração de visitantes. Problemas relacionados com intervenções (designadamente coberturas e fachadas de imóveis particulares e a pavimentação do Adro da Igreja), a interdição da circulação automóvel no núcleo antigo (exceto cargas e descargas) e a falta de apoio para recuperar o interior dos imóveis são os principais aspetos negativos identificados pela população inquirida.



Figura 3 – Imóveis particulares em Fajão, reabilitados no âmbito do PAX (2007)

Foto: Paulo Carvalho

3. Conclusão

A União Europeia vive uma fase de redefinição da ocupação do território e assume como prioritária uma nova perspetiva de desenvolvimento territorial.

A salvaguarda e a valorização do património configuram uma oportunidade para intervir com uma visão estratégica dos problemas que essa redefinição e orientação comportam.

As recentes políticas públicas de desenvolvimento e os instrumentos relativos à intervenção espacial refletem a centralidade do território (conceito vertebrador) e das novas formas de gestão territorial, de tal forma que assistimos, igualmente, a uma redescoberta dos territórios e a uma recentralização da importância dos lugares por via da valorização social de recursos como o património. Este, emergindo também no contexto das preocupações estéticas e vivenciais das populações da pós-modernidade, prefigura novos caminhos de desenvolvimento e a construção de novas territorialidades.

No alinhamento das grandes tendências de investigação recente nesta matéria, procurámos analisar os resultados de três intervenções, em contextos rurais e urbanos, selecionadas no amplo espectro da patrimonialização em Portugal.

A leitura das intervenções (e dos documentos de suporte), apoiada na realização de inquéritos por questionário, permitiu identificar os seus efeitos de maior visibilidade assim como evidenciou sugestões muito pertinentes que merecem ser integradas na estruturação de novas políticas e instrumentos de desenvolvimento ancorados ao património, no período de programação 2007-2013. Aliás, esta preocupação demonstra outra flagrante evidência: a necessidade de implementar e valorizar, de forma recorrente e sistemática, os processos de acompanhamento e avaliação, através de serviços externos independentes (em relação às entidades que gerem os programas), e segundo metodologias adequadas. Desta forma, estaremos a contribuir para a maior eficácia e eficiência da gestão territorial, a divulgação pública dos resultados, a (in)formação dos cidadãos e a melhor planificação das novas intervenções.

Bibliografia

- Alvergne, C. & Taulelle, F. 2002, *Du local à l'Europe. Les nouvelles politiques d'aménagement du territoire*, PUF, Paris.
- Ashworth, G. & Larkham, P. J. (eds.) 1994, *Building a New Heritage. Tourism, Culture and Identity in the New Europe*, Routledge, London.

- Ashworth, G. & Graham, B. 2005, *Senses of Place: Senses of Time* (Col. *Heritage, Culture and Identity*), Ashgate, Aldershot.
- Ballart Hernández, J. e Tresserras, J. J. 2001, *Gestión del patrimonio cultural*. Ariel, Barcelona.
- Brunet Estarellas, P., Almeida Garcia, F. e Coll Lopez, M. 2005, "Agenda 21: subsidiariedad y cooperación a favor del desarrollo territorial sostenible", *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, 39, pp. 423-446.
- Carvalho, P. 2005, *Património cultural e trajetórias de desenvolvimento em áreas de montanha. O exemplo da Serra da Lousã*. Dissertação de doutoramento em Geografia apresentada à FLUC, Coimbra.
- Carvalho, P. 2006, "Turismo cultural, património e políticas públicas em contextos rurais de baixa densidade", in *Atas do Congresso de Turismo Cultural, Território e Identidades*, ed. M. G. Santos *et al.*, Instituto Politécnico de Leiria, Leiria, 21 pp.
- Carvalho, P. 2007, "Património cultural, ordenamento e desenvolvimento: uma nova visão e valorização do território", *Cadernos de Geografia* (em publicação).
- CCRC 2001, *Programa Operacional da Região Centro: 2000-2006*, Comissão de Coordenação da Região Centro, Coimbra.
- CE 1990, *Livro Verde sobre o Ambiente Urbano*, SPOCE, Luxemburgo.
- CE 1998, *Cidades Europeias Sustentáveis*, SPOCE, Luxemburgo.
- Claval, P. (2003): "El enfoque cultural y las concepciones geográficas del espacio". in *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, 34, pp. 30-39.
- COIMBRAPOLIS 2007, Programa Polis em Coimbra (acessível em <http://www.poliscoimbra.pt>; consultado em 20.05.2007).
- Correia, J. 2007, *Património e desenvolvimento local em áreas de montanha*, Coimbra (inédito).
- Cowen, M. P. & Shenton, R. W. 1996, *Doctrines of Development*, London.
- Cravidão, F. 1989, *Residência secundária e espaço rural duas aldeias na Serra da Lousã: Casal Novo e Talasnal*, Col. Estudos n° 10, Faculdade de Letras, Coimbra.
- Cruz, S. 2006, *Património, turismo e desenvolvimento: a Praia das Rocas*, Coimbra (inédito).
- Faludi, A. 2005, "La política de cohesión territorial de la Unión Europea", *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, 39, pp. 11-30.
- Ferrão, J. 2003, "Território, última fronteira de cidadania?", *Cadernos de Geografia*, N° Especial, pp. 9-12.
- Gutiérrez, J. I. P., González, J. R. e Dasi, J. F. 2003, "Nueva cultura y gobierno del territorio en Europa", *Ería*, 61, pp. 227-249.
- Haesbaert, R. 2004, *O Mito da Desterritorialização. Do "Fim dos Territórios" à Multiterritorialidade*, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- Howard, P. 2003, *Heritage: management, interpretation, identity*, Continuum, London.
- Kotler, P., Haider, D. and Rein, I. 1993, *Marketing places*, Free Press, New York.
- Kearns, G. & Philo, C. 1993, *Selling places*, Pergamon Press, Oxford.
- Pinheiro, R. e Santos, S. 2007, *O Programa Polis em Coimbra*, Coimbra (inédito).
- Pires, I. 1986, "Génese e evolução de um centro produtor têxtil. A indústria de lanifícios em Castanheira de Pera", *Finisterra*, 21(42), pp. 271-309.
- Syrett, S. 1995, *Local Development. Restructuring, locality and economic initiative in Portugal*, Ashgate, Aldershot.
- Vasconcelos, L. 2003, "O território em contextos expandidos de participação – o desenvolvimento sustentável local", in *Território, do Global ao Local e Trajetórias de Desenvolvimento*, coord. L. Caetano, Centro de Estudos Geográficos, Coimbra, pp. 277-290.

(Página deixada propositadamente em branco)

PATRIMÓNIO E TERRITÓRIO: DOS LUGARES ÀS REDES¹²

1. Património, território e desenvolvimento: novas matrizes em contextos rurais

Nas palavras de Ballart Hernández & Tresserras (2001: 11), “Hoy coincidimos que patrimonio (...) es una construcción cultural y como tal sujeta a cambios en función de circunstancias históricas y sociales”.

A mesma linha de pensamento adota Howard (2003: 186) quando escreve “Heritage is not a static phenomenon; all aspects of it – things which are considered heritage, the markets for it, and identities – all change quite fast”.

A sociedade pós-moderna elaborou, no plano coletivo, a sua própria versão de património, alicerçada em bens culturais e naturais e pressupondo a existência de um património de toda a humanidade. Nessa dimensão, a ideia de património aparece associada a valores que servem para criar vínculos entre indivíduos e estabelecer diálogos/pontes entre as gerações.

O património é, assim, como herança cultural coletiva, um importante elemento de mediação entre o passado e o presente. Se temos o privilégio de usufruir plenamente os seus valores, ao mesmo tempo assumimos o dever de legar esses testemunhos, nas melhores condições, às gerações vindouras.

De igual modo é entendido como matriz de explicitação das linguagens de estruturação dos territórios e das paisagens, e por isso é uma temática privilegiada nas reflexões sobre os caminhos para o desenvolvimento.

¹² Revisto e atualizado a partir do texto publicado no livro *Territórios e Trajetórias de Desenvolvimento* (coord. Lucília Caetano, Centro de Estudos Geográficos, Coimbra, 2005, pp. 177-191).

Contudo, as capacidades para identificar e ativar os valores patrimoniais são desiguais conforme as sociedades; a desigual distribuição geográfica desses recursos é outra componente diferenciadora a considerar.

No caso dos espaços rurais periféricos a dinâmica dos últimos anos tem, regra geral, acentuado o abandono e a degradação das estruturas edificadas e das paisagens. Mas, alguns desses territórios são agora organizados e apropriados (principalmente) por populações urbanas que valorizam os elementos da paisagem outrora entendidos como sinal de arcaísmo e atraso de desenvolvimento, em resultado de processos espontâneos ou na sequência de linhas estratégicas de orientação e de instrumentos de política regional que enfatizam ações e medidas com o objetivo de requalificar esses territórios e promover as suas potencialidades originais e excecionais (Carvalho, s/d).

Noutras situações é a dinâmica interna e o papel dos atores locais que enfatiza o valor pedagógico do património, identificando-o e aproximando-o dos cidadãos. Em qualquer dos exemplos, as lições do passado e o contexto histórico, projetados no campo do património cultural, refletem especificidades dos territórios e configuram recursos singulares.

Rotas, circuitos, itinerários, convocando sítios e lugares como “nós” de uma “rede”, desenhados em diferentes escalas espaciais, ancorados ao património e frequentemente ao turismo cultural, representam caminhos para a construção de marcas de identidade territorial e são um estímulo para a articulação entre as diferentes peças e para a construção de um sentido de pertença ao conjunto.

No contexto da globalização os espaços rurais dos países desenvolvidos foram obrigados, uma vez que o processo é essencialmente exógeno, a abandonar a sua tradicional função de abastecedores de alimentos para reverter-se em espaços multifuncionais ao serviço da satisfação das necessidades da população urbana, como principal estratégia para sair da crise em que muitos se encontram mergulhados (Navarro Valverde *et al.* 2002: 182).

Como reconhece a geógrafa Leonor de la Puente Fernández (2002: 234), “En las últimas décadas, y consubstancial al desarrollo del capitalismo en el sector agrario, en el mundo rural europeo se está profundizando en un doble proceso territorial de signo contrario, iniciado anteriormente, que la Comisión Europea denomina con los términos de concentración, especialización e intensificación por un lado, y de marginalización por otro (...)”.

De acordo com a mesma autora, os processos de abandono dominam as áreas marginais e são acompanhados da destruição de infraestruturas, do património, da paisagem, enfim, de investimentos acumulados que, todavia, poderiam contribuir para a formação de riqueza no mundo rural mediante a sua reutilização em outras iniciativas sócio-económicas. Além disso, a marginalização suscita a necessidade de intervenção no território para reduzir os impactos sobre os recursos e evitar perdas irreparáveis. Mas, por outro lado, os espaços marginais são procurados por uma população urbana sedenta de usufruir experiências centradas nos valores naturais e culturais, cuja presença, cada vez mais intensa, pode acelerar o processo de destruição do património e gera necessidades de equipamentos e serviços cuja exigência se reclama ao setor público e, em definitivo, à sociedade em geral.

A nova política para o mundo rural deve ser orientada para o desenvolvimento rural integrado, unindo a dimensão sócio-rural e ambiental, assumindo que é necessária a diversificação das atividades produtivas nos espaços rurais, e determinando novos objetivos para a agricultura em função da perspectiva de ordenamento dos espaços rurais (Salom Carrasco, 2000). O carácter multifuncional indica que, além de abastecer de produtos agrícolas, a agricultura produz bens públicos (cria natureza e paisagem, preserva o ambiente e facilita a gestão do território), pelos quais o cidadão deverá pagar.

As experiências LEADER (I e II), nos anos 90, e a nova fase (LEADER+) são a expressão concreta dessa atmosfera de mudança em que se procura outorgar ao mundo rural um papel mais ativo e inovador na condução do seu próprio futuro.

De igual modo é preciso assinalar importantes modificações no plano sócio-cultural, nomeadamente a extensão dos modelos culturais urbanos ao espaço rural e, de forma paralela, a revalorização dos “modos de vida” e das culturas rurais; a consciencialização dos cidadãos sobre a necessidade de conservar o ambiente e preservar a paisagem; a cada vez maior procura de natureza e espaços naturais (e culturais) por parte da sociedade de ócio que se generalizou nos países mais desenvolvidos.

Nos últimos anos nos espaços rurais abriu-se caminho a diferentes opções de desenvolvimento, dando lugar a uma nova articulação territorial entre áreas rurais, entre estas e o espaço urbano, e a globalidade.

Para as áreas mais deprimidas favoreceu-se uma nova lógica, não de crescimento sectorial agrícola mas de desenvolvimento rural: a pluriatividade é a via que se impõe como solução para a crise agrícola, e uma das principais opções de desenvolvimento é o turismo rural (Salom Carrasco, *op. cit.*).

Interessa-nos em particular não a atividade em si mesma mas as suas relações com o território e o património, e por isso podemos considerar o espaço segundo a perspectiva de utilização turística.

Trata-se de um modelo emergente, em consequência de mudanças culturais e sociais, alicerçado numa diversificação da oferta turística, ao contrário do (seu antecessor) turismo costeiro, de sol e praia, massificado e capaz de gerar fluxos realmente extraordinários de visitantes.

Como reflexo da crescente variedade de estilos de vida, o turista mais culto deixou de ser um objeto dirigido pela oferta, manipulado pela propaganda, para alcançar uma certa maturidade na eleição mais seletiva do espaço de destino e do tipo de oferta. Tem recebido o mais alto interesse por parte das entidades políticas (nacionais, regionais e locais) que em certos casos legislaram sobre o seu desenvolvimento e controlo e é objeto de importantes investimentos (por exemplo os projetos apoiados pelos programas LEADER), com o objetivo de orientar a diversificação produtiva dos meios rurais tradicionais, com a valorização de uma atividade turística, que pode basear-se na qualidade natural (é o caso da promoção de espaços naturais protegidos), ou os valores culturais do seu património (natural, cultural, paisagístico), ou na sua potencialidade como uso recreativo e desportivo.

A diversidade de termos, turismo rural, agroturismo, turismo de natureza, ecoturismo, sugerem fórmulas diferentes, que originam transformações espaciais e implicações variadas nas estruturas sociais (García Manrique, 2000) – as estações de esqui (que exigem espaços construídos especificamente para a atividade) e o agroturismo (com quase nula alteração e impacto paisagístico) são disso exemplo.

A maioria dos documentos sobre desenvolvimento sustentável do turismo elaborados nos últimos anos, reconhece o património (na amplitude das conotações natural e cultural) como recurso para o desenvolvimento e, por isso, as componentes do território são elementos chave para a valorização turística dos lugares.

Desta forma a própria paisagem é interpretada como um ativo turístico no sentido de que pode configurar uma ferramenta útil de desenvolvimento e um

valor a conservar para o turismo rural. De igual modo, importa referir que a qualidade estética, a autenticidade e a variedade nas composições territoriais fazem toda a diferença (Antón Clave, 2000).

Uma vez que assistimos a um progressivo desenvolvimento e consolidação de formas de ocupação e uso do espaço rural vinculadas ao turismo, importa refletir sobre a sua tradução territorial e perceber se o turismo rural se constitui num novo fator de articulação económica e territorial ou, por outras palavras, questionar a viabilidade do turismo rural e a sua capacidade para revitalizar territórios. Os resultados das investigações sobre esse papel do turismo são “contraditórios”. Se por um lado há situações em que o turismo parece conduzir a uma reconstrução ou valorização coerente das paisagens de suporte, mediante a intervenção pública (mormente através de subvenções) ou privada procurando construir o suporte da imagem rural, por outro lado não é fácil evitar o impacto paisagístico decorrente de certas infraestruturas ou a construção de novas residências.

A afirmação da relação entre turismo e património, tanto a nível internacional como em Portugal, decorre em boa parte da crescente importância e visibilidade do turismo em todas as suas manifestações (das práticas recreativas às dimensões enquanto atividade económica) bem como da preocupação pela preservação e valorização do património das sociedades nas suas diversas manifestações (Fernandes e Carvalho, s/d).

De qualquer maneira, a avaliação da transformação territorial e da paisagem que produz a implantação turística leva a considerar a existência (ou não) de políticas rurais e turísticas consistentes durante o processo de criação do espaço turístico, afinal uma das causas fundamentais de certas discontinuidades e problemas. Por isso o “êxito” social da atividade em termos de conservação e valorização do património (e da paisagem) não pode desvincular-se de medidas concretas derivadas da intervenção pública, nomeadamente planos de intervenção ancorados a matrizes físicas (de ordenamento) e suportes financeiros necessários para impulsionar e consolidar a sua execução.

Por outro lado, importa sublinhar que “as paisagens exprimem a unicidade e a identidade de cada lugar (*genius loci*), refletindo tanto a história natural como cultural de um território, num determinado momento. O seu carácter é dinâmico e está continuamente em mudança mas é único para cada lugar” (Pinto-Correia, 2001: 198).

A interação entre o sistema natural e o sistema social, confere à paisagem uma dimensão territorial e cultural em que o modo de apropriação da paisagem pelas comunidades varia tanto pelo sistema natural, como com os valores da sociedade que sobre ela atua (Pinto-Correia, *op. cit.*; Leimgruber, 2002; Wearing & Neil, 2000).

Na perspectiva da UNESCO as paisagens culturais representam as obras combinadas da natureza e do homem, entidade que também reconhece a grande variedade dessas manifestações interativas.

O texto da “Convenção Relativa à Proteção do Património Mundial” refere, entre outras, as paisagens culturais como paisagens que evoluíram organicamente. Hoje essas paisagens podem constituir uma relíquia (ou fóssil) do passado, ou podem ainda exercer um papel social ativo, associado a um modo de vida tradicional em evolução.

Na Convenção Europeia da Paisagem (Conselho da Europa, 2000), os países signatários comprometem-se a considerar as paisagens como fatores fundamentais da identidade europeia, incorporando-a no seu património natural e cultural.

Parte-se da constatação de que as paisagens europeias se encontram num processo acelerado de transformação em várias e diferentes direções, o que justifica a necessidade de intervenção (definindo políticas paisagísticas e incluindo as paisagens nas políticas setoriais).

No caso das paisagens culturais de matriz rural, é possível identificar algumas questões estruturais: Como mantê-las funcionais? Como fazê-las evoluir de forma harmoniosa? Com quem? E para quem?

Importa pois entender a sua linguagem de estruturação, isto é, os acontecimentos e os valores, e a forma como se manifestam nos laços sociedade-território, ultrapassando uma fase de um certo analfabetismo (incapacidade ou desinteresse em ler e interpretar as paisagens).

2. Dos lugares às redes:

o património e as novas perspectivas de (des)envolvimento

Lameiras-Campagnolo *et al.* (2002: 25) refletem sobre o conceito de rede, “o qual privilegiando uma articulação multimodal e bidirecional entre os seus constituintes (...), é encarado como uma particularização do conceito de sistema,

associada, à partida, a uma mais impositiva interdependência dos constituintes e a uma mais finalizada coesão do conjunto”.

A aproximação e apresentação destes dois conceitos revela “duas classes diferenciadas de organização: – o sistema, dotado de uma fronteira e de uma finalidade concebidas à priori; – a rede, dotada de uma fronteira alterável e de uma finalidade concebida parcialmente aquando da sua génese e precisada no decurso do seu funcionamento. Enquanto o sistema pode ser definido como um conjunto de elementos interdependentes expressamente escolhidos com o fim de responder a uma finalidade global, a rede aparece como um conjunto de elementos (nós e conexões) “em construção”, cuja finalidade, embora mantida globalmente, pode acolher sucessivas alterações pontuais ou eventuais retificações. Integrando na sua própria dinâmica, elementos não-estruturados ou reestruturáveis, a rede evolui não somente através da adjunção e a codificação de novas componentes (admitindo novos nós e novas conexões), mas também através da reavaliação de componentes mais antigas (modificando certos nós e certas conexões), por intermédio de releituras semiexploratórias descodificantes-codificantes” (Lameiras-Campagnolo *et al.*, *op. cit.*, 26-27).

Trata-se, portanto, de um conceito ordenador e coordenador, e de um processo que envolve elementos em interação.

Opinião partilhada por muitos autores é a de que a rede se desenvolve num modo flexível, contrariando as estratégias de integração vertical e de controlo hierárquico dos recursos e, por isso, o diagrama das suas relações internas não alinha ou atenua muito uma matriz de natureza hierarquizada (arborescente ou linear).

Segundo Maryvonne Le Berre (1998: 613), “Le territoire est, pour le géographe, l’entité privilégiée pour mettre en évidence les localisations: leur *répartition spatiale* a une forme générale *points, réseau* ou *pavage* selon la matérialité correspond à de phénomènes ponctuels (des villes assimilées à des points), des phénomènes linéaires (des routes, des canalisations, des câbles) ou des surfaces (champs cultivés)”.

No estudo da localização, a noção de estrutura “exprime la façon dont les éléments composant un territoire sont disposés dans l’espace et dans le temps, les arrangements territoriaux en quelque sorte” (Le Berre, *op. cit.*, 614). Assim no estudo das repartições territoriais encontramos palavras-chave do vocabulário geométrico e topológico.

Independentemente do contexto de análise (científico, empresarial, militar), a ideia de formular propostas compatíveis com uma estrutura em “rede” ganha expressão nos últimos anos.

No seio de uma dada organização funcional e territorial, a “rede” convoca temas ou ligações como o património (na amplitude das dimensões natural e cultural), os museus, acontecimentos históricos, entre outros. Por isso, os “nós” são conotados com unidades museológicas, sítios, territórios, lugares – para referir apenas alguns exemplos.

No caso dos museus portugueses, depois de algumas décadas marcadas por tentativas isoladas e descontínuas para ordenar o tecido museológico nacional, e perante uma realidade museológica em que foram identificadas mais de 500 entidades que reclamam a designação de museu, o Instituto Português de Museus (IPM) considerou indispensável uma reforma. Era necessário reunir essas entidades numa estrutura funcional, através de um documento programático que é uma solução “museológica invulgarmente adequada para reunir instituições muito diversas, através do enfoque em elementos essenciais como a memória, a coleção e a transferência de património cultural, em vez da opção por um sistema que as ordene em função do tamanho, da geografia, da temática” (Agren, 2002: 21). A rede daí resultante, a Rede Portuguesa de Museus (RPM), pretende englobar todas as entidades que tenham essas características museológicas básicas. “A opção pelo conceito de rede – além de estar em conformidade com a rede de bibliotecas e arquivos já existente – realça também a importância central da comunicação” (Agren, *op. cit.*). Neste caso, procura-se tirar partido da eletrónica, que por via da instantaneidade e simultaneidade globais, oferece novas e fantásticas condições de eficácia no âmbito das ligações em rede. Participação, cooperação e partilha de informação e conhecimentos são, então, a nova expressão dos objetivos de tornar úteis e atrativas as instituições (como os museus) – principalmente pela sua diversidade.

Nesse caminho enquadra-se na ideia defendida por Raposo (2002: 91-92), segundo a qual a viabilidade futura dos museus está também intimamente dependente da capacidade que demonstrem em criar, alargar e manter vivos sistemas de organização em rede e experiências de parceria – quando se discute o futuro dos “museus - não lugares”, o papel dos museus virtuais, e se afirma a importância da conservação (e do património) *in situ*.

De acordo com Michael Dower (1997) vários elementos do património integram-se facilmente em itinerários turísticos ou circuitos temáticos. Assim, os caminhos de peregrinos (como os de Santiago de Compostela em Espanha), mas também os caminhos de ferro a vapor (muito populares no Reino Unido, em França e na Bélgica), os canais e vias navegáveis que contam à sua maneira a história de numerosas regiões, as rotas do vinho, da lã, entre outras, são outros tantos meios para integrar diferentes elementos do património das regiões percorridas.

Na expressão de Richards (1998: 106), “The development of thematic routes and itineraries has received a renewed impulse in recent years thanks to the discovery of cultural tourism as a major growth area in the European tourism market”.

Esse (novo) turismo cultural teve o apoio do Conselho da Europa, desde meados dos anos 80, com o lançamento do programa dos “Itinerários Culturais”. A escolha dos caminhos de Santiago de Compostela, como primeiro itinerário cultural europeu, enquanto caminho altamente simbólico no processo da construção europeia, serviu de referência e exemplo para as ações futuras. Estava lançada a semente para explorar caminhos reais e imaginários, onde se forjou, ao longo dos séculos, a identidade cultural europeia, na sua unidade e diversidade. Duas décadas depois, a lista dos “Itinerários Culturais” do Conselho da Europa excede as duas dezenas de temas – Mozart, os celtas, parques e jardins, as cidades europeias das grandes descobertas, o humanismo, as festas populares, são alguns exemplos que é possível referenciar. Esses itinerários possibilitam projetos de cooperação nos domínios da pesquisa, da valorização patrimonial, da cultura e das artes, dos intercâmbios culturais e educativos dos jovens, do turismo cultural na Europa e do desenvolvimento cultural durável.

A nova oferta do turismo cultural possibilita o encontro entre o património e os visitantes gerando recursos que servem de complemento aos rendimentos de muitas regiões rurais. De igual modo, importa considerar as novas tendências do consumo cultural: contemplativo, participativo, vivencial.

Assim, os circuitos turísticos e culturais surgem como um conjunto de traçados turísticos, em que é essencial desenhar e materializar ações de animação, difusão e promoção dos seus recursos nucleares, e dar argumentos aos visitantes para permanecer alguns dias.

Segundo Maynar Aguilar (1998), a rota turística pode ser definida como um itinerário temático para a descoberta do património, capaz de provocar

a realização de uma viagem através do território que a sustenta, utilizando recursos e serviços, sendo portanto, um produto elaborado e suscetível de ser comercializado. O objetivo é promover a mobilidade dos visitantes ao longo do itinerário, por sua vez estruturado em etapas, sítios e lugares e estruturas de acolhimento; as ações de animação e promoção são fundamentais segundo a perspectiva de permanência no tempo. O circuito, em termos turísticos, é o itinerário com saída e chegada ao mesmo ponto estabelecido sobre as infraestruturas viárias capaz de ser percorrido num curto espaço de tempo, sempre inferior a um dia, tendo qualquer conteúdo temático.

Mas, acima de tudo, o que importa sublinhar é a ideia de criar vínculos entre os lugares (ou com os lugares) por onde os viajantes passavam, como a Rota da Prata, o Caminho de Santiago, ou outros menos conhecidos, através de marcas de identidade.

Os lugares (ou sítios) devem ser selecionados em função de critérios que deem coerência e unifiquem os diferentes pontos, de modo a que a rede a constituir represente mais do que a soma aritmética das suas componentes.

O Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR), através dos “Itinerários e Inventários Temáticos”, também tem contribuído para a divulgação ou implementação deste tipo de estruturas. As propostas apresentadas pelo IPPAR abrangem quatro domínios:

1. “Património Industrial”, com os campos da manufatura (por exemplo a Real Fábrica de Panos da Covilhã), indústria (como a Central Tejo), estruturas sociais associadas (por exemplo a residência de Guilherme e Diogo Stephens), infraestruturas e obras públicas (Aqueduto das Águas Livres, Ponte Maria Pia, entre outros);
2. “Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve”, centrados em onze sítios arqueológicos (por exemplo as ruínas de Miróbriga e o conjunto monumental de Mértola). Trata-se de uma iniciativa desenvolvida pelo IPPAR, em articulação com as autarquias envolvidas e outras entidades públicas e privadas, que surgiu com “a necessidade de estabelecer condições para a salvaguarda e dinamização turístico/cultural de sítios arqueológicos, através da investigação, preservação, valorização e divulgação, e criar infraestruturas de acolhimento do público e de interpretação dos sítios selecionados” (IPPAR, 2003).

3. “Itinerários de Cister”, envolvendo nove conjuntos monásticos portugueses, (por exemplo Santa Maria de Lorvão e Santa Maria de Alcobaça), segundo “um programa de ação que contempla intervenção de restauro, divulgação, sinalização e definição de circuitos integrados de visita” (IPPAR, *op. cit.*).
4. “Circuitos Arqueológicos Antas de Elvas”, repartidos por dois circuitos de visita, um ao longo das margens do Guadiana, outro em torno da aldeia de Barbacena, com cerca de duas dezenas de monumentos megalíticos classificados.

Por seu lado, a “Rota de Escritores do século XX da Região Centro” é outro exemplo muito interessante de como a partir da literatura é possível valorizar património que não é apenas literário. Polarizada em torno de motivos simbólicos, a iniciativa lançada pela Comissão de Coordenação da Região Centro, assume a dimensão de um projeto sócio-cultural, aproveitando as ligações entre os territórios e o universo da obra de determinados escritores que se tenham notabilizado.

A concretização do projeto, estruturado segundo um processo de candidatura aberto às autarquias da região, resulta em práticas simbólicas e bens materiais duradouros. A primeira componente manifesta-se no lançamento simultâneo de exposições temáticas, originárias de cada núcleo local, centradas nos escritores selecionados pelas autarquias (Afonso Lopes Vieira, Eugénio de Andrade, Miguel Torga, Fernando Namora, Carlos de Oliveira, Aquilino Ribeiro, e Vergílio Ferreira). Associado às exposições (com caráter itinerante), lançadas em janeiro de 2003, está a componente editorial, com a publicação de roteiros e monografias consagradas aos escritores, entre outras iniciativas previstas e que envolvem também parcerias com outras entidades (por exemplo, a Direção Regional de Educação do Centro).

3. Em jeito de conclusão

A especificidade e o caráter diferencial do espaço rural assenta em boa parte naqueles fatores que caracterizam e definem as qualidades particulares do lugar e do território onde se integra.

O património é um desses elementos diferenciadores, com importante papel de mediação na (re)construção de memórias e identidades. Nos últimos anos é recorrente a sua utilização como âncora de iniciativas de desenvolvimento que

visam requalificar territórios periféricos ou persistentemente marginalizados, projetar a sua imagem e estimular dinâmicas demográficas e económicas positivas, com ligação frequente a certas dimensões turísticas.

A articulação de *sítios* e lugares através de projetos territorialmente mais amplos, é um dos caminhos para encontrar escala de afirmação e construir imagens de uma certa identidade e unidade entre as partes intervenientes.

Serão esses estímulos suficientes para a redescoberta e reinvenção do rural, e das novas formas de viver a ruralidade, com mais dignidade e qualidade de vida?

Importa, pois, reconhecer aqueles que mantêm as paisagens e que são parte importante desse património, de modo a estancar a sangria demográfica dos lugares serranos ou pelo menos estimular a presença e a fixação de nova população, encontrando os equilíbrios possíveis e desejáveis para a salvaguarda e a valorização dessas paisagens vincadamente culturais.

A resposta (e o envolvimento) da população, no espectro heterogéneo formado por residentes permanentes, neo-rurais e proprietários de residências secundárias, a dinamização e a visibilidade das aldeias (e da própria “rede”) são questões pertinentes que gravitam em torno da iniciativa de requalificação (urbana).

Assim os meios financeiros disponíveis, o empenho e a capacidade científica e técnica representem o “cimento” capaz de armar uma estrutura duradoura, a partir de ações coerentes, integradas, integradoras e socialmente justas e participadas.

Mas integrar e coordenar ações e territórios sugere também aprender a trabalhar em rede (e em parceria), o que pressupõe da parte dos agentes e instituições envolvidas, um conhecimento profundo da realidade dos territórios, e o interesse em interagir e partilhar informação e responsabilidade com os diversos agentes a envolver nos caminhos para o desenvolvimento. No plano das instituições, é ainda importante a “articulação entre objetivos estruturais e programáticos consoante a perspetiva de ações que materializem a cooperação e partilha de recursos ou de metodologias aplicadas” (Filipe, 2002: 115).

No momento em que as políticas públicas refletem a importância da dimensão territorial, é oportuno aprofundar parcerias, promover a discussão e a participação pública esclarecida nos caminhos do desenvolvimento, com o objetivo de estruturar projetos e alicerçar em bases sólidas realizações suscetíveis de envolver e comprometer os cidadãos. Isto para evitar que os edifícios (leia-se projetos) comecem pelo telhado!

Bibliografia

- Agren, P. U. 2002, "Reflexões sobre a Rede Portuguesa de Museus", *Atas do Fórum Internacional Redes de Museus*, IPM/RPM, Lisboa, pp. 17-24.
- Ballart Hernández, J. & Tresseras, J. 2001, *Gestión del patrimonio cultural*, Ariel, Barcelona.
- Beaudet, G. 1999, "Paysage et investissement de valeur", in *Le paysage : territoire d'intentions*, dir. P. Gonidec-Poullaouec et al., L'Harmattan, Paris, pp. 35-51.
- Carvalho, P. s/d, "População, Território e Desenvolvimento. Análise a partir das aldeias serranas da Lousã", *Atas do X Encontro APDR*, Coimbra (em publicação).
- Claval, P. 2002, "El enfoque cultural y las concepciones geográficas del espacio", *Boletín de la AGE* (Asociación de Geógrafos Españoles), 34, pp. 30-39.
- CCRC 2001, *Programa Operacional da Região Centro 2000/2006*, Comissão de Coordenação da Região Centro, Coimbra.
- CCRC s/d, *Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior – Plano Global de Intervenção*, Comissão de Coordenação da Região Centro, Coimbra.
- Dower, M. 1998, "O recurso património – um trunfo para o desenvolvimento local", *Leader Magazine*, 17.
- Fernandes, J. L. e Carvalho, P. 2004, "Património, Memória e Identidade: Repensar o Desenvolvimento", in *Território, Ambiente e Trajetórias de Desenvolvimento*, coord. L. Caetano, Centro de Estudos Geográficos, Coimbra, pp. 193-217.
- Filipe, G. 2002, "A participação do Ecomuseu Municipal do Seixal em parcerias europeias no campo do património industrial", *Atas do Fórum Internacional Redes de Museus*, IPM/RPM, Lisboa, pp. 109-116.
- García Manrique, E. 2000, "Los espacios del turismo", *Atas del XVI Congreso de Geógrafos Españoles (El Territorio y su Imagen)*, CEDMA, Málaga, pp. 41-113.
- Hernández Hernández, F. 2002, *El patrimonio cultural: la memoria recuperada*, Ediciones Trea, Gijón.
- Howard, P. 2003, *Heritage: management, interpretation, identity*, Continuum, London.
- IPPAR 2003, "Itinerários e Inventários Temáticos" (in www.ippar.pt; consulta em 12/10/2003.)
- Lameiras-Campagnolo, M. O. e Lameiras-Campagnolo, H. 2002, "O conceito de rede: incidência sobre o enquadramento e a coordenação das unidades museológicas portuguesas", *Atas do Fórum Internacional Redes de Museus*, IPM/RPM, Lisboa, pp. 25-39.
- Leimgruber, W. in press, *Heritage conservation awards: stimuli to life for remote settlements?* (Paper presented to UGI Commission on the Dynamics of Marginal and Critical Regions joint meeting in Taegu, 08-13 August 2000).
- Maynar Aguillar, M. 1998, "Concepto de ruta turística (...)", *European Congress about Cultural Itineraries and Thematic Routes*, Fundación Caja Rioja, Logroño, pp. 311-317.
- Navarro Valverde, F., Cejudo García, E. e Maroto Marcos, J. C. 2002, "Territorios de acción para el desarrollo rural. El caso de la provincia de Granada", *Atas del XI Coloquio de Geografía Rural (Los espacios rurales entre el hoy y el mañana)*, Servicio de Publicaciones de Universidad de Cantabria, Santander, pp. 181-190.
- Puente Fernández, L. (2002). "El paisaje agrario en el discurso territorial de la PAC y en la ordenación de los espacios rurales", *Atas del XI Coloquio de Geografía Rural (Los espacios rurales entre el hoy y el mañana)*, Servicio de Publicaciones de Universidad de Cantabria, Santander, pp. 234-242.

- Richards, G. 1998, "Cultural tourism in Europe: recent developments", *European Congress about Cultural Itineraries and Thematic Routes*, Fundación Caja Rioja, Logroño, pp. 105-113.
- Salom Carrasco, J. 2000, "Los lugares y los procesos de globalización", *Atas del XVI Congreso de Geógrafos Españoles (El Territorio y su Imagen)*, CEDMA, Málaga, pp. 171-186.
- Wearing, S. & Neil, J. 2000, *Ecotourism (impacts, potenciales and possibilities)*, Butterworth Heinemann.

RESIDÊNCIA SECUNDÁRIA, PATRIMONIALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE NOVAS RURALIDADES¹³

1. Introdução

A estrutura do presente texto reflete duas preocupações fundamentais: a primeira, visa contextualizar no plano conceptual a temática das trajetórias e perspectivas de desenvolvimento dos territórios rurais, assim como pretende enfatizar o fenómeno da residência secundária e as suas relações com o processo de patrimonialização e a construção de novas ruralidades; a segunda, pretende articular este quadro teórico com as condições operativas de patrimonialização da paisagem rural, a partir da análise geográfica de três aldeias da Serra da Lousã (Cordilheira Central Portuguesa). Os resultados apresentados decorrem, em grande parte, da investigação realizada no segundo semestre de 2003, no âmbito da nossa dissertação de doutoramento em geografia.

2. Os territórios rurais: dinâmicas e perspectivas de desenvolvimento na fase pós-produtivista

A temática do desenvolvimento dos territórios rurais é hoje alvo de uma atenção múltipla e cruzada. Diversos documentos orientadores e normativos,

¹³ Revisto e atualizado a partir do texto publicado nas *Atas do VI Colóquio Ibérico de Estudos Rurais* (Universidade Internacional da Andaluzia/Associação Espanhola de Economia Agrária e Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, Huelva, 2006, pp. 467-499).

produzidos à escala nacional e internacional¹⁴, refletem preocupações em relação às dinâmicas de desenvolvimento do mundo rural. O diagnóstico da situação permite identificar, em sentido geral, territórios caracterizados pelas suas fragilidades, desarticulações e fortes relações de dependência. Contudo, emergem novos desafios e oportunidades que permitem antever algumas mudanças e, talvez, perspectivas de desenvolvimento mais animadoras.

No caso da União Europeia, podemos dizer que os espaços rurais estão hoje menos vinculados à função tradicional de abastecedores de alimentos, convertendo-se em espaços multifuncionais. A atual fase pós-produtivista significa que para além de abastecer de produtos agrícolas a agricultura produz bens públicos, isto é, aparece comprometida com a manutenção da paisagem, a preservação do ambiente, a salvaguarda e a valorização do património e constitui um elemento fundamental no âmbito da gestão do território.

Esta nova forma de conceber a agricultura (e o mundo rural) transmite-se também ao desenho do novo tipo de medidas de apoio. Depois da ênfase atribuída aos mercados, produtos, exportações e armazenamento, ganham expressão medidas concretas relacionadas com a manutenção das superfícies, as boas práticas agrícolas, a reflorestação e a preservação da paisagem. Isto significa que a nova política para o mundo rural tem sido orientada para o desenvolvimento rural, com o objetivo de conciliar a dimensão agrícola/rural e ambiental, diversificar as atividades produtivas e definir novos objetivos para a agricultura em função da perspetiva de ordenamento rural (Puente Fernández, 2002).

As experiências LEADER I e II (anos 90) e a nova fase LEADER+ (2000-2006) são a expressão mais visível desta atmosfera de mudança que procura outorgar ao mundo rural um papel mais ativo na condução do seu próprio futuro. O carácter inovador do Programa prende-se com a sua programação e gestão territorializada, envolvendo grupos da ação local, que com base numa

¹⁴ A título de exemplo, importa referir: “Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social” (Portugal, 1999); “Programa de Desenvolvimento Regional, 2000-2006” (Portugal, 1999); “Campanha Europeia para o mundo rural” (COE, 1988); “O Futuro do Mundo Rural” (CE, 1988); “Quel Avenir pour les Campagnes? Une Politique de Développement Rural” (OCDE, 1993); “Conferência sobre Desenvolvimento Rural – Declaração de Cork” (UE, 1996); “Agenda 2000” (UE, 1999); “2ª Conferência sobre o Desenvolvimento Rural – Salzburgo” (UE, 2003); “Construir o nosso futuro comum – desafios políticos e recursos orçamentais da União alargada, 2007-2013” (CE, 2004).

estratégia de desenvolvimento local, recebem, avaliam e apoiam propostas de candidatura, de agentes privados e públicos, em áreas como a diversificação das atividades económicas (destacando-se o turismo em espaço rural), os equipamentos sócio-culturais, a preservação e a valorização do(s) património(s), a promoção da imagem territorial. Portanto, o apoio reparte-se em ações de natureza material e imaterial.

Contudo, uma parte significativa destes objetivos é partilhada com outros programas como, por exemplo, os Programas Operacionais Regionais e o Programa AGRO (Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural), para referir o caso de Portugal (2000–2006). Esta situação sugere a necessidade de estabelecer uma demarcação de fronteiras entre as intervenções, de clarificar a coerência e complementaridade entre elas, e de cruzar os resultados da avaliação destas diferentes ferramentas para o desenvolvimento rural.

Por outro lado, a cooperação e o trabalho em rede constituem metodologias largamente elogiadas e referenciadas no âmbito da preparação de novas iniciativas de desenvolvimento. Assim acontece com a estratégia e programação do desenvolvimento rural, para o período 2007-2013, que pretende a integração de todas as medidas no âmbito de um instrumento único: o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural¹⁵ (FEADER).

Ao mesmo tempo, podemos dizer que este quadro de políticas europeias para o desenvolvimento rural aparece relacionado nos últimos anos com a emergência de uma nova perspetiva de desenvolvimento europeu. A leitura das orientações políticas mais recentes das instituições europeias (como, por exemplo, a Estratégia Territorial Europeia) permite identificar duas grandes tendências: a crescente dimensão territorial das políticas europeias e o fomento da cooperação e da estrutura em rede como métodos de trabalho para o desenvolvimento territorial.

¹⁵ A regulamentação deste instrumento, aprovada em junho de 2005, estabelece três objetivos para a política de desenvolvimento rural:

- Aumento da competitividade da agricultura e da silvicultura.
- Melhoria do ambiente e da paisagem rural.
- Promoção da qualidade de vida e da diversificação económica das áreas rurais.

Estes objetivos serão concretizados através de quatro eixos: três de natureza temática coincidentes com cada um dos referidos objetivos e um relativo à aplicação da abordagem LEADER no quadro dos programas de Desenvolvimento Rural. De igual modo, o FEADER determina a obrigatoriedade de cada Estado-membro estabelecer um Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural e um Programa Nacional ou um conjunto de Programas Regionais de Desenvolvimento Rural (Rosa, 2005).

3. A emergência da residência secundária no âmbito dos novos usos e da valorização dos territórios rurais

100

Como acabámos de referir, as novas políticas e instrumentos para o desenvolvimento rural refletem uma nova forma de pensar e atuar sobre os territórios rurais. Depois da afirmação de uma conceção produtivista assumem relevo as perspetivas ambientalistas e territorialistas que apontam diferentes vias para o desenvolvimento do mundo rural (Moreno, 2002; Carvalho, 2005).

As atividades de turismo, recreio e lazer configuram, no plano teórico, propostas alternativas que podem gerar efeitos positivos se integradas em estratégias de desenvolvimento sustentado e orientadas para a dinamização territorial e revitalização do tecido económico e social das áreas de intervenção. A emergência destas atividades é indissociável de profundas mudanças no plano sócio-cultural, nomeadamente a extensão dos modelos culturais urbanos ao espaço rural e, de forma paralela, a revalorização dos modos de vida e das culturas rurais; a consciencialização dos cidadãos sobre a importância de conservar o ambiente e preservar a paisagem; a cada vez maior procura de natureza e espaços naturais (e culturais) por parte da sociedade de ócio que se generalizou nos países desenvolvidos.

A investigação realizada em Portugal tem privilegiado a componente turística, situação que decorre, entre outros motivos, do interesse (e do generoso apoio) público (nacional e comunitário) em relação ao setor turístico, em especial desde o final dos anos 80, com evidente influência no elevado crescimento do número de unidades (repartidas em diversos tipos) e da capacidade de alojamento instalada. A opinião recorrente da maioria dos autores sobre os resultados do turismo em espaço rural, embora reconhecendo a plasticidade e a maior abrangência do conceito, é a de que se trata de uma atividade muito seletiva, na ótica dos atores envolvidos e dos benefícios que é capaz de gerar como, por exemplo, a valorização patrimonial das estruturas edificadas, não respondendo de forma abrangente aos anseios da maioria da população rural (Joaquim, 1999; Cavaco, 2003; Ribeiro, 2003).

Por sua vez, a residência secundária, como fenómeno em expansão, suscita preocupações nomeadamente no que diz respeito às implicações paisagísticas nos territórios rurais em geral e nos mais periféricos em particular.

Na sequência de contributos conceptuais de diversos autores, como, por exemplo, Cravidão (1989), Caldeira (1995), Santos (1996) e Gallent e Tewdwr-Jones, (2000), entendemos que a residência secundária é uma alternativa de residência (fixa) de uma família, cujo domicílio principal está situado em outro lugar e que é usada essencialmente por membros dessa família para fins recreativos ou de lazer.

Gallent e Tewdwr-Jones (op. cit.), a respeito da origem e crescimento da residência secundária, dizem-nos que na Escandinávia e na América do Norte a tradição de possuir uma residência secundária (no sentido contemporâneo do termo) remonta aos anos 30 do século passado. Noutros países (como é o caso de grande parte da Europa Ocidental) é a partir de meados do século XX que se afirma o “sonho de ter uma residência secundária”, segundo a expressão de Martin (1972), citada pelos autores.

“Em Portugal só a partir dos anos setenta a segunda residência começa a adquirir significado relevante no território, principalmente ao longo do litoral. Embora, anteriormente, tenham surgido exemplos de segundas residências, estas, estão quase sempre ligadas à aristocracia e à alta burguesia adquirindo, por isso, uma difusão e um significado diferentes daqueles que hoje assumem” (Cravidão, op. cit.).

Conforme nota Ferreira (1999), “Tradicionalmente representativas em áreas periurbanas ou em espaços com forte atratividade turística/balnear, as residências secundárias tendem a transpor antigos limiares de acessibilidade, acompanhando a penetração viária para áreas mais recônditas, a afirmar novas motivações individuais/familiares e a suscitar novas escolhas geográficas (albufeiras, faixas costeiras inóspitas, serras e montanhas, aldeias históricas, montes alentejanos, etc.)”.

Cada vez mais é reconhecido que o crescimento do número de residências secundárias não é um fenómeno isolado, mas conectado com vários outros elementos relacionados com alterações sociais e macro-económicas, sendo por isso o seu entendimento fundamental para explicar o fenómeno. O incremento da mobilidade individual (acompanhada de elevadas taxas de propriedade automóvel individual e da melhoria de infraestruturas de acessibilidade a muitas áreas rurais), o aumento do rendimento disponível e a redução do tempo de trabalho (mais tempo de lazer) foram realidades, particularmente no período pós-2.^a Grande Guerra. Estas tendências foram mais visíveis nas regiões mais ricas, com economias cada vez mais baseadas em novas indústrias e serviços financeiros. Tiveram menos importância nas regiões dependentes da economia tradicional, que se encontrava em declínio e que era

alicerçada na agricultura e na indústria extrativa. A expansão do fenómeno prende-se, igualmente, com a alteração da imagem das áreas rurais na segunda metade do século XX, quando, ao mesmo tempo, a população urbana interpretou essas áreas como localizações potenciais para uma grande diversidade de atividades, ao invés de simples produção alimentar, conforme advogam Butler, Hall e Jenkins (1998).

Nos últimos anos a literatura especializada sobre residência secundária tem salientado de forma crescente as consequências do fenómeno em termos de problemas e benefícios, com a escala local a merecer amplo destaque. O contexto territorial e sócio-económico é uma dimensão recorrente, tal como a análise de diferentes experiências e respostas à expansão da residência secundária, nomeadamente a utilização da via de planeamento territorial, como instrumento para restringir e disciplinar o fenómeno.

Algumas dimensões da residência secundária revelam-se de grande significado para analisar as implicações territoriais, nomeadamente a localização geográfica, o tipo de residência, a morfologia/tipologia de construção e a intervenção urbanística/arquitetónica. As ligações do proprietário ao lugar e à região, a frequência de utilização, o modo como aproveita o seu tempo livre e a forma como são utilizados os equipamentos e os serviços representam outros tópicos de análise e são indicadores importantes de avaliação do fenómeno. A escala e a “intensidade” da residência secundária e as condições antes da sua implantação e difusão são também elementos a considerar.

A aquisição de casas antigas, com a finalidade de reabilitação para serem utilizadas como residência secundária, é uma das opções que mais pode beneficiar os lugares pelo menos na perspetiva da salvaguarda (e valorização) do património construído. Em certos casos, as estruturas edificadas pré-existentes, abandonadas, carregadas de acontecimentos e histórias de vida e, portanto, portadoras de memórias e de uma matriz de identidade, ativas ou passivas, são apropriadas por populações que podem não ter qualquer ligação umbilical ou afetiva ao território. Ao invés de induzir edifícios novos, trata-se de um processo de recuperação de imóveis com o objetivo de adaptar e transformar em residência secundária. Como referimos, este cenário prefigura um caminho para a recuperação e a valorização das estruturas edificadas e do contexto dialético dos imóveis, e eventualmente um processo de ativação do património (patrimonialização), que ocorre em lugares por vezes abandonados e em estado de profunda ruína.

O carácter sazonal da residência secundária pode provocar importantes alterações demográficas, nomeadamente o aumento do número de população presente em época de férias e/ou aos fins de semana, de tal maneira que pode ser excedida a capacidade de resposta dos equipamentos e das infraestruturas locais, gerando-se graves situações de rotura, com dificuldades e prejuízos de qualidade de vida para as populações. De igual modo, é possível admitir contributos positivos para o aumento da população, em termos de habitantes permanentes, por via da transformação de residências secundárias em residências principais, em certa fase da vida dos seus utilizadores nomeadamente após a reforma (Santos, *op. cit.*). Contudo, em áreas rurais, dificilmente a residência secundária pode ser encarada como solução (condição suficiente) para o problema do abandono dessas áreas, por muito longas que sejam as estadas médias dos residentes secundários.

O eventual efeito positivo sobre a economia local manifesta-se em dois planos:

- O consumo de produtos relacionados com a estada, na modalidade de comércio diário (em especial o ramo alimentar) e a procura de serviços (como, por exemplo, restauração e outros relacionados com a manutenção da casa e dos espaços exteriores), embora dependente da “intensidade” da residência secundária e da existência de comércio e serviços aptos a responder.
- O mercado imobiliário, no âmbito da construção, reconstrução, recuperação e conservação de imóveis, e todos os serviços conexos desde os projetos (arquitetura, engenharia civil e outras especialidades), passando pela aquisição de materiais para as obras e a intervenção de diversos profissionais do setor (incluindo a mediação imobiliária).

Em áreas largamente dominadas por residências secundárias, em que a população permanente é muito reduzida ou quase inexistente, os efeitos far-se-ão sentir principalmente (e nalguns casos exclusivamente) em regiões diferentes das de acolhimento (Santos, *op. cit.*). Esta situação pode resultar do facto de o aglomerado ter sido constituído, desde a origem, predominantemente por residências secundárias, de que é exemplo S. Pedro de Moel (estância balnear do concelho da Marinha Grande, estudada pela citada autora), ou do despovoamento verificado

na sequência de fenómenos migratórios (internos e externos), como acontece nas aldeias de Casal Novo, Candal e Talasnal (Serra da Lousã) – que servem de caso de estudo neste artigo.

Em síntese, certos lugares transformam-se em áreas de lazer, onde a habitação de férias e fins de semana vai ganhando maior expressão espacial, gerando no território efeitos positivos, na medida em que proporcionam às populações locais novas atividades que lhes permitem melhorar as suas condições de vida e contribui para a preservação, ativação e valorização do património.

4. Gênese e evolução da residência secundária nas aldeias serranas da Lousã e sua relação com a patrimonialização da paisagem, as novas vivências rurais e a renovação da imagem da montanha

4.1 Breve retrato territorial da área de estudo e nota metodológica

A área de estudo está localizada na extremidade ocidental da Cordilheira Central Portuguesa. O domínio da montanha (figuras 1 e 2), o isolamento, a escassez de recursos, a falta de investimento e de interesse público, a erosão seletiva da população (atraída para destinos nacionais e internacionais, nomeadamente a região de Lisboa, o Brasil e os Estados Unidos da América, respetivamente) explicam a marginalização e o declínio destes micro-territórios, como aconteceu, em geral, no mundo rural português.

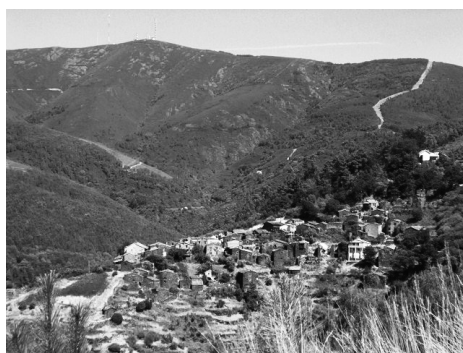


Figura 1 – Talasnal (Serra da Lousã, 2005)

Foto: Paulo Carvalho

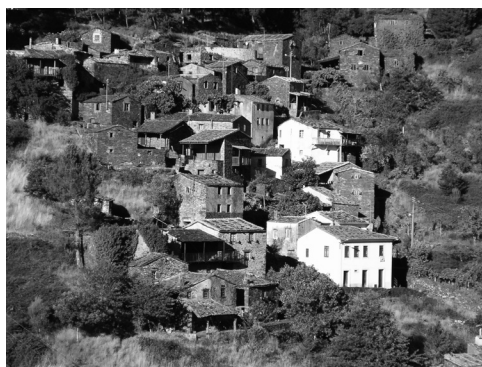


Figura 2 – Candal (Serra da Lousã, 2005)

Foto: Paulo Carvalho

Se em 1940 (ano de registo do valor demográfico mais elevado) foram contabilizados quatro centenas de habitantes nas aldeias de Candal, Casal Novo e Talasnal, vinte anos depois esse valor caiu para quase metade, e em 1981 foram computados apenas 21 habitantes. Em 2001, o recenseamento da população assinala 2 residentes no Candal (tal como no Talasnal) e ausência de população permanente no Casal Novo (Carvalho, op. cit.).

O modelo funcional que dominou a montanha durante séculos, de matriz agrossilvo-pastoril, entrou em declínio irreversível. Desde meados dos meados dos anos 70, as aldeias serranas da Lousã são apropriadas por população urbana, no âmbito da neo-ruralidade e sobretudo da residência secundária, que criou refúgios, configurou novas ruralidades e patrimonializou a paisagem cultural serrana (pelo menos as estruturas edificadas). Esta trajetória de desenvolvimento reflete a transição de usos ou funções da montanha, no sentido de valorizar recursos não produtivos.

Uma vez que a dinâmica recente das aldeias serranas da Lousã é indissociável de diversos atores, configurando uma trilogia de ocupação dominada pela residência secundária, justifica-se a análise deste fenómeno nos lugares onde é mais relevante, como acontece em Candal, Casal Novo e Talasnal, com o intuito de compreender a sua relação com as trajetórias de desenvolvimento, a ativação do património construído e a renovação da imagem das aldeias (e da Serra da Lousã).

A metodologia adotada consistiu na realização de inquéritos por questionário e entrevistas aos proprietários de residências secundárias (ou de edifícios destinados a esse fim) nas referidas aldeias serranas. O número total de inquéritos realizados (118) representa 86,8% do número de proprietários com endereço conhecido (quadro 1).

Lugares	Prop.			Inquéritos			Prop.			Inquéritos		
	A	Nº	%	B	Nº	%	C	Nº	%	Total	Nº	%
Candal	33	30	90,1	18	13	72,2	2	1	50	53	44	83,0
Casal Novo	18	17	94,4	9	7	77,8	1	1	100	28	25	89,3
Talasnal	27	26	96,3	27	23	85,2	1	-	-	55	49	89,1
Total	78	73	93,4	54	43	81,1	4	2	50	136	118	86,8

Prop. – Proprietários

A – Casas recuperadas

B – Casas não recuperadas

C – Casas em recuperação

Quadro 1 – Inquéritos realizados nas aldeias serranas da Lousã (2003)

Fonte: Inquérito às Aldeias Serranas (2003)

O inquérito permitiu distinguir claramente três tipos de proprietário, de acordo com o estado de conservação e a utilização dos imóveis serranos: 1. proprietários com casa recuperada; 2. proprietários com casa por recuperar; 3. proprietários com casa em recuperação. A análise é conduzida a partir do conjunto de todos os proprietários e encaminhada aos proprietários de casas recuperadas (componente mais importante da amostra e da investigação), uma vez que estes últimos são os atores mais relevantes.

4.2 Caracterização dos proprietários/utilizadores

4.2.1 Nacionalidade

A nossa amostra é constituída por 113 indivíduos de nacionalidade portuguesa e por mais três cidadãos de nacionalidade alemã, brasileira e francesa, sendo estes últimos proprietários de casas no Casal Novo e no Talasnal.

4.2.2 Residência principal

As 113 respostas obtidas (97.4% da nossa amostra) permitiram assinalar mais de três dezenas de municípios como domicílio principal¹⁶. Centros urbanos, como, por exemplo, Tavira, Reguengos de Monsaraz, Viseu, Oliveira de Azeméis ou Funchal ilustram bem essa diversidade. Contudo, é a faixa litoral de Setúbal até Matosinhos que “concentra” a parte mais importante da distribuição de frequências da variável.

Em termos globais destaca-se o município de Coimbra, onde residem 39 proprietários, portanto cerca de 35% do total de inquiridos – valor que ultrapassa 44% no caso do Talasnal. De igual modo, é elevado o número de proprietários residentes no concelho da Lousã, pouco mais de duas dezenas e meia, o que corresponde a quase 25% das respostas obtidas no inquérito – no que diz respeito ao Candal, esse indicador atinge cerca de 40%. Lisboa, com 11 respostas (9.7%), ocupa a terceira posição no *ranking* dos lugares de residência dos proprietários de imóveis nas aldeias serranas da Lousã. Estes três municípios correspondem ao domicílio de quase 80 inquiridos, isto é, perto de 70% do total apurado.

Em relação ao final dos anos 80, registam-se importantes alterações no domicílio dos proprietários de residência secundária nas aldeias de Casal Novo e Talasnal. Segundo Cravidão (op. cit.), 69% dos inquiridos residem na cidade de Coimbra. Uma década e meia depois, Coimbra regista 25.6% de respostas, portanto cai mais de quarenta pontos percentuais em relação a 1989. Lisboa regista uma ligeira subida (9.5%, em 1989; 12.8%, em 2003). O concelho da Lousã era, em 2003, o domicílio principal de 15.4% dos proprietários (apenas 4.8%, em 1989).

¹⁶ A naturalidade dos inquiridos, importante para perceber a possível ligação às aldeias ou à serra, revela uma difusão espacial mais acentuada. As 112 respostas obtidas (96.6% da amostra) refletem a distribuição dos proprietários por cerca de quatro dezenas de concelhos do país. Lousã (27.7%), Coimbra (17.9%) e Lisboa (10.7%) destacam-se como os mais importantes. O município da Lousã assume maior destaque em relação aos inquiridos com casa no Candal (quase 50%, valor que sobe até aos 60% segundo as respostas dos proprietários de casa recuperada). Por sua vez, Coimbra é o município de naturalidade mais significativo no caso dos proprietários de imóveis no Casal Novo e no Talasnal, com 22 e 20%, respetivamente.

4.2.3 Estrutura etária

108

A leitura dos resultados, organizados em classes etárias, permite sublinhar a preponderância dos indivíduos com idade compreendida entre os 40 e os 49 anos (34.5%). As duas classes etárias superiores (50 a 59 anos, e 60 e mais anos) são igualmente muito significativas da distribuição dos valores da variável, pois cada uma delas representa quase 25% do total de respostas – no Candal, a classe igual ou superior a 60 anos foi assinalada em mais de 30% das respostas. Isto significa que 81.9% dos inquiridos apresentam idade igual ou superior a 40 anos. Os inquiridos com idade inferior a 40 anos (18.1%) encontram-se repartidos pelas classes de menos de 30 anos (2.6%) e de 30 a 39 anos (15.5%).

4.2.4 Habilitações académicas e estrutura sócio-profissional

Neste item, procuramos apresentar uma visão alargada da composição social dos residentes secundários (e dos proprietários de imóveis destinados a residência secundária, embora ainda não recuperados) das aldeias em estudo, através da leitura de dois indicadores: habilitações literárias e profissão.

A distribuição dos inquiridos segundo o nível de escolaridade revela a preponderância do ensino superior entre os proprietários de casas utilizadas ou a utilizar como residência secundária (Carvalho, op. cit.). Para o conjunto das aldeias serranas, 60% das respostas obtidas envolvem indivíduos habilitados com curso superior (bacharelato ou licenciatura). De entre estes últimos, cerca de 15% obtiveram o grau de mestre ou de doutor, em áreas tão diversas como engenharia física, jornalismo, literatura, medicina, direito e farmácia. O segundo patamar percentual corresponde ao ensino secundário, com pouco mais de 20% das respostas dos inquiridos. O ensino básico (englobando três ciclos) é assinalado em quase 20% dos inquiridos, sendo que no Candal corresponde ao nível de escolaridade de uma terça parte dos inquiridos com imóveis recuperados ou para recuperar.

Em relação aos elementos apresentados para Casal Novo e Talasnal, em 1989, por Cravidão (op. cit.), a situação em 2003 é marcada pela redução da percentagem de licenciados (de 78.6%, desceu para 65.0%) e de indivíduos com grau de instrução ao nível do ensino básico (19% em 1989; 7.5%, em 2003). Contudo, é

preciso referir a expressão do ensino secundário (“ausente” em 1989) que atinge, em 2003, 27,5% dos inquiridos.

Numa palavra, estávamos, como estamos ainda, em presença de uma população muito diferente daquela que habitou os lugares serranos da Lousã.

A estrutura sócio-profissional dos proprietários de imóveis na Serra é mais um argumento que corrobora a ideia de que se trata de um conjunto de indivíduos, na sua grande maioria, com um nível de rendimento económico elevado, certamente acima da média das famílias portuguesas, e “cujas relações com a montanha se inserem num quadro bem diferente daquele onde se inscrevia a população permanente” (Cravidão, *op. cit.*).

As respostas revelam a importância dos quadros superiores e dos profissionais liberais (27% do total), dos docentes (19,1%) e dos empresários e trabalhadores por conta própria (13,9%) (Carvalho, *op. cit.*). Reformados (14,8%), trabalhadores por conta de outrem (13%), funcionários públicos (dos serviços auxiliares e administrativos, com 7,8% do total), domésticas (3,5%) e um estudante (0,9%), completam o leque de respostas dos inquiridos.

4.3 Imóveis serranos: características e utilização

Ao contrário de muitos locais do país em que a residência secundária é responsável pelo forte aumento da população presente e de alojamentos (principalmente dos alojamentos sem famílias residentes), nas aldeias serranas da Lousã a dinâmica gerada pela residência secundária manifesta-se essencialmente na reconstrução de imóveis abandonados (e alguns muito degradados), em diversas situações acompanhada pela ampliação da área de construção através da ocupação de antigos logradouros e anexos rurais.

4.3.1 Modo de obtenção e fatores de mediação

Em relação ao modo de obtenção dos imóveis utilizados ou a utilizar como residência secundária (Carvalho, *op. cit.*), as respostas dos inquiridos repartem-se entre aquisição (88,8%), herança (10,3%) e doação (0,9%). Importa sublinhar que

a herança tem algum significado no Candal, com cerca de 22.7% das respostas dos inquiridos, onde está relacionada com os laços de família, e/ou a residência (durante alguns anos) na aldeia.

Com o objetivo de identificar os fatores que mediaram a aquisição, incluímos no inquérito uma questão destinada aos proprietários que adquiriram imóveis na Serra, para utilizar como residência secundária. As respostas obtidas (Carvalho, op. cit.), englobando proprietários de imóveis recuperados, em recuperação e por recuperar, em número de 100 (86,2% da amostra), repartem-se, por ordem decrescente de importância relativa, da seguinte forma: amigos (36%); procura no local (24%); antigos proprietários/moradores (17%); familiares (11%); agência imobiliária/anúncio de venda (6%) e “outros motivos” (6%).

4.3.2 Aquisição dos imóveis: origem e evolução

Questão fundamental para compreender as transformações paisagísticas das aldeias serranas, nas últimas três décadas, é a que diz respeito ao ritmo de aquisição dos imóveis para residência secundária nos três lugares em estudo.

As aldeias serranas da Lousã não têm tradição, enquanto lugares de recreio e de lazer. O isolamento das aldeias, as condições de vida muito difíceis e a pobreza material dificultaram uma eventual abertura das aldeias ao exterior, no sentido acima exposto. Apenas na segunda metade dos anos 70, com o culminar do ciclo de despovoamento e de abandono, e com o declínio do modelo sócio-económico que imperava na montanha, alguns lugares são reapropriados, essencialmente a partir do exterior, por uma população que diverge profundamente (em termos de origem, local de residência principal e condição sócio-económica), quando comparada com as comunidades serranas.

A leitura dos resultados, no que diz respeito a todos os proprietários inquiridos (figura 3), permite concluir que o processo de aquisição de imóveis para residência secundária é praticamente contínuo, entre 1977 e 2003. Nestes últimos 27 anos, as datas com maior número de respostas são 1980 (quase 10% do total), 1997 (7.8%), 1984 (7.8%) e 1985 (6.8%). O ano de 1997 (17.1%) é o mais importante entre as aquisições realizadas no Candal; 1984, com 16%, destaca-se como data de referência na repartição das aquisições no Casal Novo; 1980 é o ano com maior número de aquisições na aldeia do Talasnal (16.3% do total).

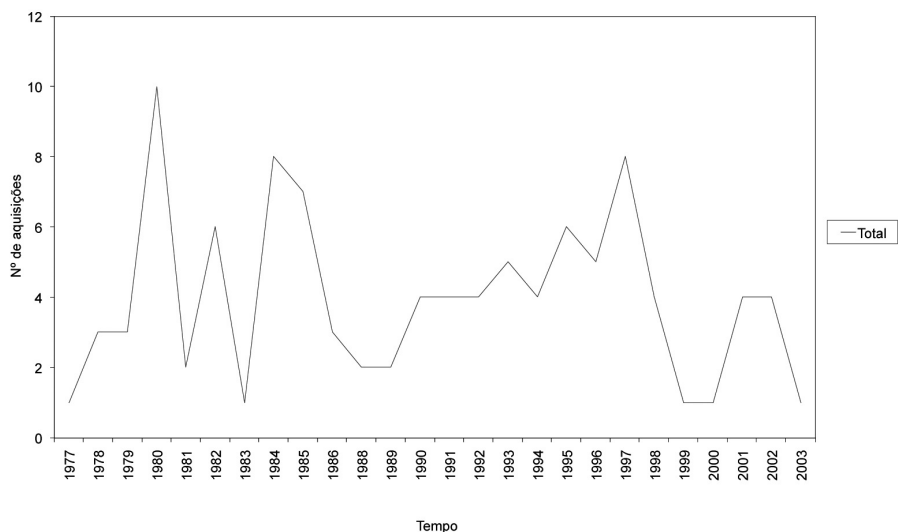


Figura 3 – Evolução da aquisição de casas para residência secundária nas aldeias serranas do Candal, Casal Novo e Talasnal

Fonte: Inquéritos às aldeias serranas (2003)

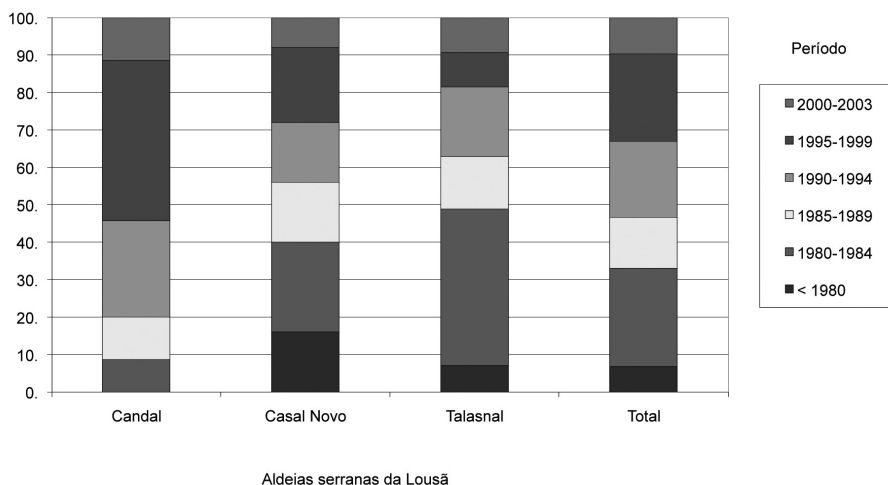


Figura 4 – Evolução da aquisição de casas para residência secundária, nas aldeias serranas do Candal, Casal Novo e Talasnal, por período

Fonte: Inquéritos às aldeias serranas (2003)

A figura 4 retrata a aquisição de casas nas aldeias serranas segundo períodos. Assim, é possível analisar com maior detalhe o ritmo de aquisição e constatar que os períodos de aquisição apresentam características diferenciadas. O primeiro elemento a destacar é o reduzido número de compra de casas no período anterior a 1980, apenas 6.8%, tendo presente que a primeira aquisição foi realizada em 1977. É oportuno recordar que, em Portugal, é no final dos anos 70, com a melhoria das condições económicas, dos transportes e das acessibilidades, que se começa a afirmar a aquisição de alojamentos para residência secundária. Nas aldeias serranas da Lousã, os períodos de aquisição mais importantes situam-se entre 1980-1984 (26.2%), 1995-1999 (23.3%) e 1990-1994 (20.4%). Isto quer dizer que o período de 1977 até 1989 representa 46.6% do total; a compra de imóveis desde 1990 corresponde a 53.4% do total. Os últimos quatro anos representam menos de 10% do total.

Podemos observar a dinâmica do processo em cada uma das aldeias (figura 4) e identificar os períodos de maior aquisição:

- No Casal Novo, o período de maior expansão do fenómeno corresponde ao início dos anos 80 (1980-1984) e ao final dos anos 90 (1995-1999), com 24 e 20% do total apurado, respetivamente.
- No Talasnal, a maior intensidade de aquisição de alojamentos destinados a residência secundária ocorre na primeira metade dos anos 80 (41.9%).
- No Candal, a aquisição de alojamentos é mais tardia, com início cerca de 1980, e com pouco significado (20%) até ao início da década seguinte. Os anos 90 marcam o período mais expressivo de aquisição de casas para residência secundária, com quase 70% do total, de modo mais intenso nos anos de 1995 a 1999 (42.9%).

4.3.3 Recuperação dos imóveis: o tempo, o modo e as alterações arquitetónicas e funcionais

Em relação ao ano de recuperação das casas (Carvalho, op. cit.), a análise dos resultados, organizados segundo épocas, revela a grande importância do

período entre 1995 e 1999, com quase 30% das respostas obtidas, portanto, o mais dinâmico, e ainda o peso considerável dos anos de 1985 a 1989, 1990 a 1994 e 2000 a 2003 (cada um destes períodos com 18.6% do total apurado). Podemos ainda dizer que os últimos 19 anos correspondem a 85% das operações de recuperação de imóveis nas aldeias serranas e que no período anterior a 1980 foram recuperadas apenas três casas (4.3% do total apurado).

A leitura por aldeia permite destacar a antiguidade do “fenómeno” no Casal Novo (cerca de 53% das casas foram recuperadas até 1989) e no Talasnal (aproximadamente 38% de imóveis recuperados até 1989), relativamente ao Candal (onde esse período representa apenas 20,7% do total). Nesta última aldeia, o período mais dinâmico de recuperação de imóveis para residência secundária coincide com os anos de 1995 a 1999 (40% do total apurado).

O cruzamento das duas variáveis, considerando as datas assinaladas pelos inquiridos, permitiu concluir que apenas 15 proprietários (24.2%) recuperaram a sua casa no ano de aquisição (Carvalho, op. cit.). Os restantes (75.8%) levaram mais de quatro anos (em média) para realizar os trabalhos de recuperação, situação que resulta, em grande parte, das dificuldades de acesso aos lugares e no interior destes. Contudo, também podemos dizer que perto de duas dezenas e meia de titulares (37.1% do total apurado) realizaram as obras de recuperação dos seus imóveis nos dois anos seguintes à data de aquisição.

Também quisemos saber como decorreu o processo de recuperação das antigas habitações serranas transformadas em residência secundária (Carvalho, op. cit.). Quase 40% dos inquiridos referem ter realizado as obras de recuperação da casa através de administração direta. Cerca de 25% dos inquiridos afirmam ter empreitado as obras, mediante contrato de prestação de serviços com um profissional ou uma empresa do setor. Trata-se de proprietários residentes em áreas mais afastadas das aldeias serranas, bem como de outros que não tiveram disponibilidade de tempo para coordenar e acompanhar de perto a realização dos trabalhos, requisitos inerentes ao processo de administração direta. Um pouco superior a 12% é a percentagem de proprietários de residência secundária que declara ter participado nos trabalhos de recuperação das casas. Esta última componente, associada ao método de administração direta, foi responsável por 25% dos imóveis recuperados nas aldeias serranas em estudo, segundo as respostas dos inquiridos.

Por outro lado, a recuperação das casas nas aldeias serranas, respondendo às novas funções, origina transformações significativas, sobretudo a nível do interior: número e tipo de divisões, materiais de estrutura e de acabamento, entre os mais importantes. As transformações interiores configuram o aproveitamento máximo do espaço construído, e esse objetivo implica a utilização de todos os pisos da habitação, incluindo as antigas lojas e os currais para o gado.

As casas adquiridas pelos novos proprietários estavam, na sua esmagadora maioria, em mau ou em sofrível estado de conservação (nomeadamente no que diz respeito às coberturas, soalhos e tetos), e no plano da arquitetura de interiores eram caracterizadas por divisões muito pequenas e pouco marcadas, por vezes quase informais, e praticamente sem instalações sanitárias, água canalizada e eletricidade.

No plano exterior as alterações mais significativas das intervenções nas casas serranas prendem-se com a introdução de portadas de madeira que pretendem resguardar as janelas (em alguns casos aparecem grades de ferro com a mesma função), massas de cimento a ligar o aparelho de xisto e certos elementos arquitetónicos como varandas e telheiros que nem sempre resultam (seja pela escala de execução seja pelos materiais utilizados). De igual modo, as pequenas áreas de logradouro¹⁷ são aproveitadas servindo os objetivos de criar espaços de convívio e fruir a paisagem.

4.3.4 Utilização e função

A frequência de utilização da residência secundária é um importante indicador do envolvimento do proprietário e da sua família com o lugar e os territórios serranos, segundo a disponibilidade de tempo livre e o leque de opções (atividades e lugares).

¹⁷ Quase 71% dos inquiridos afirmam ter logradouro nas suas casas serranas. O escalonamento das áreas dos logradouros permite concluir que 43,9% das respostas configuram logradouros com área até 25 m² (situação mais evidente no Talasnal, com cerca de 70% das respostas). Por outro lado, registamos um certo paralelismo da área dos logradouros com a área das casas, deduzido a partir do número de divisões: 4.05 divisões/fogo, no caso dos imóveis recuperados, embora traduzindo variações internas (Casal Novo, 4.93; Candal, 4.14; Talasnal, 3.30 divisões/fogo).

Cerca de 60% dos inquiridos com casa recuperada afirmam utilizar a habitação na Serra, ao longo de todo o ano, embora em especial aos fins de semana. A utilização apenas durante o verão é assinalada por 26.5% dos inquiridos, tal como as épocas festivas ou férias escolares, aproveitadas por 7.4% dos residentes secundários para passar alguns dias nas aldeias serranas da Lousã (Carvalho, *op. cit.*).

O número de dias por ano reflete uma imagem do tempo que os residentes secundários permanecem nas aldeias serranas. As respostas repartem-se no intervalo de variação de 3 a 120 dias durante o ano. A média situa-se em 41.3 dias/ano, retratando o comportamento da variável em cada aldeia: 33.2 (Casal Novo), 34.3 (Talasnal) e 50.8 dias/ano (Candal). A explicação para o facto de no Candal se utilizarem as residências secundárias durante mais tempo decorre sobretudo do contributo de antigos moradores na aldeia.

No Casal Novo e no Talasnal, verificamos uma menor utilização das residências secundárias, de acordo com os resultados da investigação de Fernanda Cravidão (*op. cit.*). Em 2003, segundo as respostas dos inquiridos, a média situa-se em 33.9 dias/ano. No final dos anos 80, os residentes secundários utilizavam a casa nas aldeias serranas mais de 40 dias por ano (exatamente 42.2 dias).

Como sabemos que a distância em relação ao domicílio principal é um importante regulador do tempo de utilização da residência secundária, procurámos relacionar o número de dias que cada “residente secundário” passa na Serra com a localização da sua residência habitual (Carvalho, *op. cit.*). Assim, no Casal Novo os residentes secundários que utilizam a sua casa na Serra menos dias por ano (mais concretamente até 20 dias/ano) estão ligados a domicílios mais afastados: Vila do Conde, Setúbal, Santa Maria da Feira e Lisboa, que perfazem mais de 60% do total apurado. No Talasnal, verificamos uma situação semelhante: a utilização de casa na Serra até 20 dias/ano envolve 62% dos proprietários, domiciliados em concelhos como Aveiro, Matosinhos, Lisboa e Funchal.

Por outro lado, foi nosso objetivo investigar a existência de outra residência secundária e relacionar a localização, o ano de aquisição e alguma indicação sobre a frequência de utilização, com a situação e a utilização das casas nas aldeias serranas. Os resultados do inquérito mostram que mais de quatro dezenas de proprietários de imóveis na Serra são igualmente proprietários de outra residência secundária, com maior incidência por parte dos inquiridos do Casal

Novo (52%) e menor expressão no caso dos proprietários na aldeia do Candal (30.2%). No total são cerca de três dezenas de municípios, distribuídos (de forma irregular) pelo Continente e pela Região Autónoma da Madeira.

Para Casal Novo e Talasnal, em 1989, segundo os resultados da investigação realizada por Cravidão (op. cit.), podemos inferir que 26.2% dos inquiridos (com casa recuperada) utilizavam outra residência secundária. Na última década e meia, verificamos o crescimento do número de proprietários (atingindo 40%, em 2003), com mais de uma residência secundária, assim como o alargamento da sua distribuição geográfica, ganhando mais áreas no litoral e no interior.

Relativamente ao ano de aquisição das outras residências secundárias, foi possível organizar a distribuição das respostas segundo períodos: 1995–1999 (39.5%); 2000–2003 (26.3%); 1990–1994 (13.2%); 1980–1984 (10.5%); 1985–1989 (5.3%) e o período anterior a 1980 (5.3%) – (Carvalho, op. cit.).

O cruzamento desta variável com a data de aquisição de casa nas aldeias serranas, permite afirmar que a aquisição de imóveis nas aldeias serranas é, na maior parte dos casos, anterior ao processo de aquisição da “segunda” residência secundária (Carvalho, op. cit.). Para pouco mais de 25% dos proprietários, a compra de casa para utilizar nos tempos livres ocorreu primeiramente em outro local.

Todavia, a propósito da influência da outra residência de lazer sobre o tempo de utilização da casa na Serra, verificamos que os titulares de outra residência secundária passam na Serra menos dias por ano: Candal (27.5), Talasnal (32.7) e Casal Novo (37.7), em relação aos proprietários/utilizadores que não têm outra residência de lazer: Candal (55.6), Casal Novo (40.1) e Talasnal (35.0). O valor médio relativo a cada uma destas situações sobe de 32.2 dias/ano para 46 dias/ano (Carvalho, op. cit.).

No que diz respeito ao(s) motivo(s) para a aquisição de casa na Serra, considerando todos os proprietários de imóveis (recuperados, em recuperação e por recuperar), destaca-se, com um terço do número de respostas obtidas, a opção “descanso” (Carvalho, op. cit.). A “ocupação dos tempos livres” é referida em quase 15% das respostas e as duas modalidades em conjunto representam 16.7% do total. Estas duas opções, consideradas de forma isolada ou combinadas, perfazem pelo menos dois terços das respostas dos inquiridos – e dizemos “pelo menos”, pois a modalidade “outros; várias combinações”, a segunda mais importante (com 23.5%), acrescenta algo a esse valor – o que se compreende,

uma vez que a função da residência secundária está fortemente ligada às razões que levaram esta população a adquiri-la.

Questão relacionada com a anterior é aquela que diz respeito ao modo como os “residentes secundários” ocupam os tempos livres na Serra. “Convívio, passeios pedestres e leitura” é a opção que recebe maior número de respostas, uma vez que corresponde a quase 30% do total apurado (Carvalho, op. cit.). Os passeios a pé são assinalados por 20% dos residentes secundários. As atividades de arranjo/manutenção da casa e do quintal (quando existe) ocupam cerca de 11.6% dos residentes secundários, valor muito semelhante ao da participação dos proprietários nos trabalhos de recuperação da casa (12.7%). Os “passeios a pé e a manutenção da casa” têm igual peso no total apurado, tal como a “leitura e a audição de música”. Apesar de admitirmos, em teoria, a ligação entre os hábitos de lazer e a estrutura sócio-profissional, não conseguimos vislumbrar, na investigação, nexos claramente diferenciados entre eles.

4.4 Problemas, potencialidades e imagens simbólicas: das aldeias à montanha

Para compreender a relação dos proprietários de imóveis, com a aldeia que escolheram para passar alguns dias por ano, ou onde pretendem passar algum do seu tempo livre, e com a montanha, foi nosso objetivo recolher a sua opinião sobre os problemas, as potencialidades, as imagens mais marcantes, os “espaços” mais importantes da aldeia, bem como averiguar os motivos que os levaram a escolher as aldeias serranas da Lousã.

4.4.1 Problemas: a expressão do abandono e do isolamento

A resposta mais frequente dos inquiridos, a respeito dos principais problemas que afetam as aldeias serranas, com 36.1% do total apurado, envolve “acessos; insegurança; incêndios; infraestruturas”. Trata-se, pois, de um conjunto de problemas estruturais, que são assinalados também de forma individual: acessos (13%); insegurança (8.3%); infraestruturas básicas (3.7%). O abandono e a degradação das

aldeias são referidos igualmente por quase 15% dos inquiridos, como problemas relevantes das aldeias serranas da Lousã. Com 24.1% do total apurado, surge a resposta “outros; várias combinações” que corresponde a diversas dificuldades (Carvalho, op. cit.).

4.4.2 Potencialidades: as singularidades da montanha

No que diz respeito às principais potencialidades das aldeias serranas, as respostas, segundo a sua ordem de importância, remetem para os seguintes domínios: ecoturismo (28.9%); “ambiente saudável” (21.6%); turismo (15.5%); “outros; várias combinações” (14.4%); tempos livres (11.3%); paisagem e/ou património (8.2%). Assim, a componente turística recolhe quase metade das opiniões expressas. Contudo, pensamos que envolve, na perspetiva dos inquiridos, algumas dimensões dos tempos livres – que aparecem de forma individual em mais de 10% das respostas apuradas (Carvalho, op. cit.).

Numa palavra, lemos nas respostas dos inquiridos a identificação ou a confirmação de novas funções para a montanha, centradas no aproveitamento das suas características mais originais e valorizadas pela atual sociedade de consumo e de lazer. O património e a paisagem, o “ambiente saudável” (água, silêncio, verde...) são atributos de referência para os tempos livres e a residência secundária, como podem ser âncoras para pequenos projetos de alojamento e animação turística, desde que enquadrados e sem ultrapassar a “capacidade de carga” da paisagem. Trata-se, igualmente, de recursos vitais para as novas estratégias de educação e interpretação patrimonial, como aquelas que interessa estruturar, servindo os objetivos de identificar, investigar, dar a conhecer, aproximar (e envolver) esse património da (e com a) população.

4.4.3 Imagens relevantes: o casario de xisto e a paisagem cultural serrana (âncoras de uma memória reconstruída e de uma ruralidade recriada)

A pergunta “Que imagem ou imagens melhor identifica(m) as aldeias serranas?” tem subjacente a identificação de símbolos marcantes das aldeias, segundo

a percepção dos inquiridos (Carvalho, op. cit.). Tal como as últimas duas questões, a aldeia é uma espécie de janela de observação do conjunto que configura a Serra.

O casario de xisto é a imagem mais importante para os inquiridos, com 35.6% das respostas. A paisagem natural e cultural, segundo diversas componentes (aldeias, vegetação, socalcos e linhas de água), é a segunda resposta mais assinalada, com cerca de 21% do total apurado. Isolamento, refúgio, tranquilidade e (re)encontro com a natureza recolhem 14.9% e 9.9% das preferências, respetivamente. Outras respostas (ancestralidade, rusticidade, ruralidade, viagem no tempo, silêncio, a escadaria da aldeia, desertificação) e diversas combinações representam 13.9%. Beleza (rústica, natural), harmonia e grandiosidade (5.0%) completam a listagem de termos assinalados pelos inquiridos. Portanto, os atributos positivos dominam claramente o espectro das respostas, sem que os grandes problemas identificados anteriormente transpareçam e assumam expressão de relevo neste item. Existe, pois, uma espécie de filtro a partir do qual cada inquirido retém os elementos estruturantes da imagem das aldeias, aqueles mais marcantes, porventura os mais idílicos do quadro serrano.

5. Conclusão

A reconversão e a reorientação funcionais do mundo rural são indissociáveis da emergência de um novo sistema social de valores, por sua vez relacionado com a população urbana e a utilização dos tempos livres.

A residência secundária insere-se no quadro das novas procuras sociais dos territórios rurais. Trata-se de um fenómeno em expansão, impulsionado por profundas mudanças sociais, económicas e culturais, e pela alteração da imagem das áreas rurais, que tem suscitado novas escolhas geográficas.

Apesar das inúmeras dificuldades que pode causar ao ordenamento do território, em especial em áreas de elevada atratividade, a residência secundária aparece igualmente, em certos casos, associada a dinâmicas territoriais de preservação e valorização de recursos, nomeadamente o património e a paisagem, bem como configura novas formas de ruralidade. Assim acontece nas aldeias serranas da Lousã que foram objeto deste estudo.

Com efeito, Casal Novo, Candal e Talasnal exemplificam a patrimonialização de paisagens culturais (de matriz rural e vernacular), a partir da reabilitação de antigas estruturas edificadas (abandonadas), processo espontâneo, sem apoio público, iniciado em meados dos anos 70 e em particular relacionado com a residência secundária. Trata-se, então, de uma relação positiva entre a residência secundária e o património cultural edificado, que estruturou uma nova trajetória e abriu perspectivas inovadoras de desenvolvimento. A casa de xisto, reabilitada, também no âmbito da fixação de alguns neo-rurais, é o símbolo mais expressivo do processo de patrimonialização e uma das componentes mais ativas da renovação da imagem da Serra da Lousã.

O recente interesse público, no âmbito do Programa das Aldeias do Xisto (da Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior, 2000-2006), manifesta-se, essencialmente, através de incentivos financeiros dirigidos à recuperação de fachadas e coberturas, requalificação de espaços públicos, instalação de mobiliário urbano e infraestruturização com redes básicas, que sustenta uma rede de sítios de interesse turístico (CCDRC, 2003).

O Programa, envolvendo quase duas dezenas e meia de lugares de montanha (das sub-regiões do Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Cova da Beira e Beira Interior Sul), sugere alguns desafios que são, ao mesmo tempo, objetivos importantes que apelam a novas tarefas de investigação, nomeadamente: avaliar a participação dos diversos atores territoriais, em particular no âmbito das iniciativas de requalificação e infraestruturização dos lugares (neste momento, em fase de conclusão); compreender a lógica e discutir os resultados (a alcançar) da etapa de promoção e animação dos lugares serranos; analisar a (des)articulação entre diferenças medidas e ações de apoio, em diversos domínios, que se cruzam na montanha.

De igual modo, importa definir linhas orientadoras e estruturar novas propostas de ação, respondendo às dificuldades que persistem, no sentido de garantir a continuidade dos investimentos e das dinâmicas instaladas, e evitar o problema que decorre da falta de horizontes de sustentabilidade que marca algumas iniciativas deste tipo.

Bibliografia

- Alvergne, C. & Taulelle, F. 2002, *Du local à l'Europe. Les nouvelles politiques d'aménagement du territoire*, PUF, Paris.
- Ashworth, G. & Graham, B. 2005, *Senses of Place: Senses of Time* (Col. Heritage, Culture and Identity), Ashgate, Aldershot.
- Butler, R.; Hall, C. & Jenkins, J. 1998, *Tourism and recreation in rural areas*, John Wiley & Sons, Chichester.
- Caldeira, M. J. 1995, *Residência secundária na área metropolitana de Lisboa. Outros espaços, outras vivências*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local. Lisboa.
- Carvalho, Paulo 2005, *Património Cultural e Trajetórias de Desenvolvimento em Áreas de Montanha. O exemplo da Serra da Lousã*. Dissertação de Doutoramento em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.
- Cavaco, C. 2003, "Ambiente e usos do território: reflexões incómodas", in *Portugal Chão*, org. J. Portela e J. C. Caldas, Celta Editora, Lisboa, pp. 189-198.
- CCDRC 2003, *Aldeias do Xisto. Afirmar uma Identidade* (Revista de acompanhamento do Programa das Aldeias do Xisto da AIBT do Pinhal Interior do Programa Operacional da Região Centro), Coimbra, 1.
- Cravidão, F. 1989, *Residência secundária e espaço rural: duas aldeias na Serra da Lousã: Casal Novo e Talasnal* (Col. Estudos, nº 10), Faculdade de Letras, Coimbra.
- Ferreira, C. 1999, "Reencontros com o mundo rural: dos lazeres turísticos à fixação de "novos e velhos" residentes", in *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*, coord. C. Cavaco, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, pp. 313-318.
- Gallent, N. & Tewdwr-Jones, M. 2000, *Rural Second Homes in Europe. Examining housing supply and planning control*, Ashgate, Aldershot.
- Joaquim, G. 1999, "Turismo e mundo rural: que sustentabilidade?", in *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*, coord. C. Cavaco, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, pp. 305-312.
- Moreno, L. 2002, *Desenvolvimento local em meio rural: caminhos e caminbantes*. Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Plaza Gutiérrez, J. I., González, J. R. e Farinos Dasi, J. 2003, "Nueva cultura y gobierno del territorio en Europa", *Ería*, 61, pp. 211-227.
- Puente Fernández, L. 2002, "El paisaje agrário en el discurso territorial de la PAC y en la ordenación de los espacios rurales", in *Atas del XI Coloquio de Geografía Rural*, Universidad de Cantabria, Santander, pp. 234-242.
- Ribeiro, Manuela 2003, "Espaços rurais como espaços turísticos: reflexões em torno da construção da oferta de turismo em espaço rural, em Portugal", in *Portugal Chão*, org. J. Portela e J. C. Caldas, Celta Editora, Lisboa, pp. 199-215.
- Rosa, M. 2005, "Estratégia e programação do desenvolvimento rural 2007-2013", in *Pessoas e Lugares* (Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+, II Série, 31, pp. 3.
- Santos, M. G. 1996, *A residência secundária no âmbito da geografia dos tempos livres. Análise comparativa dos casos de S. Pedro de Moel e Praia da Vieira*, Comissão de Coordenação da Região Centro, Coimbra.

(Página deixada propositadamente em branco)

TERRITÓRIO, CULTURA E DIVERSIDADE DA OFERTA TURÍSTICA NA EUROPA¹⁸

O turismo é, em especial a partir de meados do século XX, uma das atividades económicas mais relevantes, quer na capacidade de movimentar populações, quer na forma como cria e deslocaliza capitais e provoca alterações (positivas e negativas) de natureza social e territorial. Segundo a Organização Mundial de Turismo (2007), esta atividade teve, no ano de referência de 2003, um peso de 6% em toda a economia mundial, considerando o total de bens e serviços exportados. Para além da vertente económica, o turismo tem sido importante nas estratégias de desenvolvimento local pela sua capacidade em capitalizar recursos até há pouco tempo insuspeitos e não mobilizáveis para o desenvolvimento, como o património, o valor estético da paisagem, as identidades locais e, de uma forma geral, a cultura. O turismo, no modelo pós-fordista que caracteriza as sociedades ocidentais contemporâneas, constitui um dos setores nos quais mais longe se levou a compressão do tempo e o estreitamento das distâncias. A aceleração das mobilidades espaciais e, mais recentemente, as viagens organizadas em torno dos transportes aéreos e, dentro destes, do fenómeno das companhias *low costs*, alargaram os mercados e criaram novos territórios turísticos com novas procuras e inovações nas ofertas. Este estreitamento das distâncias desenvolve-se no seguimento da expansão do caminho de ferro, desde o século XIX, e do automóvel, sobretudo a partir dos *gloriosos 30 anos* de crescimento económico no após II Guerra Mundial, ambos associados a impulsos na atividade turística europeia.

¹⁸ Revisto e atualizado a partir do artigo com o mesmo título publicado em *Cadernos de Geografia* (Faculdade de Letras, Coimbra, 2010, nº 26/27, pp. 53-65).

Em termos quantitativos (UNWTO, 2007), os anos 50 do século XX deram início a uma curva ascendente nos valores da procura turística à escala internacional. No início do presente século, esses fluxos aproximavam-se dos 700 milhões de turistas, cerca de 2/3 dos quais tinham a Europa como destino e/ou origem. Num processo de modo direto relacionado com mudanças sociais e económicas, com a abertura de novos mercados de origem e destino (como o Brasil, a Índia, a China, a Rússia e outros países do Leste europeu) e com o desenvolvimento tecnológico e organizativo dos transportes, prevê-se que em 2020 esse valor ascenda a cerca de 1600 milhões. Este facto, ainda que resultante de uma evolução sobretudo fora da Europa, revela uma previsível subida no protagonismo turístico deste continente. No caso específico do território europeu, ainda segundo a Organização Mundial de Turismo (2007), desde 1980 registaram-se, em valores acumulados, mais de 7600 milhões de entradas, numa evolução ascendente apenas suavizada em períodos breves de arrefecimento geral das economias, como o verificado no início da década de 90. Com efeito, no continente europeu o número de entradas turísticas passou dos cerca de 180 milhões anuais, no início da década de 80, para os quase 450 milhões em 2005 (Figura 1). Esta expressão quantitativa tem provocado externalidades de várias naturezas, com especial destaque para as mudanças paisagísticas e o desordenamento do território ocorridas em muitas regiões, sobretudo no litoral, mas tem também constituído uma crescente fonte de rendimento, ainda que esta criação de riqueza tenha, às escalas nacional, regional e local, uma tradução assimétrica.

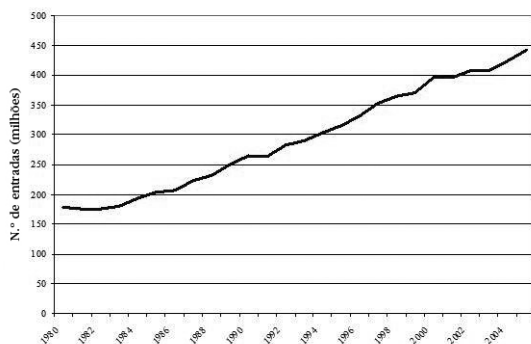


Figura 1 – Evolução do número de entradas de turistas, na Europa

Fonte: UNWTO, 2007

Embora a Europa constitua a região do globo com uma menor margem de crescimento previsível nos fluxos turísticos internacionais até 2020, o que também resulta do facto deste ser já um mercado consolidado (este território detinha, em meados da década de 90, uma quota próxima dos 60% do mercado global), espera-se ainda um acréscimo de 3,1 % na mobilidade turística absoluta. Este valor está longe do crescimento esperado - no continente asiático, por exemplo, a atividade turística na Ásia do Leste e no Pacífico deverá crescer 6,5% no mesmo período e espera-se que esta região, ainda em 2020, alcance 25,4% do mercado global. Contudo, apesar desse crescimento mais lento, o turismo continuará a assumir um importante peso nas economias nacionais e regionais europeias. As previsões são sempre difíceis e apresentam uma margem de erro não negligenciável. O turismo é uma atividade muito inconstante, dependente do crescimento global da economia e, em especial, do valor dos transportes (este muito ligado ao preço do petróleo, que já deu sinais de um previsível encarecimento estrutural), mas condicionada também pela concorrência internacional e por outros fatores, como a estabilidade e a segurança geopolítica nos locais de partida e de chegada e a construção (ou destruição, rápida nalguns casos) de uma imagem positiva e atrativa dos lugares de oferta.

Ainda assim, espera-se que em 2020 a Europa represente uma quota global do mercado turístico próxima dos 46%. De acordo com estas previsões, e com o crescimento turístico esperado para outras regiões do mundo, estima-se que a geografia global dos fluxos turísticos, quer na ótica da procura quer na ótica da origem, reforce algumas das polarizações já hoje verificadas. Na atualidade, é no eixo do Atlântico Norte que têm origem 80% dos turistas à escala global mas, também neste setor, se vai desenhando uma cartografia de tríade, correspondente ao centro tripartido da economia planetária (Europa-América do Norte-Ásia Meridional e do Leste), com o futuro reforço do 'terceiro pilar' desta arquitetura global - o Sudeste Asiático, e o previsível aumento, quer da procura quer da origem, dos turistas desta região, em especial na Índia e na China. O turismo acompanhará, assim, as reestruturações que já ocorrem na complexa geografia económica global.

Todavia, esses fluxos, no seu retrato sincrónico mas também na sua evolução diacrónica, não têm um padrão uniforme. Numa análise mais pormenorizada, observando a Europa numa maior escala geográfica, do ponto de vista turístico, o continente europeu não constitui, um território homogéneo.

Partindo de uma classificação por grandes regiões, diferenciadas pela posição geográfica (Europa do Norte; Europa Ocidental; Europa Central e de Leste e Europa Meridional e Mediterrânea, onde Portugal se insere), a geografia da procura turística apresenta polarizações importantes. Desde 2000, os territórios turísticos mais atrativos continuam localizados no Sul do continente, seguido de perto pelos países do Noroeste europeu, aqui classificados no grupo da Europa Ocidental (Holanda, Alemanha, Inglaterra, entre outros). Os fluxos estão de certo modo estabilizados mas é na Europa do Sul e do Mediterrâneo que os valores são mais elevados. Em 2005, esta região recebeu 35,8% de todos os fluxos turísticos internacionais que procuraram o continente europeu. Nesse quadro de diversidade interna, a posição central da Europa na geografia dos fluxos turísticos deve-se a múltiplos fatores, muitos dos quais fora da restrita esfera turística.

As razões para a centralidade turística da Europa são vastas, de difícil sistematização e variam consoante se analise a oferta ou a procura. Na ótica da segunda, o maior número de consumidores turísticos que partem dos países europeus, quer para destinos internos quer na procura de outros territórios, deve-se menos às densidades populacionais e mais ao elevado desenvolvimento humano médio da população europeia, sobretudo no que se refere à criação e disponibilidade de riqueza e ao maior peso de uma classe média e média-alta de consumidores. Foi também na Europa que se organizaram os primeiros circuitos e instituições para consumo turístico dos lugares, com destaque para o *Grand Tour*, uma viagem de iniciação de jovens aristocratas na Europa romântica, e para Thomas Cook que, no século XIX, se tornou o primeiro agente de viagens do mundo. Estas duas referências associam-se à passagem de uma fase elitista de recreação para uma etapa, que tem estruturado o turismo europeu sobretudo depois da II Guerra Mundial, de difusão social e espacial de uma atividade turística agora denominada de massas (Palomeque *et al.*, 2000).

A criação de riqueza e a organização do tempo são fatores fundamentais para o acréscimo do capital de mobilidade, ao qual se associam os fluxos turísticos. Esse potencial de mobilidade está também dependente da conectividade e das acessibilidades, dentro do território europeu e deste para o exterior. A centralidade turística da Europa explica-se ainda pela localização em território europeu de algumas das mais importantes infraestruturas de transportes que estruturam o sistema económico mundial, em especial aeroportos, como Frankfurt, Heathrow ou Schipol, ou portos, como Roterdão e Le Havre.

A centralidade turística do continente europeu deve-se ainda a fatores muito particulares da sua Geografia Física e respetiva posição geográfica. A matriz climática de diversidade, marcada pelas características temperadas, com contrastes por vezes vinculados entre as diferentes estações do ano, dá ao território europeu uma geodiversidade sincrónica e uma geodiversidade diacrónica que criam condições de bem-estar e atração para turismos de diversas motivações, desde o de neve e montanha ao de sol e praia. Esta diversidade na apropriação turística do território europeu deve-se também à heterogénea geomorfologia do seu espaço físico, marcado ora por vales fluviais, como o do Danúbio ou o do Reno, ora por cadeias montanhosas, como os Pirinéus, a Cordilheira Central Ibérica, os Alpes ou os Cárpatos ou por lagos, como o Balaton, na Hungria ou o Wörthersee, na Áustria.

Na Europa cruzam-se e sobrepõem-se influências continentais e marítimas, setentrionais e meridionais. Na ótica do turismo, um dos mais importantes elementos geográficos europeus é o recorte da sua linha de costa, sobretudo a banhada pelo Mediterrâneo. A descontinuidade física deste continente, que se alarga por arquipélagos e ilhas como os Açores, a Madeira, as Baleares, as Canárias, Malta ou Chipre, é outra das razões para a atração turística, no segmento do turismo heliotrópico, que marca muito dos espaços insulares europeus, tanto no Mediterrâneo como no Atlântico. A esta linha de costa ancoram ainda paquetes em viagens turísticas organizadas, mais longas algumas, mais curtas outras, fazendo da Europa um território de passagem e paragem de cruzeiros, sobretudo no Mediterrâneo e no Atlântico (Figura 2).



Figura 2 – Paisagem turística de Palma de Maiorca (Baleares, Espanha), esquerda; paquete navegando ao largo do Algarve, direita.

A riqueza patrimonial da Europa está também expressa pelo número, diversidade e dispersão de áreas protegidas, como parques naturais, parques nacionais ou outras áreas classificadas. Esta rede de espaços patrimonializados de baixas densidades humanas abre o território ao ecoturismo e ao turismo em espaço rural. Mais do que a fruição ativa do património natural, estes segmentos da atividade turística têm uma forte componente cultural, dada a longa humanização destes espaços. Esta ocorreu quer através de atividades económicas, como a agricultura, a silvicultura, a criação de gado e as pescas, de onde resultaram matrizes paisagísticas, saberes e expressões culturais localizadas (como a casa tradicional, hoje incorporada no consumo turístico), quer na longa apropriação simbólica do espaço geográfico, também esta com efeitos na construção de paisagens com forte identidade.

Os fluxos turísticos na Europa estão também associados ao modelo demográfico europeu, sobretudo na relação com a estrutura etária média dos residentes nos países centrais. Grande parte das populações europeias completou a transição demográfica, com consequências no envelhecimento populacional. Não se trata de uma realidade passível de generalização a todo o território europeu, contudo, este processo de envelhecimento demográfico tem impulsionado o turismo sénior, quer com ciclos curtos de mobilidades espaciais quer através de ciclos de permanência mais longa nos locais de destino, o denominado turismo residencial, particularmente importante nos países do sul da Europa e em regiões como o Algarve, as Canárias e as Baleares. Segundo Palomeque *et al.* (*op. cit.*), chegam a Espanha quase 6 milhões de turistas com mais de 65 anos, quase 17% do total de turistas internacionais que entram no país.

O turismo de saúde, nas suas múltiplas vertentes, tem também orientado múltiplos fluxos no continente europeu, sobretudo na densa rede de estâncias termais, como Thermae Sylla, na Grécia e Zbrašov, na República Checa. O continente europeu é ainda palco de fluxos de turismo religioso, nem sempre fácil de separar da mobilidade espacial de peregrinos. A matriz cristã europeia, nos diferentes ramos do catolicismo, do protestantismo e da ortodoxia, levou a apropriações simbólicas do espaço e à formação de importantes centros de peregrinação, como Fátima, Lourdes, o Vaticano ou Santiago de Compostela.

Um dos mais importantes atrativos do turismo europeu está nas cidades e na densa rede urbana que estrutura o povoamento deste continente. Este turismo urbano tem uma forte componente de turismo cultural. Não é fácil caracterizar

e catalogar as diferentes categorias da atividade turística. Apesar disso, ao turismo cultural associam-se determinadas motivações na fruição e consumo de elementos simbólicos do espaço, um conceito que remete para a arquitetura espacial que identifica traços culturais dinâmicos e de relação entre elementos físicos e humanos, como se deduz do conceito de paisagem cultural definida pela UNESCO. Para esta agência das Nações Unidas (Unesco, 2005: 83), *“Cultural landscapes are cultural properties and represent the ‘combined works of nature and of man’ (...). They are illustrative of the evolution of human society and settlement over time, under the influence of the physical constraints and/or opportunities presented by their natural environment and of successive social, economic and cultural forces, both external and internal”* (Figura 3).



Figura 3 – Exemplo de uma paisagem cultural europeia, sintetizando a ação antrópica e o espaço físico, na cidade sueca de Trollhättan¹⁹.

¹⁹ Trollhättan é uma cidade próxima dos 50 mil habitantes, localizada cerca de 90 km a nordeste de Gotemburgo. Banhada pelo Göta Älv, rio que liga o Lago Vänern com o Mar do Norte, a cidade desenvolveu-se com a circulação fluvial e a exploração energética da água. Aqui se instalaram, depois do século XIX, indústrias ferroviárias e, mais tarde, indústrias de automóveis e de aviação, ligadas à Saab e à Volvo. Após a crise mineira e industrial dos anos 80 do século XX, a cidade recupera autoestima e centralidade através da implantação de indústrias culturais e de inovação, como o *Innovatum*, que integra espaços de produção tecnológica, incubação de empresas, educação e estúdios de cinema: em Trollhättan (conhecida na Suécia como Trollywood) rodaram-se alguns dos principais filmes de nacionalidade sueca. A atual paisagem, a resultante deste percurso, integra elementos inovadores, eventos (como a rodagem de filmes), espaços de memória (como o Museu Saab ou a mostra de antigas locomotivas ali construídas), os diques edificadas a partir do século XIX e o enquadramento, que envolve a cidade com o rio. Para além das atividades económicas inovadoras, Trollhättan tem-se aberto ao turismo. Por exemplo, segundo testemunhas locais (não confirmadas por estatísticas), foram milhares os visitantes que acorreram à cidade durante a rodagem do filme *Dogville*, realizado por Lars Von Trier e protagonizado por Nicole Kidman, em 2003.

A cultura associa-se ao turismo e à promoção económica dos lugares numa dupla vertente. Por um lado, na *cultura património identitário*, na qual se valorizam bens materiais e imateriais, que marcam a identidade dos lugares, como a paisagem e expressões como a gastronomia, a música tradicional ou a tradição oral. Na atualidade, na Europa mas também noutros territórios, a este conceito deve-se acrescentar um outro, o de *cultura de inovação* - a produção inovadora de conteúdos, associados a novas tecnologias e a formas de expressão como o software e o cinema, por exemplo. Esta segunda componente, que apenas para efeitos académicos surge separada da primeira, constitui um importante motor económico da economia europeia e um promotor de fluxos turísticos.

Sem querer simplificar um conceito complexo (Appadurai, 2004), a cultura, enquanto sistema dinâmico de valores, normas, práticas e instituições que, consolidando filiações, agregam grupos humanos e se transmitem de geração em geração, resulta de um balanço dinâmico entre *inovação* e *tradição*, quer na sua territorialização local quer na sua expressão e afirmação global, aqui mais associada a um espaço geográfico descontínuo e de mobilidade. É com esta multiterritorialidade que a cultura se abre ao turismo e potencia o chamado turismo cultural, que é também uma inovação em si, consumindo ao mesmo tempo elementos tradicionais e inovadores (Figura 4).

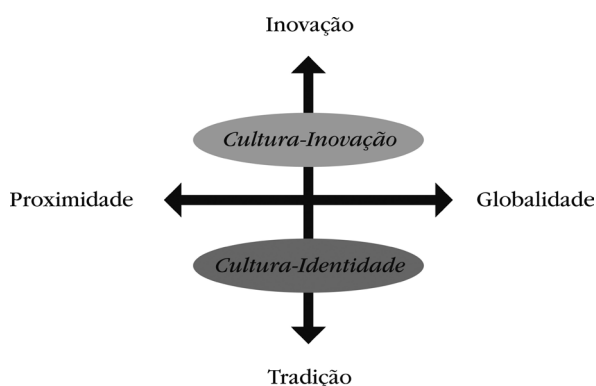


Figura 4 – Perspetiva dualista da *cultura* nas trajetórias de desenvolvimento e de afirmação dos lugares por via do turismo cultural.

A articulação entre escalas geográficas e o balanço entre inovação e tradição são importantes para entender os conceitos mais alargados de património, bens

materiais e/ou imateriais em constante construção/reconstrução e criação/preservação, hoje a principal motivação do turismo cultural.

O património torna-se uma experiência, um objeto de fruição que confere temporalidade e densidade a uma época marcada e condicionada sobretudo pela velocidade, correndo o risco desta apropriação ser também vítima dessa rapidez. Nesta voracidade de consumo de lugares, o património pode valer mais pela imagem imediata de um consumo apressado que por uma real e mais pausada experiência de interpretação. Para Françoise Choay (2008: 226), *“os monumentos e o património históricos adquirem um duplo estatuto. São obras que facultam saber e prazer, colocadas à disposição de todos, mas também produtos culturais, fabricados, embalados e difundidos tendo em vista o seu consumo”*. Sobre esta *comodificação*, prossegue a mesma autora, a *“metamorfose do seu valor de utilização em valor económico é realizada graças à ‘engenharria cultural’, vasta empresa pública e privada, ao serviço da qual trabalha uma multidão de animadores, comunicadores, agentes de desenvolvimento, engenheiros, mediadores culturais. A sua tarefa consiste em explorar os monumentos por todos os meios possíveis, a fim de multiplicar indefinidamente o número de visitantes”*. Ainda segundo Choay (*op. cit.*), este trabalho, que cria novos lugares de consumo, nem sempre autênticos, passa por um conjunto de etapas, que vão da conservação e restauro à encenação e animação. Não é um processo exclusivamente europeu mas que tem na Europa um dos seus territórios de excelência, entre o autêntico e o figurado, impulsionando o turismo cultural, sobretudo em áreas urbanas.

No final da década de 90, um estudo da Comissão Europeia (1998), revelou que cerca de 25% dos turistas europeus visitam cidades e o valor histórico dessas urbes constitui uma das principais motivações para essa atração. Segundo dados citados também por Kastenholz *et al.* (2005), o turismo cultural foi um dos segmentos turísticos com mais rápido crescimento nos anos 90, aumentando cerca de 15% (WTO, 2001a). Ainda segundo a Organização Mundial de Turismo (WTO, 2001b), este setor turístico é responsável por 10% das chegadas à escala global.

O turismo europeu é um turismo de apropriação da diversidade cultural e paisagística. Partindo do conceito de paisagem como uma dinâmica de sobreposição diacrónica de influências, de épocas que se sucedem, de tempos que criam os seus espaços, a paisagem europeia tem uma forte componente histórica.

A Europa tem sido um espaço de confluência de poderes e hierarquias, de passagem e fixação de comunidades com diferentes proveniências, que neste continente foram deixando rasto, o que faz deste um território de permanência mas também de miscigenação. Em muitos períodos, isto ocorreu no interior de unidades políticas que, apesar de nunca terem conseguido reunir todo o atual território europeu, criaram espaços de circulação e trocas, como o Império Romano, o Otomano ou o Austro-Húngaro, que deixaram inscrições paisagísticas hoje objeto de apropriação turística. As paisagens culturais e os respetivos elementos simbólicos têm sido mais ou menos acarinhados pelos poderes políticos e económicos, num processo condicionado de reinterpretação (ideológica e política, quase sempre) e conservação seletiva do património. Se é verdade que, com a tentativa de uniformização de valores e instituições, a formação dos Estados-Nação, teve como objetivo o controlo da diversidade no continente europeu (Graham, 1998), o nacionalismo acabou por reforçar essa heterogeneidade, ao inscrever novos elementos identitários, diferentes para cada um dos territórios estatais hoje percorridos pelos consumidores turistas. Um dos campos de afirmação destas unidades políticas foi a construção de identidade, que lhe confira unidade e sedimento um território de poder. Assim se edificaram palácios e monumentos de celebração, assim se reestruturaram cidades. A própria afirmação política de impérios e a sua posterior fragmentação em células políticas individuais implicou contendas militares, avanços e recuos, quase sempre deixando registo nas paisagens, como campos de batalha, muralhas, castelos, fortins e outras fortalezas e atalaias²⁰.

A consolidação das fronteiras e das nacionalidades deixou uma rede de espaços polarizadores de natureza religiosa, como os mosteiros e os conventos, alguns dos quais agora importantes lugares turísticos. Afirmar soberania implicava a criação de pólos de poder e de núcleos de fixação demográfica. As ordens religiosas tiveram, neste aspeto, um papel relevante e deixaram espaços e territórios

²⁰ Estes espaços de afirmação militar, seguindo uma lógica de rede, agrupam-se para melhor se promoverem, como ocorre com a Walled Towns Friendship Circle. “*Timestones of History*» *Walled Towns are unique inheritances from times long past and should be treasured, maintained and safeguarded from neglect, damage and destruction and passed on into perpetuity as irreplaceable Timestones of History*» (WTFC, 2008, s/p), este o princípio geral desta associação de cidades fortificadas, criada em 1989 e que congrega, na atualidade, 152 lugares (da Europa e países limítrofes), que procuram um caminho conjunto na promoção do turismo e na execução de projetos de desenvolvimento sustentável (WTFC, *op. cit.*).

hoje apropriados pelo consumo turístico, como ocorre, no caso português, com o Mosteiro de Alcobaça e o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha. Aqui sobrepuseram-se estilos arquitetónicos e artísticos, como o classicismo, o românico, o barroco ou o gótico, criando lugares objeto de apropriação turística e de culto para o imaginário pós-modernista.

A Europa é um continente ao mesmo tempo centro difusor de diferentes diásporas, como a irlandesa, a italiana ou a portuguesa, mas também o vértice de outras redes de emigração, como a chinesa, a caboverdiana ou a paquistanesa. Este é um fator de acréscimo de diversidade, testemunhada, por exemplo, pela multiplicidade de espaços religiosos, ou *clusters* de diversidade, como a caboverdiana Cova da Moura, em Lisboa, alvo de um crescente interesse turístico, a jusante da atração pelo exótico e, neste caso, pelo 'africano'. O mesmo ocorre com a herança judaica de Belmonte, também em Portugal, património central para o marketing territorial daquele concelho²¹.

Os fluxos turísticos estão também relacionados com a posição europeia na rede global das diásporas, como se comprova com o exemplo dos irlandeses que, ao longo do século XIX e início do século XX, atravessaram o Atlântico em direção aos Estados Unidos da América. Neste caso, Ellis Island, em Nova Iorque, é apenas a primeira etapa de um regresso simbólico à Irlanda-Natal. Norte-americanos de origem irlandesa visitam esta ilha em frente a Manhattan, alfândega e local de transbordo dos imigrantes, e seguem os passos dos seus ascendentes, agora em sentido contrário. Esta mobilidade pode classificar-se como turismo de saudade, de memória e procura de geografias de heranças, de lugares que foram espaços afetivos e funcionais de antepassados e que, por isso, fazem também parte da identidade topofílica de cada descendente. Deteta-se igual fenómeno relativamente aos descendentes de emigrantes portugueses que, depois do final do século XIX, emigraram para o Brasil. Também aqui, neste regresso turístico ao lugar de partida, se abre o mercado da identidade e da saudade. No caso português, o Norte e Centro do país, territórios de onde saíram os principais fluxos de portugueses para o Brasil no final de Oitocentos, está no centro desse refluxo, agora turístico.

²¹ Ainda nesta exploração turística do 'outro' na Europa, em muitos lugares turísticos vêm-se espetáculos improvisados de grupos de música étnica, sobretudo andina, que circulam pelo continente, turistificando manifestações de identidades locais longe do seu território de origem.

Na Europa, o consumo turístico de lugares da História apropria espaços nalgum momento associados à edificação do atual sistema mundial. No presente território italiano, sobretudo em cidades como Veneza e Florença, regista-se uma época, a da centralidade do Mediterrâneo enquanto lugar de contacto entre várias economias-mundo. Por sua vez, cidades como Amesterdão, Londres, Lisboa e Sevilha são testemunhas territoriais dos descobrimentos, das navegações de alto mar, da construção do sistema mundial que trouxe trocas, chegadas e partidas, e registou, na paisagem, elementos simbólicos agora de evocação, como o cenário construído em Palos de la Frontera (Huelva, Espanha), para a figura e a viagem de Cristóvão Colombo (Figura 5). Os turistas culturais, por mera curiosidade, por interesse interpretativo, viajam no tempo e encurtam as distâncias relativas entre a contemporaneidade e os navegadores que estreitaram o mundo.



Figura 5 – Réplica de uma das 3 caravelas comandadas por Cristóvão Colombo na viagem para o continente americano, que partiu de Palos de la Frontera (Huelva) a 13 de agosto de 1492 (esquerda). No mesmo local, o Convento La Rábida, outro centro turístico da região, onde Colombo terá pernoitado antes da viagem e onde se supõe ter apresentado os seus projetos aos Reis Católicos (direita).

Esse consumo de lugares históricos tem forte expressão no turismo de congressos, que inclui uma tripla componente de trabalho de sala, tempos lúdicos, com percursos turísticos predefinidos e, em muitas áreas científicas, visitas de estudo. Esta categoria turística tem também aumentado os fluxos de turistas/estudiosos em determinados lugares como, por exemplo, os espaços associados à revolução industrial europeia dos séculos XVIII e XIX (Figura 6).



Figura 6 – Visita de um grupo de académicos a um antigo campo de exploração carbonífera, na Suécia, perto de Karlstad.

Às cidades da Europa convergem outros fluxos de visitantes e turistas – os que se movem na rede europeia de universidades que, quer como atração em si, quer como impulsionadores de eventos de natureza científica, promovem novas mobilidades e fruições turísticas. Coimbra, Salamanca e Bolonha, tal como Oxford e Cambridge são, por si só, pólos de atração turística, mas ganham igual relevância no mapa dos eventos científicos, apesar destes procurarem também núcleos urbanos centrais, bem articulados em termos de transporte, com um clima mais aprazível e preços acessíveis, segmento no qual Lisboa se tem afirmado.

Entre espaços de acontecimentos e territórios de personagens, a oferta turística na Europa alarga-se a novos consumos, como o do *turismo negro* (ou *dark tourism*, no original de Stone, 2006), uma procura de lugares bizarros, maléficos, associados ao mal, à dor, à doença e à morte, quer seguindo personagens individuais, como na visita ao túmulo de Jim Morrison, no cemitério parisiense de Père Lachese, quer abrindo-se e procurando lugares de barbárie coletiva e historicamente contextualizada, como Auschwitz. Aqui se celebram e reconstituem batalhas sangrentas, se visitam campos de mártires, como em Verdun, ou feiras medievais, como eventos de celebração de uma memória estereotipada, de doenças, fome e tortura. O turismo explora *topofílias* - lugares de afetividade, mas não é indiferente aos sentimentos *topofóbicos*, isto é, aos lugares de repulsa, dor e sofrimento (Tuan, 1980). Estes fluxos pós-modernos seguem a ‘moda’ da História, trazendo eventos do passado para o presente, vivendo-os e reinterpretando-os, naquela que é a expressão temporal da compressão do espaço-tempo (Harvey, 1989 e Stone, *op. cit.*). Na ótica da oferta, como atrás se referiu, a impor-

tância turística da Europa depende da sua diversidade interna, que está a jusante de contactos, de entradas e das saídas de pessoas e bens, mercadorias e ideias, mas também da persistência de localismos que, à micro-escala, preservaram o diferente, outrora símbolo de *atraso* no caminho do progresso, agora potencial de afirmação e que, muitas vezes de forma artificial, se pretende preservar, quantas vezes reinventar. Daqui se tem partido para o consumo de estereótipos, de figuras simplificadas da realidade mas que conferem uma personalidade forte a regiões que, numa estratégia de marketing territorial, se promovem: são os escoceses de kilt, os vikings nórdicos de capacete e longas barbas, os parisienses românticos e pintores de camisola listada, os tirolezes de calções, os gondoleses de Veneza ou os toureiros espanhóis de capa vermelha (Figura 7). Para além do interesse turístico, estas identidades estereotipadas e (re)interpretadas têm um papel de afirmação política. No caso da Irlanda, a valorização das raízes célticas tem esse propósito (Linehan e Sarmiento, 2006). As narrativas de afirmação nacional passam por valores e instrumentos de relevância, como a música. A *world music*, enquanto fenómeno cultural marcado pela multiterritorialidade²², tem sido um meio de afirmação de territórios nacionais e de atração de visitantes e turistas. A música (e a dança) irlandesa fazem parte da identidade do país que se publicita e atrai fluxos turísticos. Aqui, promove-se o consumo da Irlanda dentro do território irlandês (são célebres as noites de dança e música tradicionais em espaços como o Arlington Hotel ou em pubs de Temple Bar, em Dublin) mas também fora da Irlanda, em redes móveis de espetáculos como *Riverdance* ou *Lord of the Dance*²³.

²² A *world music* deve ser entendida como uma expressão cultural com fortes raízes locais, que testemunha modos de vida, tradições, paisagens e outros localismos (BOHLMAN, 2002). Esta expressividade territorializada também domina instrumentos de divulgação global. As redes com que se organizam as diásporas são um veículo de divulgação e afirmação dessas expressões musicais de raiz étnica. Estas diásporas estruturam-se a partir de centros difusores e vértices que se disseminam por diferentes regiões do mundo. É assim a diáspora portuguesa, mas também a irlandesa ou a indiana. Através dessa diáspora circulam fluxos, materiais e imateriais, como remessas, símbolos religiosos, a língua e a música. O mundo contemporâneo está marcado pela multiterritorialidade dos fenómenos políticos, económicos, sociais e culturais. A *world music* exemplifica essa multiterritorialidade ao fazer parte das narrativas de países, que assim a utilizam como recurso de marketing territorial; dos fluxos descontínuos e das redes globais e, por último, segundo Rogério Haesbaert (2004), dos aglomerados de exclusão, isto é, dos grupos humanos excluídos e que procuram, neste caso através da música, um meio de identificação e afirmação.

²³ Entende-se aqui por *redes móveis* a organização e difusão espacial de um espetáculo que, apresentado em simultâneo por vários elencos, ocorre ao mesmo tempo em diferentes lugares do mundo.



Figura 7 – Grupo de escoceses com traje tradicional, preparando-se para uma exibição, na Ilha de Skye.

A Europa turística dos estereótipos, imagens de marca de lugares, faz circular turistas na procura de uma vista, muitas vezes um vislumbre breve e pouco refletido, de símbolos espaciais como a Torre Eiffel, a Torre de Pisa (Itália) ou o Atomiun, de Bruxelas. Nesta diversidade procura-se a Europa das múltiplas fronteiras culturais, desde a das influências mediterrâneas às atlânticas e continentais ou, noutra perspetiva, da Europa do *vinho* à da *cerveja* ou à do *uísque*, que revelam modos de vida, paisagens e outros elementos simbólicos. Os limites são indefinidos mas viajam entre as destilarias da Escócia, o festival de cerveja de Munique (o *Munichs Oktoberfest*, celebrado desde 1810) e os campos vinícolas de Bordéus ou as caves do Vinho do Porto, em Vila Nova de Gaia (Joint *et al.*, 2000).

No centro desta diversidade estão as cidades. Ali se expressam muitos destes símbolos. Nestas se edificaram e materializaram poderes alargados de impérios, como em Viena, Roma ou Atenas. Nestas se afirmaram espaços religiosos mas também se materializaram correntes artísticas e ideológicas. É nas cidades que o Renascimento atinge o seu esplendor e é sobretudo nestas que o turista procura sinais do passado clássico, das memórias medievais, das correntes artísticas e das mais recentes e contemporâneas patrimonializações e celebrações. Centros históricos; obras com marcas pessoais, como a de Gaudí, em Barcelona; mas também museus, como o Louvre, o El Prado; ou vestígios de arqueologia industrial, como ocorre em muitas cidades inglesas, é nos espaços urbanos que se concentram muitos *hotspots* turísticos no continente europeu. Alfama e Bairro Alto, em Lisboa;

Temple Bar, em Dublin; La Grand Place, de Bruxelas; as Ramblas de Barcelona; Montmartre, em Paris; a renovada Berlim, de novo a capital da reunificada Alemanha; os centros históricos reconstruídos de cidades como Varsóvia (Diefendorf, 1989); são importantes expressões da oferta turística europeia (Figuras 8 e 9).

É ainda nas cidades europeias que o turista procura e encontra alguns dos mais importantes lugares classificados com o estatuto, por exemplo, de Património Mundial da UNESCO. Em 2008, o continente europeu apresenta 390 sítios que ostentam essa classificação (46% do total de sítios classificados em todo o mundo). Desses lugares com estatuto conferido pela UNESCO, 88% estão catalogados como património cultural. Na lista de lugares culturais classificados encontram-se desde castelos e muralhas a mosteiros, catedrais, igrejas, sítios arqueológicos e centros históricos de espaços urbanos que pretendem manter o seu traço de distinção, como Cáceres e Segóvia, em Espanha, Cracóvia, na Polónia ou Bruges, na Bélgica (Unesco, 2008).



Figura 8 – Palácio Wilson, em Genebra, onde se instalou o Museu da Cruz Vermelha (esquerda). Parque Güell, em Barcelona. O traço pessoal de Antoni Gaudí num dos principais pontos de atração turística da cidade (direita).

Na Europa, como noutros continentes, o turista circula por não-lugares, como os aeroportos e as autoestradas (Augé, 1998), mas consome lugares que registam identidades, como os centros históricos. Por isso, como refere Phil Hubbard (2005), em Paris tem mais cartaz turístico Montmartre que La Defense. A primeira, mitificada por escritores como Baudelaire ou Vitor Hugo, confere personalidade à capital francesa. A segunda, espaço de circulação de fluxos financeiros globais, pouco se distingue de espaços similares em Nova Iorque ou Londres.

Através de atividades económicas, como o turismo mas não só, a cultura é ainda importante na definição de novas polarizações, recuperando a posição relativa de lugares que, por várias razões, tinham perdido centralidade. É o caso do Museu Guggenheim, com importante papel na renovação urbana e identitária de Bilbao e na valorização turística da cidade após o processo de desindustrialização dos anos 80.

O marketing territorial dos espaços urbanos europeus alavanca-se ainda em figuras históricas, às quais se associam lugares e se vendem passados. Fernando Pessoa em Lisboa, Mozart em Salzburgo ou os Beatles em Liverpool são apenas exemplos de uma História de lugares de vida e, agora, de consumo, onde se encontram o Marquês de Pombal, Napoleão, Van Gogh, Anne Frank, Kafka ou Miguel Ângelo. Em torno destes nomes e destas *geografias biográficas* afirmam-se cidades e definem-se rotas, conferem-se relevâncias geográficas e enriquecem-se as ofertas turísticas, numa tentativa de ler a História viajando pelos lugares de vida de alguns dos seus protagonistas.

As cidades e os territórios europeus, enquanto centros de oferta turística, estão também marcados por parques de diversões globalizados, como a Eurodisney, em Paris, ou o MiniHollywood, em Almeria, mas também lugares de experimentação e inovação tecnológica e científica, que atraem fluxos de interessados, muitos dos quais turistas. São os casos de La Villette, em Paris ou do Futuroscope, em Poitiers, ambos em França.



Figura 9 – Centros históricos de Ljubljana (esquerda) e de Copenhaga (direita).

Neste último caso, é interessante a proximidade, quase justaposição, entre elementos locais e símbolos globalizados, como o Hard Rock Café.

O turismo cultural urbano está, na Europa como noutros continentes, associado a eventos, sejam estes ocasionais, periódicos ou sazonais. Festivais de

música (em Salzburgo, por exemplo), de cinema (Cannes, Berlim ou Veneza), de música tradicional (como Lorient, sede de um importante festival de música céltica), ou eventos como feiras de promoção (Frankfurt, com a feira do livro), criam centralidades pontuais no espaço e no tempo e são uma oportunidade para cada lugar promover e divulgar uma imagem positiva de si próprio²⁴. A iniciativa comunitária das Capitais Europeias da Cultura vai nesse sentido, ao conferir relevância ocasional a um lugar que, deste modo, ganha maior protagonismo ocasional²⁵.

A esta geografia dos eventos, associam-se também as realizações desportivas, que têm criado pontos, ocasionais alguns, regulares outros, de atração de fluxos de visitantes e turistas no território europeu. A circulação de aficionados tem seguido as sedes dos Jogos Olímpicos, de inverno e de verão; Campeonatos do Mundo e Campeonatos Europeus de futebol; provas anuais como, no ténis, Roland Garros ou Wimbledon; circuitos de golfe ou campeonatos de atletismo. Acontecem ainda viagens regulares de adeptos de futebol provenientes, por exemplo, da Irlanda, da Escócia ou da Noruega, para assistirem a jogos da *Premier League* inglesa²⁶. Para além dos eventos desportivos, a oferta turística

²⁴ Fundado em 1920, o Festival de Salzburgo, na Áustria, acontece nos últimos dias de julho e durante todo o mês de agosto. Com uma média de 170 espetáculos e cerca de 220 mil bilhetes (em 2005), neste evento decorrem espetáculos dramáticos, de ópera e outras manifestações musicais clássicas e, nos últimos anos, contemporâneas. Com um orçamento, ainda em 2005, de 43,7 milhões de euros, este evento recupera 70,5% desse valor através de receitas próprias, sobretudo de bilheteira. Apesar de não ser fácil distinguir o turismo da cidade de Salzburgo daquele específico para o festival, este acontecimento cultural fez aumentar a afluência de visitantes a este espaço urbano. Nesse ano, o festival teve 263 mil visitantes, vindos sobretudo da Alemanha (44,8%). Os visitantes internos não ultrapassaram os 31%, registando-se ainda a vinda de aficionados do Japão (3,2% do total), dos EUA (3,1%) e da Suíça (3,1%). No total, demonstrando a importância global deste evento, estiveram presentes turistas de 56 nacionalidades. Como prova da fidelidade dos frequentadores deste festival com calendário regular, 80% dos frequentadores tinha já assistido a, pelo menos, 5 festivais anteriores (Larue, 2007).

²⁵ A Capital Europeia da Cultura sucedeu, desde 1999, à Cidade Europeia da Cultura, uma iniciativa da União Europeia que teve início em 1985. A partir dessa data seleciona-se uma cidade para, durante um ano, se promover enquanto centro de produção e mostra de atividades culturais. Ao longo desse período, anos houve nos quais coexistiram mais que uma cidade capital da cultura. Por exemplo, em 2001, foram classificados Porto e Roterdão; e em 2008, Liverpool e Stavanger.

²⁶ Segundo Brunello e Bertinato (2007), os XX^{os} Jogos Olímpicos de inverno *Turim 2006*, para além de movimentarem um número elevado de atletas, treinadores e outros profissionais, tiveram consequências diretas no aumento do fluxo de turistas em toda a região do Piémont. O evento desportivo trouxe pelo menos 20 mil pessoas à cidade (mais de 2500 atletas, 2700 treinadores e

na Europa beneficia de pontos fixos de atração, como ocorre com os clubes de futebol mais emblemáticos, casos do F. C. Barcelona ou do Manchester United. Com estádios abertos a visitas, espaços museológicos e de *merchandising*, estes clubes são o centro de uma tribo global de adeptos, organizados numa lógica de diáspora que faz circular turistas quer durante quer fora dos jogos.

A crescente importância destes setores de atração, sobretudo para o turismo intrarregional, ainda o dominante na Europa, traduz, segundo Palomeque *et al.* (*op. cit.*) um novo modelo da atividade turística neste continente. Este consistirá, ainda segundo este autor, na passagem de uma geografia de frentes e enclaves turísticos para um padrão de maior generalização e difusão espacial da atividade turística, com a progressiva recentralização desta em recursos diferentes dos associados ao turismo *heliotrópico*. Esta gradual diversificação será mesmo uma das mais fortes potencialidades do setor turístico neste continente. O novo modelo do turismo europeu, ainda segundo Palomeque *et al.* (*op. cit.*), resulta também da reconfiguração temporal desta atividade, que consiste na dispersão das atividades recreativas por períodos mais estreitos e mais frequentes, com destaque para as permanências curtas e dispersas pelo ano civil de trabalho, um mercado com crescente importância na Europa, quer no consumo de espaços rurais de baixas densidades quer no turismo urbano.

Conclusão

À escala mundial, a Europa é um centro turístico relevante, tanto na ótica das emissões e das chegadas, como na do turismo interno. Se bem que as projeções futuras desloquem o centro de gravidade da mobilidade turística para a China e para a Índia que, mercê do seu dinamismo económico e da emergente afirmação de uma classe social consumidora, se preparam para recolher uma fatia importante dos fluxos turísticos, a futura geografia mundial do turismo manterá sempre a Europa

acompanhantes, 9400 profissionais dos media e 4000 convidados de patrocinadores). Estes jogos terão motivado cerca de 1 milhão de visitantes provenientes de outras regiões italianas (45%), da América do Norte e outros países europeus, sobretudo do Norte e Leste (55% dos visitantes). Em 2006, relativamente aos valores de há 10 anos, o número de turistas aumentou 93% em toda a região. Mesmo em relação a 2004, verificou-se uma subida de 14,5% nas chegadas e 9,3% nas dormidas.

como um território central e um mercado de referência. As mudanças na geometria económica europeia poderão ter efeitos na alteração dos principais destinos. A desintegração da ex – União Soviética abriu, aos circuitos turísticos, cidades e rotas com importantes recursos patrimoniais. A Europa do Mediterrâneo concentra uma fatia importante dos fluxos turísticos do continente europeu. Contudo, os fluxos turísticos são sensíveis aos contextos, às conjunturas e, por isso, com facilidade, mudam de rumo. No futuro próximo, espera-se que a geografia do turismo do continente europeu revele novas polarizações, sobretudo localizadas no quadrante leste.

Apesar da deslocação de alguma centralidade turística para o continente asiático, a Europa continuará com uma posição de referência na geografia turística global, sobretudo na procura de modelos turísticos alternativos ao clássico turismo balnear. As densidades populacionais mas, acima de tudo, o desenvolvimento humano e a riqueza média produzida dão garantias para a continuidade da Europa como um centro difusor de fluxos turísticos. A diversidade do território europeu; das memórias; dos registos culturais impressos na paisagem; do seu protagonismo em momentos importantes como a formação do sistema mundial após os descobrimentos dos séculos XVI e XVII; as correntes arquitetónicas e artísticas; a Revolução Industrial; em conjunto com a diversidade paisagística, ora continental e montanhosa, ora litoral, são mais-valias turísticas. Aqui, a diversidade viaja entre os horizontes atlânticos mais abertos e os cenários marítimos mais restritos, como o Mediterrâneo, polvilhado de ilhas e recortado por uma costa rendilhada de cabos, penínsulas e outras reentrâncias, na proximidade de ilhas que têm um forte protagonismo turístico. A centralidade turística europeia resulta da sua diversidade e esta está relacionada com a mobilidade e com a fixação. A primeira refere-se à circulação de populações, mercadorias e ideias, a segunda ao desenvolvimento de localismos, hoje recursos importantes nas estratégias de marketing territorial.

Neste processo de afirmação económica e turística dos lugares, a cultura tem um papel importante, na dupla dimensão da cultura identidade e da cultura inovação. A primeira diz respeito aos elementos que marcam a História particular de cada lugar e que foram, por razões a estudar caso a caso, objeto de seleção numa escolha muito marcada por valores ideológicos e, muitas vezes, por interesses políticos. A segunda dimensão, a da cultura inovação, traduz o novo campo das indústrias culturais e das novas tecnologias, áreas que têm sido

determinantes para o crescimento económico global da Europa e para a polarização turística de alguns lugares, como ocorre com os festivais de cinema.

Daqui resulta a importância quer do novo espaço museológico e/ou de afirmação tecnológica, quer dos lugares consumidos enquanto espaços de acontecimentos relevantes para a História da Europa e do Mundo. Nesta centralidade turística da Europa, emerge a cultura e o turismo cultural, sobretudo urbano, como uma matriz central. O protagonismo da Europa nas narrativas históricas dominantes; a rede apertada de centros urbanos e, a jusante de tudo, a densidade de acontecimentos, culturais e desportivos, fazem deste continente um espaço de mobilidades espaciais com propósitos muito particulares, que refletem também as mudanças ocorridas na estrutura social das populações, hoje com mais tempos livres e, acima de tudo, com maior curiosidade, qualidade que é, afinal, a grande motivadora do turismo cultural.

Bibliografia

- Amirou, R. 2000, *Imaginaire du tourisme culturel*, PUF, Paris.
- Appadurai, A. 2004, *Dimensões culturais da globalização: a modernidade sem peias*, Teorema, Lisboa.
- Augé, M. 1998, *Não-Lugares. Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*, Col. Últimas Letras, Bertrand Editora, Venda Nova.
- Ashworth, G. J. & Larkham, P. J. (Ed.) 1994, *Building a New Heritage. Tourism, Culture and Identity in the New Europe*, Routledge, London.
- Ashworth, G. J. & Graham, Brian (Edit.) 2005, *Senses of place: senses of time*, Ashgate, Aldershot, United Kingdom.
- Bohlman, P. 2002, *World Music. A very short introduction*, Oxford University Press, Oxford.
- Brunello, T. & Bertinato, E. 2007, *Étude sur les Jeux Olympiques de Turin – Italie*, Les manifestations culturelles et sportives: de nouvelles opportunités pour le développement des territoires, du tourisme et des entreprises, Groupe Amynos Consultants, Direction Générale Entreprises et Industries – Unité Tourisme, Commission Européenne, Bruxelles.
- Burton, R. 1994, “Geographical patterns of tourism in Europe”, *Progress in tourism, recreation and hospitality management*, vol. 5, Wiley; London.
- Cartier, Carolyn & Lew, Alan A. (ed.) 2005, *Seductions of place. Geographical perspectives on globalization and touristed landscapes*, Routledge, London and New York.
- Choay, Françoise 2008, *Alegoria do património*, Col. Arte & Comunicação, nº 71, Edições 70, Coimbra.
- Diefendorf, Jeffrey M. 1989, “Urban reconstruction in Europe after World War II”, *Urban Studies*, 26, Sage Publications, London.
- Gaspar, J. 2001, „O retorno da paisagem à Geografia. Apontamentos místicos“, *Finisterra*, vol. XXXVI, nº72, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.

- Graham, B. (Editor) 1998, *Modern Europe: Place, Culture and Identity*, Hodder Arnold.
- Haesbaert, R. 2004, *O mito da desterritorialização*, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- Hall, C. M. & Page, S. J. 2002, *Geography of tourism and recreation. Environment, place and space*, Routledge, London.
- Harvey, D. 2002, *The condition of postmodernity*, Blackwell, Cambridge.
- Henriques, E. B. 1996, "Turismo, património e cidade: da revitalização urbana ao risco de manipulação das paisagens", C. Cavaco (ed.), *Turismos e Lazeres*, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.
- Henriques, E. B. 2005, "O centro histórico de Dublin (Irlanda) e a experiência de reabilitação de Temple Bar", *Finisterra*, Vol.XL, nº80, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.
- Hubbard, P. 2005, "Space/Place"; in David Atkinson *et al* (Edit.), *Cultural Geography. A critical dictionary of key concepts*, I. B. Taurus; London and New York.
- Jenner, P. & Smith, C. 1993, *Tourism in the Mediterranean*, The Economist Intelligence Unit, London.
- Joint, P. & Courboun, J.-P. & Pauline, M. & Viau, J.-C. 2000, *La géographie de l'Europe des 15*, Nathan, Paris.
- Kotler, P. & Haider, Donald H. & Rein, Irving, J. 1993, *Marketing places*, Free Press, New York.
- Larue, M. 2007, *Étude sur le Festival de Salzbourg – Autriche*; Les manifestations culturelles et sportives: de nouvelles opportunités pour le développement des territoires, du tourisme et des entreprises, Groupe Amynos Consultants, Direction Générale Entreprises et Industries – Unité Tourisme, Commission Européenne; Bruxelles.
- Linehan, D. & Sarmiento, J. 2006, "As transformações da paisagem irlandesa: o fim da Geografia?", J. Sarmiento, A. F. de Azevedo e J. R. Pimenta (coord.), *Ensaio de Geografia Cultural*, Livraria Editora Figueirinhas, Porto.
- López-Palomeque, F. (Coord.) 2000, *Geografía de Europa*, Geografía; Ariel, Barcelona.
- Lozato-Giotart, J.-P. 1993, *Géographie du Tourisme*, Géographie, Masson; Paris.
- Philo, C. & Kearns, G. (Ed.) 1993, *Selling Places. The city as cultural capital, past and present*, Series Policy, Planning and Critical Theory, Pergamon Press, Oxford.
- Stone, P. R. 2006, "A Dark Tourism Spectrum: Towards a typology of death and macabre related tourist sites, attractions and exhibitions", *Tourism: An Interdisciplinary International Journal* 52(2).
- Tuan, Y.-F. 1980, *Topofilia*, Difel - Difusão Editorial, S.A., São Paulo.
- UNESCO 2005, *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*, Paris.
- UNESCO 2008, *World Heritage List*; in <http://whc.unesco.org/en/list/> (consultado a 7 de fevereiro).
- UNWTO 2007, <http://www.unwto.org>. (consultado a 10 de outubro).
- Walled Towns Friendship Circle 2008, <http://www.walledtowns.com/wtfc> (consultado a 7 de fevereiro).
- WTO 2001a, *Cultural Heritage Tourism Development – A Report on the International Conference on Cultural Tourism*, World Tourism Organization Conference Proceedings, Madrid.
- WTO 2001b, *Global Forecasts and Profiles of Market Segments*, Tourism 2020 Vision, Volume 7, Madrid.

CITYSCAPES – SÍMBOLOS, DINÂMICAS E APROPRIAÇÕES DA PAISAGEM CULTURAL URBANA²⁷

Em grande parte do mundo, as dinâmicas territoriais dominantes têm levado a uma crescente urbanização das populações. Os espaços urbanos concentram as mais fortes densidades demográficas e polarizam os poderes económico, político e simbólico. Em diferentes escalas geográficas, estas aglomerações espaciais, organizadas em redes hierarquizadas, estruturam o espaço político e socioeconómico planetário, organizado a partir do Arquipélago Metropolitano Mundial, expressão de Olivier Dollfus (1998) que se refere ao sistema integrado de cidades com mais forte poder de afirmação, como Londres, Tóquio ou Nova Iorque.

As cidades têm sido nucleares na organização e estruturação de territórios político-administrativos, dos históricos espaços imperiais aos mais recentes Estados-Nação. Por tudo isso, pela sua atratividade e centralidade gravitacional, pelo encontro de diversidade que promovem, mas também pela sua fragmentação interna, as paisagens urbanas são uma complexa realidade cénica, funcional e simbólica marcada por uma multivariada (re) produção do espaço e de diferentes lógicas de poder.

Esta complexidade nega qualquer unidimensionalidade, linearidade e inércia a paisagens urbanas que não se reduzem ao visível e ao mensurável. A cidade é construída ao longo do tempo num processo que, longe de uma estratigrafia perfeita, vai deixando novas inscrições que coexistem ou se sobrepõem a elementos do passado, como os templos cristãos construídos sobre mesquitas em cidades

²⁷ Revisto e atualizado a partir do texto com o mesmo título publicado em *Máthesis* (2009, nº 18, pp.195-214).

da Península Ibérica, como Lisboa, Elvas ou Sevilha. Esta conjugação de cronologias espaciais constitui um dos mais importantes desafios para o ordenamento do território e para o planeamento urbano, aos quais se impõem opções, muitas das vezes com forte conotação ideológica, entre a coabitação, a preservação e o domínio de certas inscrições relativamente a outras. Como refere Hugo Capella (2002) a propósito das paisagens urbanas do Quebeque, a seleção dos valores históricos a preservar não está imune a objetivos políticos: neste caso, a sobrevalorização da memória francófona é um instrumento que reforça as pretensões independentistas da região.

As transformações das paisagens urbanas podem ocorrer a ritmos muito variáveis. Ora mais lentas e quase impercetíveis à escala do ciclo de vida do cidadão, em casos nos quais estas paisagens se vão adaptando aos novos contextos tecnológicos, políticos e socioculturais, ora mais rápidas e abruptas. Estas mudanças mais bruscas, muitas vezes com o recurso à técnica da implosão, acontecem em diferentes circunstâncias e podem deixar marcas absolutas numa cidade, sobretudo quando o processo resulta de decisões descendentes pouco participadas, como ocorreu na cidade de Coimbra em meados do século XX. Com a construção de novas edificações e a transformação do ambiente físico e geohumano da Alta coimbrã, o poder central deixou uma inscrição política no território, um sinal do contexto histórico que confere à paisagem urbana uma forte componente ideológica. Em muitos espaços urbanos, como nas intervenções que Pequim sofreu na preparação da cidade para acolher os Jogos Olímpicos de 2008, alteram-se territórios do passado com arrojados equipamentos futuristas que, neste caso, instrumentalizam a paisagem urbana numa campanha que pretendeu divulgar uma imagem sofisticada e pós-moderna de um país fragmentado e contraditório, a China. Neste diacronismo, o equilíbrio instável entre *pastscales* e *futurescales* pode também sofrer rápidas transformações em contextos como catástrofes ou conflitos bélicos que, em situações agudas, podem levar à destruição e posterior renovação de espaços urbanos. No primeiro caso, a regeneração da cidade de Lisboa após o terramoto de 1755 e de Londres na sequência do incêndio de 1666, são exemplos paradigmáticos. A reconstrução de cidades do centro europeu após a II Guerra Mundial exemplifica a importância dos conflitos militares enquanto fatores de rápida transformação dos espaços urbanos. Em lugares como Desden, na Alemanha, essa reconstrução fez-se em parte pela revisitação da

memória, um revivalismo pela reedificação de construções históricas, o regresso a um passado destruído num momento de agonia da vida da cidade, neste caso os bombardeamentos que, entre os dias 13 e 15 de fevereiro de 1945, desmoronaram parte importante daquela paisagem urbana.

As mudanças cronológicas da matriz paisagística dos espaços urbanos remetem-nos para o conceito de geodiversidade diacrónica, que se refere a um espaço geográfico que, no visível e no não visível, apresenta diferentes padrões em diferentes contextos temporais.

Esta diversidade pode também marcar o espaço urbano por ritmos de mudança mais curtos e, em muitos casos, cíclicos. Enquanto espaço de fruição sensorial ampla (dos elementos visuais aos sonoros ou aos olfativos), a paisagem urbana pode, consoante os contextos topoclimáticos, mudar ao ritmo das estações do ano. Novos sons, novas cores e outras sensações marcam a passagem cíclica da primavera, do verão, do outono ou do inverno nos territórios urbanos. Por exemplo, a cidade de Nova Iorque apresenta, em dezembro, panoramas e vivências diferentes do mesmo espaço urbano noutras épocas do ano. A neve, o frio e as pistas de gelo criam novos cenários, novos padrões cromáticos e outras apropriações do espaço. As estações do ano revelam-se ainda nos ciclos vegetativos dos espaços verdes, sobretudo quando formados por cobertos vegetais de folha caduca. Com a queda das folhas, o outono é, nas paisagens urbanas, um desafio para a gestão do território, pelo que implica de cuidados acrescidos na limpeza dos sistemas de escoamento de águas, mas é também um novo cenário de luz opaca, sombras e dias solares mais curtos, com outras vivências que, neste caso, antecipam um inverno de fruição mais intimista da cidade.

Esta cíclica geodiversidade diacrónica de curto prazo está ainda associada ao ritmo de acontecimentos sazonais que, como a Semana Santa em Sevilha, o Carnaval no Rio de Janeiro ou o Festival de Cinema de Cannes, criam novas paisagens urbanas, novas formas de apropriação e outras vivências. Nas cidades católicas, o Natal cria também novos cenários, com paisagens urbanas agora mais iluminadas, em espaços públicos e privados, em ruas e fachadas de espaços comerciais, com enfeites evocativos da época que dão um tom mais avermelhado e amarelo à cidade e um território sonoro que também muda, pela música natalícia que envolve alguns espaços exteriores mas também pela ambiência sonora que se percebe em espaços comerciais ou que se adivinha em casas de

habitação privada. Nesta época, muitos espaços urbanos cristãos recentram-se em árvores de Natal: símbolos ora de devoção privada e individual, mas abertos à rua por janelas que agora se deixam entreabertas, ora de afirmação pública e coletiva, colocadas em praças e locais de passagem emblemáticos, como a árvore que, nos últimos anos, se tem erguido na Praça do Comércio, em Lisboa, numa lógica que tem tanto de simbolismo religioso quanto de afirmação e marketing, empresarial e do lugar. Com efeito, estas paisagens urbanas natalícias estimulam o consumo privado e criam rotas turísticas para cidades como Nova Iorque, marcada nesta época pela árvore de Natal do *Rockefeller Center*, ou Londres, onde sobressaem as célebres iluminações da *Oxford Street*, ou mesmo, numa outra escala, espaços urbanos mais pequenos localizados em contexto rural, como Elvas (Figura 1).

As paisagens urbanas são também modeladas por outros acontecimentos que, de modo ocasional ou regular, lhes trazem novos coloridos, outras vivências e elementos visuais e/ou sonoros diferentes. Eventos como campanhas políticas, provas desportivas ou espetáculos culturais, constroem cenários ocasionais em paisagens urbanas que identificam o que vai ocorrer, fazem apelos e seduzem e, com isso, vão mudando a fisionomia da *cityscape*, com elementos que hoje se colocam e amanhã, ao ritmo do calendário, se retiram para serem substituídos por outros. Essa informação é veiculada por *outdoors* fixos, por cartazes expostos em paredes visíveis em corredores de circulação ou por ecrãs eletrónicos exteriores que, de modo mais ou menos regular, vão apresentando imagens e signos diferentes, quer de informações gerais, quer de mensagens publicitárias.



Figura 1 – Pormenores da *cityscape* de Elvas, em dezembro de 2006:
um presépio na Praça da República e iluminação numa das
principais artérias do centro histórico, a Rua da Cadeia.

Deste modo, a paisagem urbana é também um espaço de apelo ao consumo. Esta visualidade cíclica marca mesmo alguns espaços urbanos centrais e simbólicos como, mais uma vez em Nova Iorque e Londres, as famosas *Time Square* e *Picadilly Circus*, com imagens noturnas associada aos *placards* iluminados, com cores, motivos e inscrições que mudam com uma regularidade que vai dos poucos minutos até às semanas, quando as informações se alteram, quando muda o cartaz dos espetáculos que ali se promove, quando se renova a publicidade a empresas privadas.

A geodiversidade diacrónica das paisagens urbanas oscila com a variação entre o dia e a noite. As *daylightscapes* e as *nightscapes* estão associadas a diferentes elementos visuais, a diferentes vivências do espaço urbano, a outras personagens que apropriam a *cityscape* e novos elementos que a condicionam: estabelecimentos que abrem de dia e fecham com o fim da luz solar; outros que têm um ciclo de funcionamento inverso e apenas se abrem a públicos, outros públicos, durante a noite, numa sucessão diária à qual correspondem outros consumos e modos de vida renovados (Alves, 2006; Moreira e Santos, 2008). Algumas cidades têm tirado partido turístico dessas paisagens de luzes e sombras, seja pelas vistas iluminadas que se vêem dos cruzeiros que se organizam no Sena parisiense durante a noite, seja pela clandestinidade que se vive no território noturno de centros urbanos como Amesterdão. Na verdade, a iluminação noturna prolongou a vida urbana para a noite e (re) centrou novas sociabilidades na *nightscape*, com mais pessoas mas também com menos riscos, em territórios noturnos mais salubres que contrastam com as paisagens urbanas de escuridão, que alimentaram mitos urbanos como *Jack, the Ripper*, na Londres novecentista.

A *cityscape* está ainda marcada pela geodiversidade sincrónica, com elementos de identificação que diferenciam os lugares entre si. As paisagens urbanas estão polvilhadas por ícones que as diferenciam, que as marcam e as colocam em rotas turísticas - ícones aos quais se associam cidades que assim se representam, por linguagens intertextuais, em indústrias criativas de grande capacidade de difusão, como o cinema, a fotografia, a publicidade ou os simples folhetos de promoção. Assim se associa Paris à Torre Eiffel, Bruxelas ao Maneken Piss ou Pisa à sua torre inclinada.

Esta simbologia é uma marca de identificação mas também um meio de promoção e marketing territorial, fator importante numa lógica global de

concorrência entre cidades, lugares que buscam relevância, poder de atração e elementos de distinção. Esta cartografia de geossímbolos engloba um vasto espectro de elementos aos quais se atribuíram valores de representação, seletiva e simplificada, de cada lugar. Alguns desses símbolos são rugosidades naturais, pormenores físicos da paisagem urbana que, em muitos casos, como o *monte Licabethus*, em Atenas, se distinguem como pontos privilegiados de observação. O enquadramento físico distingue também cidades como o Porto e Viseu, marcadas por uma ambiência granítica, de outras, como Lisboa e Coimbra, espaços urbanos mais abertos e luminosos, facto que muito deve à matriz calcária de parte das suas construções mais emblemáticas.

Outros geossímbolos de distinção e afirmação associam-se a personagens relevantes, como o *The Cavern Pub*, numa Liverpool vinculada à imagem e à biografia do grupo musical *The Beatles*. Muitos destes geossímbolos são obras assinadas por arquitetos que, como a Barcelona de Gaudí, conferem relevância, certificam e promovem o lugar. Noutros casos, estas obras de assinatura superlativa podem inverter trajetórias depressivas de desenvolvimento e estimular novos caminhos, como o *Museu Guggenheim*, assinado por Frank Gehry, uma alavanca essencial para a transição pós-industrial da cidade de Bilbao.

De facto, muitas *cityscapes* vinculam-se a autores, reais ou ficcionados, ou a obras específicas, como a Roma de Fellini ou a Paris de Amélie Poulain. As cidades com imagem mais forte são mesmo caracterizadas ora por paisagens literárias vinculativas, como a Instambul de Orhan Pamuk, ora por paisagens urbanas cinematográficas. Neste caso, Nova Iorque é das cidades mais filmadas e representadas do mundo, facto que testemunha e reforça a sua relevância no contexto da rede mundial de pólos económicos, políticos e culturais: desde que, em 1933, o realizador Merien C. Cooper, na primeira versão do filme *King Kong*, mostrou uma das primeiras vistas panorâmicas da cidade, que Nova Iorque, sobretudo com a paisagem urbana de Manhattan, se tem projetado no mundo enquanto especial objeto de interesse numa rede de indústrias culturais muito vinculadas ao modelo sociocultural e espacial norte-americano. Assim se associa Nova Iorque a realizadores como Woody Allen ou Martin Scorsese ou a séries emblemáticas e com grande poder de (re) construção e difusão de imagens, como o clássico *Hill Street Blues* ou o mais recente *Sex and the City*.

A geodiversidade sincrónica, isto é, a diferenciação dos lugares pela presença de símbolos identificadores, está também associada a elementos de afirmação de poder que, ao longo dos tempos, se plasmaram no espaço urbano. Estas manifestações de poder político, económico e simbólico têm sido promovidas por atores muito diversificados, que vão do Estado, às entidades religiosas e à própria empresa privada. Assim se marcam as *cityscapes* com palácios, edifícios parlamentares, catedrais ou arranha-céus, de design e materiais arrojados, que afirmam e simbolizam o poder de corporações privadas.

Estes elementos simbólicos, alguns nucleares na atual centralidade turística dos espaços urbanos, são com frequência testemunhos espaciais de regimes políticos que, pela *cityscape*, pretendem perdurar na memória e deixar o registo de uma época e de uma liderança política - regimes que se afirmam por obras e se glorificam pelas paisagens urbanas. A *cityscape* parisisense, com a associação da *Pirâmide do Louvre* a François Mitterrand, do *Centro Georges Pompidou* ao presidente homónimo ou do *Museu do Quai Branly* a Jacques Chirac, é um exemplo.

Nas paisagens urbanas, o próprio desenho e a planta das áreas construídas reproduzem não apenas as condicionantes topográficas e tecnológicas de cada momento mas também os contextos históricos e as particulares conceções de poder. Por exemplo, as malhas concêntricas são comuns em cidades modeladas por poderes absolutos, representados por praças para onde as artérias convergem, como a setecentista *Praça da Concórdia*, também em Paris, onde, para a afirmação do poder central de Luís XV, se ergueu uma estátua equestre do monarca, depois derrubada durante a Revolução Francesa, episódio que confirma o espaço urbano como um território de conflito ideológico.

Esta afirmação do poder fez-se também pelo papel dos principais centros urbanos na estruturação e organização do espaço político-administrativo o que, em contextos histórico-geográficos muito particulares, como a Reconquista Cristã, no caso da Península Ibérica, e as Guerras da Restauração, no caso específico português, levou à construção de elementos de demarcação e fragmentação do espaço, como castelos e muralhas. Porém, edificações outrora instrumentos de defesa contra o *outro*, foram incorporadas em paisagens urbanas que agora se abrem ao exterior e se promovem por geossímbolos hoje de atração turística, em muitos casos veiculados por classificações de distinção, como a de Património Mundial da Humanidade, promovida pela Unesco.

O mesmo ocorre com elementos outrora funcionais, como os aquedutos, hoje importantes símbolos nalgumas *cityscapes* de cidades classificadas com o estatuto de Património Mundial da Humanidade, como Segóvia, ou em fase de candidatura, no caso da paisagem urbana do centro histórico de Elvas.

Nas paisagens urbanas, a água e a arquitetura da água são também importantes elementos simbólicos, sobretudo em cidades, como as do Mediterrâneo, condicionadas por um regime climático com um período estival bem demarcado o que explica, em parte, o valor patrimonial das fontes em cidades como Roma, muito simbolizada na *Fontana di Trevi*. A água é também um elemento decorativo muito marcante na (re) qualificação das paisagens urbanas, às quais, com pequenos repuxos ou quedas de água, confere um novo atrativo visual, uma nova sonoridade e um maior aparente conforto, numa ideia nem sempre bem conseguida de encenação de uma natureza que a artificialização deste espaço já mitigou. Com efeito, muitas cidades são marcadas por espaços verdes que, como o *Central Park* em Nova Iorque, são espaços de uso quotidiano na ocupação dos tempos livres e na fruição saudável do espaço urbano mas também lugares de eventos extraordinários, como concertos musicais. Contudo, nas áreas urbanas, a natureza é no geral uma realidade encenada: muitas manchas verdes (como o referido *Central Park*), são espaços artificiais de forte intervenção antrópica. Noutros casos, a natureza é uma simples evocação toponímica (muito comum em áreas de urbanização recente, que adotam nomes de memória rural como o termo 'Quinta') ou uma mera representação visual, com cópias de árvores e outras plantas, com cascatas ou lagos artificiais, em espaços públicos ou privados, como ocorre em muitos centros comerciais.

De facto, a *cityscape* pode ser uma paisagem de evocação e encenação, neste caso, de elementos urbanísticos de outras cidades ou mesmo de iconografias não urbanas. Pela dimensão espetáculo da sua matriz paisagística, Las Vegas é, neste ponto de vista, paradigmática: nesta *cityscape* do Nevada, evocam-se as cidades de fronteira do Oeste norte-americano, representam-se Nova Iorque, Veneza e o Egito, encenam-se paisagens tropicais e desérticas e construíram-se cópias de símbolos urbanos como a parisiense *Torre Eiffel*, numa criatividade que cresceu à medida que esta *gamescape* foi sofrendo a concorrência de outras cidades norte-americanas no negócio do jogo e do casino.

As *cityscapes* têm também sido paisagens de afirmação do poder religioso, que deixa nos espaços urbanos geossímbolos como, no caso do mundo cristão, capelas, igrejas ou catedrais, em estilos artísticos e arquitetónicos como o românico, o gótico ou o renascentista, que circularam e se difundiram em redes de espaços geográficos descontínuos ancorados sobretudo em pólos urbanos. É também pela toponímia: de bairros, ruas, avenidas, praças ou praças que os poderes religiosos têm deixado a sua marca nas paisagens urbanas.

Estes elementos patrimoniais, tal como os edifícios (os arranha-céus) que afirmam o poder de grupos empresariais privados e promovem um determinado modelo de desenvolvimento económico, são marcantes na forma como criam silhuetas de identificação ou *sky-lines*, que diferenciam cidades e lhes conferem personalidade. Em 2001, os atentados terroristas a Nova Iorque tiveram forte simbolismo também porque destruíram elementos emblemáticos da silhueta e da afirmação global desta urbe (Figura 2).



Figura 2 – A city de Londres e, em perspetiva, um dos símbolos da afirmação financeira da cidade: o edifício *Gherkin*. À direita, o *skyline* de Nova Iorque, em Manhattan, onde se destacam as torres do *World Trade Center*, destruídas em 2001.

Esta afirmação de agentes privados, que faz da paisagem urbana um espaço hipervisualizado de sedução e apelo ao consumo, acrescenta símbolos imagéticos e escritos, parte destes deslocalizados por processos globais de difusão por via do *franchising*. Esta estrutura organizativa de promoção de negócios e marcas, torna as paisagens urbanas mais complexas mas também lhes acrescenta elementos que se reproduzem noutras cidades. De facto, a deslocalização de empresas e a sua distribuição em rede por diferentes países e espaços urbanos,

cria iconografias visuais semelhantes em diferentes lugares, o que pode contribuir para uma aparente uniformização e repetição de símbolos e imagens de identificação de conceitos, produtos ou empresas.

Para além do estímulo ao consumo e à adesão a redes de clientes, de bancos ou outras empresas, a hipervisualização que caracteriza muitas das paisagens urbanas pós-modernas tem ainda o objetivo de informar, orientar e impor regras de uso e de circulação no espaço urbano, quer para peões, quer para automóveis – proibição de estacionamento, de circulação numa determinada artéria, limites de velocidade ou obrigatoriedade de circulação num certo sentido, marcas de uma *cityscape* muito condicionada pelo movimento e pelo transporte individual (Sarmiento, 2007).

Nesta paisagem urbana ideológica e política, assistem-se a conflitos de poder, entre o peão e o automóvel, entre os interesses privados e as imposições coletivas mas também entre os grupos dominantes e as (sub) tribos minoritárias. Por isso, o espaço urbano é também uma *cityscape* de contracultura, uma paisagem de manifestação de contrapoder, de contestação, de minorias e subculturas, que se revelam em elementos mais ou menos politizados, como os *graffitis*, ou em eventos ocasionais que, em democracia, marcam muitas cidades, como as manifestações sindicais ou as investidas antiglobalização, que registaram a História recente de cidades como Génova, Nice ou Seattle.

Essa afirmação funcional, política e simbólica de grupos minoritários pode estar também associada à circulação de elementos de identificação através de estruturas migratórias organizadas, como as diásporas. Estas definem-se por um centro difusor, origem a partir da qual divergem as correntes migratórias, e por vértices de acolhimento e receção desses fluxos. Estes dispersam-se por espaços geográficos descontínuos que, apesar da sua diversidade em dimensão e natureza, se posicionam sobretudo em espaços urbanos. Por esta estrutura migratória - um forte instrumento de difusão espacial, circulam pessoas e diversas formas de capital, mas também elementos culturais de identificação como a língua, a religião e outros fatores de filiação, como a gastronomia e a música.

Nesta mobilidade, enquanto fator de reterritorialização dos imigrantes nos lugares de chegada, ocorrem processos de *encenação do centro*, isto é, reprodução de elementos, alguns com forte poder modelador da paisagem, associados ao lugar ('centro') de partida. Estas manifestações têm marcado muitos espaços urbanos, como Lisboa, com a diáspora caboverdiana, ou outras cidades, no caso

da reterritorialização funcional e identitária da diáspora chinesa em *chinatowns*, microterritórios de encenação/reprodução simbólica e funcional da China de origem (Figura 3).

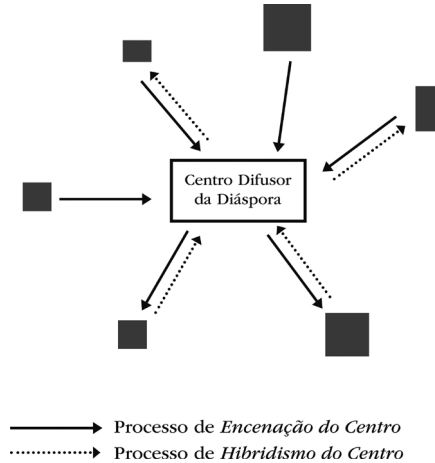


Figura 3 – O processo de difusão numa diáspora e a modificação das paisagens culturais.

Esta estrutura migratória organizada modela ainda as paisagens de partida, uma vez que à *encenação do centro* pode corresponder um processo paralelo mas de sentido contrário, aqui denominado como *hibridismo do centro*. Se é certo que o migrante reproduz e encena, com elementos materiais ou imateriais, o local de origem nas paisagens de chegada, em muitos casos verifica-se também o inverso, isto é, o retorno de elementos identificadores de cada vértice e a sua transposição para a paisagem do local de partida. Assim se modela a paisagem dos lugares de partida com elementos alógenos que servem a afirmação social e identitária de quem emigrou e regressou com aparente sucesso. Na paisagem cultural portuguesa, em áreas urbanas mas também em espaços rurais, esse hibridismo do centro ficou registado por mudanças arquitetónicas com a importação de estilos do Brasil tropical, nos finais do século XIX e primeiras décadas do século XX, e de modelos centro-europeus de construção a partir da década de 60, no âmbito dos ciclos migratórios que marcaram a demografia portuguesa durante o século passado. Para além da arquitetura da habitação, este hibridismo do centro manifesta-se por outros elementos que foram também acrescentando diversidade às paisagens urbanas portuguesas, como as denominações de casas

comerciais, restaurantes ou outros espaços, onde predominam identificações como ‘Restaurante Luso-Francês’, ‘Pastelaria Gallette’ ou ‘Churrasqueira Paris’. Esta prática é comum em regiões com maior taxa de emigração e regressos, com posterior abertura de pequenas e médias empresas, em muitos casos, como em Pombal, na área da restauração e pastelaria.

Com efeito, as paisagens, porque resultam de processos instáveis de construção-destruição-reconstrução, são dinâmicas, heterogêneas e constituídas por elementos diversificados. Essa complexidade comporta elementos materiais e imateriais e faz da apropriação, vivência e percepção da paisagem um exercício multissensorial amplo, desde a visualização ao tato e do cheiro à audição²⁸. Neste sentido, o ambiente sonoro é uma importante componente sensorial na relação com a paisagem, porque condiciona a qualidade de vida mas também porque é assumido, quando associado a manifestações culturais, como fator de afirmação identitária e de marketing territorial. Apesar das expressões artísticas sonoras resultarem de complexas mobilidades de populações, instrumentos e composições, que criam fenómenos de hibridismo e diversificação, muitos estilos musicais, em especial os classificados no género da música tradicional, são associados a lugares específicos. Por isso, a *world music* tem sido um meio de afirmação e marketing de lugares perante fluxos turísticos hoje com maior mobilidade espacial mas também com apetências mais fragmentadas. A Buenos Aires do tango, a Sevilha do flamenco ou o Rio de Janeiro do samba, ao vincularem expressões artísticas a eventos e ambientes urbanos muito particulares, são cartazes de promoção turística de cidades que se procuram afirmar nos fluxos globais do turismo cultural. De facto, as *soundscape*s marcam cidades e identificam-nas. Em Lisboa e em Dublin, o fado e a música folk irlandesa têm forte inscrição em microterritórios como, respetivamente, o *Bairro Alto* e *Temple Bar*, espaços com forte personalidade nas *cityscape*s daquelas duas cidades.

²⁸ Como, a propósito de Lisboa, refere Filomena Mónica (2009, p.42): “(...) a cidade não é só o que se vê. Compõem-na também os cheiros, a sardinha assada na Madragoa, as castanhas de São Martinho, a humidade do Jardim do Torel, o bacalhau salgado da Rua do Arsenal, o café dos estabelecimentos da Rua da Prata, a madressilva de certos quintais, e, às vezes, quando o rio vai cheio ou o vento está de feição, a maresia. Isto para não falar dos ruídos, as campainhas dos ‘elétricos’, o barulho dos carros do lixo quando soa a meia-noite, os travões desesperados dos carros que derrapam nas calçadas de asfalto e, ao longe, o miar dos gatos”.

Na dimensão imaterial das paisagens, às *soundscaapes* juntam-se as *tastescaapes*, paisagens associadas a determinados sabores e valores gastronómicos: neste ponto de vista, os centros urbanos mais cosmopolitas reúnem ofertas gastronómicas globais, dos restaurantes chineses, aos indianos e aos italianos, cada um associado a sabores e pratos específicos, que se juntam às ofertas locais identificadas como símbolos de originalidade, facto que também confere centralidade turística a muitas paisagens urbanas.

Nesta pluridimensionalidade, as *cityscapes* acabam ainda por ser paisagens de celebração, de comemoração de acontecimentos e homenagem a personalidades consideradas relevantes em diferentes momentos e contextos histórico-geográficos.

Numa intervenção com forte conotação ideológica, as paisagens culturais urbanas celebram e fazem o exercício da memória, registando momentos considerados importantes por quem, num determinado contexto, detém o poder. Foi assim que em Portugal se construíram cerca de 80 monumentos aos combatentes da Guerra de 1914-18: monumentos, inscritos sobretudo em áreas urbanas, que evocam o esforço, confortam as famílias e têm função ideológica e de agregação nacional (Galope, 2009). Esta evocação comemorativa dos heróis de guerra é comum em cidades de países que participaram em acontecimentos bélicos relevantes, depois instrumentalizados como momentos de afirmação da identidade e reforço do espírito gregário nacional (Figura 4).

Ainda com o sentido de afirmação da nacionalidade e celebração da memória, nas cidades portuguesas também se inscrevem espaços de evocação da saga dos Descobrimentos, da figura de Camões e, em relação à História contemporânea, da implantação da República e do 25 de Abril de 1974, o que se traduz na apropriação simbólica das paisagens urbanas pela toponímia, pela estatuária ou por elementos como simples inscrições em placas comemorativas. Por isso, Praça da República, Largo 25 de Abril ou Largo Salgueiro Maia são inscrições toponímicas comuns em espaços urbanos portugueses. Assim, os espaços urbanos apresentam também uma componente biográfica: aqui ocorreu, ali viveu, ali morou! Neste ponto de vista, a cidade de Coimbra é uma paisagem de evocação de personagens e figuras, como Zeca Afonso, Miguel Torga ou Manuel Alegre, associadas à universidade, à cultura portuguesa e a momentos considerados relevantes para a contemporaneidade nacional.



Figura 4 – Monumento aos Heróis da I Guerra Mundial, em Coimbra e, à direita, monumento evocativo dos Combatentes das I e II Guerras Mundiais, numa praça central de Sheffield.

É por isso que a paisagem urbana é um espaço simbólico instável que, no extremo, pode levar a um reordenamento toponímico e de estatuária sempre que se verifica uma mudança de regime político. Este facto, o derrube de estátuas, a mudança de nome de pontes, ruas e praças, faz das cidades um palco de confronto ideológico, que pode também justificar alterações na identificação de uma cidade. Esta mudança, comum nos processos de descolonização em África e na Ásia, pode estar associada a uma adaptação toponímica às línguas locais mas tem também o propósito de romper com o passado, pela vontade de autodeterminação de populações e territórios outrora pertencentes a impérios coloniais europeus. É assim que, por exemplo, Lourenço Marques se (re)batizou Maputo e Bombaim assumiu o topónimo Mumbai.

Esta celebração e homenagem a figuras vivas e a personagens do passado materializam-se na importância simbólica de espaços de memória como os cemitérios que, nalguns casos, são importantes lugares de celebração do passado e de atração turística, num fluxo associado ao chamado *Dark Tourism*. Esta centralidade turística do espaço de memória mas também do lugar do acontecimento dramático ou macabro, é um fenómeno crescente e diversificado que tanto ocorre em lugares como o *cemitério Père Lachaise*, como no *túnel de Alma*, em Paris, depois do acidente de automóvel que vitimizou um ícone da época, a Princesa Diana (Stone e Sharpley, 2008).

As *cityscapes* da pós-modernidade, para além de elementos fixos, são também marcadas pela mobilidade, pela velocidade e por elementos móveis, alguns deles

com forte identificação com lugares específicos, como os mais lentos riquexós, em muitas cidades asiáticas, os elétricos em Lisboa, os táxis de Nova Iorque (os *yellow taxi cabs*) e de Londres (os *London black taxis*) ou, ainda na capital inglesa, os autocarros de dois andares *routmasters*. Estes últimos, para além da importância funcional na vida quotidiana da cidade, são meios de promoção e intermediação turística entre os visitantes e as paisagens urbanas. No caso de Londres, os *routmasters* percorrem a cidade em *sightseeing tours* que abrem a paisagem ao turista que, em pouco tempo, ficará com um vislumbre superficial dos mais importantes ícones deste espaço urbano.

Por isso as *cityscapes* estão também vinculadas à circulação, pelo que se confere valor simbólico e icónico a espaços e equipamentos como estações ferroviárias e pontes, de que servem de exemplo a *Estação Nagoya*, na cidade japonesa de Nagoya, e a *Sydney Harbour Bridge*, na cidade australiana de Sydney. A iconografia da paisagem urbana está também modelada pelos pontos de acesso às redes de metropolitanos – escadas que sobressaem na paisagem por elementos de identificação, como o símbolo do *tube* londrino, que acrescenta um importante elemento visual e icónico à *cityscape* da capital inglesa.

O próprio metropolitano e as respetivas redes de estações, mas também os parques de estacionamento subterrâneos, os pisos subaéreos de alguns centros comerciais, ou as redes de catacumbas e refúgios subterrâneos em cidades como Roma ou Edimburgo, conferem às *cityscapes* uma dupla dimensão – horizontal e vertical, esta última englobando tanto a expansão em altura das cidades modernistas e pós-modernistas, como a sua expressão em profundidade, direção na qual também os espaços urbanos se têm expandido.

Entre a verticalidade e a horizontalidade, o passado e o presente, a lentidão e a rapidez, as paisagens culturais urbanas apesar de muito condicionadas pela velocidade, afirmam-se também por símbolos associados à lentidão ou mesmo à paragem: espaços que, nalguns casos, promovem o mais pausado percurso pedestre e, noutros, o encontro, o debate, a sociabilidade da troca e da criação artística. Refiram-se aqui elementos como algumas pontes pedonais, como a *Millenium Bridge*, em Londres, e cafés, alguns com valor patrimonial pela sua vinculação à topobiografia de personagens, como *A Brasileira*, no caso de Fernando Pessoa. Nesta relevância do ponto de paragem e interação, destacam-se igualmente as praças, como a *Cibeles*, em Madrid, que assume valor icónico

relevante também porque ali se celebram as vitórias de um clube de futebol (o Real Madrid) ou, ainda em Espanha, as *Plazas Mayores*, espaços de valor monumental hoje pontos de encontro da *movida* e territórios centrais na *nightscape* de cidades como Salamanca.

Por tudo isto, as *cityscapes* têm sido centrais sempre que se discutem os equilíbrios, os sentidos e o futuro da sociedade humana. As cidades e as paisagens urbanas são protagonistas em obras que problematizam as visões utópicas ou distópicas do futuro da humanidade, como os filmes *Metropolis* (1927), de Fritz Lang e *Blade Runner* (1982), de Ridley Scott. Nestas premonições cinematográficas, como nas *cybergeografias* dos videojogos, é nos espaços urbanos que se projetam receios e se materializam profecias: nestas representações, oscilando entre visões mais pessimistas e profecias mais otimistas, a sociedade futura viverá sobretudo em cidades, em espaços urbanos tecnológicos, automatizados e fragmentados (Crang, 1998; Sarmiento, 2003).

Em suma, as *cityscapes* de ficção científica, como as paisagens urbanas de hoje, confirmam a importância da mobilidade, da difusão e adaptação local de elementos paisagísticos, que fazem dos espaços urbanos lugares complexos e em transformação. O mundo não se encerra em células estanques e a regra é o hibridismo dinâmico, que resulta da ponderação entre o local e o extralocal, entre o lugar e o não-lugar, entre a homogeneização e a afirmação das particularidades, a funcionalidade e a estética, entre o real e o imaginário (Augé, 1998). É por este difícil balanço que se discute agora o sentido do lugar, se problematizam os vínculos e as filiações e os processos de desterritorialização/reterritorialização em espaços urbanos nem sempre à dimensão humana e à escala de uma população com crescente mobilidade espacial e uma matriz identitária mais complexa. Estas *cityscapes* são espaços geográficos de múltiplos territórios e de muitas territorialidades, das apropriações dos turistas aos residentes, daqueles que vivem a cidade sem lá residirem, dos que lá residem sem a viverem em permanência. A paisagem urbana não é, por isso, classificável: porque se vive de modo diferente por cada um, numa fratura que depende da idade, do estilo de vida, da tribo, das pertenças e das filiações.

Bibliografia

- Alves, T. 2006, "Noite: uma geografia de emoções" *Luzboa*; Edição Extra/muros - associação cultural para a cidade, Lisboa.
- Augé, M. 1998, *Não-Lugares. Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*, Col. Últimas Letras, Bertrand Editora, Venda Nova.
- Capella, H. 2002, "On the paths of remembrance in Quebec", *Perspectives on landscape, memory, heritage and identity*, Cultural Study Group, International Geographical Union, Dublin.
- Claval, P. 2007, "Changing conceptions of heritage and landscape", N. Moore and Y. Whelan (Edit.), *Heritage, memory and the politics of identity. New perspectives on the cultural landscape*; Heritage, Culture and Identity Series, Ashgate, Aldershot, England.
- Crang, M. 1998, *Cultural Geography*, Routledge Contemporary Human Geography Series, Routledge, London.
- Cresswell, T. 1999, "Place", Paul Cloke *et al* (editors), *Introducing Human Geographies*, Arnold, London.
- Diefendorf, J. M. (Edit.) 1990, *Rebuilding Europe's bombed cities*, St. Martin's Press, New York.
- Dollfus, O. (1998), *A Mundialização*, Publicações Europa-América, Lisboa.
- Clairee (1999), "Migrations and Diasporas", Paul Cloke *et al* (editors), *Introducing Human Geographies*, Arnold, London.
- Fernandes, J. L. J. 2005, "Imagem e simbolismo dos lugares na problemática do desenvolvimento: o primado da diferença", L. Caetano (coord.) *Território e trajetórias de desenvolvimento*, Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Galope, F. 2009, "O culto da 'Grande Guerra'", *Visão História*, nº 4, Lisboa.
- Haesbaert, R. 2004, *O mito da desterritorialização*, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- Hamnett, C. 1999, "The City", Paul Cloke *et al* (editors), *Introducing Human Geographies*, Arnold, London.
- Maslow, A. 1954, *Motivation and personality*, Harper & Row, New York.
- Mónica, M. F. (2009), *Passaporte. Viagens (1994-2008)*, Aléthea Editores, Lisboa.
- Moore, N. 2007, "Valorizing urban heritage? Redevelopment in a changing city", N. Moore and Y. Whelan (Edit.), *Heritage, memory and the politics of identity. New perspectives on the cultural landscape*, Heritage, Culture and Identity Series, Ashgate; Aldershot, England.
- Moreira, C. & Santos, N. 2008, "Análise espacial das atividades de lazer noturnas em Coimbra", *VI Colóquio de Geografia de Coimbra*, Instituto de Estudos Geográficos, Coimbra.
- Nash, C. 1999, "Landscapes", Paul Cloke *et al* (editors), *Introducing Human Geographies*, Arnold, London.
- Salgueiro, T. B. 2005, "Elementos da morfologia", C. A. Medeiros (Direção), *Geografia de Portugal*, tomo 2 – Sociedade, Paisagens e Cidades, parte IV – Paisagens Urbanas, Círculo de Leitores, Lisboa.
- Salgueiro, T. B. 2005, "Transformação urbana", C. A. Medeiros (Direção), *Geografia de Portugal*, tomo 2 – Sociedade, Paisagens e Cidades, parte IV – Paisagens Urbanas, Círculo de Leitores, Lisboa.
- Salgueiro, T. B. 2005, "A cidade como património", C. A. Medeiros (Direção), *Geografia de Portugal*, tomo 2 – Sociedade, Paisagens e Cidades, parte IV – Paisagens Urbanas, Círculo de Leitores, Lisboa.

- Salgueiro, T. B. 2005, "Segregação e fragmentação", C. A. Medeiros (Direção), *Geografia de Portugal*, tomo 2 – Sociedade, Paisagens e Cidades, parte IV – A Cidade como Espaço de Vida e Lugar de Produção, Círculo de Leitores, Lisboa.
- Sarmento, J. 2003, "Variações sobre o urbanismo pós-moderno", *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, vol.XIX, Porto.
- Sarmento, J. 2007, "Driving through car geographies", *Aurora. Geography Journal*, nº 1, ano 1, Núcleo de Investigação em Geografia e Planeamento, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Guimarães.
- Stone, P. R. & Sharpley, R. 2008, "Consuming Dark Tourism: A Thanatological Perspective", *Annals of Tourism Research*, Vol 35(2), Pergamon, London.
- Tuan, Yi-Fu 1980, *Topofilia*, Difel - Difusão Editorial, S.A., São Paulo.
- Whelan, Y. 2001, "Monuments, power and contested space— the iconography of Sackville Street (O'Connell Street) before Independence (1922)", *Irish Geography*, Volume 34(1), Geographical Society of Ireland, Dublin.
- Whelan, Y. 2003, *Reinventing Modern Dublin: Streetscape, Iconography and the Politics of Identity*, University College Dublin Press, Dublin.

AS PAISAGENS URBANAS ENQUANTO TERRITÓRIOS
TURÍSTICOS E IDEOLÓGICOS – O CASO PARTICULAR
DO SZOBORPARK, EM BUDAPESTE²⁹

“(…) We cannot see landscapes as simply material features. We can also treat them as ‘texts’ that can be read, and which tell both the inhabitants and us stories about the people - about their beliefs and identity. These are not immutable nor inflexible; some parts may be taken-for-granted parts of everyday life, but others may be politically contested. Landscapes are open to struggles over their meanings” (Crang, 1998: 40).

A cidade é um espaço geográfico de múltiplas apropriações simbólicas e funcionais e a paisagem urbana a síntese da sobreposição nem sempre harmoniosa de diferentes territorialidades, de múltiplos agentes, públicos e privados, individuais e coletivos. Por isso, “*a cidade não é um coletivo de vivências homogêneas*” (Abreu, 1998: 86), mas um produto socioeconômico e cultural heterogêneo em constante (re)construção.

As paisagens culturais urbanas têm sido modeladas pela interação entre o Estado e as entidades religiosas, entre estas e as apropriações individuais e privadas, de grupos ou subgrupos de contracultura e contestação, de arquitetos, urbanistas, artistas de rua ou de publicitários, de políticos, empresários e cidadãos anônimos, que encontram na *cityscape* um território de expressão

²⁹ Revisto e atualizado a partir do texto com o mesmo título publicado no livro *Trunfos de uma Geografia Activa* (coord. Norberto Santos e Lúcio Cunha, Imprensa da Universidade, Coimbra, 2011, pp. 211-219).

ideológica, manifestações culturais, celebração, consumo e trabalho, de protesto, resistência e afirmação (Short e Kim, 1999; Mitchell, 2000). As cidades, pela centralidade, pelos fluxos que polarizam, pelo papel estruturador do espaço e da ordem social, têm sido privilegiadas nos processos de legitimação das elites. Nesta tensão, a *cityscape* foi-se construindo por registos assimétricos, proporcionais ao poder de cada ator, o que confere seletividade à memória do espaço urbano, uma memória fragmentada produzida por marcas com visibilidade e durabilidade variáveis (Abreu, 1998). Estas manifestam-se pela forma da cidade e por elementos que conferem dimensão iconográfica à paisagem urbana, como a toponímia, a estatuária ou as placas comemorativas. Para Mike Crang (*op. cit.*), para além da hierarquia de poder, essa iconografia traduz o sistema de valores e os propósitos de quem os inscreveu. Este *city-text* é, por isso, um conjunto variável de elementos urbanos mobilizáveis para a afirmação de quem, em cada contexto histórico, domina ou pretende contestar o domínio da cidade: “*The city-text functions as a system of representations and an object of political identification. (...) Structuring the everyday experience of the city and history through public commemoration, the elements of the city-text relate to the construction of political discourses and identities*” (Palonen, 2008: 220).

Nesta manipulação da paisagem, tanto em regimes totalitários como em sistemas democráticos, o Estado tem tido papel de relevo, construindo territórios pedagógicos de veiculação de valores, mobilização de massas e criação de narrativas comuns que filiem a comunidade a correntes políticas ou agregações coletivas como o Estado-Nação. Este facto confere dimensão política à gestão da cidade - um palco de reinterpretação da História, de leitura seletiva de um passado parcial, descontínuo e manipulável, num complexo jogo de memória coletiva entre a conservação e a destruição, o convívio patrimonial com a herança ou o simples varrer do vestígio histórico que não interessa realçar, numa tensão que desafia as políticas de ordenamento do território e promove a diversidade diacrónica da paisagem (Abreu, *op. cit.*; Fernandes, 2009).

Para além de ideológicos, estes espaços patrimoniais são também territórios turísticos que mobilizam quer os símbolos de inovação quer as iconografias do passado para estratégias de marketing territorial que confirmam, a cada lugar, um espírito único e o privilégio da diferenciação (Avraham e Ketter, 2008). Por isso, estas paisagens ideológicas são também atores na concorrência global

pela captação de agentes em movimento, como novos residentes, investidores ou turistas (Ashworth e Larkham, 1994).

Em todos estes pontos de vista, as cidades da Europa de Leste, na antiga esfera de influência da ex-URSS, são um interessante laboratório de estudo: pelo modo como a política as apropriou e pela forma como a transição para a democracia remodelou a *city-text* ideológica herdada dos tempos do comunismo.

1. As cidades ideológicas de influência soviética

As cidades da área de influência da antiga União Soviética foram modeladas por simbologias pedagógicas de legitimação do poder político. Contudo, na Europa de Leste, não é fácil definir o modelo geral da materialização urbana do comunismo. Primeiro, porque entre a Revolução de outubro de 1917 e a desintegração da União Soviética, estes países acolheram regimes políticos heterogêneos e, segundo, porque apropriaram cidades diferenciadas por fatores como a dimensão, a centralidade, o contexto histórico-geográfico e os níveis de industrialização e urbanização. Apesar disso, esta projeção ideológica apresentou linhas comuns, como a eliminação dos sinais da economia capitalista e a modelação da cidade à imagem do ideal da sociedade comunista em construção. Foi neste contexto que se nacionalizou e fez a gestão centralizada da urbe, o que conferiu ao Estado plenos poderes de intervenção sobre os tecidos económicos e simbólicos desses centros urbanos, preparados para receber massas de mão de obra industrial mas também para promover a celebração e a legitimação ideológica do poder.

Nas *city-texts* de influência soviética repetem-se iconografias como a estrela do Exército Vermelho, laureado pelo papel que, durante a II Guerra Mundial, desempenhou na libertação dos territórios subjugados ao domínio alemão. Para além da valorização das praças e dos arruamentos largos e geométricos – locais de *parades* político-militares de afirmação do regime, como a Praça Vermelha (em Moscovo), procedeu-se à limpeza simbólica do passado, à renovação ideológica da toponímia e à evocação pública, através de placas, baixos-relevos ou estátuas, de personagens relevantes para a construção das sociedades comunistas, como Marx, Engels ou Lenine. Esta construção ideológica promove-se pela escala e pela verticalidade,

que torna o cidadão desproporcionado em relação à generalidade dos símbolos urbanos³⁰. Fiel às teorias hipodérmicas da comunicação de massas, a paisagem urbana seria um instrumento que manipularia recetores apáticos e modelaria uma população passiva (Katz e Lazarsfeld, 1955).

Esta modelação ideológica, com evocações repetidas em vários centros urbanos, deveria criar uma rede de cidades que fosse o suporte funcional e simbólico de um território socialista supranacional, numa estratégia histórica já aplicada na expansão e consolidação de entidades políticas também assentes em redes urbanas, como o Império Romano. À escala internacional, estes espaços reproduzem as estratégias usadas para a consolidação das identidades nacionais: a reinterpretação da História; a agregação da população em torno de uma narrativa comum (neste caso, a veiculada pela Internacional Socialista); a definição de um território com forte identidade e a sua diferenciação com o exterior (o mundo capitalista, entenda-se) (Crang, *op. cit.*). Com estes espaços ideológicos pretendeu-se seduzir através da utopia política, construindo uma *ideascape* de mensagens centralizadas e controlando as restantes esferas que, em sociedades mais permeáveis, condicionam as identidades pessoais e coletivas, como as *mediascapes* e a *ethnoscapes* (Appadurai, 2004)³¹. Esse condicionamento faz-se pelo controlo do espaço público que não é, nestas cidades, um território plural mas sim um espaço de manifestação do poder das elites e de domínio descendente do Estado. Com esta *ideascape* de propaganda também se mudaram os nomes de identificação de alguns lugares, como ocorreu com a atual Sampetersburgo, antes Petrogrado e depois, quando da implantação do regime comunista, Leninegrado (nome que se manteve entre 1924 e 1991). Para além da apropriação de territórios históricos, nesta paisagem ideológica também se criaram cidades novas, como Nowa Huta (na Polónia), construída a partir de 1949 como centro

³⁰ O uso da verticalidade como estratégia de legitimação das elites é também comum nas paisagens urbanas de mercado (veja-se o *sky-line* de muitos centros urbanos) e nas paisagens religiosas (apesar dessa afirmação vertical ter, neste caso, tanto de pedagógico como de aproximação ao 'Céu Divino', como ocorreu com a construção das catedrais).

³¹ Para Arjun Appadurai (2004), as identidades pessoais sintetizam um conjunto de esferas de influência. Cada indivíduo fará uma construção particular de interação entre as *ideascapes*, as *mediascapes*, as *technoscapes*, as *finantioscapes* e as *ethnoscapes* que traduzem influências múltiplas nas identidades pessoais, como os media, a tecnologia, o sistema económico-financeiro e os contactos interpessoais.

de indústria pesada mas também como um espaço de propaganda que reproduzisse as utopias do ideal comunista.

Pela sua permeabilidade, estas *cityscapes* são sensíveis aos momentos de rutura e cortes abruptos que ocorreram após 1989. Este novo contexto desenvolveu outras elites, um novo nacionalismo, novos modos de gestão da cidade e um outro *city-text*³². Neste contexto, como em Sampetersburgo, muitas cidades retomaram antigas denominações. Assim aconteceu com Podgorica (Titograd até 1992, na ex-Jugoslávia) ou Chemnitz, na Alemanha (antes chamada Karls-Marx-Stadt)³³.

Como se verá com o exemplo de Budapeste, o fim dos regimes comunistas foi acompanhado por atitudes muito diferentes em relação ao património soviético inscrito nas paisagens urbanas - da simples remoção e destruição, à patrimonialização destes elementos simbólicos, com objetivos que oscilam entre o revisionismo histórico e a sedução de turistas.

2. A paisagem ideológica de Budapeste e a criação do Szoborpark

Inaugurado em 1993, Szoborpark nasce porque, após 1989, se decidiu preservar os vestígios físicos da paisagem simbólica comunista e reunir esta arte pública num lugar de evocação e memória. Da autoria do arquiteto Arkos Eleod, procurou-se um projeto sóbrio - uma *memoryscape* de interpretação da História da Hungria e não um espaço de propaganda anti ou pró-comunista. Aqui foram colocadas 41 peças (17 estátuas e bustos, 13 placas e 11 monumentos variados de pedra ou metal), agrupadas em três conjuntos temáticos: a evocação do Exército Vermelho e dos heróis soviéticos que libertaram a Hungria da opressão nazi; a celebração de húngaros importantes no movimento operário do país; e, por fim, símbolos alegóricos da amizade entre a Hungria e a União Soviética

³² No caso de Berlim, esta transição está bem representada no filme de Wolfgang Becker *Adeus Lenin!* (2003).

³³ Na verdade, muitas cidades da Europa de Leste alteraram as suas denominações geográficas logo depois do processo de 'Des-Estalinização' que se seguiu à morte de Estaline e ao fim do culto da personalidade deste estadista soviético. Por exemplo, na Rússia, a atual Volgograd chamou-se, entre 1925 e 1961, Stalingrad; Entre 1953 e 1956, Katowice (na Polónia) chamava-se Stalinogród; na Roménia, a atual Brasov recebeu, de 1950 a 1960, o nome de Orasul Stalin.

(Light, 2000 e James, 2005). Para além desta exposição, neste parque intertextual apresentam-se documentos e fotografias e exibem-se filmes de pedagogia ideológica, produzidos entre 1958 e 1988 com o objetivo de preparar os agentes da polícia secreta para a defesa da lei e da ordem comunista. Neste caso, o Szoborpark não proporciona uma experiência de *reality tourism*³⁴ mas apenas a demonstração dos métodos usados na supressão das liberdades individuais. Também neste ponto de vista estaremos perante um espaço de encenação e uma *hyper-realidade* (Eco, 1987).

Localizado em Tétényi (XXII Distrito), o Szoborpark insere-se na tendência geral de exportação de elementos urbanos para a cintura periférica das cidades. Estas peças de arte pública não foram destruídas mas sofreram uma descaracterização simbólica quando se deslocaram dos centros gravitacionais da capital húngara para um espaço menos nobre, encravado em terrenos vazios, na vizinhança de casas dispersas e de rodovias periurbanas.

Para além de lembrar o passado histórico recente, o Szoborpark contribui para a criação de uma narrativa comum e uma memória coletiva de coesão. A criação deste parque insere-se ainda numa corrente de patrimonialização e divulgação turística de *topos* de evocação comunista, em países como a Hungria, a Polónia ou a Alemanha³⁵.

Como refere James (*op. cit.*), enquanto recinto fechado na periferia da capital, Szoborpark tem o simbolismo de aprisionar e confinar o comunismo num reduto longe da vida quotidiana³⁶: com este espaço metafórico, a Hungria liberta-se do domínio soviético e promove a sua viragem a Ocidente, que se concretizou, de facto, com a adesão à Nato (em 1999) e à União Europeia (em 2004).

³⁴ Como ocorre, por exemplo, na Lituânia, onde foram recuperados abrigos subterrâneos do período soviético para que os turistas experienciem a prisão, os interrogatórios e a opressão do regime soviético.

³⁵ Refiram-se, como exemplos, *Nova Huta* (na Polónia), e o *campo de terror de Recsk* (Hungria), até 1953 um lugar de detenção, tortura e trabalhos forçados e, desde 1996, um memorial de evocação. Em Budapeste foi criado o *Museu da Casa do Terror*; em Sighetul Marmatiei (na Roménia), o *Museu para a Memória das Vítimas do Comunismo e da Resistência*; na Alemanha, abriu o *Museu Stasi* e, na capital da República Checa, o *Museu do Comunismo*, este último associado à rota turística da Praga Socialista.

³⁶ O que contraria o propósito da *city-text* soviética, uma constante e persistente imposição de símbolos comunistas na vida quotidiana dos cidadãos.

A criação deste parque também se insere na renovação ideológica da *cityscape* de Budapeste após a queda do muro de Berlim, uma remodelação alvo de tensões entre diferentes grupos políticos e níveis de poder, dos locais aos nacionais, que disputaram o controlo do espaço urbano da capital (Palonen, *op. cit.*) – *“In Budapest over three hundred streets, squares, and parks were renamed. Designations such as Trator Street, Red Army Road, and November 7th Square were dropped, often in favor of their presocialist names honoring monarchs or saints: Hungarian-Soviet Friendship Park became Old Hill Park; Socialist Brigade Park became New Hill Park. Place names commemorating communist heroes were reinscribed with allusions to the 1956 revolution: Zoltan Schonherz Road became October 23 Road, and Elek Bolgar Square became Imre Nagy Square”* (James, *op. cit.*: 22).

Foi nesse ambiente de discussão que a paisagem simbólica de Budapeste regressou à evocação de um passado suprimido no período comunista. Na nova capital celebra-se a grandeza da “Grande Hungria” e do Império político que dominou territórios como a Transilvânia, hoje integrada na Roménia. Em Budapeste, como noutras cidades da Europa de Leste, esta nova paisagem iconográfica ganha uma conotação nacionalista, o que se entende face a uma História recente de instabilidade das linhas de fronteira e forte mobilidade espacial da população, muitas vezes promovidas pela própria União Soviética.

Apesar da dissonância entre os diferentes partidos políticos, recuperou-se a celebração da revolta de 1956³⁷, primeira tentativa de derrube do regime comunista e, de facto, o início de um ciclo de contestação e libertação que, na Europa de Leste, se completou em 1989 (Palonen, *op. cit.*).

Já em período de negociações para adesão à União Europeia, sobretudo depois da vitória da direita política nas eleições nacionais de 1998, voltou a dar-se centralidade à simbologia cristã, em especial a que evoca Saint István – monarca coroado no ano 1000 D.C., que terá criado a nacionalidade húngara e direcionado a Hungria para Ocidente. É neste contexto de rompimento com o passado comunista e abertura a Oeste que Budapeste confere centralidade à

³⁷ A conflitualidade em redor da celebração de 1956 ficou visível nos confrontos ocorridos na Praça Kossuth (perto do Parlamento) e noutras áreas da capital húngara, em outubro de 2006, no dia em que se comemoravam os 50 anos dessa insurreição de trabalhadores contra a opressão comunista.

evocação das vítimas do Holocausto Nazi, expresso nalguns elementos simbólicos desta cidade³⁸.

Património Mundial desde 2002, a Praça dos Heróis, que celebra o nacionalismo húngaro novecentista, é um dos elementos centrais na renovação simbólica de Budapeste. Sob a imagem do Arcanjo São Gabriel, símbolo do catolicismo romano que se difundiu nesta área, celebram-se reis e outros heróis da História húngara, como Árpád e os cavaleiros das sete tribos magiares que se fixaram na bacia dos Cárpatos um milénio antes da inauguração deste espaço monumental, em 1896.

A reconfiguração do Monumento da Libertação foi também elucidativa sobre o processo de remodelação da paisagem ideológica de Budapeste. Com 14 metros de altura e localizado no topo da colina Gellert, este monumento foi esculpido por Zsigmond Kisfaludi Strobl já no período soviético (em 1947), para comemorar a derrota do exército nazi. Na atualidade, mantém-se o conjunto mas, a figura do soldado soviético que existia na versão original foi removida para o Szoborpark: deste modo, celebra-se a derrota nacional-socialista mas oculta-se o contributo do Exército Vermelho para essa libertação.

Para além da componente ideológica, lugares como Szoborpark são também territórios turísticos, no geral procurados por estrangeiros mas também por locais, apesar do ressentimento que alguns sentem pela História recente, como apurou Duncan Light (2000) a propósito da patrimonialização de sítios do regime de Ceausescu, na Roménia. Szoborpark é promovido por desdobráveis distribuídos em hotéis e postos de turismo, por um site próprio e por referências em portais turísticos da cidade. Desde a sua inauguração, tem recebido uma média próxima dos 40 mil visitantes anuais, uma pequena fração dos 2,5 milhões que, em 2008, entraram em Budapeste (2,1 milhões dos quais foram estrangeiros) e dos 7,5 milhões que visitaram toda a Hungria (Tourism Office of Budapeste, 2009). Repartidos entre visitantes nacionais e estrangeiros, entra-se em Szoborpark com motivações e posturas muito diversificadas, do interesse cultural e de interpre-

³⁸ Como, por exemplo, o renovado Museu Judaico, construído na casa de nascimento de Theodor Herzl; ou o monumento de Gyula Pauer e Can Togay, inaugurado a 16 de abril de 2005, nas margens do Danúbio (em Peste) – sessenta pares de sapatos distribuídos por uma distância de 40 metros, que representam os judeus abatidos e lançados ao rio num episódio ocorrido durante o período nazi.

tação histórica, ao turismo de entretenimento registado em fotografias digitais depois divulgadas em páginas pessoais na internet. Aqui acorrem húngaros para mostrar o passado aos filhos; estrangeiros que querem regressar aos tempos da cortina de ferro e ter uma visão do que se escondia por detrás do muro; aqui também afluem estudantes de Arquitetura, História e História de Arte³⁹. Em termos turísticos, o parque é mais um elemento da afirmação internacional de uma Budapeste promovida pelo cosmopolitismo; pela centralidade de uma *cityscape imperial*, sobretudo depois da atribuição, em 1987, do estatuto de Património Mundial aos centros históricos de Buda e de Peste; e pela particular relação da cidade com o Danúbio, rio com forte imagem romântica⁴⁰.

3. Notas finais

Este texto abordou o modo como as paisagens urbanas veiculam narrativas que procuram condicionar comportamentos, modos de pensar e valores. Contudo, estas paisagens são contestadas e resultam da tensão instável entre vários agentes, locais e extralocais, como ocorreu depois da difusão do socialismo soviético na Europa de Leste após a revolução de 1917, que criou uma rede de *cityscapes* modeladas por elementos com forte visualidade que expressam conceções ideológicas e utópicas.

A análise deste estudo de caso abre caminho a um outro olhar sobre as cidades portuguesas, sobre a forma como estas paisagens urbanas foram disputadas e inscritas por regimes e momentos políticos como a monarquia, a implantação da república, a democratização de 1974 ou a adesão europeia em 1986. Demonstrando que a apropriação ideológica da paisagem urbana não é exclusiva da Europa de Leste, também as *cityscapes* portuguesas foram alvo de disputas e legitimação dos poderes. Neste caso, o Estado Novo é um objeto de estudo pertinente, pelo modo como se expressou pelo desenho urbano, pela

³⁹ Informações recolhidas no local e confirmadas por dados publicados em <http://www.szobor-park.hu/> (consultado a 16 de novembro de 2009).

⁴⁰ Esta imagem do Danúbio deve muito às suas representações em expressões artísticas como a música (recorda-se o célebre *Danúbio Azul*, de Johann Strauss filho, de 1867) e a literatura (como o livro *Danúbio*, de Cláudio Magris, de 1986).

arquitetura, pela estatuária ou pela toponímia. Esta territorialização doutrinária apropriou e glorificou personagens que engrandeceriam a nacionalidade portuguesa, como o Infante D. Henrique, Vasco da Gama ou Luís Vaz de Camões, autor de uma narrativa épica coletiva – *Os Lusíadas*, com forte expressão toponímica na paisagem cultural portuguesa. Com esta afirmação nacional criaram-se espaços iconográficos, como a Belém da Lisboa *Imperial*, onde se realizou a Exposição do Mundo Português, em 1940, mas também onde, com o Centro Cultural de Belém, se celebrou a adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia (CEE). Também em Portugal se promoveram patrimonializações com leituras parciais e fragmentadas da História, valorizando-se, por exemplo, em diferentes momentos, mais os espaços e as personagens da reconquista cristã que o passado de influência islâmica; mais as guerras peninsulares de restauração da nacionalidade que os territórios e as mobilidades de contacto que, ao longo do tempo, se construíram na fronteira luso-castelhana. Também neste país as concepções ideológicas da paisagem foram apropriadas pelo turismo, como no Portugal dos Pequenitos, um espaço de doutrina e de união simbólica do ‘mundo português’, uma paisagem pedagógica que une o que está distante, tornando os lugares mais familiares e o *Império* mais próximo, exequível e legitimado - o que foi um lugar de doutrina é agora, em democracia e num contexto pós-colonial, um espaço de lazer e um elemento da paisagem turística da cidade de Coimbra.

Szoborpark, para além de remeter para a análise de outros estudos de caso, demonstra que a cidade apropriada pelo turismo não é uma paisagem fechada e estática, mas sim um território de doutrina construído em circunstâncias de múltiplas contestações culturais e político-ideológicas. Quanto ao turista, é apenas mais uma personagem de todas as que apropriam, constroem e modelam o espaço geográfico.

Bibliografia

- Abreu, M. de A. 1998, ‘Sobre a memória das cidades’, *Revista da Faculdade de Letras. Geografia*, I Série, Vol. XIV.
- Appadurai, A. 2004, *Dimensões culturais da globalização*, Teorema, Lisboa.
- Ashworth, G. J. & Larkham, P.J (editors) 1994, *Building a New Heritage. Tourism, Culture and Identity in the New Europe*, Routledge, London.

- Avraham, E. & Ketter, E. 2008, *Media strategies for marketing places in crisis*, Butterworth-Heinemann, Elsevier, Amsterdam.
- Crang, M. 1998, *Cultural Geography*, Routledge Contemporary Human Geography Series, Routledge, London.
- Cristea, G. N. 2008, 'On Maps, Abused Virgins and Nations: Anti-Communist Memorial Museums in Hungary and Romania', *NaMu (Making National Museums) IV*.
- Eco, U. 1987, *Travels in hyper-reality*, Picador, London.
- Fernandes, J. L. J. 2009, 'Cityscapes – símbolos, dinâmicas e apropriações da paisagem cultural urbana', *Máthesis*, nº 18.
- James, B. A. 2005, *Imagining Postcommunism. Visual Narratives of Hungary's 1956 Revolution*, Texas A&M University Press, College Station.
- Katz, E. & Lazarsfeld, P. 1955, *Personal Influence*, The Free Press, New York.
- Light, D. 2000, 'An Unwanted Past: contemporary tourism and the heritage of communism in Romania', *International Journal of Heritage Studies*, Vol. 6, No. 2.
- Light, D. 2000, 'Gazing on communism: heritage tourism and post-communist identities in Germany, Hungary and Romania', *Tourism Geographies*, 2(2).
- Light, D. & Nicolae, I. & Suditu, B. 2002, 'Toponymy and the Communist city: Street names in Bucharest, 1948–1965', *Geojournal*, 56.
- Mitchell, D. 2000, *Cultural Geography. A critical introduction*, Blackwell Publishers, Malden.
- Palonen, E. 2008, 'The city-text in post-communist Budapest: street names, memorials, and the politics of commemoration', *Geojournal*, nº 73.
- Short, J. R. & Kim, Y.-H. 1999, *Globalization and the city*, Pearson/Prentice Hall, Edinburgh.
- Tourism Office of Budapest 2009, *Tourism in Budapest*, Budapest.

(Página deixada propositadamente em branco)

TERRITÓRIOS TURÍSTICOS, PAISAGENS E MEMÓRIAS
DO HOLOCAUSTO – CASO PARTICULAR DO *CAMPO*
PRISIONAL E DO GUETO DE THERESIENSTADT,
NA ATUAL REPÚBLICA CHECA⁴¹

1. O turismo, as paisagens culturais e a evocação
do sofrimento e do macabro

Pelas suas características de organização em rede, a atividade turística envolve um crescente número de atores e tem assumido uma gradual importância na (re) modelação da imagem dos lugares e na definição de planos de afirmação estratégica em múltiplas escalas geográficas, de pequenos territórios de matriz rural aos grandes centros urbanos. Neste jogo concorrencial, ganham protagonismo agentes que, num passado não muito longínquo, não se adivinhavam com a importância que agora possuem. Enquanto atores de um dos mais importantes canais de circulação e reprodução global de diferentes formas de capital, do financeiro ao humano, os turistas, os gestores e empresários turísticos são figuras relevantes num mundo agora mais imprevisível e sujeito a mudanças mais rápidas. Na atualidade, é difícil identificar e localizar com precisão os principais centros mundiais de poder económico e político. Esse núcleo de decisão será uma entidade difusa e móvel constituída ao mesmo tempo por unidades territoriais e por atores que se movimentam no espaço em estratégias multiterritoriais nem sempre fáceis de cartografar. Estes incluem também os decisores e planificadores

⁴¹ Revisto e atualizado a partir do texto com o mesmo título publicado nas *Atas do V Congreso Turismo y Desarrollo* (Eumednet, Universidad de Malaga, 2011, 20 pp.)

da atividade turística. A opção por investir mais neste lugar e menos naquele, de orientar os fluxos turísticos mais num sentido e menos noutro, de organizar projetos mais ou menos permeáveis aos contextos locais de implantação, assume destacada relevância na distribuição geográfica quer das mais-valias quer das externalidades desta atividade económica.

Porque se alargou a espaços geográficos longínquos e menos acessíveis, como o Sahara, a Amazónia, os Himalaias ou a Antártida; porque se expandiu apropriando o espaço na sua dupla geometria horizontal e vertical – são importantes as atividades turísticas de altitude, como o *trekking* de montanha e o alpinismo, mas também de profundidade, como a espeleologia e a caça submarina; porque tomou a paisagem na sua multidimensionalidade, valorizando-lhe a estética visual mas também as vertentes sonoras (*soundscales*), olfativas (*smellscales*) e gustativas (*tastescales*); porque se democratizou e alargou a sua influência para as classes médias de um número crescente de países, com rápida difusão nos novos mercados dos países emergentes; mas também porque se diversificou e alargou para faixas demográficas que vão das crianças e dos adolescentes aos idosos, cada grupo agora considerado um alvo preferencial dos gestores e um potencial consumidor, o turismo é hoje uma atividade em rápida expansão geográfica, socioeconómica e cultural. Este alargamento implica novos desafios. Pela sua centralidade estratégica, o turismo coloca-se no centro do debate político.

Esta expansão tem-se associado à diversidade, vista no duplo sentido da oferta e da procura. Aumentou o número de turistas em circulação e estes apresentam agora perfis mais heterogêneos. Ultrapassado o monolitismo do turismo de massas dos célebres três *S's* (*Sand, Sea and Sun*), seguindo paradigmas diferentes como o *Novo Turismo*, o *Turismo Cultural* ou o *Turismo Criativo*, a procura é hoje mais fragmentada, as práticas turísticas menos alinhadas por fluxos uniformizados de massas e as paisagens do turismo mais diversificadas (Richards e Wilson, 2006).

É nesse sentido que tem aumentado a procura de paisagens pelo que estas evocam e simbolizam. Um lugar afirma-se pelos equipamentos que possui, pela estética, pela materialidade que se mostra quando ali se chega. Esta perspetiva é, contudo, estreita face ao que hoje se busca. O território é cada vez mais sentido e apropriado como espaço de vivências e narrativas. Mais que a morfologia da paisagem expressa pelas cores, pelas expressões visuais da natureza ou pelas matérias da ação humana, os lugares ganham importância porque se associam

ao passado e à memória de acontecimentos e personagens. Os lugares ganham centralidade topobiográfica porque ali ocorreu algo, ali nasceu alguém relevante, ali passaram férias algumas celebridades, ali faleceu uma outra personagem. Também não é indiferente se, neste ou naquele lugar, foi rodado algum filme ou escrita uma obra literária, foram registadas estas ou aquelas fotografias, foi pintado um quadro famoso. É neste sentido que os lugares têm tirado partido de personagens como fotógrafos, escritores, pintores ou cineastas. É certo que o espaço poderá ter influenciado os traços de obras criativas mas é também importante analisar como, neste contexto pós-moderno de incessante procura de identidades de distinção, cada lugar territorializa as representações que antes terá inspirado. Por territorialização entenda-se o ato de se assumir uma obra criativa, patrimonializando os espaços que a terão suscitado. Aqui se incluem os que se associam à biografia pessoal (topobiografia) do autor ou, se for esse o caso, como na literatura e no cinema, à trajetória desta ou daquela personagem.

Vivem-se tempos contraditórios e paradoxais, facto que se reflete na procura turística, também esta contraditória, paradoxal e diversificada. Num contexto de maior insegurança e de multiplicação de medos, a sociedade reaproxima-se do passado e, num “*frenesim patrimonial e comemorativo*”, sustenta uma vaga memorial de fundo (Lipovetsky e Charles, 2011: 89). Esta construção patrimonial da paisagem confere espessura ao espaço geográfico, regista acontecimentos, celebra momentos históricos, comemora vidas de heróis reais ou fictícios e densifica lugares que, deste modo, se levantam da indiferença.

Estas *memoryscapes* e as respetivas estratégias de patrimonialização passam também pela relevância da ocorrência macabra, pela vida não do filantropo mas do anti-herói, do vilão que rouba, perturba a ordem social ou, no limite, assassina e deixa um rasto de sangue. Neste sentido, a paisagem é a materialização da memória de um contexto que deixou marcas negativas como um acidente, um regime repressivo, atos isolados ou sistemáticos de violação dos direitos humanos e de crueldade. Os acontecimentos passam mas a atmosfera da sua ocorrência continua a marcar paisagens.

Estas representações territoriais associadas à face sombria da vida humana individual ou coletiva podem apresentar um duplo sentido. Por um lado, expressam construções ideológicas e políticas, escolhas seletivas de acontecimentos

e personagens que reforçam os poderes instituídos e sustentam metanarrativas abrangentes. Por outro, este reforço simbólico da paisagem vai ao encontro das novas procuras turísticas. Neste contexto de fluxos turísticos mais segmentados e de nicho, o *Dark Tourism* (Stone, 2006) sintetiza um conjunto diversificado de práticas e lugares associados a acontecimentos ofensivos da vida e da dignidade humana mas evoca também a memória de personalidades históricas consideradas relevantes, memória de quem continua vivo mas também dos que já desapareceram e deixaram no corpo sepultado um objeto de culto. Por isso os cemitérios são centrais nesta categoria turística.

São muitos os lugares que, no passado, estiveram associados ao drama e ao sofrimento. Todavia, para Gregory Ashworth (2004), nem todos são passíveis de patrimonialização e relevância turística. Para este autor, a afirmação deste património dependerá de múltiplos fatores: a maior ou menor identificação do turista com os protagonistas destes eventos, em especial as vítimas; a relação das atrocidades cometidas com sistemas político-ideológicos de domínio de um grupo sobre outro; a raridade ou a larga escala e dimensão relevante do acontecimento e, por último, a proximidade temporal ou a larga divulgação da ocorrência por veículos como a educação e as indústrias culturais, como sucede com o tráfico de escravos africanos entre os séculos XVI e XIX e, como se verá adiante, o Holocausto judaico durante a II Guerra Mundial, como também se comprova em Spargo e Ehrenreich (2010). Para Ashworth (*op. cit.*: 96), *“The Holocaust of the Jewish people in Europe from 1933-45 as a culmination of a much longer persecution, and the pursuit of the Atlantic Slave Trade from the sixteenth to the nineteenth centuries, have both the necessary multimillion-scale and multcentury longevity. Both are memorialized through many specific sites, occurrences and individuals and both have powerful contemporary implications for personal and group identities and for political nation and state building. Both are currently used in part for tourism although tourism was not, and remains not, the main motive for heritage interpretations in either case. Finally both were world scale, long term, systematic, top-down impositions of injustice and oppression from one large group of perpetrators upon another equally group of victims. Identification is thus so widespread in practice that it may be extended to include all humanity in one way or another. We are thus all involved whether as tourists or not”*.

Esta patrimonialização pode ocorrer *in situ*, isto é, no lugar efetivo do acontecimento ou, pelo contrário, *ex situ*, num espaço deslocalizado de representação, como um museu. Campos de batalha, prisões, lugares de acidentes, túmulos e cemitérios, espaços museológicos de diversa natureza ou memoriais, fazem parte desta geografia do macabro, da violência e/ou da celebração/comemoração. Para Philip R. Stone (*op. cit.*), a diversidade destes lugares pode sistematizar-se entre os espaços *Light* e os espaços *Hard*. Os primeiros encontram-se associados a uma exibição ligeira, descontextualizada e encenada do macabro para fins de entretenimento, como algumas narrativas do fantástico representadas em parques temáticos (Figuras 1 e 2). Os segundos englobam lugares de evocação direta e contextualizada de acontecimentos históricos comprovados. Se no primeiro caso teremos um turismo sombrio de entretenimento familiar em paisagens plastificadas, no segundo caminha-se para paisagens simbólicas de evocação pesada orientada por grupos étnicos e político-ideológicos específicos, como os campos de concentração da II Guerra Mundial no leste europeu ou os espaços do Apartheid na África do Sul (Ashworth, *op. cit.*).



Figura 1 (esquerda) – Imagem exterior de uma casa assombrada, no parque temático Eurodisney (Paris). Figura 2 (direita) – Espaço museológico evocativo do macabro, do mundo subterrâneo e de figuras fantasmagóricas, em Praga (República Checa).

A procura destes territórios tem sido fomentada pela cobertura das indústrias culturais e criativas, em áreas como o cinema, a televisão e o jornalismo. O acompanhamento noticioso dos acontecimentos mais mediáticos (como as mortes de Diana de Gales, em 1997, e de Michael Jackson, em 2009), o documentário histórico ou o filme de evocação deste ou daquele contexto histórico, como

a Inquisição e o Holocausto, a escravatura e a guerra, suscitam curiosidades e criam públicos. Contudo, a visita a lugares como, por exemplo, o castelo de Edimburgo ou a Torre de Londres, não sugere o mesmo sentimento em diferentes visitantes que não interpretam no local as mesmas narrativas nem valorizam os mesmos parâmetros de observação (Foley and Lennon, 2000). Aos que veem estes edifícios como meras peças de arquitetura militar, acrescentem-se os que leem os personagens e os acontecimentos que ali ocorreram; àqueles que interpretam estes monumentos como instrumentos de afirmação política, somem-se os que focam sobretudo a violência que ali terá ocorrido. Na verdade, à variedade de espaços que invocam narrativas dramáticas e de morte, corresponde a diversidade dos olhares e da procura. Para Ashworth (*op. cit.*: 95), *“These encompass many motives (...) from a pilgrimage of penance and repentance for an assumed complicity (a ‘mea culpa tourism’), through a quest for identity (‘roots tourism’), a less personally engaged search for knowledge, understanding and enlightenment (‘edutourism’), a social mission to shape more desirable or responsible future (‘lest we forget’ or ‘never again tourism’), to much darker and less socially acceptable emotions where gratification is obtained from violence and suffering, becoming in its extreme from a ‘sodomasochistic pornographic tourism’*. Numa síntese possível, estes fluxos turísticos de nicho podem dividir-se em três grupos (figura 3).

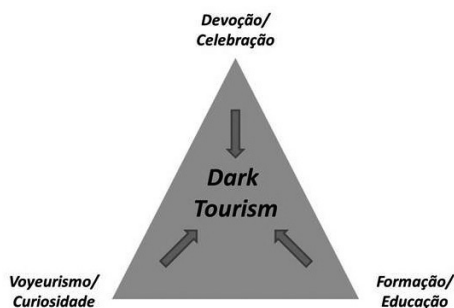


Figura 3 – Segmentação da procura no turismo alternativo do macabro e do drama (*Dark Tourism*).

Os lugares da dor e da violência são procurados por turistas que o fazem por devoção, celebração ou comemoração. Em muitos casos seguem filiações

e correntes de devoção tribais. Assim se visita o túmulo de Jim Morrison, no cemitério Père Lachaise, em Paris ou, ainda no mesmo local, os restos mortais de Edith Piaf. Este mesmo sentimento acompanha parte dos turistas que visitam a Mansão Graceland, antiga residência e local de sepultura de Elvis Presley, em Memphis. Como se verá mais adiante, incluem-se nesta categoria os grupos de turistas judeus que visitam lugares evocativos do Holocausto ocorrido durante a II Guerra Mundial. Nestes fluxos étnicos, promovem-se filiações de diáspora e evocam-se acontecimentos de relevância coletiva. Como refere Ashworth (*op. cit.*: 363), “*Victims may use atrocity heritage for a deliberate fostering of group cohesion, place identification or ideological legitimation. The memorability of atrocity simply makes it a powerful instrument for those who identify themselves as victims*”.

A visita a lugares evocativos de acontecimentos dramáticos pode ainda ocorrer por curiosidade, por voyeurismo, pelo simples prazer de ali se ter estado, de ali se ter registado o momento numa fotografia. Neste grupo incluem-se ainda os turistas que ocupam tempos de lazer e entretenimento, em lugares considerados por Philip R. Stone (*op. cit.*) como a versão *light* do turismo do macabro. O percurso turístico por espaço associados à morte, ao sofrimento e à violência incluem-se também na ampla categoria do turismo cultural. Procuram-se espaços que evoquem acontecimentos e contextos histórico-geográficos. Visita-se o Coliseu de Roma e imaginam-se as lutas de gladiadores para se entender o Império Romano, como se visita a Ilha de Goreia, ao largo da costa do Senegal para se compreender a escravatura. Neste sentido, alguns lugares de drama e sofrimento podem ser espaços pedagógicos de formação para a cidadania e salvaguarda do futuro.

Na verdade, na apropriação turística destes lugares podem coexistir leituras individuais e coletivas, estas últimas seguindo filiações históricas, de nacionalidade, étnicas ou religiosas, que se alimentam de fatores patrimoniais de coesão. Estas leituras coletivas seguem também agregações de natureza pós ou hipermoderna, como as que unem os seguidores de um clube ou os admiradores de um filme, uma atriz ou um cantor. Por isso, estes serão lugares de reflexão, para uns, de emoção, para outros, de entretenimento, para outros ainda, facto que cria dificuldades de gestão e orientação estratégica dos mesmos e potencia riscos, como a apropriação lúdico-comercial e a excessiva mercantilização destes espaços. Este risco é tanto maior quanto menor é a identificação entre os visitantes, as

vítimas e os agressores, questão importante sobretudo no denominado, ainda seguindo a terminologia de Stone (*op. cit.*), *dark tourism hard*. Esta questão pouco se coloca na vertente *light* desta tipologia turística, precisamente porque esta se organiza para um turista-consumidor, como ocorre no citado exemplo de alguns parques temáticos que mais não fazem que brincar com a morte e a violência encenadas.

2. Turismo e patrimonialização da II Guerra Mundial no continente europeu

A proximidade temporal da II Guerra Mundial e a sua associação ao passado de gerações ainda vivas; o constante debate deste momento histórico, considerado relevante para a compreensão do mundo contemporâneo, o que justifica a centralidade desta matéria nos programas escolares; a sua frequente representação no cinema, na literatura ou na televisão e a localização europeia de alguns dos acontecimentos mais marcantes deste conflito bélico, fazem da Europa um importante território de memória das ocorrências vividas entre 1939 e 1945. Esta tendência de patrimonialização tem-se cruzado, no que à Europa de Leste diz respeito, com a entrada de países, regiões e cidades no jogo dos mercados turísticos concorrenciais, sobretudo depois da queda do Muro de Berlim, em 1989. Desde então, estes antigos territórios da esfera de influência soviética têm buscado uma redefinição identitária e procurado fatores de relevância geográfica.

É também neste sentido que se deve entender a classificação de espaços que recordam o comunismo, desde museus icónicos a antigas prisões ou cidades criadas e planificadas pelas estruturas centrais. Esta rede de lugares tem-se associado a uma nova tipologia turística, o *Communist Heritage Tourism* (ou *Red Tourism*), que envolve múltiplas procuras, que vão da simples curiosidade ao interesse da análise política de um passado muito recente e que marcou grande parte do século XX e da Guerra Fria (Ivanov, 2009; Light, 2000a e 200b).

A patrimonialização dos lugares associados à II Guerra Mundial segue a mesma linha, com a diferença que, no leste europeu, estas *memoryscapes* podem ter

antecedido a queda dos regimes comunistas. Mesmo no período pré-1989, celebrou-se a memória deste conflito não como cartaz turístico mas com o propósito de valorização do papel libertador do Exército Vermelho que, vindo da ex-URSS, travou o domínio nazi e desmantelou, naquela frente, o domínio da Alemanha de Hitler. Como ocorreu com Terezin, que a seguir se apresentará, estes lugares foram espaços de propaganda e pedagogia dos valores idílicos e utópicos do comunismo de inspiração soviética.

Noutro registo, em Budapeste, ao longo de 300 metros na margem esquerda do Danúbio, próximo do parlamento húngaro, um memorial constituído por um conjunto de 60 pares de sapatos modelados em ferro e bronze segundo estilo dos anos (19)40, relembra os judeus assassinados e depois lançadas ao rio durante o regime fascista da II Guerra Mundial (Figura 4).



Figura 4 – O memorial *Sapatos sobre a margem do Danúbio*, em Budapeste, inaugurado em 2005 e criado por Gyula Pauer e Can Togay.

Esta evocação, hoje um dos pontos de interesse turístico na capital húngara, é um dos vértices da extensa rede de lugares que, por um lado, patrimonializam a II Guerra Mundial e, por outro, homenageiam as vítimas do Holocausto, em especial as de origem judaica. Desta rede fazem parte museus, memoriais de diversa natureza e paisagens simbólicas, como alguns cemitérios. Estes espaços de memória ocupam um lugar central neste turismo alternativo e nas políticas de identidade e afirmação política às quais estas celebrações se associam. Neste caso, não se trata de cemitérios que, como o Père Lachaise (em Paris),

se podem denominar de *personalidades*, espaços simbólicos que ganham relevância pela identidade personalizada das celebridades que ali jazem. Tal como ocorre com o sepulcrário militar, em Colleville-sur-Mer (na Normandia, França), onde repousam os corpos de milhares de militares norte-americanos mortos em combate, neste tipo de cemitérios, que se poderão denominar de *acontecimentos*, mais que as personagens individuais, homenageia-se o grupo e o contexto histórico.

Também nesta linha se patrimonializam campos de batalha, como em Arnhem ou nas Ardenes, e lugares simbólicos como as praias da Normandia, espaços que se abrem ao denominado *battlefield (ou war) tourism*, mais uma categoria de nicho integrada no turismo de drama e sofrimento (Ryan, 2007).

Esta memorialização tem o seu epicentro num espaço urbano europeu. A cidade de Berlim, lugar central da II Guerra Mundial, do Holocausto e da Guerra Fria e ainda palco de um dos acontecimentos que marcou a Geografia Política europeia contemporânea (a queda do Muro, em 1989), tem-se reconvertido, requalificado e simbolicamente remodelado (Stangl, 2008). A recente aposta na arquitetura, na criatividade e num ambiente cosmopolita faz-se sob uma matriz urbana de acontecimentos e celebrações, na qual se inclui a *memoryscape* evocativa do nazismo, da II Guerra Mundial e do Holocausto. Na Berlim da pós-modernidade relembra-se a fragmentação da cidade e do continente europeu depois de 1945, patrimonializando-se elementos como fragmentos do Muro que separou este território urbano, algumas torres de vigia e uma das passagens, o célebre Checkpoint Charlie. Também em Berlim se localizam espaços de celebração de resistentes ao nazismo, como o memorial de Dietrich Bonhoeffer; se preservam paredes cravejadas de balas e estátuas danificadas durante os combates entre as tropas de Hitler e o Exército Vermelho; se identifica o lugar onde se erguia a chancelaria de Hitler, um complexo desenhado pelo arquiteto do Terceiro Reich Albert Speer e que incluía o refúgio onde o líder nazi terá sido morto; se identificam edifícios da Gestapo; se patrimonializa a Bebelplatz, onde, no dia 10 de maio de 1933, as SS e alguns grupos hitlerianos de juventude, inspirados pelos serviços de propaganda de Joseph Goebbels, queimaram cerca de 20 mil livros de, entre outros, escritores proscritos como Karl Marx, Thomas Mann, Erich Maria Remarque, Ernest Hemingway, Stefan Zweig e Jack London, judeus ou não, mas todos considerados uma ameaça à ideologia nacional-socialista. Esta cons-

trução simbólica do espaço urbano passou também pela paradoxal destruição de lugares que correriam o risco de serem apropriados como santuários do movimento neonazi, como ocorreu com a prisão de Spandau, localizada em Berlim Ocidental e demolida em 1987 depois da morte do último prisioneiro, Rudolf Hess. Nesta cidade foram criados o Museu Judaico, de Daniel Libeskind, aberto ao público em 2001, e o Memorial do Holocausto, com arquitetura de Peter Eisenman, inaugurado em 2005, sessenta anos depois do fim da II Guerra Mundial. É assim que Berlim se torna um dos centros de atração de um *turismo de filiação, memória e diáspora*, sobretudo da população judaica. Esta cidade faz parte de uma rota de grupos que, vindos dos EUA e de outras regiões, celebram a sua identidade, homenageiam as vítimas e os antepassados e promovem a coesão interna da rede de judeus dispersos por diferentes países.

Este turismo de memória, filiação ou diáspora tem o seu *hotspot* nos campos de concentração do complexo Auschwitz-Birkenau (na Polónia) que, em 2009, recebeu cerca de 1 milhão e 300 mil visitantes⁴². Património Mundial desde 1979, estas *traumascapes* de alojamentos, câmaras de gás e crematórios simbolizam a violência e atraem turistas que ali se dirigem com diferentes motivações, distribuídos pelos três vértices referidos na Figura 3 (Tumarkin, 2005). Para Peter E. Tarlow, (2005: 48), *"This spot symbolizes the pinnacle of European dark tourism. Here in this small Polish town, the victims are counted by millions. Now history reaches the surreal and mixes with it to become postmodern madness. Just as in Europe's battlegrounds or at its monuments, the past gives way to the present. The visitor may photograph grounds and buildings that have known the agony of death, but modern visitors see only life. (...) Some come to pay their respects, others come out of curiosity or because it is the thing to do. The agony of history becomes a tourism attraction once again"*.

Em muitos casos, os turistas associam a visita a Auschwitz-Birkenau com a passagem pelo distrito de Kazimierz, gueto de concentração e confinamento de população judaica em Cracóvia, durante a II Guerra Mundial. Há muito visitado por judeus dos EUA e de Israel, este destino ganhou especial importância depois

⁴² Valor publicado no site oficial destes antigos campos de concentração, em <http://en.auschwitz.org.pl/> (consultado no dia 18 de junho de 2010).

de representado no filme *Schindler's List*, realizado por Steven Spielberg em 1993 (Ashworth, 2002).

186

3. O caso do Campo prisional de Theresienstadt (Terezín), na atual República Checa⁴³

Na atualidade com 3121 habitantes⁴⁴, a cidade de Terezín localiza-se numa superfície aluvial entre os rios *Ohře (Eger)* e *Labe (Elba)*. Implantada num corredor estratégico entre Dresden e Praga, faz parte do Distrito de Litoměřice e localiza-se 60 km a norte da capital checa, nas proximidades da fronteira com a Alemanha (Figura 5).



Figura 5 – Localização geográfica de Terezín,
na República Checa e países envolventes.

Com origem numa obra militar do século XVIII, Terezín é composta por duas fortalezas, uma mais pequena e outra maior, a denominada fortaleza principal onde, no interior, foi crescendo a cidade. Construído durante o conflito entre

⁴³ Os dados factuais e as estatísticas nesta análise de caso foram ou recolhidas no local ou retirados das obras Terezín Memorial (2009), Monument Terezín (2003) e Terezín Memorial (Vários anos).

⁴⁴ Dado recolhido em <http://www.statnisprava.cz/>, consultado a 19 de junho de 2011.

o Império Austro-Húngaro e a Prússia, este é um lugar com passado associado à guerra como posto avançado para a defesa do vale do Elba, da Boémia e da capital Praga. Depois do fim do conflito com os prussianos, esta cidade planejada adquire alguma centralidade civil mas logo, na fortaleza mais pequena, se cria um presídio. Neste longo historial como cárcere, assinala-se o aprisionamento do estudante sérvio Gravilo Princip, autor do assassinato do Arquiduque Francisco Fernando, em Sarajevo, episódio que despoletou o início da Guerra Mundial de 1914-18, durante a qual também o pequeno forte de Terezín foi usado como prisão da monarquia dos Habsburgos (Figura 6).

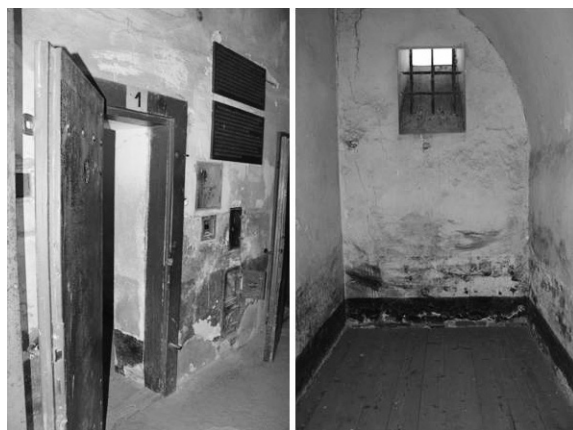


Figura 6 – Cella prisional de Gravilo Princip, associado ao assassinato do Arquiduque Franz Ferdinand ocorrido em 1914, na cidade de Sarajevo.

Em 1940, após o avanço de Hitler sobre a atual República Checa e a declaração do Protetorado alemão da Boémia-Morávia, a Gestapo instalou um campo prisional na pequena fortaleza de Terezín, depois da invasão renomeada com o topónimo germânico *Theresienstadt*. Este espaço prisional faz parte de um triângulo de lugares de repressão, constituído por outros dois vértices: o campo de concentração de Flossenbürg e um anexo deste, perto de Litoměřice. Na política de germanização dos territórios ocupados, as prisões, os campos de extermínio e toda a máquina de terror foram instrumentos fundamentais na estrutura ideológica do regime.

Neste espaço de encarceramento em Terezín foram presos, torturados e executados judeus e outros grupos perseguidos pelo Terceiro Reich, como membros da resistência e de movimentos comunistas, estudantes subversivos e todos os que, de algum modo, se opuseram à Alemanha hitleriana. Para aqui foram enviados diplomatas, cientistas, escritores e músicos mas também cidadãos comuns; checos mas também polacos, alemães da oposição e, entre outros, vítimas dos antigos países da ex-União Soviética. Em 1944 estariam na pequena fortaleza cerca de 2000 presos. No fim da guerra, em 1945, esse valor ascendia a 5550. No total, pela prisão da pequena fortaleza terão passado 27000 homens e 5500 mulheres, facto que obrigou, entre 1940 e 1945, à sucessiva construção de novos alojamentos no interior do espaço abaluartado. Os surtos de doenças infecciosas como a desintéria e o tifo; uma dieta alimentar deficiente; trabalhos árduos estendidos por períodos de 10 a 14 horas, dentro e fora do forte – na manufatura de roupas, em minas, na construção de linhas de caminho de ferro ou de fossos defensivos; a tortura, a crueldade dos guardas e as execuções, fizeram da pequena fortaleza de Terezín um antro de elevada taxa de mortalidade.

Depois do conflito, este território de memória dos dramas e do sofrimento que acompanharam a II Guerra Mundial tornou-se um lugar de peregrinação. Ainda em 1945, os corpos das vítimas foram exumados e sepultados no Cemitério Nacional, na entrada da pequena fortaleza. Mais que o nome específico de cada pessoa enterrada, este espaço constitui o exemplo de um cemitério de acontecimento atrás referido, até porque uma parte dos corpos ali sepultados permanece com identidade desconhecida (Figura 7). Logo em 1947 foi criado o Memorial do Sofrimento Nacional, depois renomeado em 1964 como Memorial Terezín. Para a modelação desta memoryscape, têm colaborado especialistas, académicos e uma rede de instituições que representam as vítimas. Esta congregação de interesses foi importante quando, em 2002, parte significativa deste património foi destruído por uma inundação, risco ao qual Terezín é sensível dada a sua localização aluvial. O próprio governo da República Checa, que dá suporte financeiro ao Memorial, envolveu-se na recuperação dos estragos desta ocorrência, que afetou tanto a pequena como a fortaleza principal.



Figura 7 – Esquerda, a Estrela de David e o Cemitério Nacional.
Direita, a entrada na fortaleza pequena.

Na atualidade, este espaço mostra-se nas exposições museológicas que exibem objetos e filmes alusivos aos acontecimentos; nas celas de isolamento; nos cubículos que, com uma superfície limitada, enclausuravam grupos de prisioneiros excedendo em muito a lotação prevista; nos muros de fuzilamento e no recanto onde ocorreu um enforcamento; nos aposentos dos oficiais mas também nas salas de acolhimento e de interrogatório dos presos recém-chegados; nos túneis de circulação dos militares mas também nos serviços de enfermaria que não conseguiram contrariar a doença e a morte.

Foi na principal fortaleza, onde hoje se localiza a cidade e reside a população de Terezín, que o regime hitleriano delimitou, em 1941, o gueto judaico. Ponto de trânsito para outros campos prisionais ou de concentração, na ex-União Soviética e na Polónia, por este espaço terão passado cerca de 150 mil homens, mulheres e crianças, provenientes da Boémia e da Morávia, mas também da Alemanha, da Áustria, dos Países Baixos, da Dinamarca, da Hungria e da Eslováquia. Antes de 1940, a população de Terezín rondava os 7000 habitantes. Durante o conflito, a demografia ascendeu a valores entre os 30 e 40 mil residentes. Em dezembro de 1942 a cidade atingiu o seu valor máximo – mais de 58 mil pessoas, numa área de 10,5 ha. Espaço de desterritorialização, confinamento espacial e enclausuramento coletivo, também aqui a supressão dos direitos humanos, a violência e a morte se inscreveram na narrativa do lugar. Calcula-se que cerca de 25% dos deportados aqui terá perecido, facto que justificou a construção de um crematório. Entendendo a desterritorialização, seguindo Rogério Haesbaert (2004), enquanto

limitação de movimentos, supressão de liberdade e confinamento das opções territoriais, o gueto de Theresienstadt expressa um sistema disciplinar extremo, uma muralha que envolveu um espaço sobrelotado com condições dramáticas de subsistência, alojamento e higiene.

Terezín foi também um espaço de simulação quando, em 1944, se preparou e encenou o gueto para uma visita do Comité Internacional da Cruz Vermelha. Para iludir o mundo e negar o sobrepovoamento, deportaram-se residentes para campos como Auschwitz; criaram-se espaços verdes; simularam-se instalações médicas e sanitárias; encenou-se uma vida urbana de qualidade com espaços públicos de encontro e convívio, cafés e escolas. Como complemento, produziu-se um filme de encenação daquele que seria um modelo do modo como o regime hitleriano deslocou mas, ao mesmo tempo, devolveu um espaço livre e de qualidade à comunidade judaica. Depois das filmagens desta paisagem falsa, a maior parte dos figurantes foi deportada para Auschwitz.

É a memória deste espaço e das narrativas que lhe dão densidade e espessura que agora se abre ao turismo e à visita de culto. Um museu judaico na antiga escola, os arruamentos do gueto, os lugares clandestinos de prática religiosa, os aposentos de judeus deportados e recém-chegados, o crematório, o cemitério judaico, o memorial ao Exército Vermelho libertador, são alguns dos elementos espaciais que narram atrocidades.

Este espaço de múltiplas narrativas é, desde a época comunista, um centro de atenção e visita embora nem sempre pelas mesmas razões. Após a importância pedagógica enquanto paisagem de glorificação do comunismo e da intervenção libertadora do Exército Vermelho, que ali levou gerações de jovens educados no regime de inspiração soviética, Terezín emerge como centro turístico de memória da II Guerra Mundial e do Holocausto. Como se refere numa publicação institucional (MONUMENT TEREZÍN, 2003, p. 64), *“La vocation du Monument Terezín est avant tout de rappeler la mémoire des victimes de l’occupation nazie et la souffrance des prisonniers des appareils de répression de Terezín et Litoměřice. Il a pour mission de prendre soin de ces lieux de mémoire, liés à ce chapitre tragique de notre histoire moderne”*. Sendo possível a realização de visitas guiadas em diferentes idiomas, nessa apresentação não se escondem as atrocidades associadas aos lugares visitados. Pelo contrário, a violência que marcou este território de confinamento e desterritorialização

é uma narrativa central no discurso de divulgação turística e pedagógica de Terezín⁴⁵.

Numa rota que pode também incluir Praga, o número de visitantes, nacionais e estrangeiros, tem revelado valores consistentes em torno dos 200 mil anuais, diversificando-se entre jovens, adultos, judeus e não judeus, checos, polacos, alemães e israelitas, entre outros. Em 2010, a fortaleza pequena recebeu 212630 visitantes e o museu judaico, na fortaleza principal, 145057. Em termos de valores acumulados, entre 2002 e 2010, a antiga prisão da Gestapo recebeu 1981203 visitantes e o museu 1329987. No primeiro caso, 77,9% dos visitantes foram estrangeiros. No segundo, esse valor ascendeu a 75%, proporção que evidencia a importância deste lugar em redes alargadas de turistas e visitantes (Figura 8).



Figura 8 – Esquerda, cartaz de orientação turística, onde é visível a estrutura espacial do memorial, dividido entre a fortaleza pequena e a fortaleza principal.

Direita, imagem atual de uma rua do antigo gueto.

⁴⁵ Esta atmosfera de horror é amplamente divulgada pelos materiais oficiais e não oficiais, diretos e indiretos, de promoção turística do lugar, como se pode verificar pelo texto que acompanha a divulgação de Terezín no site de viagens fodors.com (em <http://www.fodors.com/>): *“Just the word Terezín (Theresienstadt in German) immediately recalls the horrors of the Jewish Holocaust for Czechs. As the main Nazi concentration camp in Bohemia, Terezín held much of Prague’s large prewar Jewish population during the war. It wasn’t a death camp in the way that Auschwitz was—though in the end, very few of the tens of thousands of Jews transported there survived the war. (...) Through 1944 and 1945, as the Nazis’ war effort soured, the masquerade of their benevolence in Terezín was dropped. Train transports to Auschwitz and other death camps to the east were stepped up to a rate of several a week. (...) The shock in visiting Terezín today is that it’s pretty much remained the same. To their credit, Czechs have done very little to dress it up for visitors. You’re free to walk the town’s run-down streets and imagine what it must have been like to be held prisoner there. It’s dark, depressing, and at the same time, profoundly engrossing”.*

Por outro lado, Terezín continua a ser ponto de convergência de estudantes, voluntários, artistas e outros que, seguindo o trabalho do Departamento de Educação, participam em múltiplas atividades que envolvem seminários, cursos, concertos ou exposições temporárias e/ou permanentes.

Este memorial organiza atividades de cooperação em rede com organizações de vítimas, outros museus e memoriais à escala internacional, como o Museu Estatal Auschwitz-Birkenau, o United States Holocaust Memorial Museum (em Washington), a Casa Anne Frank (em Amsterdão) ou o New York's Museum of Jewish Heritage. De facto, enquanto território de relação com o passado, a um grupo e a um acontecimento, este é um dos lugares de filiação identitária da comunidade judaica mundial. Terezín participa numa rede global de lugares e instituições que suportam uma identidade coletiva e de diáspora. À entrada da fortaleza pequena levantou-se uma Estrela de David, um traço de identificação étnica que predomina e se impõe, apesar de este ser um lugar de múltiplas vítimas não judaicas.

Quanto à cidade em si – a sua escassa centralidade, a atual baixa densidade demográfica de uma população maioritária não judaica de *commuters* que, apesar de ali residirem, trabalham no exterior, sobretudo em Litoměřice e Praga, dão a Terezín uma particular atmosfera de excesso de passado, um lugar tranquilo mas que regista acontecimentos pretéritos ainda presentes. Neste caso, a fortaleza, o Holocausto, o gueto, a prisão nacional-socialista e todos os acontecimentos associados à II Guerra Mundial absorveram o lugar, dando-lhe alguma relevância turística mas não lhe abrindo as portas do futuro. Numa visita a esta cidade, sente-se e respira-se o passado mas a dinâmica da contemporaneidade parece estar ausente. Numa primeira perceção, nota-se um espaço lento e de memórias, uma cidade que transporta o drama mas que se encolhe perante o presente. Ali se comemoram dias nacionais e internacionais de homenagem às vítimas da Alemanha hitleriana e se recordam os horrores do passado, mas também naquele lugar se celebra a libertação e o nacionalismo checo. O turismo, fluxo envolvido nesta trama complexa, mais que um fator de desenvolvimento local, é uma forma de ancorar este lugar a um passado que, tendo sido violento, persiste no tempo. Como refere um visitante num blogue de viagens, *“I would not say this is a must see for everyone, only for those who are willing to see and hear the truth and accept human failings”*⁴⁶.

⁴⁶ Citação retirada do site <http://www.travelblog.org/Europe/Czech-Republic/>, consultado a 21

4. Considerações Finais

Prevenção e reconciliação, são estes os fundamentos do *Turismo de Holocausto*. Em sentido lato, o turismo não é apenas uma atividade económica ao encontro do lazer e do bem-estar mas um sistema que apropria lugares espessos com um passado, uma narrativa e uma atmosfera de atrocidades e sofrimento. Mais que a transformação insustentável de paisagens, como ocorreu com a massificação do lazer balnear em muitos lugares do mundo, o turismo faz parte de um complexo sistema de julgamento da História, aprisionamento do passado e defesa de um futuro que se deseja mais pacífico. Ainda sem um corpo teórico sedimentado, a apropriação turística do horror é apenas uma variável entre as múltiplas envolventes políticas e ideológicas que atravessam espaços mais pesados pela memória da violência. Terezín, pela patrimonialização *in situ* destes acontecimentos; pela ausência de equipamentos turísticos pós-modernos que acrescentem espetáculo às narrativas existentes e pelo trabalho pedagógico envolvido, aproxima-se da paisagem de memória e turismo *bard* citados por Stone (*op. cit.*). Esta cidade faz hoje parte de uma rede global de filiação da diáspora judaica. Também aqui, invocando o passado, a República Checa afirma a sua nacionalidade e independência. Na perspetiva local, o peso da História marca a cidade. Esta submete-se aos acontecimentos pretéritos e simplifica-se à imagem estereotipada da prisão e do gueto, ocorrências do passado que marcam o presente e que Terezín transportará para o futuro.

Bibliografia

- Ashworth, G. J. 2002, "Holocaust Tourism: The Experience of Kraków-Kazimierz", *International Research in Geographical and Environmental Education*, vol.11, nº 4, pp.363-367.
- Ashworth, G. J. 2004, "Tourism and the Heritage of Atrocity: Managing the Heritage of South African Apartheid for Entertainment", T. V. Singh (Edit.), *Tourism Seeks New Horizons: Strange experiences and stranger practices*, CABI Publishing., Wallingford.
- Foley, M. & Lennon, J. 2000, *Dark Tourism. The Attraction of Death and Disaster*, Cengage Learning Business Press, Stamford.

- Haesbaert, R. 2004, *O mito da desterritorialização*, Bertrand Brasil; Rio de Janeiro.
- Ivanov, S. 2009, "Opportunities for developing communist heritage tourism in Bulgaria", *Tourism Review*, Vol. 57 No 2.
- Light, D. 2000a, 'An Unwanted Past: contemporary tourism and the heritage of communism in Romania', *International Journal of Heritage Studies*, Vol. 6, No. 2.
- Light, D. (2000b), 'Gazing on communism: heritage tourism and post-communist identities in Germany, Hungary and Romania', *Tourism Geographies*, 2(2).
- Llipovetskyl, G.; Charles, S. (2011), *Os tempos bipermodernos*; Edições 70; Lisboa. Llipovetskyl, Monument Terezín (2003), *Terezín. Lieux de souffrance et d'héroïsme*; Terezín. Richards, Greg & Wilson, Julie 2006, "Developing creativity in tourist experiences: A solution to the serial reproduction of culture?", *Tourism Management*, 27.
- Ryan, C. (Ed.) 2007, *Battlefield Tourism: History, Place and Interpretation*, Elsevier Science, Amsterdam.
- Spargo, R. C. & Ehrenreich, R. M. (Ed.) 2010, *After Representation? The Holocaust, Literature, and Culture*, Rutgers University Press, New Brunswick.
- Stangl, P. (2008), "The vernacular and the monumental: memory and landscape in post-war Berlin", *Geojournal*, nº73.
- Stone, P. R. (2006), "A dark tourism spectrum: Towards a typology of death and macabre related tourist sites, attractions and exhibitions", *Tourism: An Interdisciplinary International Journal*, vol. 54, nº. 2.
- Tarlow, P. E., 2005, "Dark Tourism. The appealing 'dark' side of tourism and more", Marina Novelli (Ed.), *Niche Tourism. Contemporary Issues, Trends and Cases*; Elsevier, Amsterdam.
- Terezín Memorial (2009), *Terezín. Small Fortress. 1940-1945*, Terezín.
- Terezín Memorial (Vários anos), *Annual Reports*, Terezín.
- Tumarkin, M. 2005, *Traumascapes: The power and fate of places transformed by tragedy*, Melbourne University Press, Melbourne.

INDÚSTRIAS CULTURAIS, REPRESENTAÇÕES DE LUGARES
E MARKETING TERRITORIAL – O CASO PARTICULAR DO
CONTINENTE AFRICANO EM *O FIEL JARDINEIRO*,
DE FERNANDO MEIRELLES (2005)⁴⁷

1. As indústrias culturais e as representações do território

O desenvolvimento tecnológico tem acelerado os fluxos e construído um mundo mais instável e imprevisível, com estratégias locais de afirmação que passam quer pela cooperação em rede, quer pela competição entre populações e espaços geográficos. Este mundo em movimento assenta sobretudo na crescente mobilidade de agentes ativos de desenvolvimento, com percursos que condicionam a circulação de capital económico, financeiro e humano. De entre esses agentes devem destacar-se, pela sua importância, os turistas, os investidores/empresários e os imigrantes (ou novos residentes). A competitividade entre os lugares passa pela sua afirmação política mas também pela forma como seduz e capta estes fluxos diversificados de agentes. Essa persuasão implica um conjunto complexo de técnicas de marketing territorial, um processo estrutural por etapas que passa por um posicionamento estratégico ajustado e inovador e, por exemplo, por valores relevantes, como a posição geográfica, a qualidade ambiental ou a boa rede de serviços de apoio às populações e às empresas. Para esse objetivo não será suficiente a construção e divulgação de um logótipo e a associação desse lugar a uma imagem mediática. Pelo contrário, o marketing

⁴⁷ Revisto e atualizado a partir do texto com o mesmo título publicado nas *Atas do Congresso SOPCOM/Ibérico* (Universidade Lusófona, Lisboa, 2005, pp. 3581-3601).

territorial deve implicar um trabalho holístico de fundo, associado a uma visão de longo prazo. Daí a sua ligação ao planeamento estratégico (Kotler *et al.*, 1993; Avraham e Ketter, 2008).

Esta afirmação implica instrumentos como o ordenamento do território, a gestão das atividades económicas e dos recursos humanos ou, a jusante de tudo, a (re) construção e divulgação de uma imagem atrativa e sedutora. Nessa divulgação recorrem-se a diferentes códigos de linguagem, desde a escrita à visual e à sonora. Contudo, a imagem (interna e externa, isto é, respetivamente, o autoconceito dos residentes e as perceções dos agentes alógenos) depende, ao mesmo tempo, quer de campanhas diretas e formais organizadas para este efeito, quer de fontes dispersas e informais, mas não por isso menos poderosas e consequentes, que apropriam, (re) constroem e difundem imagens de determinados lugares.

As estratégias formais de marketing territorial são definidas para diferentes circunstâncias e ajustadas a cada uma em particular. Nalguns casos, organizam-se campanhas para dar visibilidade e afirmar a identidade de lugares até então pouco reconhecidos e com imagem global débil, facto no geral associado ao seu fraco protagonismo mediático, político ou económico. Noutras, pretende-se manter e consolidar uma imagem já antes positiva e atrativa mas que, em contextos de forte instabilidade e concorrência, deve ser reforçada; noutras circunstâncias, deseja-se recuperar a visibilidade positiva de um lugar que passou, por exemplo, por uma crise de insegurança social ou ambiental cuja gravidade poderá afetar a atratividade desse espaço, facto especialmente relevante para alguns territórios turísticos, em especial aqueles que vivem do segmento sol e praia, uma categoria turística pouco especializada e fácil de encontrar noutros lugares; noutros casos, as campanhas visam a diversificação da imagem de lugares que estão demasiado vinculados a um único eixo de identidade. Nestas campanhas, pretendem-se atenuar ou inverter estereótipos e redirecionar vocações, apelando a mercados mais abertos e variados, condição importante para atenuar crises setoriais e atingir um nível de maior resiliência.

Estas campanhas estão associadas à comunicação, daí a importância da escolha dos agentes difusores, da definição da mensagem e da opção por determinados públicos-alvo. Todavia, entre a realidade, a representação dessa realidade, a perceção da mesma e os comportamentos que daí derivam, existe

uma longa e complexa cadeia, nem sempre linear, que é condicionada por um conjunto diversificado de filtros condicionadores, individuais ou coletivos (Figura 1).



Figura 1 – O processo e as etapas entre a representação, a percepção do lugar e o comportamento dos agentes recetores da mensagem (adaptado de Rio, 1996).

A relação entre a mensagem recebida e as atitudes dos agentes não é uma linha direta, como se defendia na chamada *Hypodermic Needle Theory* (também conhecida, na área das teorias da comunicação, por *Magic Bullet Theory*). Neste modelo, concebido no século XX, entre as duas guerras mundiais, o recetor é passivo e reage em conformidade direta com o tipo de mensagem que recebe, o que colocaria o público, aqui já considerado como uma massa de consumidores, na total dependência de meios de comunicação manipuladores e propagandísticos (Katz e Lazarsfeld, 1955).

Se bem que estas teses do início do século XX sejam agora rebatidas pelos chamados *Cultural Studies*, reconhece-se que o comportamento de um agente ativo, como um turista, por exemplo, é um processo holístico, mas está também vinculado à imagem que recebeu de determinado lugar, ao modo como esse lugar foi representado, assim como à forma como esse sujeito apreendeu a mensagem, percebeu e (re) imaginou esse espaço. Tudo depende também do contexto individual e coletivo do recetor, condicionado por fatores diversificados como a idade, as referências culturais e identitárias e o capital que dispõe (capital económico, capital de mobilidade espacial, capital cultural, entre outros).

A complexa construção da imagem dos lugares depende não apenas de campanhas formais. O modo como cada território é percebido está também a jusante das diferentes representações de que esse lugar é objeto e que, direta ou indiretamente, afetam os olhares, as decisões e os comportamentos de turistas, investidores e potenciais novos residentes. A imagem de um território pode ser afetada por acontecimentos de curta duração, como uma catástrofe ou qualquer outra circunstância

de insegurança, mas a forma quase sempre seletiva e redutora como são representados tem também efeitos duradouros. Estas representações ganham agora maior relevo porque se associam, quase sempre, a meios de difusão mais poderosos e com maior capacidade para atingir públicos alargados. Este circuito de produção e difusão de elementos de identificação de lugares ganhou maior poder em especial desde a passagem da informação analógica para a digital. Com este formato, e a partir de meios como a internet, circulam textos, sons, fotografias ou vídeos, com grande capacidade de penetração em mercados consumidores mais vastos e, seguindo Paul Claval (2006), com tanto maior poder de sedução e eficácia quanto maior a sua componente visual. A digitalização permite a cópia, a difusão rápida e o aumento geral do consumo de produtos culturais em sociedades marcadas pelo lazer, em múltiplos espaços, privados e públicos, domésticos ou não.

Por tudo isso, as indústrias culturais, entendidas enquanto atividades que produzem, reproduzem e divulgam material criativo, muito deste associado a representações de espaços geográficos, são agora agentes determinantes nas trajetórias de desenvolvimento local. Essa relação entre indústrias culturais e os processos de desenvolvimento do território ocorrem em dois sentidos:

- a) A jusante: pela implantação local destas atividades e pelos efeitos consequentes, como a fixação de recursos humanos criativos, a conquista de mercados através de novos produtos ou a inovação incorporada em atividades tradicionais.
- b) A montante: no caso de algumas indústrias criativas (como o cinema, os media e a publicidade), pela representação dos lugares, pelas imagens (positivas ou negativas) que constroem ou reforçam, pelo respetivo protagonismo no marketing territorial, pelas perceções e atitudes que estimulam em múltiplos agentes.

No conjunto das indústrias culturais, o cinema merece destaque. As imagens cinematográficas têm sido usadas em estratégias formais e diretas de marketing territorial mas, mesmo não estando vinculadas a qualquer campanha organizada, as obras de cinema (pela sua componente visual) são fortes condicionadoras do imaginário coletivo sobre determinados espaços geográficos. O poder de difusão

destas obras amplifica-se pelo facto do circuito de um filme não se limitar às salas de cinema, mas estender-se para outras etapas de difusão, associadas ao DVD, à internet e à televisão, em canais pagos ou livres.

Com efeito, as obras cinematográficas têm viajado pelo mundo e representado múltiplas paisagens, dado visibilidade e construído imagens positivas e atrativas de determinados territórios. São muitos os exemplos de filmes que colocaram lugares em rotas turísticas até então débeis ou mesmo inexistentes. O filme *The Quiet Man*, realizado por John Ford em 1952, deu centralidade turística a Cong, na República da Irlanda, enquanto a obra *Braveheart* (1995), de Mel Gibson, reavivou o interesse turístico pela História e pelas paisagens culturais das Highlands escocesas. Em muitas obras, o protagonismo é das paisagens urbanas, sobretudo as *cityscapes* de lugares centrais como Londres, Paris ou Nova Iorque. Estes são lugares atrativos para publicitários, escritores, fotógrafos e cineastas. Algumas destas cidades ficam mesmo associadas a trabalhos de criadores, como ocorre com Nova Iorque relativamente ao escritor Saul Bellow, ao fotógrafo Henri Silberman e, no caso do cinema, a Woody Allen e Martin Scorsese. Estas abordagens reforçam a imagem destes territórios e criam iconografias que seduzem. No caso do Reino Unido, o relatório *Stately Attraction - How Film and Television Programmes Promote Tourism in UK* (Olsberg/SPI, 2007), registou o significativo aumento dos fluxos turísticos a lugares representados nalgumas obras cinematográficas, como *O Código Da Vinci*, *Assassinato em Gosford Park* ou *Trainspotting*, numa procura que, nalguns casos, perdurou no longo prazo. Segundo este relatório, a versão cinematográfica de *Harry Potter* aumentou em 120% o número de visitantes a locais como o Castelo de Alnwick, em Northumberland.

É certo que os recetores das mensagens são diversificados e que essa receção não se faz de modo passivo. É também verdade que as decisões dos potenciais turistas são complexas e resultam de um rendilhado confuso de fatores, que vão desde a moda à segurança e desta ao preço de cada experiência turística. Apesar disso, indústrias culturais, como o cinema e, dentro deste, o cinema comercial (pela maior abrangência de públicos) têm efeito direto nas expectativas e são fortes condicionadores das opções dos fluxos turísticos (Kim e Richardson, 2003). Essa relação aplica-se no caso da representação de imagens positivas mas é também verdadeiro no sentido contrário, isto é, na (re) construção e difusão de estereótipos negativos e repulsivos. Este caso aplica-se tanto, por exemplo, a

alguns micro-territórios urbanos associados à insegurança, como a regiões mais alargadas, como ocorre com o continente africano, em especial a África subsaariana. Com efeito, segundo Asgede Hagos (2000), este continente tem sido alvo de uma cobertura mediática escassa, parcial e distorcida que, apesar da dificuldade de sistematização, se pode sintetizar numa dupla perspetiva (Mayer, 2002).

2. As imagens e as perceções do continente africano.

Exemplo do filme *O Fiel Jardineiro*, de Fernando Meirelles (2005)

Em primeiro lugar, regista-se a representação de África enquanto território de centralidade ecológica, associada aos *big five*, os famosos símbolos da África meridional (o leão, o leopardo, o búfalo, o rinoceronte e o elefante), aos quais se podem juntar ícones como a girafa e a savana. Estas imagens, reproduzidas no cinema mas também em documentários, na literatura e em obras de divulgação turística, têm alimentado o imaginário ocidental sobre este continente – um reservatório de biodiversidade, com uma luminosidade imponente e um horizonte profundo e largo que convida à aventura. Este é também um território de grupos humanos exóticos – sobretudo povos que, na realidade, não são representativos da diversidade cultural africana, como os Massai, os Bosquímanos ou os Pigmeus, identificados por trajes coloridos ou por particularidades físicas captadas por fotografias de turistas que assim obtêm um símbolo e uma prova que se esteve lá (Figura 2).



Figura 2 – Grupo Massai e girafa na área da Reserva Natural de Massai Mara, no Quénia.

Em segundo lugar, o continente africano está vinculado aos conflitos étnicos, à insegurança, aos refugiados, à pobreza e a doenças como a malária, a cólera e o SIDA. Na maior parte das vezes, só estes fatores de crise dão alguma visibilidade mediática a este território, falado e reproduzido apenas pelas piores razões. Também nesta perspetiva, a África é representada como um continente homogêneo, uniforme, sem diversidade interna, estereotipado e unidimensional. O topónimo África é, de modo seletivo, associado à África subsaariana, não a um território diversificado que inclua, por exemplo, o Norte de África. A origem do problema é longínqua e complexa. Esta visão terá raízes nos tempos da escravatura, das missões evangelizadoras e do período colonial e reflete a marginalização da generalidade do continente africano em relação aos centros de poder económico e de afirmação política dos séculos XX e XXI. As representações de África que circulam pelo mundo têm origem sobretudo fora deste continente – é na Europa e na América do Norte que se localizam grande parte das fontes. Porém, essas imagens estereotipadas são produzidas e difundidas para mercados consumidores localizados fora do continente africano mas dirigem-se também aos mercados que se abrem dentro deste continente, pelo que é também através do exterior que se constrói a visão dos africanos sobre si próprios (Kromah, 2002). Nestas circunstâncias, e tendo em conta a menor atenção que os mercados ocidentais dão a notícias e imagens de lugares mais longínquos, opta-se pela simplificação e, sobretudo, pelo incrível e o dramático, adjetivos importantes para um território como África ganhar relevância, quer nos meios noticiosos, quer em expressões criativas como o cinema (Avraham e Ketter, *op. cit.*). Este monolitismo informativo e criativo está também relacionado com a criação de conglomerados transversais a diferentes media como a AOL/Time Warner, a Viacom ou a Bertelsmann. Grande parte do material informativo que circula pelo mundo (textos, vídeos, áudios, fotografias), importante modelador da opinião pública, tem origem em apenas quatro fontes: a Reuters, do Reino Unido; a Agence France-Press, de França; e as norte-americanas United Press e Associated Press. Estas quatro agências têm uma forte responsabilidade pela forma como o mundo é representado e percebido: por exemplo, a agência Associated Press, fundada em 1846, produz conteúdos informativos 24 horas por dia, 7 dias por semana, atingindo, diariamente, metade da população mundial. Com cerca de 4100 empregados (3000 dos quais jornalistas), que exercem em 240 locais de

trabalho distribuídos por 121 países, a Associated Press emite notícias para cerca de 5000 estações de rádio e televisão e milhares de jornais, em 4 línguas diferentes (Associated Press, 2009; Kromah, *op. cit.*).

No caso do continente africano, estas imagens monocromáticas são sobretudo construídas a partir do contacto distanciado com a realidade, quer da parte de quem produz e divulga esses conteúdos quer, sobretudo, pelos mercados que os recebem, em especial na Europa e na América do Norte. Pelo menos a deduzir das estatísticas dos fluxos turísticos, aqueles que na contemporaneidade mais mobilidades espaciais geram a partir do Ocidente, é baixa a percentagem dos que de facto visitaram o continente africano. Apesar do número de chegadas de turistas a África ter vindo a subir (foram 7,2 milhões em 1980 e 37,3 em 2005) no período que medeia esses dois anos, esta região apenas recebeu 3,8% do valor acumulado de fluxos turísticos mundiais (WTO, 2006). De facto, só em 1988 o continente, no seu todo, ultrapassou os 10 milhões de chegadas e, em 2002, passou a barreira dos 30 milhões. Apesar disso, parte importante desse valor está concentrado no Norte de África, sobretudo em Marrocos e Tunísia. Em 2007 e 2008, o Norte de África, em especial aqueles dois países, recebeu 36,4% dos fluxos turísticos de todo o continente, constituído por 55 países (WTO, 2009).

Por outro lado, a experiência turística na África subsaariana, em particular no ecoturismo de safaris, em países como o Quênia e a Tanzânia, colocam os turistas internacionais em contacto com fragmentos, muitas das vezes encenados, da realidade africana, em espaços geográficos descontínuos e pouco associados ao contexto local: referimo-nos aos hotéis e resorts de cadeias internacionais, aos parques e reservas naturais ou aos trajetos seleccionados entre o aeroporto e esses pontos turísticos.

É por tudo isto que grande parte do imaginário africano atual se constrói a partir das indústrias culturais. Nestas, o cinema tem assumido uma especial relevância, sobretudo o cinema comercial, a categoria de filmes com maiores audiências e maior capacidade de penetração em públicos mais diversificados. Em obras cinematográficas recentes que, de modo direto ou indireto representam o continente africano (como, entre outros *blockbusters* de grande difusão global, *Blood Diamonds*, realizado por Edward Zwick ou *The Last King of Scotland*, de Kevin MacDonald, ambos de 2006) mostra-se o desconforto climático, o apartheid na África do Sul, o despotismo de líderes corruptos, a conflitualidade urbana, a conflitualidade pelos recursos

naturais, os conflitos regionais, o tráfico de armas, as crianças-soldado, as doenças e os refugiados. O efeito modelador da opinião pública passa, por isso, pelas salas de cinema. Em 2007, 55% dos europeus, nos 27 Estados membros, declararam ter ido ao cinema, pelo menos uma vez, durante os 12 meses anteriores. Na categoria dos estudantes, onde se incluem grupos etários em importante fase de formação de opinião pública, esse valor sobe para 88% (Eurostat, 2007).

Este efeito é, tal como noutros meios de comunicação, condicionado pela origem destas obras que, de um modo ou de outro, acabam por seguir linhas comerciais e ideológicas muito próximas. Em 2007, 62,7% do cinema que passou na União Europeia foi produzido nos EUA, 28,8% na própria Europa e 6,3% foi coproduzido por ambos. Do total, apenas 2,2% teve origem numa terceira região e, deste valor, a maior parte veio do Canadá, da Austrália, do Japão, da Índia e da China. Neste total, apenas 0,1% dos filmes vistos na Europa naquele ano teve origem em África e no Médio Oriente, embora também aqui dominem as cinematografias de países como o Irão e Israel e, só muito residualmente, filmes com origem no continente africano, sobretudo na África do Sul. Apesar disso, entre 1997 e 2007, o mais visto dos filmes provenientes desta região de África e Médio Oriente foi a obra *Hotel Ruanda* (2004), realizado por Terry George e coproduzido pela Grã-Bretanha, pela Itália e pela África do Sul. Esta obra, partindo de um contexto real, o conflito entre os hutus e os tutsis ocorrido em 1994 na região dos Grandes Lagos, acaba por reforçar a imagem de um continente em implosão, violento, dramático e repulsivo (Marché du Filme, 2008).

Com efeito, o cinema de maior consumo tem contribuído para a dupla simplificação da imagem do continente africano: em termos territoriais (todos os territórios têm os mesmos problemas estruturais) e em termos temáticos (África está marcada por uma dimensão identitária dominante – o estereótipo negativo, o da marginalidade social, económica e política).

Outro filme centrado no continente africano, *The constant gardener*, realizado por Fernando Meirelles em 2005 e produzido pela Grã-Bretanha, com coprodução da Alemanha e dos EUA, seguiu esta mesma linha. Neste trabalho, à pobreza e vulnerabilidade das populações, representa-se África enquanto palco de conflitos diplomáticos e enquanto território de fácil apropriação pelos agentes capitalistas menos escrupulosos: neste caso, a indústria farmacêutica que, nesta obra de ficção inspirada no livro de John Le Carré, utilizaria populações africanas em ensaios e

experiências médicas. Segundo o European Audiovisual Observatory (2009), até 2007 este filme foi visualizado, em salas de cinema da Europa⁴⁸ e nos EUA, por 10.292.390 espectadores (101.329 espectadores, no caso das salas portuguesas).

Esta obra cinematográfica está centrada em África, em especial no território queniano. Nairobi, Kibera, Loki, Lago Turkana, Lockichogio, Marsabit e Lodwar são topónimos referenciados ou lugares filmados. Este trabalho foca ainda o sul do Sudão e faz também referência ao Zimbábwe, sem no entanto viajar para este território. A narrativa articula estes territórios africanos com outros, fora de África, em especial o Reino Unido e a sua capital, Londres. Esta ponte entre África e Londres abre-se ainda a outros lugares (países ou cidades), como Berlim (um dos locais de filmagem), o País de Gales, a França, o Canadá, a Suíça, a cidade de Amesterdão e o Iraque (estes últimos apenas referidos ao longo da narrativa).

Os protagonistas que *O Fiel Jardineiro* acompanha, e sobre os quais se estrutura esta obra, são de origem não africana, sobretudo inglesa. O diplomata Jason Quayle e a sua esposa, Tessy Quayle, uma jornalista também inglesa mas de origem italiana, estão no centro da diegese. O filme acompanha, sobretudo entre Londres e o Quênia, outras personagens do mundo diplomático inglês assim como Kenny Curtiss, representante da farmacêutica ThreeBees. Esta, em conjunto com a empresa suíço-canadiana KDH (Karel Delacourt Hudson), é um agente central da narrativa. A ThreeBees aplica em cobaias humanas um fármaco fabricado mas ainda não testado pela KDH – o Dypraxa aplicado na profilaxia da tuberculose multirresistente. A utilização destas cobaias humanas permitirá acelerar a entrada do medicamento nos circuitos comerciais, sem necessidade de novos testes laboratoriais. Estas empresas pretendiam estender estes testes ao Zimbábwe pelo que, refere-se nesta narrativa, já se teria registado o fármaco com a marca Zimbamed.

Nesta galeria, as personagens africanas são sobretudo grupos humanos indiferenciados, personalizados em dois irmãos (Wanza Kibulu e Kioko Kibulu), vítimas destes testes ilegais. Em *O Fiel Jardineiro* acompanha-se ainda Arnold Bluhm, médico associado a uma Organização Não Governamental; Grace Makanga, uma ativista queniana pelos direitos humanos; o pessoal empregado nas instalações diplomáticas inglesas, em Nairobi, ou colaborador da ONU; e o Ministro queniano da Saúde, numa aparição que, apesar de pontual, tem forte significado

⁴⁸ Entende-se aqui por Europa o conjunto dos 36 países membros do European Audiovisual Observatory, como se pode confirmar em www.obs.coe.int/.

simbólico nesta diegese fílmica. A estrutura narrativa assenta numa complexa arquitetura de poder que, com o centro de gravidade fora de África, incorpora, vitimiza e vulnerabiliza este continente e as suas populações. O interesse das empresas ocidentais ThreeBees/KDH (aqui representando o poder económico) é validado e suportado pelo poder político-diplomático (centrado em Londres) e apoiado pelo corrupto governo queniano. A diplomacia inglesa daria o seu apoio a esta prática para evitar que estas empresas farmacêuticas desviassem, do País de Gales para França, um investimento que equivaleria a 1500 postos de trabalho.

Na narrativa de *O Fiel Jardineiro*, esta arquitetura de poder é ameaçada por personagens individuais com escasso poder de intervenção (como o funcionário diplomático Jason Quayle, a jornalista Tessy Quayle e algumas ONG's, aqui simbolizadas por Arnold Bruhm e por uma agência, a Hippo, sedeadada em Berlim). A estrutura narrativa deste trabalho define territórios que se podem agrupar em dois níveis que, numa simplificação da realidade, se confrontam. Por um lado, os territórios do poder económico e político (um *centro conspirador*), pontuado por elementos isolados de resistência (como as personagens Jason/Tessy e Ham, o advogado/familiar de Tessy, também de origem italiana) e, no outro extremo, uma *Periferia Vulnerável*, agredida e descapitalizada. Este segundo conjunto está também pontuado por elementos (territórios e personagens) de suporte à conspiração: os territórios diplomáticos em Nairobi e o governo queniano são aqui representados como postos avançados desta violação dos direitos humanos (Figura 3).

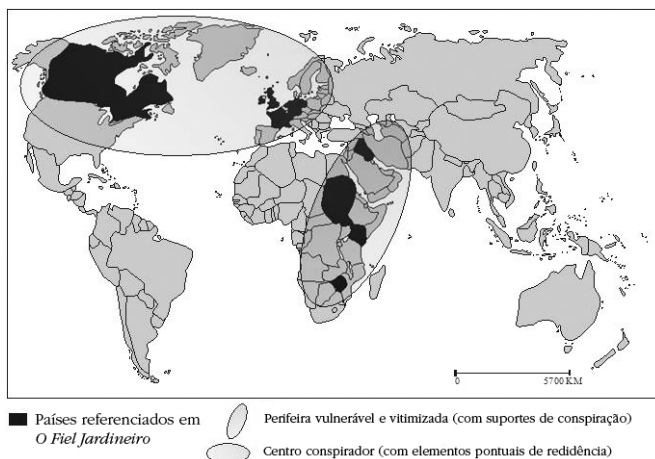


Figura 3 – Os territórios e os maniqueísmos simplificados do filme *O Fiel Jardineiro*.

Nesta contextualização crítica e, de certo modo, maniqueísta, a câmara oscila entre os territórios africanos, numa identificação territorial muito marcada por Kibera, e os territórios europeus, assentes na cityscape londrina e em imagens de espaços centrais como a City e geo-símbolos do poder económico (e político) da paisagem urbana de Londres, como o edifício Gherkin. Por contraste, a imagem de África centra-se em Kibera, uma área urbana informal de Nairobi com cerca de 800 mil residentes. Em Kibera, filma-se uma população jovem com escassos pólos de coesão social (a exceção, filmada por Meirelles, é uma peça de teatro que decorre neste território vulnerável), a densidade humana num espaço urbano caótico atravessado por uma linha de caminho de ferro, a doença (sobretudo o Síndrome de Imunodeficiência Adquirida), a agressividade ambiental, a informalidade económica. Fernando Meirelles, já experiente na filmagem de espaços urbanos informais, como as favelas brasileiras representadas em *A Cidade de Deus* (2002), viaja ainda para o sul do Sudão. Neste território agreste, ‘uma superfície lunar’, como refere uma das personagens, filma uma população em risco, concentrada num campo de refugiados e desterritorializada por ataques de grupos armados que procuram comida, medicamentos e crianças raptadas para os circuitos da escravatura. Neste campo de refugiados, assim como noutras aldeias do sul do Sudão, o apoio assistencialista é dado pela ONU. Aqui, como em Kibera e noutros espaços quenianos filmados por Meirelles, predominam os aglomerados de exclusão, os processos de desterritorialização e os território precários, tais como os entende Rogério Haesbaert (2004 e 2007).

A narrativa de *O Fiel Jardineiro* assenta em territórios fragmentados, pontos insulares desarticulados do espaço envolvente, ilhas de segurança e serenidade (aqui o ritmo da sucessão de planos é mais lento e a mobilidade das personagens mais pausada), como os edifícios diplomáticos ingleses em Nairobi, o clube de golfe que recria a paisagem inglesa e espaços como o Nairobi Hilton. Estes vértices espaciais têm contacto fácil com outros centros (no Canadá, na Suíça ou em Londres, por exemplo), numa rede global de pontos conectados num espaço fluxo e topológico, mas estão desarticulados com o espaço euclidiano envolvente. Num dos diálogos de Jason Quayle, a personagem faz alusão a uma tranquila e segura viagem entre Paris e o Quênia para um safari: esta experiência conduziria o turista por um sistema de vértices topológicos (entre o aeroporto, o hotel e a área protegida) localizados em África mas, também por esta narrativa se deduz,

sem verdadeiro contacto com este espaço geográfico e sem confronto direto com os riscos associados a este continente.

Por isso, seguindo este filme, no território africano, aqui apresentado como perigoso, as viagens mais seguras são as aéreas⁴⁹. A narrativa representa a viagem terrestre como arriscada, porque percorre o espaço euclidiano contínuo, territórios de bandidos atravessados por estradas lentas de terra batida. As viagens de avião, entre pontos que se controlam melhor, permitem mobilidades mais seguras mas não acessíveis à massa demográfica que se filma nesta narrativa⁵⁰. Logo no início deste filme, Tessi Quayle viaja de avião, na companhia de Arnold Bluhm, entre Nairobi e Loki, no Norte do país. É no regresso, numa viagem terrestre, perto do Lago Turkana, que ocorre o assassinato, um crime perpetrado a mando de europeus mas também com mãos africanas, aqui colocadas a soldo (Figura 4).

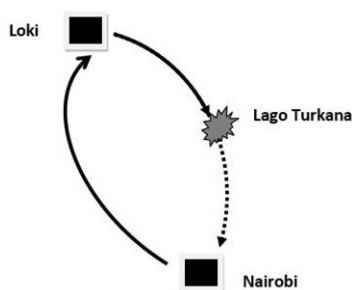


Figura 4 – A representação da segurança na viagem Nairobi-Loki e o acontecimento trágico durante a viagem terrestre, perto do Lago Turkana.

Na diegese de *O Fiel Jardineiro*, filmam-se ícones como o esplendor paisagístico do Vale do Rift (em cujo cenário se integram personagens massai anónimas) e do Lago Turkana, nos quais, sobretudo neste último, a câmara centra-se nos valores ecológicos da biodiversidade. Contudo, o Lago Turkana é o local do assassinato dos que se opõem à conspiração. Turkana, um espaço remoto, um

⁴⁹ A percepção da insegurança ocorre mesmo durante o enterro de Tessa: nessa cerimónia fúnebre, propõe-se o uso de cimento para proteger a tumba de ladrões de sepulcros.

⁵⁰ Esta fragmentação espacial está bem expressa no plano que filma o aglomerado de exclusão de Kibera sobrevoado por um avião.

‘lugar de crocodilos’, distante das ilhas de segurança de Nairobi, é território da morte e do fim da esperança. Nesta representação cinematográfica, o Lago Turkana, mais que um valor ecológico, simboliza a África vulnerável, vítima de poderes económicos e políticos que não controla, que recebe do exterior a mão da ajuda assistencialista mas também a da manipulação e agressividade. Como em determinado momento se refere na narrativa de *O Fiel Jardineiro*, os testes na população queniana mais pobre apenas acelerarão uma morte que, pelos baixos valores da esperança média de vida, não tardaria.

Em suma, como se pode verificar pela figura 5, a estrutura narrativa de *O Fiel Jardineiro* assenta num eixo territorial entre Londres, Lago Turkana e Kibera.

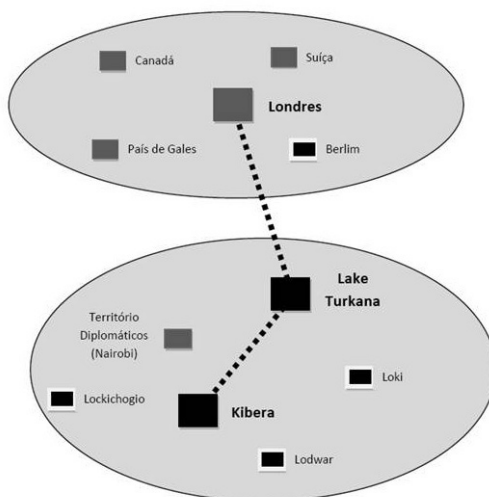


Figura 5 – O principal eixo territorial da estrutura narrativa de *O Fiel Jardineiro*.

Nesta construção maniqueísta da realidade, em torno de Londres e, em especial, da City e dos corredores diplomáticos londrinos, gravitam lugares como o Canadá, a Suíça e Gales que, de modo direto ou indireto, por uma razão ou por outra, são representados como centros de poder conspirador. Neste centro de poder económico e político, a cidade de Berlim (pela localização da ONG Hippo) é representada sobretudo como um elemento de resistência a essa conspiração agressiva.

Em *O Fiel Jardineiro*, este conjunto atua sobre um outro grupo de territórios, atrás referidos como um periferia vulnerável. Esta está centrada na imagem de pobreza e encravamento de Kibera, o espaço geográfico na qual a narrativa centra a imagem de África. Na sequência dos acontecimentos, o Lago Turkana assume uma posição central: neste território de centralidade ecológica, perpetram-se os crimes que marcam o confronto entre estes mundos fragmentados. Coexistindo sob o ponto de vista espacial mas não contactando com o entorno euclidiano, os territórios e os agentes centrais têm apoio em espaços insulares como os territórios diplomáticos ingleses de Nairobi.

Com esta estruturação territorial simplificada, *O Fiel Jardineiro* constrói-se em torno da lógica da mobilidade dos interesses, da desigual distribuição dos poderes económico e político, da desigual capacidade de resiliência das populações e da fragmentação do espaço geográfico. Nesta sequência narrativa, a mensagem é clara no sentido e nas propriedades que, a respeito do continente africano, se pretendem destacar.

3. Nota conclusiva

Um território ao qual se associa um estereótipo negativo sofrerá efeitos perversos cumulativos, contra os quais se podem confrontar estratégias de recuperação que, dada a fraca flexibilidade dos lugares com menos poder económico e político, poderão ser longas e difíceis. Como se referiu sobretudo a propósito do filme *O Fiel Jardineiro*, o continente africano tem vivido, desde há muito, o constrangimento de uma imagem redutora e, no geral, negativa. Se bem que este continente seja apresentado como central em termos de biodiversidade (nos quais se incluem alguns grupos humanos locais mais emblemáticos e fotogénicos), a África associa-se sobretudo o drama, o sofrimento e a insegurança. As origens deste enviesamento são longínquas mas as indústrias culturais contemporâneas, que África não controla, têm reforçado e (re)construído esses estereótipos negativos. Meios como a televisão, a imprensa, a fotografia e, entre outros, o cinema, têm produzido e divulgado conteúdos quase nunca ideologicamente neutros. É certo que as obras cinematográficas não traduzem a realidade mas sim uma representação condicionada e seletiva

dessa realidade, que tanto pode partir de pressupostos ideológicos como de interesses comerciais. Por isso, o cinema não pode ser visto como um documento e um retrato fiel do contexto histórico-geográfico que representa. Apesar disso, pelas audiências que o cinema comercial consegue (entre as salas de cinema, os circuitos em DVD, a internet e a televisão), o filme é um construtor de estereótipos, reproduz e reforça imagens anteriores e pode, por isso, condicionar as percepções e os comportamentos de atores que fazem a diferença em termos de desenvolvimento, porque (re) direcionam investimentos, consumos turísticos e fluxos de capital humano.

Com o desenvolvimento de meios como a internet, será possível democratizar e diversificar a informação, abrindo a audiência à verdadeira complexidade multidimensional que caracteriza cada lugar, mesmo que localizado em África. É por essa razão que Alhaji Kromah (*op. cit.*) reclama uma nova ordem mundial, neste caso também no domínio da informação.

Bibliografia

- Associated Press 2009, <http://www.ap.org/>, consultada a 3 de fevereiro.
- Avraham, E. & Ketter, E. 2008, *Media strategies for marketing places in crisis*, Butterworth-Heinemann, Elsevier, Amsterdam.
- Claval, P. 2006, “Comunicação, diferenciação de culturas e organização do espaço (noções-chave)”, J. Sarmento, A. F. de Azevedo e J. R. Pimenta (coord.), *Ensaio de Geografia Cultural*, Livraria Editora Figueirinhas, Porto.
- Eurostat 2007, *Cultural Statistics*, European Commission, Luxembourg.
- European Audiovisual Observatory 2009, <http://lumiere.obs.coe.int/> (consultado a 3 de fevereiro).
- Fernandes, J. L. J. 2005, “Imagem e simbolismo dos lugares na problemática do desenvolvimento: o primado da diferença”, L. Caetano (coord.) *Território e trajetórias de desenvolvimento*, Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Fernandes, J. L. J. 2006, “As Identidades Locais no Desenvolvimento, no Marketing Territorial e no Planeamento Estratégico. Perspetiva desde a Geografia”, Congresso *Turismo Cultural, Territórios & Identidades*, Instituto Politécnico de Leiria.
- Fernandes, J. L. J. 2008, “Artes visuais, representações e marketing territorial”, *Biblos*, vol. VI (2ª série) Revista da Faculdade de Letras Universidade de Coimbra.
- Haesbaert, R. 2004, *O mito da desterritorialização*, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- Haesbaert, R. 2007, “Sociedade de in-segurança e des-controle dos territórios”, *Anais do I Encontro Nacional da ABRI – Associação Brasileira de Relações Internacionais*, Brasília.
- Marché du Filme 2008, *World Film Market Trends. Focus 2008*, European Audiovisual Observatory, Cannes.

- Hagos, A. 2000, *Hardened Images: The Western Media and the Marginalization of Africa*, Africa World Press, Trenton, New Jersey.
- Hesmondhalgh, D. 2002, *The cultural industries*, Sage Publications, London.
- Katz, E. & Lazarsfeld, P. 1955, *Personal Influence*, The Free Press, New York.
- Kim, H. & Richardson, S. L. 2003, "Motion picture impacts on destination images", *Annals of Tourism Research*, vol. 30, n° 1, Elsevier, London.
- Kromah, A. G. V. 2002, *Africa in the western media. Cycle of contrapositives and selective perceptions*, African Studies Program, University of Indiana, Bloomington.
- Mayer, R. 2002, *Artificial Africas. Colonial images in the times of globalization*, University Press of New England, Hanover and London.
- McCarthy, M. 1983, *Dark Continent: Africa as Seen by Americans (Contributions in Afro-American and African Studies)*, Greenwood Press, Westport.
- Olsberg/SPI 2007, *Stately Attraction – How Film and Television Programmes Promote Tourism in UK*, London.
- Philo, C. & Kearns, G. 1993, "Culture, history, capital: a critical introduction to the selling of places"; in C. Philo and G. Kearns (Ed.), *Selling Places. The city as cultural capital, past and present*; Series Policy, Planning and Critical Theory, Pregamon Press, Oxford.
- Rio, V. del 1996, "Cidade da mente, cidade do real: percepção ambiental e revitalização na área portuária do Rio de Janeiro", L. de Oliveira e V. del Rio (org.), *Percepção ambiental. A experiência brasileira*, Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, São Paulo.
- WTO 2006, *Tourism Market Trends*, Madrid.
- WTO 2009, *World Tourism Barometer*, vol. 7, n° 1, Madrid.

(Página deixada propositadamente em branco)

ARTES VISUAIS, REPRESENTAÇÕES E MARKETING TERRITORIAL⁵¹

1. As artes visuais, a compressão do espaço-tempo e a representação do território

A relação do sujeito com o espaço é uma experiência sensorial ampla e complexa na qual intervêm sentidos como o cheiro, o tato e a visão. Contudo, a observação, direta ou indireta, continua central na espacialização e consequente criação de territórios pessoais (Porteous, 1996). A observação de uma paisagem pode recorrer às capacidades humanas de percepção, intermediada por instrumentos que ampliem a escala do olhar. Pode também beneficiar de representações de diversa natureza, possibilidade que coloca o observador na vivência de lugares distantes. Se bem que a cartografia, na sua longa relação com as ciências geográficas, cumpra parte destes pressupostos, este facto coloca a Geografia na ligação direta com as técnicas criativas de expressão visual, como a fotografia, a pintura ou a gravura, aqui globalmente referidas como artes visuais.

Estas representações medeiam a relação do sujeito com o espaço geográfico, proporcionam viagens, mais virtuais que reais, e uma ubiquidade aparente, a sensação de estar em lugares remotos. Como refere Susan Sontag (1977: 5), “(...) *the most grandiose result of the photographic enterprise is to give us the sense that we can hold the whole world in our heads*”. É esta ilusória capacidade de

⁵¹ Revisto e atualizado a partir do texto com o mesmo título publicado em *Biblos* (Faculdade de Letras, Coimbra, 2008, vol. VI – 2ª série, pp. 339-366).

encurtamento da distância que associa as artes visuais à compressão do espaço-tempo. Representações como a fotografia aproximam o observador de lugares longínquos mas também lhes facultam o poder diacrónico de viajar no tempo e observar lugares e paisagens do passado. Para além do diálogo intergeracional que proporcionam, as artes visuais incorporam lugares, reais ou imaginados, na territorialidade do observador, diversificam as suas referências espaciais e reforçam as topoligamias pessoais, pela complexa conjugação de sentimentos topofílicos (de atração) e/ou topofóbicos (de repulsão) por diferentes lugares, vividos ou não, reais ou imaginários. A aproximação fotográfica a lugares até então desconhecidos e distantes estimula desejos de descoberta e visita. Todavia, essa perceção prévia pode diminuir a excitação do posterior contacto direto. A divulgação de fotografias pelo espaço topológico virtual, a internet, acelerou todo o processo. Para Paul Theroux (2008: 25), “(...) *a forma como a fotografia deu cabo dos prazeres visuais não é nada comparada com a forma como a Internet e a nossa época de informação destruíram os prazeres da descoberta quando se viaja*”.

O desenvolvimento da fotografia a partir do século XIX coincide com a inovação tecnológica nos sistemas de transportes e com o conseqüente acréscimo de velocidade na apropriação e transformação da paisagem. Como referem Schwartz e Ryan (2003: 2), “(...) *at a time when steamships, railways and the telegraph made the world physically more accessible, photographs made it visually and conceptually more accessible*”. Esses espaços então mais acessíveis eram, ao mesmo tempo, os lugares longínquos e pitorescos dos impérios coloniais, mas também os espaços europeus transformados pela indústria, pela concentração urbana e pela construção de infraestruturas, como as linhas de caminho de ferro.

De certo modo, essa dinâmica transformadora do espaço foi acompanhada e reproduzida por técnicas de representação visual, como a fotografia, mas também pela pintura e ilustração. Os trabalhos de reprodução da Inglaterra industrial do pintor romântico inglês J. M. W. Turner (1775-1851), são disso testemunho (Rodney, 1998), tal como o percurso temático de Edward Hooper (1882-1967) por temas como os automóveis, as pontes e os caminhos de ferro (Kranzfelder, 2006).

As artes visuais facultam documentos importantes para a reconstituição do espaço, que pode desempenhar um importante papel no ordenamento do território. Para Marc Antrop (2005: 31), “*Landmarks and symbols are necessary ancestral roots. Also, they contain many forgotten lessons and landscape struc-*

ture is crucial for the maintenance of diversity, both biodiversity and cultural diversity. These landscapes are a source of essential (barely studied) knowledge about sustainable management techniques. They possess unexplored wisdom and inspiration for making better future landscapes and offer a base for restoration”.

Por isso, são pertinentes todos os meios que permitam a viagem ao passado e a reconstituição do espaço, sobretudo em momentos de rápida transformação das paisagens. No caso europeu e da América do Norte, o ciclo oitocentista e novecentista das revoluções agrícola e industrial, o período de crescimento das cidades e suas periferias durante o século XX e a mais recente reconfiguração pós-moderna dos espaços urbanos, têm sido objeto de interesse por parte de pintores, ilustradores e fotógrafos, facto que tem enriquecido os recursos de análise na Geografia.

A ligação da Geografia às artes visuais leva os geógrafos a ilustrar os trabalhos académicos com imagens que completam as informações textuais. Esta conjugação de linguagens acompanha a investigação científica mas é também importante na relação pedagógica.

Se se entender a observação geográfica como uma viagem, a fotografia e a ilustração trazem o mundo, do lugar mais próximo ao mais afastado, do atual ao pretérito, para o contexto da relação pedagógica, uma sala de aulas ou o espaço de uma conferência científica. O geógrafo recorre a exposições visuais para ilustrar ideias mas também para ultrapassar a impossível ubiquidade da comunidade educativa. Para o geógrafo-professor, a fotografia representa uma viagem prévia que depois se refaz. Assim se assiste às fases de uma cidade em crescimento, se observa um espaço rural em despovoamento, uma floresta em transformação, um rio que meandriza e se percebe um espaço verde urbano que, consoante o contexto biogeográfico, muda ao longo do ano, numa geodiversidade diacrónica apreendida pela imagem fotográfica.

Porém, o diálogo entre Geografia e artes visuais tem limitações. A fotografia proporciona contacto mas não compensa a viagem que ainda não se fez. Pelo seu carácter ilustrativo, estimula mas não substitui a observação direta. É certo que a fotografia pode ilustrar um momento único: um estado de tempo extraordinário ou a transfiguração da paisagem urbana durante um evento que não se repetirá mais, por exemplo. No entanto, a análise geográfica valoriza o enquadramento espacial, tira partido de um amplo ângulo de visão que, apesar do desenvolvimento tecnológico no domínio das focalizações fotográficas, apenas

se apreende com a observação presencial, que proporciona percepções sensoriais mais diversificadas.

As ilustrações e as fotografias refletem ângulos particulares de observação e traduzem a percepção que o emissor tem da realidade, não a realidade em si. Consoante a direção e o ângulo de enfoque, são representações seletivas, excluem realidades e valorizam outras. A fotografia é uma representação da realidade, condicionada pelo emissor mas também pelos filtros interpretativos do recetor. *“Images refract, reflect and alter the world. Images have impacts on the world in terms of how they shape action by people. Images can be deliberately promoted, massaged or altered to achieve desired ends, but they all go into forming the ideas and understandings of the world, based on which people make choices and act. (...) Images create a relationship between three terms – the perceiving subject, the viewed object and the relationship between them”* (Crang, 1999: 54). No século XIX, a fotografia foi considerada uma reprodução fiel da realidade, uma mensagem realista que não escondia nem enganava. O fotógrafo abria uma janela a partir da qual via e reproduzia o espaço geográfico com total fidelidade. Agora, considera-se a arte visual como uma representação subjetiva que requer descodificação e interpretação crítica, sobretudo no campo da semiótica (Rose, 2001).

2. As artes visuais na afirmação de territórios políticos e na problematização dos modelos de desenvolvimento

Mais do que um reflexo (passivo) do mundo, as expressões visuais são importantes documentos de análise em Geografia sobretudo porque têm condicionado comportamentos, modelos de apropriação do espaço e a conseqüente construção das territorialidades individuais ou coletivas. A arte visual foi deixando marcas na territorialidade das populações e na organização do território, em questões que vão desde a construção de identidades nacionais aos fluxos turísticos.

Esta influência deve-se ao efeito indutor da difusão social e espacial de mensagens sugestivas de apelo que, seguindo Paul Claval (2006), se amplificam quando veiculadas por imagens. Para este geógrafo, a comunicação entre o emissor e o recetor passa por um processo de codificação/descodificação, com maior sucesso no caso da linguagem visual. As imagens não são neutras mas

sim representações condicionadas pela sua captação, edição e divulgação. Daí, para Gregory (1994), desempenharem um papel central na relação entre poder, conhecimento e espaço.

As representações visuais têm sido importantes na construção de territórios políticos e na consolidação de identidades nacionais, elos comunitários e memórias coletivas. Seguindo Jens Jäger (2003: 117), “*A nation is conceived through symbols and rites, and the diffusion and acceptance of national symbols belong to the processo f forming a nation. (...) Most modern nations were ‘made’ in the nineteenth century, and their making was supported by the popularization and redefinition of all kinds of images and the nationalistic (re)interpretation of landscapes and architectural and honorific monuments*”. Por isso, esta construção de identidades nacionais passou pela reprodução de monumentos e paisagens enquanto ícones coletivos, sobretudo em países com identidades em afirmação. Estas imagens agregadoras foram também importantes em espaços políticos que, apesar de mais consolidados, reclamam manifestações regulares de agregação nacional. Na Inglaterra do século XIX, esse papel foi desempenhado pela representação naturalista e bucólica do espaço rural e pelas imagens românticas de abadias góticas em ruínas e outros monumentos, como a Fountains Abbey, no Yorkshire, fotografada por Philip H. Delamotte e Joseph Cundall. Embora num contexto político diferente, este modelo de representação ocorreu também na Alemanha pós-unificação (a partir de 1871), com a valorização da floresta, dos rios Reno e Elba ou da catedral de Colónia como símbolos nacionais (Jäger, *op. cit.*).

A identificação nacional com um grupo seletivo de paisagens deve ser entendida no quadro da rápida transformação geográfica que caracterizava a Europa novecentista. As imagens de monumentos históricos e de paisagens com menor grau de humanização asseguram, numa perspetiva conservadora, uma unidade assente na memória e nos valores da ruralidade. Na conceção vitoriana, o espaço rural significa estabilidade, tranquilidade e a perenidade dos valores do passado. Partindo do implícito princípio determinista que a paisagem moldaria o carácter, o território estaria em mudança, mas os valores da moralidade rústica manter-se-iam. Esta conceção maniqueísta esteve na origem de alguns parques naturais, instituídos para a preservação da memória inscrita nas paisagens de baixas densidades face às ameaçadoras frentes urbanas e industriais. Ainda segundo Jäger (*op. cit.*: 138), estaria aqui implícita a ideia de conciliação entre o progresso e os

valores do passado: *“Photographs of old abbeys, trees, monuments, castles and valleys could function as a critique of materialism associated with urban life in modern industrial Britain. The countryside represented a life-style contrasting the dangers of modernity with the simplicity of the ‘country’. Moreover, the country was the place to experience nature and to refresh body and soul. It was the cradle of national character and virtue. Again this was not mere escapism or simply conservative romanticism; it was an appeal to reconcile tradition with progress”*.

Na época, em Inglaterra, como noutros países, este movimento beneficiou da criação de associações de defesa do património, que incentivaram a representação visual de paisagens e monumentos. Esse estímulo veio ainda das Sociedades de Geografia que, pelo apoio à viagem, também promoveram a recreação visual de espaços longínquos, sobretudo do continente africano, que assim se tornavam familiares aos olhos da crescente elite urbana dos países coloniais da Europa.

Também a consolidação política dos Estados Unidos da América beneficiou da criação de ícones nacionais no século XIX – paisagens naturais esplendorosas intocadas pelo ser humano. Também neste caso se estimulou o espírito de agregação nacional e a memória coletiva em lugares como as Niágara Falls, o Grand Canyon, Yellowstone ou Yosemite. Na progressiva caminhada de apropriação e nacionalização do território no sentido Este-Oeste, organizaram-se viagens pioneiras de exploração dos lugares mais recônditos, localizados para além das frentes de colonização. Essas missões científicas incluíam ilustradores, pintores ou fotógrafos que, com os seus trabalhos, difundiram as belezas superlativas de uma natureza grandiosa e devoluta. Os Estados Unidos da América consolidaram-se enquanto território político em espaços patrimonializados como o Parque Nacional de Yellowstone, criado em 1872, ou os Parques Nacionais de Yosemite ou do Grand Canyon. A pintura naturalista de Thomas Moran, da Hudson River School, assim como as fotografias de William H. Jackson, na sequência da expedição de Ferdinand V. Hayden a Yellowstone, em 1871, foram determinantes para a criação do primeiro parque nacional do mundo. Estas representações gráficas tiveram mais impacto que as descrições escritas e beneficiaram já de uma imprensa ilustrada, com crescente capacidade de difusão nas áreas urbanas, sobretudo nas elites de Nova Iorque. Imagens como o *The Grand Canyon of the Yellowstone* (1872), de Thomas Moran, contribuíram para a apropriação

estatal de uma *Terra Incógnita*, que alargou a soberania política dos EUA para o setor ocidental do continente. A patrimonialização foi um instrumento de apropriação estatal e coletiva mas a expansão da fronteira para Oeste seguiu representações enviesadas da realidade – as belezas naturais que a frente de expansão ia encontrando eram territórios de populações autóctones e não espaços devolutos. Neste caso, as representações visuais focalizaram o olhar no ângulo mais apropriado ao interesse estratégico do país que se ia afirmando (Jacoby, 2003).

A consolidação das identidades nacionais e a agregação em torno de ícones coletivos, beneficiou também da circulação de representações de paisagens, monumentos, ilustrações de acontecimentos históricos, personagens heroicas ou outros elementos pictóricos, em suportes como os selos, as notas e as moedas. A filatelia e a numismática, pela circulação e conseqüente difusão de elementos visuais em espaços políticos-económicos, incorporaram-se também na consolidação destes territórios de soberania. Num exemplo recente, este facto reflete-se na manutenção de elementos distintivos nacionais no Euro, a moeda única da União Europeia que, apesar da integração económica e política, convive com a contínua afirmação das diferentes nacionalidades. Por outro lado, um dos mais enraizados elementos visuais na afirmação identitária do Estado é a bandeira, com os respetivos símbolos, cores e pictogramas de vária natureza.

As representações visuais podem condicionar não apenas a afirmação de territórios políticos mas envolve-se também nos valores e métodos de apropriação do espaço geográfico, sobretudo na sua perspectiva ecológica. Para além da já referida importância na criação e no reconhecimento social das áreas protegidas, as representações visuais, sobretudo a fotografia, sustentaram as teses catastrofistas dos anos 70 e veicularam a mensagem das externalidades ecológicas de determinados modelos de desenvolvimento. A divulgação de fotografias como a *Earthrise*, de William Anders (1968), captada durante a missão da Apollo 8, ou o *Canadian seal hunt* (1969), de Duncan Cameron (1969), foram importantes pela representação simbólica da fragilidade da Terra, no primeiro caso, e da agressividade ambiental da sociedade humana, no segundo. As imagens das campanhas do Greenpeace, sobretudo durante os protestos antinucleares dos anos 70, no Alaska e no atol da Mururoa, foram também importantes para a consolidação do movimento ecologista da época.

Com efeito, é também por imagens que se questionam as externalidades do sistema urbano-industrial, pela velocidade na apropriação do espaço, pelas novas paisagens e pelo modo como condiciona a relação do ser humano com a natureza. Pelo diacronismo que permite e pelas possibilidades técnicas hoje ao alcance, a fotografia é um instrumento de avaliação das transformações paisagísticas. O trabalho *Portugal visto do céu* (Jorge, 2007) constitui um exemplo pela forma como, associando a imagem ao texto de geógrafos, arquitetos e outros cientistas do território, monitoriza as mudanças operadas nas paisagens portuguesas num ciclo de forte dinamismo, duas décadas após a integração na então Comunidade Económica Europeia, em 1986. Pela fotografia aérea se registam paisagens de identidade, se avaliam mudanças, se dá sentido estético a amplos panoramas de visão, que não estão ao alcance quotidiano do cidadão.

A imagem é também um instrumento pedagógico no campo da educação ambiental. As representações gráficas, através de cartazes afixados nas áreas urbanas, nas praias ou nas florestas, condicionam comportamentos e valorizam boas práticas. Os painéis visuais são também interfaces de interpretação da paisagem, daí a importância da sinalética na educação para a sustentabilidade nos parques e outras áreas protegidas (Figura 1).



Figura 1 – Painel indicativo dos comportamentos mais corretos numa área florestal, neste caso, a Mata Nacional de Leiria e painel de interpretação da paisagem, no Parque Natural da Serra da Estrela.

Pela sua qualidade de fixação do tempo e do espaço, a fotografia regista e deixa a memória de territórios desaparecidos, paisagens transformadas por projetos de desenvolvimento que deixam forte marca impressiva. Estas repre-

sentações têm o valor patrimonial da celebração, da evocação do passado e de fixação da memória. Nesta perspetiva, alguns trabalhos fotográficos representam territórios depois submersos por barragens. As fotografias de Eliot Porter, em troços do Grand Canyon depois desaparecidos sob lagos artificiais, ou de José María Ballester, na Aldeia da Luz, antes da subida das águas da Barragem de Alqueva, são exemplos do registo da paisagem que se irá transformar (Ballester, 2003). Quer por profissionais, quer por fotógrafos amadores, o anunciado fim de uma aldeia justificou viagens, fixou olhares e criou objetos simbólicos de evocação do passado (Figura 2).



Figura 2 – Imagens da velha Aldeia da Luz, registadas em setembro de 2001, meses antes do encerramento das comportas da barragem e início do enchimento da albufeira.

Antes do encerramento das comportas de Alqueva, em fevereiro de 2002, a velha Aldeia da Luz ganhou uma centralidade pouco habitual. O fim anunciado deu-lhe uma até então inexistente promoção, que trouxe cientistas sociais, estudiosos e simples curiosos para quem a fotografia, nas palavras de Susan Sontag (*op. cit.*), ficou como um troféu comprovativo de quem ali esteve, naquela aldeia, nos derradeiros momentos da sua existência.

É por esta atração pictórica, pelo desejo de fixar vistas e perspetivas, numa lógica colecionista de acumulação de provas que se esteve aqui ou ali, que se privilegiam pontos de longo alcance, plataformas naturais ou artificiais a partir das quais se apreendem e registam perspetivas amplas: os miradouros (uma varanda num cume serrano, o topo de um arranha-céus ou um teleférico por exemplo). A fotografia, mais que uma memória visual, é o registo dessa passagem, tão mais importante quanto mais relevante é o ícone visitado (Figura 3).

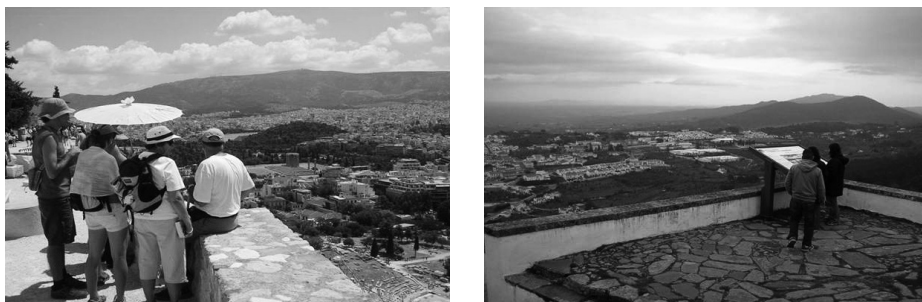


Figura 3 – Ponto de observação, na Acrópole, sobre a cidade de Atenas e miradouro da Senhora da Penha, com painel de interpretação, sobre Castelo de Vide e paisagens do Parque Natural de São Mamede.

Algumas viagens turísticas, como os safaris no Parque Nacional Kruger (na África do Sul), o *whale watching* nas águas territoriais açorianas ou a observação de aves em Nakuru, uma área classificada no Quênia, têm a fotografia como principal objetivo. Essa busca por registros exóticos ocorre dentro mas também na imediata periferia das áreas protegidas. Por exemplo, nas entradas de muitos parques nacionais africanos, é possível pagar uma pose a grupos locais que procuram algum benefício económico de compensação das perdas de subsistência que sofreram com a criação desses espaços classificados (Figura 4).



Figura 4 – Turistas-fotógrafos na Reserva Nacional de Massai Mara (no Quênia) e grupo massai aguardando uma investida caótica de *snapshots* à entrada dessa mesma área protegida.

Seja pela centralidade enquanto objeto representável nas artes visuais, como a fotografia ou a pintura, que cria fluxos de artistas profissionais ou amadores

para determinados espaços geográficos, seja pela difusão espacial e social que as imagens proporcionam ao objeto reproduzido, as representações visuais têm relação direta com a promoção dos lugares.

3. As artes visuais e a representação dos territórios no marketing territorial

O marketing territorial, enquanto promoção de lugares, afirmação da sua centralidade e apelo a turistas e novos residentes, não é um processo novo. Contudo, com a presente inter-relação competitiva do sistema global, estas estratégias têm agora especial relevância. Recorrendo a técnicas que reduzam os receios e os preconceitos e amplifiquem as qualidades dos lugares que se pretendem promover, o marketing territorial procura a criação de imagens positivas de cidades, regiões ou países. Nesta sedução, as artes visuais desempenham um papel central. Como se referiu, no Novo Mundo, sobretudo na América do Norte, a deslocação do povoamento respondeu a apelos feitos também por fotografias e ilustrações. Esta chamada associou-se ao comboio, outra inovação tecnológica com importância decisiva na espacialização das sociedades, na deslocação do centro de gravidade do povoamento, no alargamento das fronteiras e na divulgação turística dos lugares. Por tudo isso, também as companhias de caminhos de ferro usaram as fotografias em publicações, folhetos ou cartazes. Depois de finalizada a construção das linhas ferroviárias, a fotografia foi fundamental para a promoção da viagem e consequente rentabilização do investimento. As próprias estações serviram de plataformas de divulgação de lugares e afirmação da individualidade e das identidades locais, numa complexa relação entre o movimento e o convite à paragem: a tradicional fixação de painéis de azulejos nalgumas estações ferroviárias em Portugal é testemunha. No caso de Valado dos Frades (Figura 5), a estação ferroviária ilustra a individualidade e a atratividade patrimonial de Alcobaca e Nazaré, as duas localidades que serve e entre as quais se localiza. Através dos azulejos de J. Oliveira (de 1929), mostram-se valores como o Mosteiro de Alcobaca, o santuário do Sítio da Nazaré e a praia, o que faz, deste local de paragem, um postal ilustrado da região.



Figura 5 – Paineis de azulejos na estação ferroviária de Valado dos Frades num dos quais se pode ler, a inscrição “Nazareth, linda praia de banhos” e, noutro, o apelo direto “Visitem Alcobaça”.

A utilização de plataformas de transporte para afirmação de símbolos locais é também visível em nós de canais topológicos de circulação como as estações de metropolitano, as paragens de autocarros e os aeroportos que, por via das representações visuais, se territorializam e enquadram no espaço geográfico euclidiano em que estão inseridas. Estas estratégias foram crescendo à medida que a velocidade de circulação aumentou, de forma que nos espaços urbanos, hoje mais velozes e, nalguns casos, com menos pontos de referência, parte da sinalética visual tem o propósito de orientar o transeunte, dando-lhe algumas coordenadas de localização (Figura 6).



Figura 6 – Paineis informativo de orientação, numa estação de metropolitano em Atenas (Grécia).

Por outro lado, é nos espaços urbanos com maior densidade de consumidores e, dentro destes, nos locais onde a quantidade de potenciais observadores em circulação é maior, que se fixam registos gráficos de lugares que assim se promovem. Porque a cidade pós-moderna está marcada pela mobilidade, coloca-se informação nos lugares mais densos, em corredores de passagem motora ou pedestre. Os meios de transporte são eles mesmo veículos de circulação de publicidade visual. Esta publicidade *on the road* está impressa em táxis, autocarros, eléctricos e outros veículos (Figura 7).



Figura 7 – Outdoor de promoção da centralidade de Vila Nova de Poiares, num local de forte densidade de tráfego, em Coimbra, o maior centro urbano na proximidade do lugar promovido; e autocarro, estacionado na cidade de Viseu, promovendo o concelho de Vila Nova de Foz Coa.

Com efeito, como se comprova em Stephen Ward (2004), a fotografia, a pintura e a gravura, pelo seu poder de sedução, foram essenciais para a divulgação de novas cidades, para a promoção de lugares de veraneio ou para, quando se acreditava ser este o modelo territorial mais correto, promover as periferias urbanas. Pela imagem se seduzem turistas e residentes, mas também investidores. As artes visuais, quando afirmam a diferença qualitativa de cada lugar e os seus principais fatores de atratividade, são importantes no condicionamento de fluxos de diversas formas de capital (Figura 8).



Figura 8 – A imagem como afirmação da diferença e da qualidade, em outdoors expostos em rodovias. Exemplo de Cáceres e a respetiva valorização do estatuto de Património Mundial da Unesco (à esquerda). À direita, a promoção de Proença-a-Nova, com destaque para a tranquilidade, o bem-estar, a proximidade aos valores da natureza, mas também para a posição geográfica do concelho, nas proximidades do centro geométrico do país.

Para Carolyn Cartier (2005), trata-se de uma estratégia de sedução pictórica ou, nas palavras de Nye (2003: 86), uma “*image-making*”, que transforma um lugar neutro num imaginário para neo-residentes, investidores ou turistas, construído por uma complexa articulação (desordenada, muitas das vezes) de reproduções de monumentos, paisagens urbanas, símbolos heráldicos ou emblemas e cores de clubes de futebol, também estes importantes agentes de promoção (Figura 9).



Figura 9 – Elementos visuais na afirmação de Barcelona, numa área turística da cidade: os símbolos do F. C. Barcelona e gravuras das Ramblas.

Na concorrência que se estabelece entre os lugares, também os espaços urbanos, sobretudo os que têm dimensão e diversidade interna, se têm afirmado por imagens de monumentos, de territórios emblemáticos associados a algum personagem (fictícia ou real) ou por conjuntos urbanos com alguma particularidade, arquitetónica ou outra. Nestas imagens de identificação, destacam-se os *skylines* – perfis urbanos que conferem personalidade a muitas cidades (Figura 10).

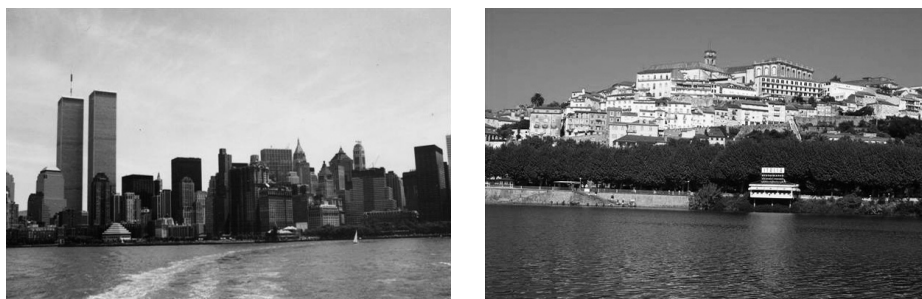


Figura 10 – Um dos mais célebres *skylines*: o perfil de Manhattan (Nova Iorque), antes da destruição das torres do World Trade Center, em setembro de 2001; e perfil da cidade de Coimbra, uma das mais fortes imagens de marca da cidade.

Estes ícones são reproduzidos em plataformas diversificadas como a internet e publicações impressas, como revistas de promoção turística, roteiros e guias de viagem. Contudo, se os materiais de promoção turística refletem a moda e os gostos dos consumidores, também são sensíveis às transformações operadas no território e às mudanças de estratégia dos agentes promotores. Como se reflete no trabalho de Maria José Aurindo (2006), o caso português é ilustrativo. Num passado recente de ténue fronteira entre a publicidade turística e a propaganda ideológica, promoveu-se o turismo balnear e o jogo, mas também a tradição e a cultura popular, as paisagens, a arquitetura e os ofícios tradicionais, os trajes, o folclore e o fado. Porém, se antes se expunham pictogramas de um Portugal pitoresco centrado na sua tradição mediterrânica, nas mais recentes campanhas da AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal) promove-se um país de fachada atlântica, mais aberto e cosmopolita. De resto, na seletividade territorial que acompanha estas campanhas de imagem, também aqui se têm

hipervalorizado os destinos mais comuns, como o Algarve, Lisboa, o Porto, o Douro ou mesmo o Alentejo, silenciando-se lugares e topónimos menos conhecidos.

Na criação de lugares turísticos é clássico o exemplo das pinturas de Paul Gauguin (1848–1923) e dos relatos e ilustrações de viajantes como Louis Antoine Bouganville (1729–1811) e respetivo efeito conjunto na construção da imagem idílica do Tahiti. Apesar dessa percepção estar mais vinculada aos mitos ocidentais do *Eden* e do *Bom Selvagem* que à realidade em si, estas representações atearam o desejo e levaram à posterior incorporação das chamadas “*pleasure peripheries*”, como as Seychelles e algumas ilhas tailandesas, nas rotas mundiais do turismo (Hauteserre, 2005: 2001).

Todavia, se as imagens reproduzem lugares e os divulgam, as próprias expressões gráficas criam novas paisagens. Nos espaços urbanos inscrevem-se afirmações simbólicas de grupos que o apropriam, criando uma paisagem iconográfica por vezes de resistência e contracultura, expressa em grafittis que povoam espaços públicos e privados em muitas cidades, sobretudo as culturalmente mais diversificadas (Figura 11).



Figura 11 – Grafitti num espaço público de Sheffield (Inglaterra).

As cidades, porque a densidade de potenciais aquisidores de bens industriais ou serviços é aqui maior, são também espaços de consumo, de convivência social e de difusão de modelos comportamentais. Por isso, a linguagem visual que invadiu os espaços urbanos reconfigurou as *cityscapes*, agora com novas identidades simbólicas, sobretudo em micro-territórios mais terciarizados. Nesta paisagem pictórica, que depende também das regras de ordenamento do território e de regulação do espaço urbano, está inscrita publicidade exterior em outdoors 8X3, mupis, backlights ou frontlights ou outros painéis eletrónicos, muitas vezes suportados por mobiliário

urbano sofisticado. Estas expressões visuais conferem hibridismo ao espaço urbano, uma cidade-vitrine de espetáculo, sedução e apelo, um espaço público aberto aos interesses privados nos quais se cria riqueza mais pela troca que pelo uso. O hibridismo das paisagens urbanas resulta também da incorporação conjunta de elementos de identidade local e de elementos simbólicos globais, estes últimos sobretudo associados à circulação privada de investimentos, por via de sistemas de mobilidade como o *franchising* ou pela difusão mundial de símbolos de multinacionais, responsáveis por parte importante da iconografia da paisagem, em espaços urbanos de rankings demográficos e económicos muito diversificados (Figura 12).



Figura 12 – Marca global na paisagem urbana de Narok, no Quênia; e, num fragmento da *cityscape* de Copenhaga, um elemento indiferenciado, o símbolo do Hard Rock Café, aqui enquadrado com um outro, este de forte identificação local - a bandeira nacional dinamarquesa.

Tudo isto transforma o espaço urbano, agora mais rápido e efémero, mas também lhe confere geodiversidade diacrónica, isto é, uma mudança visual, ocasional ou cíclica, de acordo com a sazonalidade de acontecimentos simbólicos e celebrações, como o Natal, ou acontecimentos políticos, desportivos e culturais, que vão deixando impressão na paisagem pictórica. Registe-se, neste caso, a transformação visual das cidades durante os períodos de campanhas eleitorais (Gonçalves e Pires, 2004).

Porém, a privatização do espaço público incorre no risco da saturação e hipertrofia de símbolos e informação, patologia que Mirzoeff (1999) adjetiva como hipervisualidade. O excesso de elementos pictóricos pode ainda empobrecer a perceção do espaço urbano, sobretudo pela desvalorização de outros ângulos, arquitetónicos ou topográficos, de visão. A poluição visual também condiciona o

bem-estar das populações, facto que justificou um quadro legal que visa o ordenamento destas exposições visuais. Tal como sugere a *Convenção Europeia da Paisagem*, assinada pelo Conselho da Europa, em Florença, no dia 20 de outubro de 2000, as qualidades terapêuticas do espaço geográfico devem ser preservadas. Este documento destaca, nas suas linhas introdutórias, que a paisagem “*desempenha importantes funções de interesse público nos campos cultural, ecológico, ambiental e social e que constitui um recurso favorável à atividade económica*” e que, por isso, merece “*proteção, gestão e ordenamento adequados*”, cuidados que passam muito pela gestão dos elementos pictóricos nela inscritos.

As imagens expostas alteram a paisagem sensorial mas são também instrumentos de promoção de novas frentes imobiliárias que reconfigurarão o espaço geográfico. Como estratégia de venda de lotes ou casas, reproduz-se a futura construção, atribui-se-lhe uma imagem de qualidade, baixa densidade e proximidade à natureza (esta também sugerida pela toponímia de urbanizações, por exemplo, em cujos nomes de identificação abundam termos ecológicos como ‘jardim’, ‘quinta’ ou ‘parque’). Assim se promove, pela sugestão da imagem, a urbanização e privatização dos solos e se dinamiza, orienta e dirige o mercado imobiliário. Com efeito, as representações gráficas nas paisagens urbanas promovem e orientam a mudança mas fixam também o olhar para o que nalguns casos se perdeu e se pretende depois recriar. A (re) descoberta e (re) aproximação à natureza é, em espaços que se vão densificando, uma necessidade simbólica e funcional, que se materializa por espaços verdes antrópicos mas também por representações de uma natureza falsa que, de certo modo, se deseja (Figura 13).



Figura 13 – Cartaz de venda de um lote na ilha de Maiorca (Arquipélago das Baleares, Espanha). Aqui, a imagem antecipa a realidade e exerce poder de sedução na criação de novas frentes urbanizadas.

No atual paradigma ecológico, esta (re) aproximação à natureza tenta vincular uma imagem positiva do lugar, ainda que, neste caso das frentes imobiliárias, o futuro não corresponda ao cenário previsto e publicitado. Contudo, no mundo das representações, nem sempre se tentam promover territórios pelo seu lado positivo. A diversidade e seletividade geográfica na frequência, na forma, na temática e nos objetivos das representações visuais têm consequências. A partir destas vinculam-se espaços geográficos a imagens que perduram no tempo, *mediascapes* construídas muitas vezes a partir de reproduções parcelares da realidade. A mensagem visual pode reforçar ou mesmo criar estereótipos negativos de lugares, o que afetará o seu poder de dissuasão. Por exemplo, a forma como se reproduz um continente como o africano, relevando-se sobretudo a insegurança, reforça uma crise geral de confiança, com reflexos negativos nos potenciais investimentos económicos. É também verdade que a reportagem fotográfica de catástrofes, naturais ou outras, tem estimulado campanhas de solidariedade, sobretudo pelo efeito de proximidade (aparente) aos territórios em crise e pelo prolongamento temporal da perceção dessa ocorrência. Contudo, essa corrente humanitária é difícil de manter quando diminui a divulgação dessas imagens.

A relação entre o território e as imagens tem múltiplas dimensões. Há objetos, desde camisolas a copos, isqueiros ou outros pequenos *souvenirs*, que vendem lugares e fazem circular ícones simbólicos. Contudo, também se instrumentalizam lugares para venda de bens ou serviços. Pela sugestão e promessa de sensações, pela associação de ideias ou pela mera função dos objeto ou serviços que se pretendem vender, paisagens como os desertos, as cidades, as praias, as florestas, as montanhas ou os rios, são centrais em campanhas para conquista de mercados específicos. Por exemplo, filmam-se cidades densas e rápidas para a venda de pequenos automóveis urbanos, ou paisagens desérticas para a promoção de linhas de roupa ou outros produtos associados à aventura e à juventude ou ainda ícones paisagísticos escoceses estereotipados, como os prados verdes, as ruínas de castelos e as destilarias, para a venda de marcas de uísque, assim como é comum, noutro exemplo, a sugestão de calor através da representação da praia para a venda de refrigerantes ou gelados.

A instrumentalização das artes gráficas na venda de lugares ou produtos amplificou-se nos últimos anos, devido aos recentes desenvolvimentos tecnológicos

no domínio da captação, edição e difusão das imagens. No caso particular da fotografia, a utilização de satélites permite uma maior omnipresença da câmara, assim como novos ângulos e imagens de conjunto. A digitalização e tratamento computacional, através de softwares específicos de edição, ampliam as possibilidades de manipulação e (re) criação da imagem. Este facto volta a colocar o problema da frequente falta de correspondência entre a sofisticação e elegância da representação e a realidade que a suporta, como se comprova com a qualidade gráfica dos mais recentes folhetos de promoção turística.

A democratização do acesso é outro fenómeno marcante. Com algumas exceções estratégicas, as imagens não são exclusiva propriedade do Estado e outros agentes de poder. Ferramentas informáticas como o *Google Earth* dão acesso público a imagens de lugares próximos ou longínquos, em várias escalas geográficas, numa reprodução tridimensional. À democratização do acesso acrescenta-se também o aumento da capacidade de divulgação. Há mais consumidores mas também mais criadores de imagens. Os *snapshots* individuais podem ser divulgados e chegar a um público alargado, através de sites fotográficos de partilha ou outros. Os próprios tradicionais postais ilustrados coexistem agora com coleções de imagens comercializadas em suporte digital, como CD ROM's ou DVD's, numa hiperacumulação de referências visuais nem sempre fácil de assimilar mas que se integra num dos setores com maior crescimento económico na Europa, o das indústrias culturais (European Union, 2006).

4. Notas finais

O presente texto faz uma viagem pelo papel que a imagem, sobretudo a fotografia, mas também a gravura ou a pintura, têm desempenhado na Geografia. Apesar da experiência do território ser uma perceção sensorial ampla, a observação ocupa um lugar essencial na espacialização das populações. Em primeiro lugar, as artes gráficas têm desempenhado importante papel na criação e consolidação de territórios políticos. Criam referenciais de identidade coletiva e, pela compressão do espaço-tempo, jogam com o valor da memória. Em segundo, a imagem tem sido importante na promoção de lugares, que

atraem novos residentes ou criam desejos em potenciais turistas. Por isso, a imagem assume particular centralidade na sugestão e no apelo, palavras-chave no marketing territorial. Aqui, promovem-se lugares e condicionam-se fluxos. Se, através das imagens, se vendem lugares, também através destas se usam pictogramas paisagísticos para a venda de produtos ou serviços. A crescente capacidade tecnológica de captação, edição e difusão de registos visuais, amplificou estas potencialidades, com efeitos que devem ser estudados com profundidade. Desde logo, com o excesso de imagens e a sua crescente desvinculação à realidade, corre-se um maior risco de encenação e promoção de paisagens e realidades geográficas falsas. É certo que as novas tecnologias aproximaram os consumidores dos lugares, deram-lhe uma (aparente) ubiquidade mas o confronto com uma realidade diferente da que se esperava pode colocar em risco segmentos importantes de um setor económico hoje central, o turismo. O marketing territorial, enquanto arte, ciência e técnica de construção e divulgação da imagem do lugar, aponta ao mesmo tempo para os residentes locais, os residentes que se procuram, os investidores que se desejam e os turistas que se esperam. A importância destas imagens, ainda que ilusórias, é relevante porque condiciona percepções mas também porque influencia as ações e os comportamentos. As artes visuais também mudaram as paisagens, sobretudo as urbanas, as que concentram maior densidade de consumidores. Estas *cityscapes* estão marcadas pela topografia e por elementos como a arquitetura mas a sua fisionomia está muito vinculada à apropriação pictórica do espaço. Os outdoors e outras plataformas desenham novos contornos e, também aqui, se abrem necessárias investigações sobre o seu efeito terapêutico. Através do espaço, as artes visuais são uma forma de poder. O desenvolvimento recente da fotografia, cuja origem coincidiu com o progresso de outras tecnologias marcantes, como o caminho de ferro, aumentou as respetivas possibilidades de captação, edição e divulgação. Este facto, entendido na expansão geral das indústrias culturais, (re) coloca questões como a encenação da realidade mas também o risco da construção de imagens negativas, com efeitos que perduram no tempo. Em suma, a viagem que aqui se percorreu abre caminhos de investigação e de cruzamento da Geografia com outras áreas científicas, mas traduz também a relevância da análise geográfica em linguagens hoje estratégicas, que envolvem lugares e condicionam territorialidades.

Bibliografia

- Antrop, M. 2005, "Why landscapes of the past are important for the future", *Landscape and Urban Planning*, 70.
- Aurindo, M. J. 2006, *Portugal em cartaz. Representações do destino turístico (1911-1986)*, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.
- Ballester, J. M. 2003, *Aldeia da Luz. A nova Luz. Memórias de um traslado*, Junta de Extremadura, Badajoz.
- Cartier, C. 2005, "Introduction. Touristed landscapes/seductions of place", C. Cartier and A. A. Lew (ed.), *Seductions of place. Geographical perspectives on globalization and touristed landscapes*, Routledge, London.
- Claval, P. 2006, "Comunicação, diferenciação de culturas e organização do espaço (noções-chave)", J. Sarmiento et al (coord.), *Ensaio de Geografia Cultural* Livraria Editora Figueirinhas, Porto.
- Crang, Mike, 1999, "Image-Reality", P. Cloke et al (ed.), *Introducing Human Geographies*, Arnold, London.
- European Union 2006, *The economy of culture in Europe*, European Commission, Brussels.
- Gonçalves, H. & Pires, H. 2004, *A paisagem urbana e a publicidade exterior. Um cenário vivo na configuração da experiência do sentir*, VI Congresso Lusocom, Covilhã.
- Gregory, D. 1994, *Geographic imaginations*, Blackwell, Cambridge.
- Hauteserre, A.-M. d' 2005, "Maintaining the myth. Tahiti and its islands", C. Cartier and A. A. Lew (ed.), *Seductions of place. Geographical perspectives on globalization and touristed landscapes*, Routledge, London.
- Jacoby, K. 2003, *Crimes against nature*, University of California Press, Berkeley.
- Jäger, J. 2003, "Picturing nations: landscape photography and national identity in Britain and Germany in the mid-nineteenth century", J. M. Schwartz and J. R. Ryan (ed.), *Picturing place. Photography and the geographical imagination*, I. B. Tauris, London.
- Jorge, F. (Fot. e Coord.) 2006, *Portugal visto do céu*, Argumentum, Lisboa.
- Kranzfelder, I. 2006, *Hopper*, Taschen, Colónia.
- Mirzoeff, N. (ed.) 1999, *An Introduction to Visual Culture*, Routledge, London.
- Nye, D. 2003, "Visualizing eternity: Photographic constructions of the Grand Canyon", J. M. Schwartz and J. R. Ryan (ed.), *Picturing place. Photography and the geographical imagination*, I. B. Tauris, London.
- Porteous, J. D. 1996, *Environmental aesthetics: ideas, politics and planning*, Routledge, London.
- Rodney, W. S. 1998, *J. M. W. Turner: romantic painter of the industrial revolution*, California University Press, Berkeley.
- Rose, G. 2001, *Visual methodologies: an introduction to the interpretation of visual materials*, Sage, London.
- Schwartz, J. M. & Ryan, J. R. 2003, "Introduction: Photography and the geographical imagination", J. M. Schwartz and J. R. Ryan (ed.), *Picturing place. Photography and the geographical imagination*, I. B. Tauris, London.
- Sontag, S. (1977), *On photography*, Farrar, Straus and Giroux, New York.
- Theroux, P. 2008, *Viagem por África*, Quetzal Editores, Lisboa.
- Ward, S. V. 2004, *Selling places*, Spon Press, New York.

(Página deixada propositadamente em branco)

SÉRIE ENSINO
IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
2012

